

Leandro Pereira Gonçalves
Odilon Caldeira Neto
(ORGANIZADORES)

INTEGRALISMO
E LIDERANÇA:
**ENSAIOS
CRÍTICOS**



Leandro Pereira Gonçalves
Odilon Caldeira Neto
(ORGANIZADORES)

INTEGRALISMO E LIDERANÇA: ENSAIOS CRÍTICOS

1ª edição
Juiz de Fora/MG
2023



©Editora UFJF, 2023

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem
autorização expressa da editora.

O conteúdo desta obra, além de autorizações relacionadas à permissão de uso
de imagens ou textos de outro(s) autor(es) são de inteira responsabilidade do(s)
autor(es) e/ou organizador(es)



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE JUIZ DE FORA**



Diretor da Editora UFJF
Ricardo Bezerra Cavalcante



Reitor

Marcus Vinicius David

Vice-Reitoria

Girlene Alves da Silva

Conselho Editorial

Prof. Dr. Martinho Alves da Costa Junior -
PPG/His - UFJF (Diretor)
Prof. Dr. Norval Baitello Junior - COS/PUC-SP
Profa. Dra. Maraliz de Castro Vieira Christo -
PPG/His - UFJF
Prof. Dr. Kleber Amancio - CECULT/UFRB
Profa. Dra. Claudia Viscardi - PPG/His - UFJF

Projeto Gráfico, Editoração e Capa

Paolo Malorgio Studio

Integralismo e liderança: ensaios críticos / Organizadores Leandro Pereira Gonçalves, Odilon Caldeira Neto . – Juiz de Fora, MG: Editora UFJF/ClioEdel, 2023.
Dados eletrônicos (1 arquivo: 92mb)
Il. color

ISBN: 978-65-89512-98-1

1. Integralismo. 2. Fascismo. 3. Autoritarismo. 4. Liderança.
5. Neofascismo I. Gonçalves, Leandro Pereira. II. Neto, Odilon Caldeira. III. Título.

CDU: 321.64(81)

Editora UFJF

Campus Universitário, Rua José Lourenço Kelmer, s/n
São Pedro, Juiz de Fora - MG, CEP: 36036-900
Telefone (32) 2102-3586
editora@ufjf.edu.br / distribuicao.editora@ufjf.edu.br
www.ufjf.br/editora

Filiada à ABEU



**Conselho Editorial
Selo Clidel**

Prof. Dr. Martinho Alves da Costa Junior
PPG/His – UFJF (Diretor)

Prof. Dr. Norval Baitello Junior
COS/PUC-SP

Profa. Dra. Maraliz de Castro Vieira Christo
PPG/His – UFJF

Prof. Dr. Kleber Amancio
CECULT/UFRB

Profa. Dra. Claudia Viscardi
PPG/His – UFJF

PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial do Selo Clidel, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

Apresentação

A era dos fascismos, termo comumente designado para delimitar as experiências fascistas na primeira metade do século XX, auxiliou a construir um arquétipo político. Embora as discussões sobre a origem do fascismo como fenômeno cultural, político e ideológico (e a sua extensão) incorporem cronologias que miram desde o final do século XIX até a primeira metade do século XX, fato é que a era do fascismo foi marcante.

Foi a partir das experiências de regimes e movimentos políticos ao longo desse período que o fascismo tomou corpo e ponto de inflexão na política internacional. Dentre suas diversas características, esses movimentos e regimes tinham traços comuns, como o corporativismo, antiliberalismo, anticomunismo e o ultranacionalismo. A questão da liderança, contudo, era uma característica comum aos fascismos de todo o mundo. O líder como chefe da nação, holística e envolvida em busca de uma palingênese, marcou essas experiências que cruzaram o Atlântico e outros mares. No caso brasileiro, não foi diferente. O líder fascista- ou melhor, os líderes fascistas- foram essenciais para disseminar o fascismo na recente República brasileira.

Em 1932, Plínio Salgado (1895-1975) fundou uma das principais organizações de extrema direita da História do Brasil: a Ação Integralista Brasileira (AIB). No entanto, a trajetória política de Plínio Salgado e do integralismo não se reduzem à vida institucional da AIB, existente legalmente entre 1932 e 1937. Além da AIB, Plínio Salgado liderou o Partido de Representação Popular (PRP), foi membro da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), além de ter se articulado com diversas lideranças políticas no país e no exterior, como em Portugal. O movimento integralista proporcionou o surgimento de outras figuras de liderança, fosse em nível nacional – como Gustavo Barroso (1888-1959) e Miguel Reale (1910-2006) – mas também a partir de quadros regionais. Mais que uma experiência institucional do período conhecido como “entre guerras” e da “era dos fascismos”, personificado nas camisas verdes e no lema “Deus, pátria e família”, o integralismo brasileiro foi – e é – um movimento político de grande importância para a análise do conservadorismo.

É a partir dessa constatação que apresentamos diversos textos redigidos por especialistas de diferentes instituições de Ensino Superior e Pesquisa no Brasil. O livro aborda a temática da liderança no movimento integralista, a partir de uma matriz diversificada. Desde análises sobre as principais figuras de liderança da AIB, até figuras de lideranças locais e regionais, o foco do livro é analisar quais foram os modelos de lideranças e suas trajetórias no movimento de corte fascista.

A obra analisa quais foram os projetos de nação e nacionalidade propostos pelas lideranças integralistas. O livro incorpora as discussões mais recentes no campo dos estudos dos fascismos, analisando questões como arquétipos de nacionalidades e

lideranças, a partir de temas como: carisma, particularidade regionais e transnacionalismo. Discute as tensões e relações entre fascismo, movimento político e suas lideranças, a partir dos caminhos do integralismo, desde a sua fundação até os dias atuais.

Com estas discussões, buscamos avançar no entendimento sobre as lideranças fascistas na história política brasileira. Tema de grande relevância historiográfica no âmbito dos estudos do fascismo e do neofascismo para a compreensão da conjuntura nacional contemporânea.

Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves - Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Odilon Caldeira Neto - Universidade Federal de Juiz de Fora

Sumário

APRESENTAÇÃO

CAPÍTULO 1

Plínio Salgado, fascismo e literatura: paranoia ou mistificação? 9
Gabriela de Lima Grecco

CAPÍTULO 2

Plínio Salgado e o jornal A Razão: o ventre fecundo que criou o modelo totalitarismo integralista 21
Rodrigo Santos de Oliveira

CAPÍTULO 3

O autoritarismo e o lugar das raças no projeto de nação dos líderes da Ação Integralista Brasileira 42
Jaqueline Tondato Sentinelo

CAPÍTULO 4

Entre aproximações e afastamentos: a representação de Gustavo Barroso na Panorama 53
Gabriela Santi Pacheco

CAPÍTULO 5

Miguel Reale nos anos 1930: uma teoria antidemocrática do Direito e do Estado 70
Pedro Ivo Dias Tanagino

CAPÍTULO 6

A militância de Hollanda Loyola na AIB e a elaboração de um plano nacional de educação física 85
Renata Duarte Simões

CAPÍTULO 7

Dario de Bittencourt e o integralismo tardio no Rio Grande do Sul. 101
Carla Brandalise

CAPÍTULO 8

Do Granbery ao IPA: o maçom Oscar Machado e as polêmicas de um intelectual metodista e integralista 117
Everton Fernando Pimenta

CAPÍTULO 9

O exílio de Plínio Salgado e sua relação com Raymundo Padilha:
correspondências (1938-1945) 139
Alexandre Luis de Oliveira

CAPÍTULO 10

Vida de Jesus e o apostolado político de Plínio Salgado no exílio em
Portugal 150
Leandro Pereira Gonçalves

CAPÍTULO 11

Plínio Salgado e a Enciclopédia do Integralismo 168
Rodrigo Christofolletti

CAPÍTULO 12

Integralismo para o século XXI: a morte e a imortalidade de Plínio
Salgado 177
Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro
Odilon Caldeira Neto

CAPÍTULO 13

Dos “zines” às redes sociais: um integralismo sem lideranças? 188
Alexandre Almeida
Fábio Chang de Almeida
Odilon Caldeira Neto

CAPÍTULO 14

Plínio Salgado no pós-guerra: um fascismo neoliberal? 204
Gilberto Calli

CAPÍTULO 15

Plínio Salgado: breve esboço de sua trajetória e contradições 213
Gabriel Soares Predebon
Vitória Almeida Machado

INTRODUÇÃO

A Grande Guerra supôs uma recomposição do panorama político da Europa e da América com uma ampla politização da sociedade civil e a irrupção de novas forças. Após o triunfo bolchevique em 1917, o comunismo emergiu como o novo adversário da direita antiliberal, que via nele um mal incubado pela democracia liberal. Em linhas gerais, pode-se afirmar que os acontecimentos políticos que abalaram o início do século XX tiveram uma clara influência na crise generalizada do parlamentarismo e da democracia. Formações políticas antiparlamentares e antiliberais foram criadas em quase toda a Europa e em alguns países da América Latina, o que teve um impacto crescente no debate público. Como muitos outros países, o Brasil viveu essa experiência.

Muitos dos movimentos que surgiram durante o período Entreguerras fazem parte desses discursos e práticas que buscaram dar uma resposta das elites à crise do liberalismo. Foi uma resposta autoritária que buscou reestruturar as relações entre setores da sociedade civil e do Estado. Na Itália, de forma mais decisiva, esses projetos foram materializados em um novo regime, o qual se configurou como um primeiro ensaio de método político autoritário: o fascismo. Nesse contexto, em 1922, com a chegada de Mussolini ao poder, novas políticas foram colocadas em prática, nas quais a cultura teve papel de destaque.

1 Doutora em História Contemporânea pela Universidad Autónoma de Madrid. Atualmente é Professora Asociada da Universidad Complutense de Madrid, no Departamento de Historia Moderna e Contemporânea. Ação financiada pelos projetos Identidades en movimiento. Flujos, circulación y transformaciones culturales en el espacio atlántico (siglos XIX y XX) (Referência: PID2019-106210GB-I00) e The authoritarian context of Iberian Political History in the first half of the 20th century (Referência: 19KK0329)

Esta nova política cultural foi dotada de novas formas e conteúdo, e foi orientada para uma *fascistização*² da sociedade como um todo. A política fascista serviu de modelo, tanto em sua organização quanto em seus valores ideológicos, para vários países. Neste sentido, o historiador espanhol Ismael Saz (1993, p. 192) assinala que “*el fascismo constituyó en el período de entreguerras un punto de referencia inexcusable, tanto para las fuerzas de la izquierda como de las de derecha*”.³ O Brasil experimentou a influência da ideologia fascista, principalmente, por meio da organização Ação Integralista Brasileira (AIB). Nesse sentido, o movimento integralista teve importantes semelhanças com outras partes do mundo, razão pela qual seu estudo é muito útil para compreender melhor o contexto em que se desenvolveram os regimes antiliberais da Europa e da América Latina.

Para compreender o desenvolvimento do fascismo brasileiro, devemos partir de uma certa concepção do fascismo, sua relação com os intelectuais e o conceito de modernismo. Ainda, na primeira parte, este capítulo tem como objetivo desenvolver a interpretação do historiador Roger Griffin (2010), cujo foco está centrado no surgimento de novos modelos artísticos e literários em torno das relações existentes entre o modernismo e o fascismo. Segundo este autor, o fascismo — ao aspirar realizar uma revolução material e espiritual contra a modernidade — foi uma importante referência ideológica e política para vários intelectuais. O Brasil estava inserido nessas dinâmicas globais e, por conseguinte, o líder da AIB, Plínio Salgado (1895-1975) — escritor e jornalista⁴ destacado e próximo das ideias modernistas —, manifestou sua fé na missão regenerativa do mundo moderno e da identidade nacional por meio de um processo de fascitização político-literária. Esta análise será útil para propor uma nova abordagem de estudo alternativa e inovadora, realizada a partir de uma perspectiva crítica dentro do campo denominado “estudos do fascismo”.

Numa segunda parte, pretendemos conectar o desenvolvimento do movimento fascista brasileiro às manifestações artísticas e, sobretudo, literárias do modernismo. De acordo com Pierre Francastel (1970), as obras artísticas são frequentemente mais “desarmadas” ideologicamente do que os documentos oficiais e, assim, acabam por revelar mais das ideologias subjacentes presentes. É nesse sentido que este trabalho aponta a literatura como um importante artefato no desenvolvimento ideológico do

2 A “fascitização” é entendida como um processo que levou determinados setores da direita que, face aos desafios da sociedade de massas, adotaram uma série de elementos cuja novidade e funcionalidade correspondiam ao fascismo. Ver a respeito: SAZ, Ismael: “*El franquismo: ¿régimen autoritario o dictadura fascista?*”. In: TUSELL, Javier; SUEIRO, Susana; MARÍN, José María & CASANOVA, Marina: *El régimen de franco (1936-1975)*, Madrid, Uned, 1993; e SAZ, Ismael: *Las caras del franquismo*, Granada, Comares Historia, 2013.

3 Tradução nossa: “o fascismo constituiu uma referência indesculpável no período entre guerras, tanto para as forças de esquerda como para as de direita”.

4 Plínio declarou como sua profissão a de “escritor e jornalista”, e Arquivo CPDOC/FGV: GV confid 1939.02.04.

fascismo brasileiro como atividade político-ideológica de intelectuais e artistas. Este trabalho, por outro lado, pretende abordar a produção bibliográfica entre autores da Europa e da América Latina, a fim de analisar o fenômeno fascista a partir de ambas as perspectivas teóricas.

O PROJETO CULTURAL FASCISTA: MODERNISMO E INTELECTUAIS

Da rejeição à modernidade, o fascismo⁵ surgiu dentro de uma geração cultural de artistas, pensadores e políticos ligados a movimentos com objetivos modernistas. Da mesma forma, foi definido, de acordo com o pensamento de Mussolini, como “uma vanguarda destinada a liderar a substituição do decadente sistema liberal”. Essas abordagens concebiam a revolução da nação e não da classe como a síntese de uma nova revolução política, social e cultural dos estados fascistas que, segundo Mussolini, representaria um movimento político revolucionário dos novos tempos. Como Peter Gay (2011, p. 151) aponta, alguns dos jovens nazistas eram verdadeiros revolucionários, isto é, “*no eran simples reaccionarios, y algunos de sus criterios nihilistas o totalitarios, eran un repudio tanto del autoritarismo del Imperio muerto como del reaccionarismo democrático moderno de la República moribunda*”.⁶

O historiador Zeev Sternhell (1978) explica que quase todas essas ideias que alimentaram o fascismo surgiram na França. O movimento antiliberal francês, representado sobretudo pela Action Française,⁷ foi uma fonte importante na construção do fascismo. O modelo de estado de nacionalismo monárquico, antiliberal e de nacionalismo integral proposto por Charles Maurras apareceu como uma importante ideologia política de influência, principalmente, para os países latinos e para vários movimentos católicos.⁸ Georges Valois, militante que deixou a Action Française em 1925, criou o movimento *Le Faisceau*, incorporando novos elementos ideológicos que formaram a base para a criação do fascismo francês. Valois viu o fascismo como um fenômeno de esquerda — crítico à democracia — e uma mistura de elementos da tradição socialista com o nacionalismo, uma espécie de “nacional-socialismo”. No entanto, embora seja difícil estabelecer quem foi o fundador do fascismo, sem dúvida suas ideias se espalharam por toda a Europa, procurando dar uma resposta a problemas comuns, o que significava superar a decadência política e a divisão de

5 *Ver a respeito*: NOLTE, Ernst: *El fascismo en su época*, Madrid, Península, 1967; PAXTON, Robert: *The five stages of fascism*, *The Journal of Modern History*, 70, 1998.

6 Tradução nossa: “eles não eram simples reacionários, e algumas de suas visões nihilistas ou totalitárias eram um repúdio tanto ao autoritarismo do Império morto quanto ao reacionismo democrático moderno da república agonizante”. *Ver a respeito*: MOSSE, George L.: *Nazi Culture*, New York, Schocken Books, 1981.

7 As ideias deste movimento influenciaram o integralismo brasileiro. *Ver a respeito*: GONÇALVES, Leandro Pereira: *Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português*, Tese de Doutorado, São Paulo, PUCSP, 2012.

8 *Ver a respeito*: WEBER, Eugen: *L'Action française*, Paris, Fayard, 1985.

classes através da ênfase na organicidade da sociedade, a comunidade nacional e uma revolução espiritual (LAQUEUR & MOSSE, 1966).

Na verdade, o fascismo só pode ser entendido em termos intelectuais, morais e culturais da Europa de final do século XIX (STERNHELL, 1976, p. 321). É justamente nesse contexto que o modernismo ganhou impulso, quando os mitos do progresso liberal e ilustrado passaram a ser questionados. Em particular, o modernismo é um termo genérico, que tem como base uma concepção ampla a qual contemplou a grande diversidade de iniciativas culturais, artísticas e políticas que, desde meados do século XIX, reagiram contra a modernidade ocidental (BARBIAN, 2013). O fascismo, como uma variante do modernismo, incorporou assim novas formas de ação política para desencadear a regeneração sociopolítica e associar a tradição a uma visão modernista da sociedade.

Esta interpretação do fascismo como uma forma de modernismo programático — ou seja, de um projeto cultural de renovação de práticas simbólicas e que tinha a missão de criar um novo mundo — foi formulada a partir de seu entendimento como o produto de uma rebelião contra a modernidade. Essa abordagem cultural do fascismo, desenvolvida pelo historiador inglês Roger Griffin, remete a uma nova formulação que surge da assimilação do fascismo como uma resposta ao modelo tradicional de sociedade do estado-nação. De acordo com Griffin (1998, p. 21-26), o fascismo passa a ser entendido como o pioneiro de um novo caminho em direção a uma modernidade alternativa e como uma variedade política do modernismo⁹.

Onde o projeto modernista se articulou mais claramente foi na esfera artística e cultural, ganhando corpo em inúmeras visões artísticas como, por exemplo, o Futurismo, Expressionismo, Surrealismo e Dadaísmo. No entanto, o modernismo foi além das fronteiras artísticas e influenciou fenômenos sociais e políticos. É precisamente neste contexto que o fascismo deve ser situado. Os intelectuais fascistas procuraram, então, criar um novo homem e uma nova civilização que derrubasse o modelo da burguesia liberal e da aristocracia ultrapassada. Graças ao seu desejo modernista de mudança cultural, oferecendo uma resposta ao liberalismo “decadente” e uma alternativa ao comunismo, o artista fascista de vanguarda procurou compreender os novos processos da modernidade e procurou efetuar mudanças estruturais na sociedade.

O fascismo foi apresentado desta forma como um caminho revolucionário estético e político, atribuindo, neste sentido, um peso especial ao papel da cultura. Na verdade, este foi concebido como uma revolução cultural (LAQUEUR & MOSSE, 1966, p. 20). É por isso que ditadores como Hitler e Mussolini foram transformados em “poetas estadistas”.¹⁰ As diferenças entre a poesia e a arte de governar foram diluídas,

9 Ver a respeito: MELLÓN, Joan Antón (ed): *El fascismo clásico (1919-1945) y sus epígonos*, Madrid, Editorial Tecnos, 2012.

10 León Degrelle, líder fascista belga, chamou Hitler e Mussolini de “poetas da revolução”.

o poeta encarnou uma visão de ser alemão ou italiano por meio da qual um novo povo seria criado. Nesse sentido, Emilio Gentile (2004, p. 57-68)¹¹ defende que se formou uma dimensão religiosa da política, por meio de uma política cultural fascista que se construiu a partir da mobilização de cerimônias, desfiles, rituais, símbolos e estéticas do político, levando ao que chamou de “sacralização da política”. O resultado foi o estabelecimento de uma política cultural intimamente ligada aos objetivos e problemas do nacional e inspirada no impulso de renovação simbólica e estética que definiu as novas fronteiras semânticas da arte do século XX. A noção liberal de inspiração artística individual sucumbiu, e a expressão artística tornou-se o símbolo do vínculo entre a “comunidade de alma e sangue de uma nação” (RICHARD, 1972, p. 56).

Se, por um lado, o poeta futurista Filippo Marinetti ofereceu os componentes para a construção de uma nova arte de culto à violência, à guerra e ao nacionalismo agressivo; de outro, alguns artistas apostaram no incentivo ao irracionalismo romântico, cuja principal representação estética foi a obra *La Nave*, de Gabriele D’Annunzio. Este escritor teve uma influência fundamental no desenvolvimento do fascismo e teve grande apelo entre as massas por meio de seus romances e poemas de violência heroica de culto e rejeição do sentimentalismo cristão e humanitário. Os escritos esotéricos e evocativos da violência de Marinetti, junto com peças e teatro D’annunziano, atraíram centenas de milhares de leitores. Esses artistas apostaram no sentimento e nas emoções e, paralelamente, promoveram o desprezo pela democracia e suas instituições.

Os intelectuais fascistas, portanto, eram agentes legitimadores da ordem sociopolítica, e cumpriam sua missão vinculados ao Estado; ocupando, como Musiedlak (2010, p. 160) observou, um duplo papel de militantes e burocratas. Assim, se por um lado, durante o liberalismo havia uma separação maior entre as esferas política e cultural, por outro, nos regimes fascistas essa diferenciação não existia. O escritor, como produtor de símbolos e práticas, devia submeter-se aos desígnios do Estado e da comunidade nacional, sendo o povo o principal destinatário da sua mensagem. Houve, portanto, uma adesão plena ao regime, de serviço à nação, e os intelectuais passaram a contribuir para o jogo das “paixões políticas” (BENDA, 1974, p. 45). Uma das características marcantes foi que o Estado criou seus próprios “intelectuais orgânicos”, e estes se tornaram agentes políticos, capazes de intervir nos assuntos sociais por meio de sua participação nos aparatos ideológicos do estado¹².

Nesse sentido, os regimes fascistas se apropriaram dos discursos para articular uma série de argumentos que legitimassem e sustentassem seu poder, buscando afirmar o estado de coisas dominante por meio do desmantelamento de “contra-

11 Ver a respeito: GENTILE, Emilio: *Fascismo. Historia e interpretación*, Madrid, Alianza Editorial, 2004.

12 Para Althusser (1988), “*los aparatos ideológicos del Estado se diferencian de los aparatos del Estado por funcionar masivamente con la ideología como forma predominante, capaz de ser un poder represivo simbólico*”.

discursos”. A arte, absorvida pelas estruturas do Estado, tendia a uma “estetização da vida política” — como ressaltou Walter Benjamin. Isso resultou em uma marcante produção artística de formação oficial.

Nesse processo de marginalização dos dissidentes, formou-se em paralelo um sistema de proteção social dos fiéis, que constituiu um elemento de “consenso” (MUSIEDLAK, 2010). Os regimes procuraram atrair intelectuais para criar uma base sólida para as suas políticas culturais e tiveram a capacidade de criar várias instituições que funcionassem como elemento de recrutamento e mecanismo de politização. Com isso, o crescente nacionalismo nas artes foi cimentando o paradigma proposto para representar a nova comunidade nacional “fascistizada” por meio de uma mensagem de renovação patriótica.

AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA: O MOVIMENTO FASCISTA NO BRASIL

Existiu, sem dúvida, uma cultura política fascista transnacional e transatlântica. Nesse sentido, a historiografia atual reconhece que os movimentos fascistas não foram um fenômeno exclusivo do continente europeu. As redes de relações a nível econômico, cultural e político entre os países europeus e latino-americanos foram profundas, e o impacto das ideias fascistas foi significativo; principalmente no Brasil, onde nasceu o principal movimento fascista da América Latina. Segundo Hélió Trindade (2004), o integralismo foi uma resposta geracional à crise da República Velha do Brasil, aos seus preceitos liberais e às revoluções do início dos anos 1930 no Brasil. Os integralistas incorporaram novas formas de ação política e se mostraram como um projeto de regeneração política que buscava realizar uma síntese entre o fascismo e o espiritualismo latente da cultura mestiça do país. Em um contexto mundial de descrédito do sistema liberal que apontava para a afirmação do totalitarismo como modelo vigente, a gênese do integralismo justificava-se pela constatação da experiência liberal fracassada e pelo repúdio à modernidade.

A América Latina foi uma região onde o fascismo foi um ingrediente fundamental para o desdobramento de importantes transformações no campo político. Apesar disso, muitos dos regimes que incorporaram alguns de seus símbolos e que realizaram seu projeto cultural por meio da propaganda de massa, como os de Getúlio Vargas ou Juan Domingo Perón, não podem ser facilmente categorizados como tal. Houve, no entanto, movimentos claramente fascistas, como o integralismo brasileiro, que atraíram um número de pessoas grande o suficiente para serem alarmantes, mesmo que não tenham chegado ao poder. Porém, não se deve esquecer que no Brasil de 1937 se juntou uma multiplicidade de fatores que quase levaram à união de um movimento de massas de tipo fascista (integralismo) com o regime de Getúlio Vargas.

Ao longo da virada do século e até a década de 1930, algumas correntes de pensamento e vários intelectuais brasileiros passaram a defender uma posição autoritária: justificaram a necessidade de um Estado forte e se opuseram ao liberalismo por sua conexão com práticas oligárquicas, fraude eleitoral e a pouca participação política da população. Nesse sentido, a Revolução de 1930 abriu espaço para o surgimento de novos grupos e novas lideranças que queriam romper com o passado liberal. Em um contexto em que novos projetos e aspirantes a líderes começaram a tomar forma, as novas abordagens ideológicas antiliberais forneceram argumentos e ideias-chave para a formação de segmentos de uma nova “direita radical”. Foi nesse contexto que surgiram organizações como a Propaganda Nativista, o Pátria Nova e a Ação Social Nacionalista; novas teorias sobre o “autoritarismo”, como as formuladas pelos intelectuais Azevedo Amaral, Oliveira Viana e Francisco Campos; e publicações em revistas importantes da cena intelectual de direita, as quais serviram como elemento unificador de intelectuais para reflexão e divulgação ideológica, tais como Hierarquia, Gil Blas, Cultura Política, Ciência Política, A Razão e Revista de Estudos Jurídicos e Sociais.

Se prestarmos atenção especial ao fascismo neste contexto, seu surgimento coincidiu com uma era geral de autoritarismo político (PAYNE, 2014, p. 26). Seu surgimento favoreceu um processo de radicalização da direita, cuja consequência foi a implantação de uma política nacionalista radical em outras partes do mundo. Nessa mesma direção, iniciou-se um processo de fascistização de certos setores da direita radical no Brasil, que começaram a adquirir características de fascistas (BERTONHA, 2012, p. 133-150). Entendemos, portanto, que esse processo foi o principal motivo do surgimento de novas formações autoritárias que representariam uma ruptura radical com os padrões tradicionais da direita brasileira, como o Partido Fascista Brasileiro, a Legião Cearense do Trabalho, o Partido Nacional Fascista, Partido Nacional Sindicalista e, sobretudo, a Ação Integralista Brasileira, principal grupo fascista do Brasil¹³ e da América Latina. De acordo com o historiador Hélgio Trindade (1979, p. 106), a fundação do movimento integralista não foi um acontecimento isolado, mas o resultado da consolidação das ideias radicais da direita brasileira dos anos 1930 e da convergência de movimentos precursores que Plínio Salgado buscou integrar.

13 Como salienta Roger Griffin em *Fascism*, Oxford, Oxford University Press, 1995, p. 234: «*Brazilian Integralist Action (AIB) was altogether a more phenomenon, and perhaps the only non-European fascism to bear direct comparison with Fascism or Nazism in their movement phase before seizing power*».

LITERATURA E FASCISMO BRASILEIRO: PARANOIA OU MISTIFICAÇÃO?

É preciso que nós, intelectuais, tomemos conta do Brasil. Definitivamente. Temos que romper com a tradição medíocre da política [...] *Estamos fartos de vivermos, nós, intelectuais, à sombra dos poderosos. Queremos mandar.*

(Plínio Salgado)

Realizada na cidade de São Paulo em fevereiro de 1922, a Semana de Arte Moderna foi um evento cultural que possibilitou o início do movimento modernista no Brasil. Foi um acontecimento artístico que influenciou decisivamente o desenvolvimento de um nacionalismo interessado em descobrir as origens primitivas do Brasil, cujo conceito de “brasilidade” foi decisivo para a construção de muitos aspectos do nacionalismo integralista. No entanto, o primeiro episódio-símbolo que impulsionou a revolução estético-cultural da Semana foi a mostra individual de Anita Malfatti, realizada alguns anos antes, em 1917. Suas pinturas expressionistas despertaram forte repercussão no público paulista e representaram um novo marco para a arte brasileira. Além disso, representou a semente do movimento modernista e carregou um princípio de unidade de ação. Sua ruptura estética, porém, encontrou resistência de alguns intelectuais. Entre eles estava o escritor Monteiro Lobato, que escreveu um artigo de crítica veemente à jovem Malfatti, afirmando que esta nova arte nasceu da “paranoia e da mistificação”. Para Lobato, a arte modernista era um produto de tempos decadentes, interpretada à luz de teorias efêmeras, e não havia nada de revolucionário nela: nada era mais arcaico do que a arte anormal ou teratológica.

Apesar da resistência, a arte modernista teve muito sucesso. Como consequência da Semana, surgiram dois movimentos modernistas, o Pau-Brasil e o Verde-Amarelo, destacando o papel desempenhado por Plínio Salgado no segundo deles. A questão do nacionalismo tornou-se o eixo central das discussões entre os intelectuais e artistas do período. E, assim, os modernistas expressaram suas concepções artísticas e ideológicas por meio de manifestos. Em particular, Plínio foi um dos redatores do Manifesto do Verde-Amarelo, onde expôs os objetivos do movimento artístico: “Temos que construir esta grande nação, integrando a Pátria Comum com todos os aspectos históricos, étnicos, sociais, religiosos e expressões políticas. Pela força centrípeta do elemento tupi”. Por outro lado, o Manifesto Pau-Brasil (1924) e o posterior Manifesto Antropófago (1928) buscaram reinterpretar a arte nacional. No *Manifesto Antropófago*, a frase *Tupy or not tupy, that is the question* exemplifica bem os objetivos do grupo: a cultura europeia teria que ser devorada para incorporar suas virtudes, enquanto o próprio corpo, a cultura brasileira, deveria ser fortalecida.

Durante a década de 1930, Plínio, apesar de considerar o grupo Verde-Amarelo uma ótima forma de desenvolver sua concepção nacionalista de cultura, julgou necessário aprofundar o debate ideológico e radicalizar o movimento. Por isso fundou o Grupo Anta¹⁴ com um perfil ultranacionalista, que se tornaria a base para a posterior fundação da AIB. Segundo Leandro Gonçalves (2009, p. 120), este momento representou a ruptura de Salgado com os modernistas e com os verde-amarelos e a radicalização do seu pensamento. A partir daí ele planejou a construção de um movimento político radical com pretensões fascistas, a AIB.

O Brasil, a partir dessa nova visão articulada pelos modernistas, seria uma síntese entre o primitivo e o inovador. Essa nova consciência nacional levou à politização das artes durante as décadas de 1920 e 1930. Para o integralista Pômpeo (1935, p. 9-13), a arte brasileira supunha a união entre poesia, música, arquitetura, pintura e escultura em um mesmo princípio estético marcado, ao mesmo tempo, pelo nacionalismo e pelo tradicionalismo. Para ele, a arte deveria ter essa visão total e doutrinária, e não uma ideia fragmentada. Na verdade, Salgado pode ser considerado um dos intelectuais mais prolíficos de todos os ideólogos fascistas devido à sua elaboração mitológica da história brasileira — chamada de “síntese brasileira” — produto das tradições indígenas e do seu povo.

Os modernistas verde-amarelos também destacaram o problema da vida moderna que era caracterizada pelo “mal urbano”. O ritmo da cidade criava um individualismo exacerbado, em que cada pessoa buscava maximizar sua cota de conforto e prazer sem se preocupar com o coletivo. Para Plínio, o *caboclo* brasileiro (ou seja, “o povo simples, pobre e honesto”) representaria os verdadeiros cidadãos da nação, distantes do materialismo das elites metropolitanas. Os habitantes do interior, especialmente o sertão, seriam os possuidores do espiritualismo primitivo da pátria, pois a influência cosmopolita havia destruído a consciência nacional ao rejeitar as tradições. Um bom exemplo dessas ideias foi o romance de Plínio, *O estrangeiro* (1926), que revela a origem racial brasileira a partir da assimilação de diversas culturas, e faz uma descrição e uma análise da vida do país e da cidade em tom nacionalista. Esta obra é considerada a precursora do movimento modernista verde-amarelo e a base do pensamento pliniano e, portanto, o início do integralismo brasileiro (GONÇALVES, 2008, p. 5). Na verdade, seu romance *O estrangeiro* foi considerado pelo próprio Plínio (1935) como o primeiro manifesto integralista. Para Trindade (1979, p. 48), o engajamento literário representou uma experiência mais importante para Salgado do que sua participação em atividades políticas. O ideal nacionalista, desenvolvido primeiro na literatura, alcançou significado político ao questionar o pensamento dominante e o sistema de valores.

Especificamente, essa vanguarda literária foi caracterizada por uma tentativa de ruptura geracional, por sua renovação estética e por seu crescente interesse pela

14 Animal com função mítica na cultura tupi.

CAPÍTULO 1

PLÍNIO SALGADO, FASCISMO E LITERATURA: PARANOIA OU MISTIFICAÇÃO?

política. Talvez um dos principais triunfos dos Verde-amarelos tenha sido conseguir a construção de um movimento literário que atraísse vários intelectuais, precisamente numa época em que muitos deles eram de esquerda. Além disso, possibilitou que a literatura se tornasse uma arma política e um canal para o desenvolvimento de ideias estéticas e políticas, fato característico do período entreguerras. A literatura passou então a servir aos ideais político-filosóficos, cujas narrativas buscavam construir uma sociedade forjada a partir do espírito nacionalista, bem como das pretensões modernistas e revolucionárias as quais os integralistas encarnariam.

Plínio considerava que política e estética eram a mesma coisa, sendo sua primeira influência a literária, e não a político-ideológica. Ao mesmo tempo que via no povo a alma da nacionalidade, considerava que deveria ser guiado pelas elites intelectuais e políticas do país. Sua visão concebia o intelectual como o sujeito mais bem preparado para conduzir a nação a uma nova era. Os intelectuais tinham a missão de “revelar” a nacionalidade em um contexto autoritário. Considerados os únicos detentores do conhecimento, deveriam liderar o processo sociocultural de identificação da identidade nacional (VELLOSO, 2003).

Assim, ao longo da história do Brasil, a literatura foi o principal instrumento utilizado pelos intelectuais para a elaboração de um conteúdo crítico tanto em termos político-sociológicos quanto estritamente literários. No entanto, durante o primeiro terço do século XX, a narrativa literária incorporou a função de elemento mobilizador. Foi a partir do artefato literário que surgiram as formulações políticas e ideológicas. A influência do escritor-intelectual estava intimamente ligada à evolução política. No projeto integralista, a função da literatura e o peso do intelectual foram determinantes, e, portanto, os integralistas reconheceriam seu líder principal na figura de Plínio Salgado. Nesse sentido, o espiritualismo pregado pelo movimento representava essa visão, que valorizava mais os sentimentos e as ideias — expressos, sobretudo, pela literatura — em oposição ao materialismo da cultura liberal iluminista. Portanto, tanto a literatura pliniana quanto o movimento integralista foram variações político-literárias do modernismo.

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, Louis: *Ideología y aparatos ideológicos del Estado. Freud y Lacan*, Buenos Aires, Nueva visión, 1988.

BARBIAN, Jan-Pieter: *The politics of literature in nazi Germany*. Books in the media dictatorship, London, Bloomsbury Academic, 2013.

BENDA, Julien: *La traición de los intelectuales*, Argentina, Efece ediciones, 1974.

BERTONHA, João Fábio: “A direita radical brasileira no século XX: do monarquismo e das ligas nacionalistas ao fascismo e à ditadura militar (1889-2011), *stud. hist., H.^a cont., Ediciones Universidad de Salamanca*, 30, p. 133-150, 2012.

ELLOSO, Monica: “O modernismo e a questão nacional”. In: FERREIRA, JORGE Y ALMEIDA, LUCILIA DE (ORG.): *O BRASIL REPUBLICANO, O TEMPO NACIONAL-ESTATISMO NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1930 AO APOGEU DO ESTADO NOVO*, RÍO DE JANEIRO, CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 2003.

FRANCASTEL, PIERRE: *SOCIOLOGIE DE L'ARTE*, PARIS, ANTHROPOS, 1970.

GAY, Peter: *La cultura de Weimar. Una de las épocas más espléndidas de la cultura europea del siglo XX*, Madrid, Paidós Contextos, 2011.

GENTILE, Emilio: “La sacralización de la política y el fascismo”. In: TUSELL, Javier; GENTILE, Emilio; DI FEBBO, Giuliana; SUEIRO, Susana: *Fascismo y franquismo cara a cara*, Madrid, Biblioteca Nueva, p. 57-68, 2004.

GENTILE, Emilio: *Fascismo. Historia e interpretación*, Madrid, Alianza Editorial, 2004.

GONÇALVES, Leandro Pereira. *Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português*, Tese de Doutorado, São Paulo, PUCSP, 2012.

GONÇALVES, Leandro Pereira. “Literatura integralista: o nacionalismo latente e o espírito imigratório de Plínio Salgado em *O estrangeiro*”, *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 2008.

GONÇALVES, Leandro Pereira: “A intelectualidade integralista: nacionalismo e identidade na literatura de Plínio Salgado”, *Locus Revista de História*, Juiz de Fora, v. 15, nº 1, 2009.

GRIFFIN, Roger: *Modernismo y fascismo*, Madrid, Editorial Akal, 2010.

GRIFFIN, Roger: *International Fascism. Theories, Causes and the New Consensus*, Londres, Arnold, 1998.

LAQUEUR, Walter y MOSSE, George L. (ed.): *Fascism 1920-1945*, New York, Journal of Contemporary History, 1966.

LINZ, Juan J.: “Some notes towards a comparative study of fascism in sociological historical perspective”. In: LAQUEUR, Walter (ed.): *Fascism. A Reader's Guide*, Los Angeles, University of California Press, p. 3-121, 1976.

CAPÍTULO 1

PLÍNIO SALGADO, FASCISMO E LITERATURA: PARANOIA OU MISTIFICAÇÃO?

MELLÓN, Joan Antón. (ed). *El fascismo clásico (1919-1945) y sus epígonos*, Madrid, Editorial Tecnos, 2012.

MOSSE, George L.: *Nazi Culture*, New York, Schocken Books, 1981.

MUSIEDLAK, Daniel: “O fascismo italiano: entre consentimento e consenso”. In: ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha Viz (org): *A construção dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.

NOLTE, Ernst: *El fascismo en su época*, Madrid, Península, 1967.

RICHARD, Lionel: *Nazismo y literatura*, Buenos Aires, Granica Editor, 1972.

SALGADO, Plinio: *O estrangeiro*, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1936.

SALGADO, Plinio: *Despertemos a nação!* Rio de Janeiro, J. Olympio, 1935.

SAZ, Ismael: “El franquismo: ¿régimen autoritario o dictadura fascista?”. In: TUSSELL, Javier; SUEIRO, Susana; MARÍN, José María & CASANOVA, Marina: *El régimen de franco (1936-1975)*, Madrid, Uned, 1993.

SAZ, Ismael: *Las caras del franquismo*, Granada, Comares Historia, 2013.

STERNHELL, Zeev: *La droite révolutionnaire: les origines françaises du fascisme, 1885-1914*, Paris, Seuil, 1978.

STERNHELL, Zeev: “Fascist Ideology”. In: LAQUEUR, Walter: *Fascism. A reader's guide*, Los Angeles, University of California Press, 1976.

PAYNE, Stanley: *El fascismo*, Madrid, Alianza Editorial, 2014.

PAXTON, Robert: *The five stages of fascism*, The journal of Modern History, 70, 1998.

POMPEO, Antonio: “Por que sou integralista?”, São Paulo, Emp. Graph *Revista dos Tribunais*, p. 9-13, 1935.

TRINDADE, Héglio: *Integralismo, o fascismo brasileiro na década de trinta*, São Paulo, DIFEL, 1979.

TRINDADE, Héglio: *O nazi-fascismo na América Latina. Mito e realidade*, Porto Alegre, Editora UFRGS, 2004.

VIEIRA, Evaldo Amaro: *Autoritarismo e Corporativismo no Brasil*, São Paulo, Cortez, 1981.

WEBER, Eugen: *L'Ation française*, Paris, Fayard, 1985.

Rodrigo Santos de Oliveira^{1*}

O JORNAL A RAZÃO E A SUA IMPORTÂNCIA PARA O SURGIMENTO DO INTEGRALISMO

O jornal A Razão foi fundado por Alfredo Egídio de Souza Aranha, amigo de longa data de Plínio Salgado e antigo patrão.² Como aponta Héglio Trindade (TRINDADE, 1974, p. 88), Aranha já havia financiado a viagem de Salgado à Europa em 1930, como preceptor de seu filho. Nas palavras do próprio Salgado:

Foi em 1931 que apareceu *A Razão*, jornal nacionalista, fundado pelo meu amigo Alfredo Egídio de Souza Aranha, que me convidou para redigi-lo com San Tiago Dantas, Mário Graciotti, Nuto Sant'Anna, Gabriel de Barros e José Maria Machado (SALGADO, 1935, p. 22).

As principais “cabeças” do jornal eram os redatores Salgado e San Tiago Dantas. Sendo que o primeiro ficava responsável pela principal coluna do periódico, chamada *Nota Política*, que era localizada na terceira página e tinha uma função de editorial³, embora não recebesse

1 * Doutor em História das Sociedades Ibéricas e Americanas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PU-CRS). Professor Adjunto do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande (ICHI/FURG). Editor da Revista *Historiæ* (ISSN 1519-8502).

2 Quando Salgado se demitiu do Correio Paulistano na década de 1920, foi empregado no escritório de advocacia de Alfredo Aranha, que também era um grande empresário paulista.

3 Por “editorial” utilizamos o verbete de BAHIA (1967, p. 160-161). “Parente literário do ensaio, o editorial é no jornal, no rádio e na televisão a palavra do editor, a opinião do veículo. Antigamente esta opinião de artigo-de-fundo ou comentário. Artigo-de-fundo ou comentário, era o ponto de vista do editor, a versão do proprietário, o pensamento do jornal. [...] O editorial é, a um só tempo, uma notícia informativa e opinativa. É ainda a notícia interpretativa, se o objetivo é dar à opinião a segurança e o cunho de persuasão. Assim, pode-se compreender o editorial como a notícia mais qualificada do jornal, ou pelo menos aquela que fere frontalmente o foro íntimo do veículo e tem irrecorrigivelmente uma mensagem a transmitir ao leitor”.

ideias valessem por si mesmas, conservando-se o autor na mais completa obscuridade” (SALGADO, 1935, p. 22-23).

O jornal A Razão não chegou a ter um ano de existência, mas o seu papel foi fundamental para Plínio Salgado por meio da coluna “Nota Política”, estabelecer as bases ideológicas da futura Ação Integralista Brasileira (AIB).

Desde o primeiro texto, sob o título de “Erros de hoje, perigos de amanhã”, Salgado esclarece qual é a função da sua coluna:

No Brasil, não há ainda um sentimento coletivo de interesse nacional. Cumprenos, ao iniciar a discussão dos problemas que este momento nos suscita, declarar, como base de nossa orientação segura, que – não há interesses estaduais, diante dos supremos interesses nacionais.

Colocando-nos neste ponto de vista de nacionalismo integral, é que iniciamos a nossa ação jornalística neste trepidante momento da vida brasileira.

Nesta nota diária, iremos traçar a linha de um pensamento político, procurando marcar os rumos que nos parecem mais acertados às nossas condições e necessidades.⁴

Nesses textos, publicados no seu espaço diário, podemos notar que ele constrói a base ideológica da futura AIB. Vários pontos básicos são explorados, como a sua aversão ao liberalismo e ao pluripartidarismo, sua oposição aos regionalismos e a defesa de um nacionalismo e centralismo, sua simpatia por regimes fortes e ditatoriais convergentes em sua simpatia pelo fascismo, seu ódio ao comunismo, sua religiosidade, etc. Pontos que discutiremos mais adiante.

Agora, objetivamente, vamos trabalhar com a noção de imprensa presente nos textos de Plínio Salgado. Em alguns textos da “Nota Política” ele se dedica a analisar o que deve e o que não deve ser a imprensa e o papel dos jornalistas na sociedade brasileira da época.

Dentro da visão antiliberal do futuro líder integralista, a imprensa, enquanto “produto”, era fruto do pensamento que apenas visaria ao lucro imediato. Além disto, a informação como mercadoria do sistema liberal, seria um objeto vendido de acordo com os interesses publicitários e financeiros.

A publicidade, base do lucro, passou a ir ampliando seu raio de ação, interessando o comércio e a indústria, abrangendo as classes, captando os partidos políticos e, finalmente, os governos.

4 Erros de hoje, perigos de amanhã. *In*: A Razão: São Paulo, 5/6/1931, p. 3. Héglio Trindade também cita esse trecho ao analisar o jornal. Ver TRINDADE, p. 89, 1974.

E os grandes clientes da “publicidade”, por sua vez, começaram a influir na feição da própria mercadoria. O jornal passou a ser, conseqüentemente, situado, entre as exigências dos consumidores, os interesses de publicidade, e os próprios interesses do seu aperfeiçoamento.⁵

Este fenômeno também estaria acontecendo no Brasil, com a substituição dos antigos jornais por um novo tipo. Estaria assim, perdendo o seu caráter doutrinário em detrimento do lucro fácil, que seria o objeto de desejo dos liberais.

Nota-se a crítica pesada ao liberalismo, de transformar qualquer produção em indústria e qualquer atividade em lucro. “Lucro *versus* doutrina”, esta pode ser considerada uma das principais bases da oposição de Salgado aos jornais tidos por ele de “liberais”, que seriam sempre vinculados aos interesses econômicos e financeiros de determinados grupos, muitas vezes a serviço do capital estrangeiro. Tal visão “liberal” era tida como o oposto daquilo que deveria ser uma imprensa “sadia”, tendo por objetivo primordial guiar a população brasileira no caminho da construção de um nacionalismo.

No Brasil, diferente dos países desenvolvidos, não haveria condições para uma imprensa nos moldes liberais, pois em tais estados a população já teria condições de separar o “joio do trigo”, enquanto a brasileira ainda não.

Nos países politicamente organizados, como os Estados Unidos, a Inglaterra e França, justifica-se até certo ponto, a “grande imprensa de informação”, a mercadoria consumida num relâmpago. A opinião lá está coordenada em partidos políticos de programa definidos. Para a educação da parte mais estudiosa, existem revistas especializadas, que discutem todos os problemas. Os livros circulam com grande facilidade. Há institutos de educação, de cultura. Realizam-se frequentemente cursos, conferências. As assembleias dos partidos são caracterizadas pela discussão de ideias. Os parlamentos agitam questões de interesse nacional. Tudo está definido. Todos conhecem as suas posições, nos partidos, nas correntes de ideias.

No Brasil não temos nada disso. Os partidos não orientam, os intelectuais se afastam do contato com o vulgo. Os livros circulam com dificuldade pela falta de organização editorial, pela dificuldade dos meios de transporte e as revistas mesmo vivem uma vida de sacrifício.

Fazer do jornal uma indústria num país como esse é um erro das piores conseqüências para a Nação. Quando não há partidos que orientem a massa popular, é a imprensa que cabe orientar.⁶

5 Erros de hoje, perigos de amanhã. *In*: A Razão: São Paulo, 5/6/1931, p. 3.

6 Erros de hoje, perigos de amanhã. *In*: A Razão: São Paulo, 5/6/1931, p. 3.

CAPÍTULO 2 PLÍNIO SALGADO E O JORNAL A RAZÃO

Podemos observar neste texto de Salgado algumas características que estarão presentes na futura Ação Integralista Brasileira: um partido de organização nacional, voltado à doutrinação da população em um “norte” nacionalista, utilizando assim uma organização de imprensa ideológica, além de toda uma produção teórica de obras para a construção de um *corpus* político e social. Ou seja, o que veremos mais tarde no movimento integralista é um projeto que já estava cristalizado em Salgado no jornal A Razão.

Desta forma, podemos notar que, para o autor, a população brasileira não estava preparada para a imprensa informativa. Se analisarmos em conjunto com outro texto publicado por ele na “Nota Política”, percebemos qual era a sua visão sobre a sociedade brasileira. Seria um “povo criança” incapaz de pensar por si mesmo e que deveria ser guiado por órgãos de formação. Nota-se a sua visão pessimista em contraponto com o seu nacionalismo exacerbado.

Logicamente, esta condução caberia à imprensa “sadia”. Aquela que levaria o país à glória. No entanto, embora a sociedade brasileira não estivesse preparada para a imprensa liberal, de acordo com a visão de Salgado, pela incapacidade do povo, era o modo como estava sendo organizado o jornalismo brasileiro. Entretanto, deveria haver uma reformulação, a criação de uma nova imprensa, que “cumprisse” o verdadeiro papel social.

Sendo assim, propõe como forma de atuação da imprensa no Brasil um modo alternativo de “quarto poder”, que não levasse em consideração a opinião pública, muito menos vigiasse a atuação dos poderes de governo, mas que dirigisse as mentes da população e a partir daí controlasse o próprio Estado. Assim, acredita que a imprensa no Brasil tinha de seguir os moldes de uma imprensa formativa, diferente da liberal: “precisamos ver surgir no Brasil numerosos órgãos de doutrina. Do tipo ‘*L’action Française*’, do ‘*Il Popolo d’Italia*’, da fase de organização do fascismo”.⁷ Ou seja, uma imprensa doutrinária, cujo objetivo não seria o lucro e sim a doutrinação da população em uma série de valores sociais, políticos, culturais e econômicos, embasados em uma doutrina nacionalista.

Pois em todos os países – e basta citar a Itália e a França, de onde conhecemos admiráveis mensários ou semanários de alta cultura – em que a revista desempenha um papel notável junto às classes intelectuais, vivem órgãos de imprensa, destinados ao grande público, que encaminham todas as questões para um plano elevado.

E essa deve ser a missão da imprensa. A de educadora das massas. A de fixadora de direções.

Cumpra à imprensa no Brasil assumir uma atitude a altura do nosso momento

7 Erros de hoje, perigos de amanhã. In: A Razão: São Paulo, 5/6/1931, p. 3.

histórico.⁸

Para Plínio Salgado, a imprensa seria a responsável pela construção de uma concepção nacional e identidade nacionalista, por meio da formação da população e do controle, por meio deste jornalismo, da opinião pública. Em resumo, a imprensa teria um duplo papel, teorizar a ideologia, e, a partir daí, doutrinar a população. Como aponta o próprio Salgado: “É à imprensa que compete teorizar e doutrinar. Para orientar e conduzir. Para arrancar o país da confusão e elevá-lo às claras definições e às atitudes nítidas e fortes”.⁹

Dentro de tal lógica, o jornal A Razão será o instrumento político que lhe permitirá conceber uma ideologia nos moldes fascistas e através dela arregimentar seguidores. É deste jornal que surgirá o primeiro movimento de massas organizado nacionalmente no Brasil. E pelo discurso presente na coluna de Plínio Salgado, podemos chegar à conclusão de que este era o seu objetivo, ao assumir o papel de liderança dentro do periódico (mesmo que ele não fosse, objetivamente, o dono do jornal).

Tal experiência é fundamental, pois a imprensa, dentro do movimento, tornar-se-á um dos principais pilares para a difusão da ideologia integralista. Para tanto, avultamos: dentro de toda a estrutura interna do movimento, a imprensa será um dos principais mecanismos de cooptação social e também de propaganda política, como também a sua importância vai se fazer presente na concepção política da AIB, através do atrelamento entre Estado e Imprensa, que se incorpora com o passar do tempo na ideologia, o que discutiremos mais adiante.

No momento, porém, precisamos esclarecer a importância que a imprensa possui para Plínio Salgado, e que será fundamental para a organização da AIB e da rede de jornais criada através dela, seguindo os moldes do jornal A Razão.

Abaixo discutiremos alguns elementos presentes na coluna “Nota Política” de Plínio Salgado e que se farão presentes na futura AIB.

NOTA POLÍTICA: UMA COLUNA NACIONALISTA

Ao analisarmos os textos publicados por Salgado na “Nota Política” podemos perceber como grande objetivo a criação de um novo modelo político, ou, até mesmo, fixar as bases para uma nova ideologia. Ao longo desses textos, podemos notar como Salgado começa a dar forma ao que viria a ser a futura AIB, pelo menos do ponto de vista ideológico, além da delimitação daquilo que deveria ser um Estado, que mais tarde se cristalizará na noção de “Estado Integral”. Também podemos observar, neste momento os pontos básicos do integralismo que são gestados: o nacionalismo (que já estava presente no pensamento “salgadiano” nos anos 1920 e permeia toda a sua

8 A imprensa no Brasil. *In*: A Razão: São Paulo, 19/9/1931, p. 3.

9 A imprensa no Brasil. *In*: A Razão: São Paulo, 19/9/1931, p. 3.

produção), o antiliberalismo, o anticomunismo, o anticapitalismo, a simpatia pelo fascismo e a opção pelo sistema corporativo, críticas à Revolução de 1930 etc.

Em sua coluna diária, estabelece o embrião do integralismo. Entretanto, devemos levar em consideração que nos textos não encontramos o autor organizando pontos em um pensamento único, coerente e pontualmente delineado. Contudo, podemos notar vários elementos trabalhados por ele na coluna, já estando num estágio muito semelhante ao que vai constar posteriormente no *Manifesto de Outubro*. Assim, podemos asseverar que Plínio Salgado vai construir o integralismo dentro de sua leitura sobre o quadro político nacional apresentada à sociedade na “Nota Política”. Dentro da coluna editorial, verificamos como vão surgindo os pontos básicos da doutrina. Abaixo analisaremos alguns deles, mediante exemplos retirados da “Nota Política”.

O ANTILIBERALISMO

Uma análise da coluna “Nota Política” nos remete a dois grandes inimigos da sociedade brasileira, de acordo com Plínio Salgado. O primeiro e mais imediato seria o liberalismo, que estaria arraigado na sociedade desde antes da República, e teria o seu ápice na “era das oligarquias” (1889-1930). O segundo seria o comunismo, uma ameaça que era tida como iminente, mas que atingiria o Brasil a médio e longo prazo. “Diante desse quadro geral do Brasil, quadro doloroso, assistimos a Nação desarmada daquilo que seria a sua maior força (o sentimento nacionalista) e sob a ameaça dos dois imperialismos: o de Moscou e o de Nova Iorque”.¹⁰

O liberalismo, ou a liberal democracia, nesta fase de maturação ideológica pré-AIB, representa tudo aquilo que Salgado mais execrava e também o que considerava a causa da ruína do povo brasileiro. Para ele, o Estado liberal colocava sempre os interesses de pequenos grupos dominantes acima dos nacionais, opondo-se assim a uma ideia de conjunto, de nacionalidade, porque o coletivo nacional jamais estaria em primeiro plano no liberalismo.

Essas classes, justamente por serem lideradas pelos comerciantes e industriais (entre os quais podemos incluir os fazendeiros que moram nas cidades) não podem ter, dada a natureza das suas atividades, um sentimento de Pátria. A sua preocupação tem um caráter de individualismo que internacionaliza todos os sentimentos. O sentimento do comércio é internacionalista. E ainda quando haja atitudes isoladas que pareçam contradizer essa regra, é preciso considerá-las como expressões de impulsos que não vieram precisamente do “espírito comercial”.¹¹

10 O pavoroso diagnóstico. *In: A Razão: São Paulo, 12/7/1931, p. 3.*

11 O pavoroso diagnóstico. *In: A Razão: São Paulo, 12/7/1931, p. 3.*

Seria calcada no individualismo, ou seja, nos interesses de grupos em oposição a um conceito de nação. “E portanto um regime de dissolução política (e portanto, de liberdade como ideal) e não de concentração política (e de deficiência como ideal) como é o sistema das massas, do povo, como entidade coletiva, como classe popular propriamente dita”.¹² Este individualismo levaria a um processo de “oligarquização” da sociedade dentro de um Estado liberal democrata. A democracia liberal, na visão de Salgado, seria um governo de minorias, contudo, minorias incapazes de serem os líderes de uma nação. Essa minoria oligárquica controlaria o Estado liberal, baseando sua ação pelo lucro, e assim, levaria a uma dissolução moral dos costumes sociais da população. Representaria um duplo perigo, o de colocar os interesses individuais acima dos coletivos e a uma desestruturação da base moral da sociedade. Desta forma, levaria a uma paulatina perda de identidade nacional por parte da população.

Essa lei da maioria numérica ocasional desligada de toda a finalidade moral (como seria uma organização cristã), ou social (como seria uma organização marxista) – esse anti-finalismo político da burguesia, além de converter a democracia sonhada numa oligarquia real, introduz na sociedade o germe da dissociação perigoso: o amoralismo político e jurídico. As constituições políticas passam a ser simples reflexos de uma soberania popular desligada de todo dever moral e simplesmente guiada por caprichos da vontade ou pelo utilitarismo das circunstâncias. E por sua vez o direito, base de todas as relações de justiça entre os indivíduos na sociedade, passa apenas a ser um reflexo de costumes e dos tempos, e sobretudo, da ordem econômica, sem nenhuma referência às normas morais inflexíveis a que se deve submeter.¹³

O Estado liberal democrático, embasado nesses preceitos individualistas, comandados por uma minoria, seria o entrave para a criação de um “Brasil Integral”. Para Salgado, “a marcha do liberalismo democrático é a expansão máxima do individualismo, conseqüentemente o caminho inevitável da desagregação social em relação à ‘unidade integral’”.¹⁴ Dentro de sua visão, o cidadão seria encarado como uma expressão política, um objeto a ser manipulado pelo governo liberal. Por sua vez, este “cidadão, baseado no velho critério da Revolução Francesa, vê no Estado, apenas o representante comum dos indivíduos do país, nas relações exteriores, assim como o provedor das necessidades relativas aos serviços públicos, nas suas relações de ordem interna, com a sociedade nacional”.¹⁵ Este Estado estaria embasado na “soberania nacional”, que seria o sufrágio universal. Mas com o sistema liberal, controlado pelos interesses individuais, quem

12 Oligarquismo político. *In: A Razão: São Paulo, 19/12/1931, p. 3.*

13 Oligarquismo político. *In: A Razão: São Paulo, 19/12/1931, p. 3.*

14 Federação e sufrágio (XIII). *In: A Razão: São Paulo, 17/1/1932, p. 3.*

15 O cidadão e o Estado. *In: A Razão: São Paulo, 17/7/1931, p. 3.*

CAPÍTULO 2 PLÍNIO SALGADO E O JORNAL A RAZÃO

comandaria seriam os grupos dominantes, e a população apenas teria a ilusão de participação política.

A preocupação de Plínio Salgado com a democracia liberal era tão grande que dedicou dentro da sua coluna uma coleção de textos específicos sobre o tema, chamada “Federação e sufrágio”, que teve vinte e três edições, entre janeiro e fevereiro de 1932. Para se ter uma noção, foi a maior coleção sobre um mesmo título/tema em seu espaço editorial.

Dentro de sua lógica de pensamento, “Federalismo” e “Sufrágio” seriam os dois principais erros do liberalismo no Brasil, onde o primeiro marcaria a descentralização e a falta de coesão interna; o segundo garantiria o controle das oligarquias sobre a nação a partir de politicagem e de interesses de grupos regionais.

Das relações políticas dos governadores na República Velha teria vindo a ruína do país e que teria acarretado a Revolução de 1930. Ou seja, desta “federação” de interesses regionais, calcados na corrupção das eleições e da troca de favores entre os governos regionais frente ao central.

A maneira como Campos Sales ordenou as forças eleitorais do país, para lançar a candidatura Rodrigues Alves, revela o sentido da política brasileira, que a Federação veio criar o que a sua continuidade veio agravar. Foi naquele instante que o presidente paulista lançou o primeiro punhado de pólvora, cujo acúmulo deveria explodir em 1930.

Estava lançada a política dos Governadores, que seria o rastilho para o predomínio de vinte sátrapas, que iriam dispor discricionariamente das forças eleitorais dos seus Estados.

Esses sátrapas acompanhariam os colegas que dispusessem dos maiores núcleos de populações votantes e o presidente da República requestaria a amizade e a aliança dos mais fortes.

Dessa maneira o chefe da nação perdia em autoridade o que adquiria em arbítrio e prepotência. Os excessos e abusos dos presidentes da República se originavam dos interesses dos presidentes de Estado aos quais eles se achavam ligados.¹⁶

Disto redundariam todos os problemas da República Velha e que ameaçariam retornar ao país, caso o governo revolucionário optasse pelo modelo federativo e baseado no sufrágio universal. Este pensamento liberal não apenas teria se arraigado na sociedade como também teria sido a base da ação das oligarquias durante a República. Toda a ação estaria embasada no manifesto do Partido Liberal, de 1869.

16 O cidadão e o Estado. *In*: A Razão: São Paulo, 17/7/1931, p. 3.

Como não poderia deixar de fora, Salgado analisa o sufrágio universal, considerado por ele “o cavalo de batalha da ala mais avançada dos liberais”.¹⁷ Assim, o voto, dentro de sua concepção, o liberalismo não traria a liberdade aos indivíduos viverem em sociedade, e seria apenas uma forma de controle e domínio por parte dos mais ricos sobre os mais fortes.

Na conclusão desta série “Federação e sufrágio”, coloca o liberalismo como um pensamento retrógrado e fadado à destruição diante das duas forças que dominariam o mundo: a extrema esquerda e a extrema direita. De um lado, o comunismo e, do outro, o fascismo.

O mundo contemporâneo não admite senão duas interpretações dos destinos da sociedade. Ou ficamos com a tese de Karl Marx e adotamos o princípio do materialismo histórico e o processo de revolução social; ou ficamos na extrema direita, afirmando que o homem e a sociedade objetivam, através das contingências econômicas ideais superiores, de natureza intelectual, moral e espiritual.¹⁸

Para ele, o liberalismo seria um dos caminhos para se chegar à extrema esquerda.

Se ficamos na extrema esquerda, podemos usar dos processos liberais democráticos como simples instrumentos de uma evolução fatal que os golpes imprevistos poderão precipitar. Se aceitamos, em todas as suas consequências, o desenvolvimento, no campo da sociologia e da política, dos princípios do experimentalismo científico, traduzido no pragmatismo teórico que, em última análise, se reduz a um empirismo cego, então nesse caso, é melhor que arranquemos as máscaras, rasguemos a nossa bandeira, ridicularizemos o hino nacional, declaremos o Brasil uma simples província em perspectiva do imperialismo russo.¹⁹

Salgado apresenta o liberalismo como o grande responsável pelos problemas da sociedade, contudo, o sistema liberal enquanto estrutura política, estava fadado ao fracasso diante das duas grandes forças que considerava preponderantes no século XX: o comunismo (uma espécie de sucedâneo do liberalismo enquanto materialismo) e a reação das forças nacionais, o fascismo (que seria uma resposta espiritualista às forças materialistas). Dos “escombros” do liberalismo, surgiria a guerra que colocaria frente a frente materialismo e espiritualismo.

ANTICAPITALISMO

17 Federação e sufrágio (XXIV). *In*: A Razão: São Paulo, 30/1/1932, p. 3.

18 Federação e sufrágio (XXVII - conclusão). *In*: A Razão: São Paulo, 3/2/1932, p. 3.

19 Federação e sufrágio (XXVII - conclusão). *In*: A Razão: São Paulo, 3/2/1932, p. 3.

Antes de analisarmos o comunismo, gostaríamos de nos prender ao capitalismo. Seria aquele que permitiria a ação do liberalismo, de um lado, e, do outro, abriria espaços aos comunistas.

O capitalismo teria sido a força propulsora das forças materialistas por meio do individualismo, baseado na busca pelo lucro. A ambição levaria ao crescimento, não do homem, mas de um desenvolvimento material, que ao invés de gerar benefícios, criaria desigualdades entre os grupos sociais que compõem as sociedades.

Salgado muitas vezes apresenta uma vinculação entre capitalismo e comunismo, como expressões do materialismo. É comum ver nesses textos, ao tratar do capitalismo, citar o comunismo (mas raramente encontramos o contrário, textos sobre o “credo vermelho” comparando-o com o “credo do capital”). Como podemos conferir no exemplo abaixo:

A tese do capitalismo é tão execrável como a do comunismo. Ambas se fundam na grosseira finalidade material da existência. Em geral, o capitalista não crê em Deus e não tem coração para avaliar as necessidades físicas, morais e intelectuais daqueles que a contingência dos planos sociais em que vivemos coloca sob seu domínio. O proletariado, também é ateu, e aprende de própria indiferença moral dos ricos, no livro aberto de uma sociedade materializada, a lição da impiedade, da crueldade em face do seu semelhante. [...]

A mentalidade capitalista e a proletária equivalem-se. São ambas materialistas. Ambas cruéis.²⁰

Da oposição dessas duas mentalidades cruéis levaria aos conflitos de classe, dentro do próprio sistema. Porém, o capitalismo seria o mais fraco, acabaria por ser dominado pelo comunismo. “E como o capitalismo é o mais frágil por ser o mais insincero, mais contraditório, mais imbecil, nas suas atitudes, acabará por dominar o comunismo”. Por isto, deveria ser travado o combate ao capitalismo para evitar que ele permitisse o domínio comunista sobre as sociedades ocidentais.

Ao mesmo tempo, para ele, o capitalismo, diferente do comunismo, poderia ser “domesticado” e utilizado para servir aos interesses nacionais. Ver trecho a seguir:

Temos que criar uma concepção de Estado na altura das circunstâncias. Que resolva a situação do operário, em face do capitalismo. Que imprima ao capital uma finalidade nacional e o subordine a um processo de evolução compatível com os interesses sociais e nacionais. Que situe a autonomia dos Estados, de sorte a evitar choques permanentes entre as ambições regionalistas na política nacional. Que imprima uma orientação segura aos interesses da economia brasileira e ao decoro da Nação. Um Estado baseado na realidade.²¹

20 A questão social. In: *A Razão*: São Paulo, 11/7/1931, p. 3.

21 A questão social. In: *A Razão*: São Paulo, 11/7/1931, p. 3.

ANTICOMUNISMO

Como vimos no ponto anterior, o liberalismo em decadência abriria espaços para o comunismo, de um lado, mas por outro, estava cedendo para o fascismo. O comunismo, assim, ascenderia como principal inimigo a ser combatido. A diferença fundamental é que o liberalismo seria uma “colcha de retalhos”, sem uma base doutrinária definida, cujo único objetivo era o lucro, e, assim, sem coesão, pois cada pequeno grupo tentaria defender os seus interesses, colocando-os sempre acima dos coletivos. Por este motivo, as forças espiritualistas facilmente derrubariam o liberalismo. Em relação ao comunismo era diferente, pois estaria embasado em uma doutrina política bem definida, cuja prática sempre se embasaria nesses princípios. Assim, o comunismo, para Salgado, era o inimigo primordial.

A revolução Russa, por exemplo, ainda em marcha, tem duas feições, a teórica e a prática. Os princípios de Marx e de Lenine são mantidos, como espinha dorsal do regime; tudo o mais são as formas que condicionam o desenvolvimento desses princípios. Quando triunfou o bolchevismo, Lenine compreendeu que era necessário fazer uma espécie de captação das forças nacionais e, ao mesmo tempo, dar possibilidades de estabilidade ao Estado Russo, afim de que dentro dele se fosse processando a revolução marxista. Isto não significa que os dirigentes da Revolução não saibam para onde devem ir. As divergências hoje naquele país existem em relação aos processos. Os debates entre Stalin e Trotski não é no tocante aos princípios, em que ambos estão de acordo. Existe o esquema doutrinário. Pode-se mesmo dizer que, de certo ponto de vista, o bolchevismo é um regime reacionário. E é reacionário justamente porque pretende pôr peias ao desenvolvimento normal da sociedade capitalista, condicionando-a no Estado. Por um lado, precipita a evolução social, transpondo estágios econômicos para chegar a forma adiantada do capitalismo de Estado; por outro paralisa o movimento de perpétua transformação a que obedece o senso materialista da evolução histórica, para cristalizar formas sociais prefixadas. Seja lá como for, o próprio comunismo traçou um programa, e tanto o traçou que possui uma constituição como qualquer país.²²

No trecho acima, podemos notar que dentro da perspectiva do autor, mesmo as divergências internas no comunismo não abalariam a sua ação, pois estaria sedimentada em uma base doutrinária sólida (diferente do liberalismo). Além disto, o comunismo cresceria por dentro do sistema liberal, aproveitando-se de todas as suas falhas, para atingir o seu objetivo primordial de dominação mundial.

Tal postura torna-se evidente quando analisamos o texto “Do liberalismo ao comunismo”, em que Salgado apresenta a sua leitura de como o liberalismo abria

22 Teoria e prática das revoluções (III). *In*: A Razão: São Paulo, 25/12/1931, p. 3.

espaços ao comunismo. Partindo de acontecimentos ocorridos na Espanha e usados como exemplo para demonstrar a sua posição.

A situação dos regimes de índole liberal-democrática é verdadeiramente insustentável em face das realidades contemporâneas. Ainda ontem num artigo publicado por esta folha, o Sr. Azaña, atual chefe do governo espanhol, incumbiu-se de assumir uma atitude tragicômica, que caracteriza a mentalidade de todos os democratas. [...] O Sr. Azaña substituiu o Sr. Alcalá Zamora, por não merecer este a confiança dos partidos de extrema esquerda. Aquele sorriso otimista do presidente democrático, que afirmava, em resposta às observações dos próceres conservadores da Europa, achar-se o seu país imunizado contra os excessos extremistas, não podia satisfazer as alas vanguardistas do socialismo espanhol. No meio da confusão dos espíritos, após a proclamação da República, os responsáveis por esta conseguiram fazer triunfar, como expressão da soberania popular da Espanha, as mentalidades medíocres, que serviriam de para-choques entre as pressões das esquerdas e a resistência das direitas parlamentares.²³

Dentro de toda a insegurança do regime democrático espanhol, embasado nos preceitos do liberalismo, as forças esquerdistas estariam agindo livremente, colocando em caos toda a sociedade, desde a queda da monarquia (aqui notamos que o autor pretendia estabelecer um elo entre os acontecimentos espanhóis e os brasileiros, “abrindo os olhos” dos seus leitores para o “fantasma do comunista”). Dos grupos de esquerda, os comunistas se sobressairiam devido ao fato de ter uma doutrina a ser seguida (e aqui retornamos ao fato de os comunistas possuírem uma base doutrinária e os liberais não).

Cumprir acentuar que as correntes esquerdistas da Espanha possuem uma variada coloração, que vai dos liberais democratas, aos sindicalistas e anarco-sindicalistas, todas as forças manobradas pela superior inteligência e critério científico dos comunistas, que conhecem muito mais o sentido dos movimentos dialéticos das revoluções do que os líricos esquerdistas mascarados de liberalismo e de agnosticismo, que constituem a água de flores de laranjeiras, que jamais conseguiu aplacar a superexcitação nervosa das massas populares.²⁴

A Espanha no momento em que deveria fazer a escolha entre uma das duas doutrinas que dominariam o século XX, comunismo e fascismo, e afastando-se definitivamente do liberalismo decadente, estava fazendo exatamente o contrário, seguia o caminho liberal.

A Espanha, pois, em pleno século em que os povos mais civilizados estão

23 Do liberalismo ao comunismo. *In*: A Razão: São Paulo, 2/12/1931, p. 3.

24 Do liberalismo ao comunismo. *In*: A Razão: São Paulo, 2/12/1931, p. 3.

discutindo noutra terreno, isto é, tratando de decidir aí deverão marchar definitivamente para o conservadorismo, para o Estado Integral, ou para o esquerdismo, para o Estado Econômico, parcial, que toma o homem e a sociedade, apenas sob aspecto de seus interesses materiais, a Espanha neste século de fortes realidades, tomou a posição que os outros países já tomaram há mais de cinquenta anos, e da qual estão hoje se retirando: a posição agnóstica, do liberalismo sem finalidade definitiva.²⁵

O caso espanhol servia de exemplo para que o Brasil, saído de uma revolução que havia deposto as oligarquias e retirando-as do poder, não retornasse ao caminho do liberalismo. Também, quando estivesse diante da escolha entre materialismo e espiritualismo, deveria seguir a segunda.

Outra diferença fundamental que encontramos na leitura de Salgado sobre liberalismo e comunismo é no tocante aos indivíduos que seguem as duas ideologias. Os comunistas eram vistos como adversários mais valorosos do que os liberais, pois a sua ação estaria pautada em princípios doutrinários, enquanto os liberais teriam por objetivo apenas o lucro. Como podemos observar quando dedica uma de suas colunas a Luiz Carlos Prestes:

A figura de Luiz Carlos Prestes é dessas tão vigorosas, tão marcadamente varonis, que não se compreende que possam os adversários das ideias que ele prega agir com escrúpulos sentimentais [...]. Ninguém, no Brasil, pode agora dizer que está possivelmente iludido por ele, que o acompanha sem saber porque. Ele não é mais uma ameaça vaga. Para os marxistas, é uma esperança nítida, concreta; para os adversários dessas ideias, é o perigo, também nítido, concreto. Para uns, é o amigo, que não ilude; para outros, o inimigo, de viseira erguida. É, enfim, um homem. É uma figura respeitável, que não se deve tratar com sofismas e subterfúgios, com benevolências e benefícios magnânimos. Esta atitude da parte de seus julgadores não está de acordo com a estatura de Luiz Carlos Prestes. Os grandes homens como Prestes, não admitem situações intermediárias. Ele não é um medíocre: é uma afirmação integral de caráter e varonilidade, que deve ser tratado, também, com afirmações integrais.²⁶

Apesar de vistos com respeito e combatidos pelos espiritualistas de forma aguerrida, os comunistas deviam ser temidos, embora seguissem princípios norteadores; estes não seriam embasados em valores morais, nacionais e religiosos, o que fazia deles, dentro da visão de Salgado, inimigos perigosíssimos. Os comunistas tanto por suas características quanto por suas qualidades, como forma de atuação, estariam se inserindo na sociedade, dentro das próprias brechas abertas pela sociedade liberal. Porquanto o comunismo era o “temporal” que estaria se aproximando.

25 Do liberalismo ao comunismo. *In: A Razão: São Paulo, 2/12/1931, p. 3.*

26 Força contra força. *In: A Razão: São Paulo, 8/8/1931, p. 3.*

CAPÍTULO 2 PLÍNIO SALGADO E O JORNAL A RAZÃO

Enquanto se processa o jogo dos partidos e as comadres confabulam, ora armando conspirações, ora armando o castelo de cartas das alianças e dos corrilhos, o temporal se aproxima. Com a velha casa desmantelada, a política brasileira oferece a impressão de um estalar de vigas e traves, prenunciando o irremediável desmoronamento de uma sociedade corrompida. E a onda vermelha caminha, inexoravelmente. Caminha como um castigo sobre um país onde os responsáveis pelos destinos da Pátria perderam o senso do sadio nacionalismo.²⁷

Uma análise nos textos da “Nota Política” nos mostra que para o autor, o comunismo estaria se espalhando da mesma forma em todas as sociedades ocidentais, ainda organizadas nos moldes liberais (como no caso espanhol), seguindo uma mesma matriz: a URSS.

Na Rússia foi assim, e sucumbiram todos os partidos. E aqui também poderá acontecer a mesma coisa, pois ninguém ignora o vulto que vem tomando ultimamente na consciência das classes proletárias, da própria burguesia, da pequena burguesia principalmente, e até no espírito dos militares, a fascinação do credo vermelho.

Enquanto os partidos discutem, aproxima-se mais Carlos Prestes, e estabelece ligações com elementos que convivem com esses próprios partidos. Ursos e renas, amigos de agora, adversários de amanhã, serão devorados pelas vagas.²⁸

Em resumo, o comunismo seria a expressão máxima do materialismo, o grande mal a ser combatido. Para enfrentar esta ameaça que se colocava diante das nações ocidentais, apenas uma reação nacional e espiritual poderia fazer frente. Diante disto, o fascismo e outras “soluções nacionalistas” eram a resposta espiritualista para evitar a “maré vermelha” que estaria corroendo a sociedade ocidental.

Assim sendo, Plínio Salgado estabelecia as bases de sua ação política, justificando como uma resposta nacionalista ao liberalismo em decadência e ao comunismo ascendente.

NACIONALISMO, INTEGRALISMO E O ESTADO INTEGRAL

Plínio Salgado perguntou aos seus leitores “Para onde vamos?”, em determinado momento. “Para uma república democrática parlamentar? Para um regime republicano presidencialista? Para o fascismo, para o comunismo? Para um regime unitário ou para um sistema federativo? Para uma orientação socialista, ou um rumo capitalista? Para

27 A marcha dos “icebergs”. *In: A Razão: São Paulo, 21/4/1932, p. 3.*

28 A marcha dos “icebergs”. *In: A Razão: São Paulo, 21/4/1932, p. 3.*

o liberalismo agnóstico, ou para o confessionalismo? [...] Para onde vamos?”²⁹ Esta pergunta baseava-se de um lado pela indecisão ideológica do Governo Provisório de Vargas, e do outro pelo fato do autor preparar as bases de um “novo” modelo político, através das páginas do jornal A Razão.

Para ele, a luta entre materialismo e espiritualismo, corporificada pela oposição entre comunismo e os regimes nacionalistas, estaria baseada não em democracias, mas em regimes de força, ditaduras. O mundo “moderno” não admitiria situações intermediárias.

A Europa nos oferece hoje três tipos de ditadura. Todos os três fundamentados num conceito muito claro, muito definido de Estado. Todos os três justificando doutrinarmente a soma de poderes que se enfaixem nas mãos do Ditador.

Essas três expressões do governo são: a Rússia, a Itália; e Portugal. Entre as duas últimas estão as ditaduras mais ou menos assemelhadas de outros países. Todas, entretanto, com base ideológica. Todas criando um alicerce em que se esteiam as leis emanadas do Chefe da Nação, isto é, a concepção de Estado e do Governo.

Já Benito Mussolini afirmou, e é verdade, que não se compreende um povo que viva sem um estatuto consubstanciador do pensamento político que o dirige. E, realmente, assim é. Por isso todas as ditaduras dos países civilizados se apoiam hoje em dia num corpo de ideias mediante o qual são apreciados todos os problemas de ordem política e técnica.³⁰

A força comunista só poderia ser combatida pelo nacionalismo. Estas forças deveriam ser regidas por uma liderança competente, sendo este um líder que fosse o representante de todos os valores sociais, morais e religiosos (no caso nacionalista), e, portanto, respeitado dentro de um princípio de disciplina (princípio da hierarquia – culto ao líder).

O fascismo italiano teria sido a primeira reação das forças nacionais contra as forças do materialismo. Para Salgado, a Itália era uma nação que inspirava e devia ser um exemplo a ser seguido. Este país, sob o “manto” do fascismo, corporificava em si as glórias do passado romano, tanto espirituais quanto materiais, e com isto abria as perspectivas para o futuro. A partir do exemplo italiano, começariam a surgir em outros países as reações nacionais às forças nacionalistas. Como era o caso português, que seria muito semelhante ao caso brasileiro (dentro da visão de Salgado).

A República Portuguesa esgotou-se no delírio do liberalismo, que multiplicou as revoluções, as intencionas, as desordens; que fez deflagrar no seio do parlamento todas as competições estreitas dos partidarismos sem ideias nem

29 Teoria e prática das revoluções (III). *In: A Razão: São Paulo, 25/12/1931, p. 3.*

30 Tipos de ditaduras. *In: A Razão: São Paulo, 1/9/1931, p. 3.*

programas; que alienou a política pessoal e caudilhesca e que terminou pela instabilidade de todos os governos. O sistema parlamentar, num país sem correntes de opinião nitidamente definidas segundo pensamentos doutrinários exatos, só pode redundar num tumulto de ideias, na baixa do nível intelectual das assembleias nacionais. Pouco a pouco, Portugal foi chegando à mesma situação a que havíamos chegado no Brasil, de lutas eleitorais em torno de interesses locais e distritais.³¹

Por meio de um regime de força, Portugal tinha conseguido se livrar dos problemas que também assolariam o povo brasileiro.

Mas não faltou à gloriosa nação o grande instinto que salva os povos superiores nos momentos críticos da sua história. E quando todo o mundo vai sendo solapado pelo “mal da liberdade”, que aproveita aos fortes e aos exploradores das crises, em detrimento do princípio da autoridade nacional e das massas trabalhadoras, operou-se na terra dos nossos maiores um movimento de saúde e de energia. A ditadura Carmona começou a realizar o seu plano de salvação nacional. E o sr. Oliveira Salazar iniciou a sua obra notável de reconstrução econômico-financeira.³²

Outro exemplo seria a Alemanha com a ascensão do nacional socialismo, superando o liberalismo da República de Weimer e opondo-se abertamente ao comunismo. Para o autor,

Entre esses dois campos de tendências da humanidade de hoje, está a corrente intermediária, que é o nacional socialismo. Nesta corrente, é traçada ao homem, não somente uma finalidade espiritual, nem uma finalidade material, mas uma finalidade nacional [...].

O nacional socialismo, desde que mantenha firmemente o seu papel de integração de todas as forças nacionais no Estado, tende a harmonizar a situação econômica dos povos com a sua finalidade espiritual. E é por isso que quer fazer do Estado a síntese das realidades econômicas, religiosas, culturais e artísticas. O Estado, para o nacionalismo bem compreendido, é um instrumento de expressão dos elementos essenciais constitutivos dos povos.³³

Para ele, esta influência ou inspiração não estaria em antagonismo com uma perspectiva nacionalista.

Não se compreende uma política baseada exclusivamente nas realidades brasileiras, tomadas essas como causa e efeito. E não se compreende também uma política firmada exclusivamente numa série de ideias abstratas, sem

31 Democracia e nacionalismo. *In: A Razão: São Paulo, 12/12/1931, p. 3.*

32 Democracia e nacionalismo. *In: A Razão: São Paulo, 12/12/1931, p. 3.*

33 Posição social-democrata. *In: A Razão: São Paulo, 29/9/1931, p. 3.*

consciência com os fenômenos ambientes.

O próprio nacionalismo, que seria, originando-se exclusivamente das realidades, uma consequência vaga e transitória, pode levar a erros, os mais lamentáveis, se ele não constituir um meio e pretender firmar-se como finalidade despótica.³⁴

De acordo com Salgado, o nacionalismo deveria nascer de um cultivo à memória do passado dessa sociedade (vide caso italiano citado anteriormente), tornando o culto um elemento de agregação social, algo que convergisse à coletividade.

Não é verdade que os povos em decadência sejam aqueles que cultuam a sua história e os heróis do seu passado. Muito ao contrário, a decadência dos povos se assinala pelo esquecimento das tradições nacionais. São exatamente os povos mais fortes e em pleno desenvolvimento os que mais cultivam a memória dos seus antepassados e os episódios que marcaram as sucessivas etapas da sua vida coletiva.³⁵

Entretanto, no Brasil, as forças do materialismo teriam atacado o sentimento nacionalista, fato que colocaria em risco a própria sobrevivência da nação brasileira, caso não houvesse uma reação nacional.

O nosso Brasil (e para este fato chamamos a atenção da mocidade civil e militar) está sofrendo o desprezo dos seus filhos. Assistimos à decadência, cada vez maior do sentimento de Pátria. Esse sentimento está hoje entre dois fogos impiedosos: o regionalismo e o internacionalismo.

Entre nós, quem não puxa a brasa para a sua província é porque está embriagado pela cocaína de Moscou.

O brasileiro já não ama mais o Brasil. Ou está encharcado pelas teorias comunistas que ridicularizam o sentimento nacional, ou está superexcitado pelos ressentimentos ou pelos entusiasmos locais, que coloca acima dos interesses da Pátria, que ele renega.³⁶

A única saída encontrada por Salgado seria uma reestruturação da nação em torno da coesão nacional, que objetivaria salvar o Brasil dos inimigos internos e externos.

O único remédio é a disciplinação das forças sociais; a coordenação harmoniosa das forças produtoras; o superamento pelos interesses da Nação Total, de todos os interesses de províncias, de classe e de indivíduos. Integrar no Estado Brasileiro todas as suas forças morais e materiais. Impor diretrizes claras,

34 Realidades e finalidades. *In: A Razão: São Paulo, 15/9/1931, p. 3.*

35 As fontes do espírito nacional. *In: A Razão: São Paulo, 19/11/1931, p. 3.*

36 Federação e sufrágio (XXVII - conclusão). *In: A Razão: São Paulo, 3/2/1932, p. 3.*

CAPÍTULO 2 PLÍNIO SALGADO E O JORNAL A RAZÃO

francas, decisivas, corajosas, a esse povo de boa índole, generoso, trabalhador, que só está a espera de uma elite dirigente na altura de compreender as realidades do país e do mundo.³⁷

Outrossim, necessitaria de um governo ditatorial, que conduzisse a sociedade brasileira ao “caminho certo” do espiritualismo embasado na “pureza do nacionalismo”. Um governo que se obrigasse a ser forte e constituído de ideias “integrais”.

Os governos fortes só podem ter base em ideias, em programas de ideias claramente expostas à Nação. Essas ideias tem de ser integrais. Devem abranger a própria natureza, a finalidade e o progresso de formação, de expressão e de funcionamento do Poder Público.

Não se compreende uma ditadura sem a concepção total da sua essência e das suas diretrizes.

Na hora atual, o Brasil precisa de um período de dilatada ditadura. Pelo menos até que o povo resolva interessar-se pelas ideias políticas, pois até agora só se está interessado pelos homens políticos. Enquanto durar essa indiferença, dos brasileiros pelas questões fundamentais que se relacionam com o seu próprio destino, precisamos de uma ditadura que possa tutelar um povo sem consciência de seus interesses [...].

Precisamos de uma ditadura baseada numa essência doutrinária, coadjuvada pelos estudiosos, técnicos, especialistas nos assuntos nacionais.³⁸

Um governo ditatorial seria o responsável por salvar a nação, libertando-a de todos os problemas materiais.

Realizar sobre os desastres nacionais para os quais caminham os partidos, o Estado Brasileiro nacionalista e integralista, não embriagado com falsos liberalismos e deletérias democracias; não envenenado de ambições facciosas ou regionais; mas o Estado expressivo dos que produzem, dos que trabalham, dos que pensam, dos que sabem renovar-se para salvar a Nação.

É a Revolução que vai começar.³⁹

Aí entra o papel fundamental do jornal, que seria responsável por transmitir aos leitores as bases da ideologia integralista.

O espírito conservador e nacionalista desta folha não nos permite – sabemos todos os que nos leem – aplaudir a manutenção de uma Ditadura sem a

37 Federação e sufrágio (XXVII - conclusão). *In: A Razão: São Paulo, 3/2/1932, p. 3.*

38 A ditadura. *In: A Razão: São Paulo, 10/12/1931, p. 3.*

39 O esboroamento dos partidos. *In: A Razão: São Paulo, 22/4/1932, p. 3.*

condicionamento ideológico, sem uma doutrina claramente exposta, sem rumos econômico-sociais, morais, culturais e políticos clara e definitivamente assentes como base da construção integral da Nacionalidade [...].

O nosso ponto de vista é doutrinário. Como doutrina, pregamos uma concepção integralista do homem e da sociedade. Como integralistas, aspiramos uma Nação unida e forte.⁴⁰

Mas é interessante notar, no trecho citado acima, a noção da “missão” do jornal como instrumento para a doutrina integralista. A partir desta concepção “integralista”, Salgado vai pregar uma nova visão de Estado, que posteriormente será denominado de “Estado Integral”.

O que viria a ser este Estado e como ele iria se organizar?

Diferente do liberal, mínimo e não intervencionista, o novo Estado deveria intervir e guiar todas as esferas da sociedade, controlando deste modo os rumos da nação. Seria um Estado que exerceria o seu poder “na maior órbita possível”. Aquele que “discipline e oriente as forças vivas da nacionalidade”. Também seria o responsável pelo “controle sobre as relações entre Capital e o Trabalho”.⁴¹

Acima de tudo seria um Estado forte, que garantiria o controle social e o poder entre os interesses individuais e coletivos.

O Estado como força suprema interveniente nos rumos e finalidades sociais. O Estado que, garantindo a propriedade e a iniciativa privada, saiba demarcar os limites do exercício das liberdades individuais, segundo os interesses gerais e nacionais [...].

O Estado que defende o Indivíduo contra a Sociedade e defenda a Sociedade contra o Indivíduo; que realize a harmonização de todos os elementos humanos de que se estrutura um país, que seja o impositor do equilíbrio, o mediador máximo, o juiz e o orientador.⁴²

Tal organização estatal, estruturada “como uma expressão das aspirações essências e integrais do homem”, seria capaz de trazer a verdadeira liberdade. Depois que conhecesse esta concepção, a população brasileira não iria querer mais a velha mentalidade liberal, e sim a voz de comando que o levaria até o Estado ideal, “Integral”.

APONTAMENTOS FINAIS

No final da década de 1920 quando Plínio Salgado rompeu com o Partido Republicano Paulista (PRP) deixou claro sua insatisfação com a agremiação. Entre os

40 Registro. *In*: A Razão: São Paulo, 25/2/1932, p. 3.

41 A verdadeira concepção de Estado. *In*: A Razão: São Paulo, 4/9/1931, p. 3.

42 A verdadeira concepção de Estado. *In*: A Razão: São Paulo, 4/9/1931, p. 3.

CAPÍTULO 2 PLÍNIO SALGADO E O JORNAL A RAZÃO

pontos de discordância estava o fato de que o PRP utilizava amplamente a repressão contra a população ao invés da construção do consenso. Para Salgado era inconcebível que um partido que tinha um dos maiores jornais de circulação no país – o Correio Paulistano – lançasse mão da violência sem ao menos se dar ao trabalho de conquistar a simpatia da população. Plínio Salgado desde jovem teve contato com poder da imprensa, tanto que aos vinte e um anos fundou seu primeiro jornal – Correio de São Bento – e na década de 1920 chegou a ser redator do Correio Paulistano.

Ao retornar de sua viagem para a Europa, influenciado pelas ideias fascistas de Benito Mussolini, resolveu fundar um partido de orientação fascista no Brasil. Para isso, utilizou como ferramenta para a difusão ideológica a imprensa periódica. O jornal A Razão foi o útero para a concepção do que viria ser a Ação Integralista Brasileira por meio da coluna editorial *Nota Política* de Plínio Salgado. Tanto os pontos básicos da ideologia integralista – antiliberalismo, anticomunismo, anticapitalismo, simpatia pelos regimes fascistas europeus e nacionalismo exacerbado – foram definidos na *Nota Política*. Ao mesmo tempo, com a ideologia em formação Plínio Salgado passou a estabelecer contatos com outros partidos e grupos proto-fascistas, além de criar a Sociedade de Estudos Políticos (SEP).

Com o levante paulista de 1932 o jornal A Razão foi “empastelado” e o lançamento formal do movimento concebido por Plínio Salgado foi adiado. Ao final do conflito, em outubro de 1932, Salgado publicou o manifesto que fundou a Ação Integralista Brasileira. Dentro da AIB a imprensa teve um papel de grande destaque, sendo a principal arma de difusão ideológica e expansão do integralismo. O movimento criou uma grande rede de imprensa, tendo como modelo o jornal A Offensiva, que seguiu os mesmos moldes de A Razão e tendo como ponto principal uma coluna editorial assinada pelo então Chefe Nacional, Plínio Salgado.

REFERÊNCIAS

- BAHIA, Juarez. *Jornal História e Técnica*. Santos: Livraria Martins Editora, 1967.
- BARROSO, Gustavo. *O que o integralista deve saber*. Rio de Janeiro: Schimdt, 1933.
- BERTONHA, João Fábio. *Sobre a direita. Estudos sobre o fascismo, o nazismo e o integralismo*. Maringá: Eduem, 2008.
- _____. *Fascismo, nazismo, integralismo*. São Paulo, Ática, 2005.
- _____. *Bibliografia orientativa sobre o integralismo*. Jaboticabal: Funep, 2010.
- CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *Integralismo e política regional: a Ação Integralista Brasileira no Maranhão*. São Paulo: Anna Blume, 1999.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: EDUSP, 1999.

GONÇALVES, Leandro Pereira. *Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.

_____; CALDEIRA NETO, Odilon. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. *O inimigo mortal do sigma: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira*. Rio Grande: Pluscom, 2011.

_____. *História da imprensa da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)*. São Paulo: LiberArs, 2019.

PAYNE, Stanley G. *Historia del fascismo*. Barcelona: Editorial Planeta, 1995.

SALGADO, Plínio. *O que é integralismo*. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1933.

_____. *Despertemos a nação*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

_____. *Psicologia da Revolução*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2ª edição, 1935.

SILVA, Giselda Brito (Org.). *Estudos do Integralismo no Brasil*. Recife: Editora UFRPE: 2007.

_____; GONÇALVES, Leandro Pereira; PARADA, Maurício. (Orgs.). *Histórias da Política Autoritária: Integralismos, Nacional Sindicalismo, Nazismo e Fascismos*. Recife: Editora UFRPE, 2010.

TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro da década de 30*. São Paulo: DIFEL, 1974.

VASCONCELOS, Gilberto. *A ideologia curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

O NACIONALISMO E A NAÇÃO INTEGRAL AUTORITÁRIA

A Ação Integralista Brasileira (AIB) ou integralismo foi um movimento político de extrema direita, fundada por Plínio Salgado em 07 de outubro de 1932 e existente até 1937. Seu principal objetivo era estabelecer no Brasil um poder centralizado e forte, baseado no nacionalismo integral que defendia, de forma autoritária, a unidade racial do brasileiro, representada pelo mestiço. A questão racial estava fortemente presente no modelo de nação defendido pela AIB, que dialogava com as formulações elaboradas pelos intelectuais nacionais acerca da nação e do povo brasileiro entre o final do século XIX e a década de 1930.

Durante sua existência como movimento e partido político, a AIB defendia que poderia transformar o Brasil em uma nação integral, por meio da implantação da doutrina e da organização administrativa e burocrática integralista no país. Para tanto, mantinha uma organização administrativa hierárquica rígida, organizada em núcleos regionais, províncias, secretarias, e chefia nacional, exercida pelo seu idealizador e criador Plínio Salgado que representava o poder máximo do movimento. O integralismo também mantinha uma milícia equipada e pronta para agir em favor da consolidação e manutenção do poder. Esse modelo burocrático seria mantido quando o movimento assumisse o poder político da nação e estabelecesse o estado integral.

- 1 Texto adaptado da publicação O lugar das raças no projeto de nação da Ação Integralista Brasileira. Revista Espaço Acadêmico (2010).
- 2 Docente EBTT de História no Instituto Federal de Santa Catarina, campus Florianópolis.

A propaganda, os símbolos e os rituais eram muito utilizados para a divulgação das ideias integralistas e é possível perceber a presença do nacionalismo desde a palavra de ordem escolhida pelo chefe nacional: *Anauê*.³ Para os integralistas, esta palavra, ao resgatar as origens da nação, representava a brasilidade do movimento.

A simbologia era muito importante para a AIB: o Sigma (Σ) representava a integração e/ou o desejo de integrar todos os cidadãos brasileiros na unidade nacional, estava destacado na bandeira integralista, presente nas grandes marchas realizadas para demonstrar a força da organização, com centenas de militantes uniformizados de camisas verdes.

Além disso, havia uma série de rituais para os adeptos do integralismo: os camisas verdes poderiam afirmar seu pertencimento à AIB nos batizados, casamentos e funerais, rituais descritos nos protocolos. As datas importantes do movimento também transmitiam a ideologia e fortaleciam a organização em celebrações ritualísticas: A noite dos tambores silenciosos era realizada no dia 07 de outubro, em comemoração à data de criação da Ação Integralista Brasileira.⁴

Em 1936 a AIB foi transformada em partido político, demonstrando seus objetivos de chegar ao poder por vias eleitorais, como acontecera com outros movimentos fascistas pelo mundo. Nas eleições legislativas desse ano elegeu vereadores e deputados em diferentes cidades e estados. A finalidade era participar da eleição presidencial que seria realizada em 1938 e elegeu o Chefe Nacional, Plínio Salgado, como presidente do Brasil para, assim, implementar seu projeto de nação integralista. A eleição de 1938 não ocorreu devido ao golpe do Estado Novo de Vargas, que proibiu a existência de partidos políticos, assinalando o fim da Ação Integralista Brasileira enquanto partido.⁵

Durante sua existência como movimento político, a Ação Integralista Brasileira valorizou o nacionalismo, a autoridade, a hierarquia, a disciplina e a força, ideologicamente defendia o anticomunismo, a antidemocracia, o antiliberalismo e o antisemitismo. Dessa maneira, a organização, a administração e, principalmente, a doutrina integralista se baseavam em uma aparência autoritária, aos moldes dos movimentos fascistas.

Contudo, havia divergências entre as principais lideranças em relação à importância de cada uma das características da doutrina integralista.⁶ A maneira como os líderes, doutrinadores e ideólogos da AIB defendiam determinados aspectos da sua doutrina variava de acordo com seus interesses e perspectivas. No mesmo sentido,

3 Palavra de origem tupi, traduzida como “Você é meu amigo” pelos líderes integralistas e utilizada como saudação, o que caracterizaria o nacionalismo presente no movimento.

4 Sobre os rituais integralistas, há um trabalho interessante de Pedro Ernesto Fagundes (2009).

5 Depois da implantação do Estado Novo e da proibição da existência de partidos, a AIB foi transformada na Associação Brasileira de Cultura (ABC), para destituir-se de seu caráter político, existindo até maio de 1938, quando, depois de uma tentativa frustrada de tomada de poder, foi extinta por Getúlio Vargas.

6 Sobre a tríade na liderança integralista: Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale e suas divergências ver Trindade (1974) e Caldeira Neto; Gonçalves (2020).

CAPÍTULO 3 O AUTORITARISMO E O LUGAR DAS RAÇAS NO PROJETO DE NAÇÃO

os motivos para que militantes se filiassem ao movimento político e se apropriavam de seus princípios também era diverso.

Em meio à diversidade de opiniões e à subjetividade da motivação para entrar para as fileiras da AIB, é possível inferir que o nacionalismo era essencial para a AIB, pois representava o principal argumento utilizado pelo Chefe Nacional na defesa do movimento e também um ponto de convergência a todos os brasileiros. Ao mesmo tempo, o nacionalismo não contradiz as outras características do integralismo. Trindade (1974, p. 152) elenca os motivos individuais dominantes para adesão dos militantes integralistas: o nacionalismo aparece como o terceiro motivo, depois do anticomunismo e da simpatia pelo fascismo.

O nacionalismo pode ser considerado um elemento aglutinador para angariar adeptos à AIB. De acordo com a doutrina integralista, seu patriotismo representava as aspirações do povo brasileiro. Assim, a AIB se apresentava como o único e verdadeiro responsável pela restauração dos valores nacionais e pela (re)organização da nação no Brasil. Ao mesmo tempo, era o integralismo que definia quem era o povo e a pátria a serem consolidadas na nação integral, demonstrando o aspecto autoritário desse projeto.

O lema integralista: Deus, Pátria e Família reforça a importância do nacionalismo, destacando que a nação, ao lado da religião e da família, formava a tríade fundamental a ser defendida e valorizada por todos os integralistas e, por conseguinte, por todos os brasileiros. O Manifesto de Outubro de 1932, documento oficial de fundação da AIB também evidencia a valorização da pátria, bem como o caráter nacionalista do movimento. No trecho abaixo é possível observar a defesa de que somente a AIB poderia unificar todos os elementos nacionais para estabelecer a nação brasileira:

Levantamo-nos num grande movimento nacionalista, para afirmar o valor do Brasil e de tudo que é útil e bello, no caracter e nos costumes brasileiros num só espirito [...] todos os que ainda têm no coração o amor de seus maiores e o entusiasmo pelo Brasil. Temos de nos afirmar como um povo unido e forte que nada mais poderá dividir. *O nacionalismo para nós não é apenas o culto da Bandeira e do Hymno Nacional; é a profunda consciência das nossas necessidades, do caracter, das tendencias, das aspirações da Patria e do valor da raça.* Essa é uma grande campanha que vamos empreender (MANIFESTO... 1937, p. 2, grifo nosso)⁷.

Assim, o nacionalismo e a importância da raça brasileira estão presentes desde o início do movimento integralista, que se afirmava como o único movimento político habilitado a criar no país uma nova nação, forte e independente diante das demais,

7 O Manifesto de Outubro citado foi republicado no jornal integralista A Offensiva em 13 de junho de 1937, por ocasião da campanha eleitoral da AIB que lançou o nome do seu chefe nacional, Plínio Salgado, como candidato para disputar as eleições presidenciais a serem realizadas em 1938. Manteve-se a grafia original do documento.

a partir da valorização e conservação dos aspectos genuinamente brasileiros: a raça e a tradição histórico-cultural nacional.

Para consolidar a nação brasileira integral seria imprescindível modificar a estrutura econômica do país, nacionalizando os bancos, as minas, a energia hidrelétrica e o petróleo; e controlando as redes de transportes e comunicações. Seria necessária ainda a “revisão de todos os contratos assinados com estrangeiros; a renegociação da dívida externa; a reforma do serviço diplomático; uma legislação mais rigorosa para a imigração [...]” (LEVINE, 1980, p. 130). Os problemas econômicos e estruturais brasileiros, de acordo com o objetivo integralista de nação, estariam relacionados à falta de projetos econômicos nacionalistas por parte do governo.

Mais do que controlar a economia, a nação integral deveria privilegiar os elementos culturais que caracterizassem a pátria, o que pode ser apreendido nos objetivos de Plínio Salgado em “afirmar o valor do Brasil e unir todos os brasileiros num só espírito para construir uma nação una, indivisível, forte, poderosa, rica e feliz” com o propósito de criar uma “cultura, uma civilização, um modo de vida genuinamente brasileiro” (TRINDADE, 1974, p. 209-210).

No seu projeto político de nação, que pode ser entendido como projeto de nação do próprio movimento integralista, o chefe nacional apresentava a ideia da formação de uma nova raça sobre uma base étnica comum, o elemento tupi. Assim, a partir desse denominador comum todos os traços étnicos que constituíam a nação (incluindo os imigrantes estrangeiros) determinavam uma “possibilidade maior para que se plasme no Brasil um tipo humano futuro, que será, incontestavelmente, dos mais superiores e inteligentes” (SALGADO apud TRINDADE, 1974, p. 46-47).

Nessa Nação, quais seriam os lugares reservados para as diversas raças e etnias que formavam a sociedade brasileira no período de existência da AIB? Ou, como a questão racial estava presente nesse projeto? É o que será apresentado a seguir.

RACISMO E O LUGAR DAS RAÇAS NA NAÇÃO INTEGRAL

Podemos entender a questão racial no projeto político de nação do integralismo de duas maneiras: a primeira, que aborda as diferenças étnicas e culturais, e a segunda em que aparecem as raças⁸ no sentido biológico do termo. Na maior parte das vezes, os dois aspectos aparecem interligados, dificultando sua diferenciação. Natália Cruz (2004) destaca que para o integralismo a nação deveria ser racial e etnicamente homogênea. Esta homogeneização se daria por meio da miscigenação da população. Para os integralistas, a mistura de raças estaria relacionada também às tradições

8 O debate sobre a existência de raças humanas já foi superado nas ciências biológicas, com estudos genéticos. Está comprovado que existe uma espécie humana e os diferentes fenótipos não são diferentes raças. Não obstante, nas ciências humanas, o conceito de raça pode ser utilizado para compreensão dos aspectos históricos do racismo. Ver Meyer (2017).

CAPÍTULO 3 O AUTORITARISMO E O LUGAR DAS RAÇAS NO PROJETO DE NAÇÃO

históricas, culturais e religiosas presentes na sociedade brasileira desde o processo histórico da colonização. Ou seja, desde a sua formação, o Brasil se apresentava como uma sociedade mestiça, constituída por indígenas, brancos – portugueses- e negros. Assim, os estrangeiros deveriam ser nacionalizados para fazer parte da pátria, não sendo permitida a manutenção das identidades culturais e de outras raças no Brasil.

A defesa da miscigenação apresentava o discurso racista do branqueamento da população, pois tinha “o firme propósito de branquear a população brasileira e formar uma raça única: a raça branca” (CRUZ, 2004, p. 96). Nesse sentido, as raças que faziam parte da sociedade brasileira eram valorizadas no discurso integralista de acordo com os interesses da nação integral: o indígena era um elemento genuinamente brasileiro e propício à miscigenação, devido às suas características de cordialidade e benevolência; a valorização dos negros se dava no mesmo sentido; já o branco, especialmente na figura do colonizador português, era exaltado como o elemento aglutinador das diversidades existentes na sociedade brasileira, e seria o responsável pela criação da nacionalidade (Ibid., p. 89).

Aspectos racistas da AIB podem ser verificados nos discursos de intelectuais integralistas, e na maioria das vezes estão vinculados ao entendimento de que determinadas raças atrapalhavam o desenvolvimento da nação. É o caso do antissemitismo, que foi o primeiro caráter racista destacado e estudado pelos pesquisadores do integralismo. Somente recentemente outros aspectos importantes para os integralistas passaram a ser observados, como o antigermanismo e o racismo em relação aos negros,⁹ atestando a necessidade de mais estudos sobre a questão racial no integralismo e a relevância dessas abordagens.

Lugar comum na historiografia sobre a AIB, o antissemitismo está presente explícita e radicalmente no discurso de apenas um dos três principais ideólogos: Gustavo Barroso, que “com um antissemitismo exagerado e um vigor excepcional constituía uma espécie de exceção entre os chefes do integralismo. Mas sua notoriedade e estatura intelectual davam-lhe no movimento uma influência possivelmente inferior apenas à do próprio Plínio” (LEVINE, op. cit., p. 137-138).

Há uma preocupação constantemente presente nos discursos dos outros dois mais importantes ideólogos, Salgado e Reale, em afirmar o movimento como não racista, que podem ser entendidas como uma rejeição ao radicalismo de Barroso por parte de outros líderes do movimento (TRINDADE, op. cit., p. 242). Isso sugere que não podemos considerar o judeu como o principal inimigo do integralismo, assim como o era para o nazismo. E também nos permite compreender que o racismo integralista é inerente ao nacionalismo, sendo este o ideal primordial.

9 É importante enfatizar que a participação dos negros na AIB e a visão do Integralismo sobre eles são temas que ainda precisam de pesquisas aprimoradas.

Para Trindade (1974), o antissemitismo integralista presente no discurso de Gustavo Barroso continha caráter essencialmente político, pois serviria para legitimar a consolidação do Estado Integral proposto na ideologia integralista. Assim, este Estado deveria ter força suficiente para combater os elementos contrários à formação da unidade nacional, dentre os quais os judeus. O antissemitismo de Barroso se justificaria porque “só um poder forte pode libertar o Brasil das forças [da maçonaria, imprensa e política manipuladas, econômicas e financeiras internacionais e externas] dominadas pelos judeus” (Ibid., p. 244). O discurso antissemita adquiriu importância na ideologia integralista, pois houve “grande receptividade do combate ao judaísmo entre os militantes de base” (Ibid., p. 242).

Apresentando outros integralistas que compartilhavam da visão antissemita de Barroso: Monteiro de Mello, Oswaldo Gouvêa, Arnor Butler Maciel, Arce Tenório D’Albuquerque, e enfatizando que para fundamentar seu discurso, os integralistas antissemitas se baseavam especialmente na teoria da conspiração judaica, que afirmava o messianismo dos judeus na busca pela terra prometida, Cruz afirma que as diferenças nos discursos dos líderes integralistas sobre os semitas podem ser entendidas a partir de “duas questões primordiais: o problema da não assimilação dos judeus à cultura nacional [...] e a teoria da conspiração mundial judaica.” (CRUZ, op. cit., p. 151).

A autora defende que a preocupação em negar o radicalismo de Barroso se faz presente especialmente porque o integralismo precisa afirmar seu caráter cristão e humanista, que pressupõe o respeito e o amor ao próximo. Considerando que um dos objetivos da AIB era construir uma sociedade homogênea pelo caldeamento da população, com o predomínio da raça branca, a valorização dos elementos cristãos seriam os meios de ocultar o racismo integralista, e a realidade multirracial e miscigenada da sociedade brasileira seria o impedimento real a um “discurso racista nos moldes tradicionais” (Ibid., p. 97).

Outro aspecto do racismo integralista, e ainda relacionado ao nacionalismo, é o antigermanismo. O ponto principal no antigermanismo seria o conflito acarretado pelo pan-germanismo das populações alemãs residentes no Brasil. Esta doutrina consistia na tentativa de manter a identidade cultural germânica fora das fronteiras alemãs, e algumas vezes em defender a manutenção da raça alemã-ariana fora do território germânico (Ibid., p. 122-123).

Podemos considerar, então, que o antigermanismo integralista é mais cultural do que racial, devido ao fato de que o projeto de nação da AIB não permitiria a manutenção de tradições culturais (língua, religião, costumes etc.) diferentes da brasileira que se pretendia formar. Dessa forma, o que fez com que germanistas se tornassem alvos do integralismo foi a defesa de sua cultura, que ameaçava a unidade cultural nacional. No mesmo caminho, Hilton afirma que o nacionalismo dos integralistas se chocava frontalmente com os interesses culturais alemães no Brasil, pois, em seu desejo de

CAPÍTULO 3 O AUTORITARISMO E O LUGAR DAS RAÇAS NO PROJETO DE NAÇÃO

forjar uma nação unida, os camisas-verdes insistiam na assimilação de todas as colônias estrangeiras (HILTON, 1993, p. 34).

Por outro lado, os alemães e teuto-brasileiros, por se constituírem de homens brancos, estariam aptos para contribuir com o caldeamento da população brasileira, ajudando-a no seu branqueamento. Nesse sentido, é interessante destacar a participação de imigrantes na Ação Integralista Brasileira. Alemães e italianos, especialmente do sul do Brasil onde há concentração de núcleos desses imigrantes, se filiaram ao integralismo de maneira marcante. A explicação mais viável sobre a grande aceitação do integralismo por esses imigrantes é a aproximação entre os ideais da AIB com os do fascismo italiano e do nazismo, os quais eram admirados por muitos deles. Levine apresenta alguns dados importantes sobre a participação de alemães e italianos no integralismo nos estados do Paraná e Santa Catarina:

de 22 chefes integralistas, 8 eram claramente de ascendência italiana (por exemplo: Pelligrini, Margiotti); 13 de ascendência alemã (por exemplo: Stein, Malburg, Gruenwalt); e apenas 9 tinham sobrenomes conhecidamente portugueses [...] pelo menos quatro jornais integralistas eram publicados no Paraná e em Santa Catarina; desses, o *Blumenau Zeitung* aparecia em alemão (LEVINE, op. cit., p. 144).

A questão racial no integralismo não é algo simples de ser compreendido, mesmo se vinculado ao projeto de nação proposto pelo movimento, mas pode ser relacionado às teorias raciais e racistas do período.

Entre o final do século XIX e início do XX os intelectuais brasileiros estavam preocupados em estabelecer a nacionalidade do Brasil. Formada por uma população racial, étnica e culturalmente diversa, e marcada pela miscigenação, a consolidação da nação brasileira deveria ser pensada a partir dessa realidade, já que não é possível conceber nação sem o povo que a constitui. Naquele contexto, a questão racial recebeu destaque.

Influenciados pelas teorias racistas da Europa, especialmente da França, os intelectuais brasileiros desenvolveram teorias raciais com o intuito de criar soluções para os problemas nacionais de desenvolvimento, na busca pelo progresso. Nesse sentido, foram desenvolvidas duas teorias: o darwinismo social que via o Brasil como um país condenado ao fracasso, e que não se desenvolveria justamente porque era formado por um povo miscigenado; e o evolucionismo social, mais otimista, defendia que a miscigenação orientada era a única saída para o desenvolvimento do país.

Este último grupo pode ser entendido como o mais influente nas teorias racistas brasileiras e como o que embasou a teoria do branqueamento. A sociedade brasileira deveria promover a mistura das diversas raças existentes no seu território para, assim, a

raça branca (superior às demais) se sobrepôr, até se tornar inteiramente predominante, o que proporcionaria a formação de uma nação civilizada e evoluída.¹⁰

A teoria do branqueamento estava presente nas principais instituições representativas da elite intelectual do nosso país desde as últimas décadas do século XIX: as faculdades de direito de São Paulo e Recife, as faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia e os Institutos Históricos e Geográficos Regionais (IHGs). O movimento integralista foi criado no contexto em que essa teoria estava em alta e parte das suas lideranças fazia parte da intelectualidade nacional. Assim, o integralismo compartilhava do ideal do branqueamento da população para criar a raça e a nação brasileira.

Vimos que os imigrantes alemães e italianos eram considerados importantes para o branqueamento e, conseqüentemente para a consolidação da nação integral. Mas qual seria o lugar o negro no projeto político de nação integralista?

Apesar dos aspectos racistas do projeto de nação integral, a participação de negros no movimento não foi descartada na Ação Integralista Brasileira. Abordada em pesquisas recentes sobre a AIB, a presença dos negros no movimento nos chama a atenção. Portanto, este é um assunto que deve ser considerado quando abordamos a questão racial no integralismo.

Apesar de poucos, os negros ocuparam cargos na liderança e participaram nas decisões da Ação Integralista Brasileira. Há referências sobre o destacado integralista negro da província do Rio Grande do Sul, Dario Bittencourt. A participação de negros no integralismo pode ser confirmada por diversas publicações no jornal integralista *A Offensiva*, editado e publicado no Rio de Janeiro entre 1934 e 1938. Neste periódico foram publicados assuntos relevantes para a população negra brasileira, tais como a Abolição da escravidão, e estudos sobre a população negra como etnia constituinte do povo brasileiro. Nas seções Sociais [sic] também é possível verificar a presença de negros em fotos de eventos políticos ou sociais do movimento integralista.

A maioria das publicações ocorreu entre os anos de 1936 e 1937, período marcado pelas campanhas eleitorais do integralismo. Esta observação evidencia a necessidade de angariar mais adeptos ao movimento em um momento que o partido precisava de votos para iniciar seu processo de chegar ao poder. O ano de 1937 foi particularmente importante para as aspirações da AIB em eleger Plínio Salgado à presidência nas eleições de 1938. Isso sugere que nesse ano quanto mais militantes atraídos, independentemente da raça, melhor para a organização atingir seus objetivos de chegar ao poder, para instituir a nação integral no Brasil (KOSSLING, 2004).

As publicações sobre temas relacionados aos interesses dos negros nas páginas de *A Offensiva*, principal periódico integralista e porta-voz do movimento,

10 Sobre as teorias raciais (racistas) no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX (1870-1940), ver Schwarcz (1993) e Stepan (2005).

CAPÍTULO 3 O AUTORITARISMO E O LUGAR DAS RAÇAS NO PROJETO DE NAÇÃO

particularmente da voz do chefe nacional, corrobora com o fato de que a população negra era importante para compor as fileiras do integralismo.¹¹

Fato relevante na tentativa de explicar a participação de negros num movimento político que apresenta características racistas é a aproximação entre o projeto político-ideológico do integralismo e o da Frente Negra Brasileira,¹² principal organização político-social de negros do período, contemporânea da AIB.

A principal semelhança pode ser observada na proximidade entre os seus lemas. Enquanto a Frente Negra Brasileira destacava Deus, Pátria, Raça e Família, os integralistas mantinham Deus, Pátria e Família. Os dois movimentos políticos compartilhavam ainda de um nacionalismo caracterizado pelas ideias de unidade nacional e de formação de uma raça brasileira; do anticomunismo; e do objetivo de se fazer uma revolução moral para reconstruir a sociedade brasileira.

Para arregimentar membros negros ao integralismo, o discurso da integração das raças, alicerçado no mito da democracia racial, considerava o negro como um dos elementos primordiais da sociedade brasileira, por ser uma das três raças que constituiriam a brasileira. Assim, a raça negra contribuiria para a consolidação da futura unidade nacional, o conforme projeto político de Nação da AIB. Esse discurso corrobora com o ideal do branqueamento da população brasileira característico do integralismo.

A presença de militantes negros (e de outras etnias, como imigrantes italianos e alemães) no integralismo não nos permite afirmar que esta organização não apresentava aspectos racistas, mas nos atenta para a necessidade de refletir sobre as especificidades do racismo integralista e se ele se diferenciava do racismo imbricado na intelectualidade brasileira do período.

A questão racial na AIB faz parte do projeto de criação de uma nova nação, apresentando uma resistência à manutenção da diversidade étnica existente no Brasil. Todavia, a AIB não excluiu a participação de imigrantes alemães e italianos, nem de negros, como se poderia supor acontecer em uma organização política que apresentasse o racismo explícito na sua ideologia e extremista na prática. Não obstante, é necessário considerar a presença de aspectos racistas no projeto político de nação do integralismo.

Por fim, é importante ressaltar que as pesquisas sobre o racismo e a participação dos negros na Ação Integralista Brasileira avançaram pouco nos últimos anos. Além disso, praticamente inexistente a discussão em relação aos povos indígenas. Essas ausências demonstram a especificidade do racismo integralista e a necessidade de novas pesquisas sobre o tema.

11 Sobre os negros nas páginas do jornal A Offensiva ver Sentinelo (2011).

12 A Frente Negra Brasileira (FNB) existiu entre 1931 e 1937. Sobre o assunto ver Gomes (2005).

BIBLIOGRAFIA

- BERTONHA, João Fábio. *Fascismo, Nazismo, Integralismo*. São Paulo: Ática, 2000.
- CALDEIRA NETO, Odilon; GONÇALVES, Leandro Pereira. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.
- CRUZ, Natália dos Reis. *O Integralismo e a Questão Racial*. A Intolerância como Princípio. 2004. 281f. Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2004.
- FAGUNDES, Pedro Ernesto. “A Milícia do Além”: Rituais políticos da Ação Integralista Brasileira. In: IV SEMANA DE HISTÓRIA POLÍTICA. I SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA POLÍTICA, 2009. *Anais eletrônicos*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, s./p., 2009.
- GOMES, Flávio. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2005.
- KOSSLING, Karin Sant’Anna. Os Afro Descendentes na Ação Integralista Brasileira. *Revista Histórica*, São Paulo, nº 14. p. 19-24, 2004.
- HILTON, Stanley. Ação Integralista Brasileira: o Fascismo no Brasil, 1932-1938. In: _____. *O Brasil e a Crise Internacional, 1930-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 23-57, 1977.
- HOBBSAWM, E. *Era dos extremos*. O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LEVINE, Robert. *O Regime de Vargas: Os anos críticos, 1934-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- MANIFESTO de Outubro. A Offensiva. 13 de jun., ano IV, n. 513, p. 2, 1937.
- MEYER, Diogo. Existem raças humanas? *Darwinianas*. A ciência em movimento. 17 jan. 2017. Disponível em: <https://darwinianas.com/2017/01/17/existem-racas-humanas/>. Acesso em: 10 nov. 2021.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das raças*. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SENTINELO, Jaqueline Tondato. O lugar das raças no projeto de nação da Ação Integralista Brasileira. *Revista Espaço Acadêmico*, 9 (108), p. 145-152. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9457>: Acesso em: 12 nov. 2021.

CAPÍTULO 3 O AUTORITARISMO E O LUGAR DAS RAÇAS NO PROJETO DE NAÇÃO

_____. *O negro e a nação integral por meio das páginas do periódico integralista A Offensiva*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 179f., 2011.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os fascismos. *In*: REIS FILHO, Daniel; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. *O século XX. O Tempo das crises. Revoluções, fascismos e guerras*. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia*. Raça gênero e nação na América Latina. Tradução Paulo M. Garchet. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. Coleção História e Saúde, 2005.

TRINDADE, Hélió. *Integralismo - O Fascismo Brasileiro Na Década De 30*. São Paulo: Difel, 1974.

TRINDADE, Hélió. Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30. *In*: FAUSTO, Bóris (dir.). *O Brasil Republicano. Sociedade e Política (1930-1964)*. Tomo III. v. 3. SP: Difel, 3ª ed., p. 297-335, 1986.

INTRODUÇÃO

A década de 1930 caracterizou-se como um período de transição no campo político latino-americano. Isso porque se desenvolveu um processo de transformação no cenário nacional, iniciado nos anos 1920 a partir da influência do contexto mundial pós-Primeira Guerra Mundial: a ordem liberal-oligárquica passou a ser questionada por novos movimentos políticos, sociais e culturais, pelo “fantasma” da revolução de esquerda e pela crise do modelo econômico agroexportador, intensificou-se a industrialização, novas camadas urbanas foram incorporadas e operou-se uma mutação ideológica entre as elites intelectuais (BEIRED, 2010; TRINDADE, 2016b).

Esse contexto impulsionou a elaboração de ideais antiliberais, nacionalistas, estatistas e corporativistas, que desencadearam a criação de projetos políticos autoritários. No Brasil, por exemplo, desenvolveu-se o mais bem-sucedido movimento fascista fora da Europa (PINTO, 1994, p. 143), a Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada por

1 Este capítulo baseia-se na dissertação de mestrado: PACHECO, Gabriela Santi Ramos. *Panorama e o projeto integralista: uma análise da revista intelectual*. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021.

2 Doutoranda em Estudos Contemporâneos no Centro de Estudos Interdisciplinares – CEIS20 da Universidade de Coimbra. Mestra em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), e bacharela em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). É investigadora associada e secretária da Rede de investigação Direitas, História e Memória, além de integrar a International Association for Comparative Fascist Studies - ComFas e o História da Ditadura.

CAPÍTULO 4 ENTRE APROXIMAÇÕES E AFASTAMENTOS

Plínio Salgado em 1932. O movimento de orientação fascista, que vigorou até a instauração da ditadura estado-novista em 1937, apresentava-se como a única possibilidade de restauração do Brasil colapsado por uma crise material. Dessa forma, difundia um ideal salvacionista, pautado pelo advento de um novo mundo espiritualista, que aconteceria a partir da implementação do “Estado Integral” (TRINDADE, 2016b, p. 45).

A AIB foi constituída sob um discurso integrador, que buscava demonstrar uma harmonia orgânica pautada pela concordância de seus adeptos acerca das ideias integralistas e pelo consentimento em relação à chefia de Plínio Salgado. Entretanto, havia um campo de disputa entre os principais intelectuais do movimento, delimitado por diferentes visões sobre o integralismo, muitas vezes conflitantes (GONÇALVES & CALDEIRA NETO, 2019, p. 211-212). Dessa forma, apesar da integralidade objetivada pelo movimento, existiam correntes internas que apresentavam particularidades quanto à formulação do pensamento integralista. Dentre elas, há três que ganharam maior destaque, sendo lideradas pelos três principais intelectuais do movimento.³

Havia, no integralismo, uma perspectiva mais conservadora, espiritualista e católica, defendida por Plínio Salgado; outra, mais radical e conspiratória, marcada pelo antissemitismo de Gustavo Barroso; e, por fim, uma tendência mais próxima do fascismo italiano, que se preocupava com a estruturação do “Estado Integral”, partindo de uma compreensão de que ele seria pautado pelo teor nacional-corporativo, defendida por Miguel Reale. Este último, chefe do principal órgão de orientação doutrinária e de pesquisas do movimento, a Secretaria Nacional de Doutrina e Estudos, era responsável pela produção intelectual oficial e, assim, dirigia e supervisionava a elaboração teórica dos fundamentos do Estado integralista. A estruturação dessa teoria era realizada pela intelectualidade do movimento, tanto por meio de livros como a partir de debates na *Panorama: Coletânea do Pensamento Novo*, que foi a revista intelectual da AIB.

Por ser um periódico voltado aos intelectuais, a revista de “alta cultura”⁴ objetivava, dentre outras questões, apresentar o integralismo também como movimento de ideias, dotado de um projeto de Estado consistente. À vista disso, existia um interesse em veicular a ideia de que suas lideranças eram notáveis intelectuais comprometidos em refletir sobre os rumos da nação e solucionar os problemas causados pela democracia liberal. Dessa forma, estabelecia-se, em suas páginas, uma representação bastante seletiva

3 Além de Plínio Salgado, que era considerado o “chefe nacional”, a AIB contava com outras duas lideranças centrais, que juntos formavam a tríade chefia integralista: Gustavo Barroso, segundo nome na hierarquia integralista, comandante-geral das milícias e um dos principais difusores do antissemitismo no Brasil, e Miguel Reale, terceiro nome na hierarquia do movimento.

4 A denominação da *Panorama* enquanto revista de “alta cultura” partiu do próprio movimento. Ao falar em “alta cultura”, pressupõe-se também a existência de uma “baixa cultura”. Entende-se, portanto, que essa autodenominação faz parte de um processo de construção do movimento em torno da revista, a fim de distingui-la socialmente, haja vista que era um periódico produzido por e para a intelectualidade, pautado por um conteúdo altamente teórico, intelectualizado e elitizado, ou seja, onde se encontrava o desenvolvimento cultural do integralismo em sua maior expressão.

de Plínio Salgado, Gustavo Barroto e Miguel Reale, orientada tanto por esse propósito intelectual como por aproximações e afastamentos que se configuravam entre eles.

Assim, partindo da compreensão de que as correntes e os seus líderes coexistiam no movimento e mantinham uma relação permeada tanto por afinidades como por dissonâncias, tem-se como objetivo analisar os processos de aproximação e afastamento que ocorreram na elaboração da *Panorama*, tendo como centralidade analítica a representação da figura de Gustavo Barroso e de suas principais ideias.

GUSTAVO BARROSO E O RADICALISMO ANTISSEMITA

Ao afiliar-se ao movimento integralista, em 1933, Gustavo Barroso já possuía intensa atividade intelectual: era, dentre outras ocupações, presidente da Academia Brasileira de Letras e diretor-fundador do Museu Histórico Nacional, o que o colocava como figura relevante no cenário nacional, possuindo considerável prestígio junto à intelectualidade e às demais esferas da sociedade brasileira.

Nascido no Ceará, em 1888, o líder integralista cresceu em meio a uma família tradicional, sendo filho de Antônio Felino Barroso, um “homem de letras” engajado no círculo de intelectuais que fundaram a Academia Francesa do Ceará, e da alemã Ana Guilhermina Dodt Barroso, que viera ao Brasil com seu pai, o engenheiro Gustavo Luiz Guilherme Dodt. Na infância, desenvolveu certo interesse na carreira militar, sofrendo resistência no ambiente familiar, em que aspiravam a profissão de advogado ou médico para ele. À vista disso, Barroso acabou ingressando, em 1907, na Faculdade de Direito do Ceará e transferiu-se, em 1910, para a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, onde concluiu seus estudos. Apesar de não alcançar seu anseio de tornar-se militar, seguiu envolvido com a temática, tornando-se, inclusive, comandante-geral das milícias integralistas em 1934 (CALDEIRA NETO, 2013; MAIO, 1992).

Gustavo Barroso iniciou suas atividades jornalísticas bastante cedo, em 1906, publicando seu primeiro artigo em um periódico cearense, o *Jornal da República*. Nos anos seguintes, em Fortaleza, fundou periódicos e colaborou com diversos jornais, além de ter participado da criação de diversos clubes e sociedades literárias. Com sua mudança para o Rio de Janeiro, passou a contribuir ativamente com a imprensa carioca, chegando a dirigir a revista *Fon-Fon*. Ademais, nos primeiros anos do século XX, publicou obras, como *Terra do Sol* (1912), *Heróis e Bandidos* (1917) e *Ideias e Palavras* (1917), e dedicou-se a estruturação do Museu Histórico Nacional e a atividades na Academia Brasileira de Letras (MAIO, 1992; RAGO FILHO, 1989).

Assim sendo, no cenário nacional, a atividade intelectual e profissional de Barroso se estabelecia fundamentalmente no campo da literatura, da história, da museologia e do jornalismo, sendo mais ligado às letras do que a uma atuação política: até os anos 1930, esteve vinculado, por um lado, a funções público-administrativas e, por outro

CAPÍTULO 4 ENTRE APROXIMAÇÕES E AFASTAMENTOS

lado, a projetos literários e jornalísticos, voltados para a circulação entre as elites, o que possibilitou sua ascensão social e sua visibilidade no mundo da cultura (MAIO, 1992).

Dessa forma, sua participação expressiva na política brasileira ocorre apenas com a adesão ao integralismo, em 1933, bem como seu contato com organizações de extrema-direita:

O fato de não haver militado anteriormente em organizações políticas da extrema-direita brasileira não era visto como demérito no processo de filiação e instalação junto aos aparelhos integralistas. De fato, a própria dinâmica e o discurso integralista, que previam a construção de um ideal e de um movimento político *autenticamente* brasileiro, sem vícios das velhas formas de fazer política, auxiliaram a tornar efetiva a adesão de Barroso, assim como sua quase imediata instalação como segunda principal referência junto à hierarquia dos camisas-verdes, ficando atrás somente do *chefe nacional* Plínio Salgado, e logo acima de Miguel Reale (GONÇALVES & CALDEIRA NETO, 2019, p. 223-224).

Gustavo Barroso tornou-se, com o ingresso nas fileiras da AIB, um dos mais importantes porta-vozes do antissemitismo no Brasil, sendo responsável, por exemplo, pela tradução, em 1936, da apócrifa falsificação histórica *Os protocolos dos Sábios de Sião*. O ponto de partida de seu antissemitismo foi a forma de pensar antissemita explorada politicamente desde o final do século XIX, que estabelecia vínculos absolutos entre o judaísmo e o comunismo:

Ela [a forma de pensar antissemita] está coerente com a ideia de “inimigo interno” estrangeiro cultivada desde a década de 20 e que fortaleceria uma determinada construção de identidade nacional. Esta concepção foi ampliada nos anos 30 com o crescimento dos movimentos de extrema direita tanto no Brasil como em diversas partes do mundo. O ingresso de Barroso na AIB e o intenso processo de militância foram acompanhados, ao mesmo tempo, por uma radicalização das suas concepções antijudaicas [...]. No seu enfoque moderno do antissemitismo, que se afastaria dos aspectos religiosos e econômicos que caracterizariam o padrão tradicional de antijudaísmo, Barroso centrava sua análise na questão política, no poder que os judeus teriam sobre o mundo (MAIO, 1992, p. 91-93).

As obras integralistas de Barroso, principalmente a partir de 1934 com a publicação de *Brasil: colônia de banqueiros*, veiculavam um conteúdo intensamente antissemita e antimacônico, buscando tanto difundir esse discurso como analisar ramificações e questões relacionadas especificamente ao caso brasileiro. Para o comandante-geral das milícias da AIB, o antissemitismo configurava-se como um problema político, não estando estritamente ligado a raça, como no caso do nazismo (RAGO FILHO, 1989, p. 64):

A questão judaica não é, como pensa muita gente e como muitos judeus se

esforçam por espalhar, uma *questão religiosa* ou *racial*. É uma *questão política*. Ninguém combate o judeu porque ele seja de raça semita nem porque siga a religião de Moisés. Mas sim porque ele age *politicamente* dentro das nações, no sentido dum plano preconcebido e levado por diante através dos tempos (BARROSO, 1935, p. 119).

O líder integralista estabeleceu em seu discurso um caráter bastante radical, pautado pela exclusão dos inimigos – o comunismo, o liberalismo, a maçonaria, o capitalismo e, em particular, o judaísmo, que estaria por trás das “ideologias nefastas aos interesses da pátria”: “a eliminação desses inimigos significaria, na perspectiva do Chefe das Milícias, a cura para várias doenças que prostravam o organismo brasileiro e a única panaceia era a AIB” (COSTA, 2016, p. 131).

Por mais que o radicalismo antissemita não tenha sido incorporado a doutrina oficial da AIB, as obras de Barroso o alçam como um dos maiores disseminadores e fomentadores do antissemitismo no Brasil⁵, congregando vários adeptos não somente nos núcleos integralistas, mas também para além do movimento, devido ao alcance de suas produções na sociedade brasileira dos anos 1930 (CALDEIRA NETO, 2013, p. 47).

PANORAMA E A REPRESENTAÇÃO DE GUSTAVO BARROSO EM SUAS PÁGINAS

A *Panorama*, enquanto revista intelectual, surge como uma aposta diferenciada dentro da imprensa da AIB:⁶ um periódico produzido por e para intelectuais, que buscava ser um dos veículos de formulação do pensamento integralista e contemplar, com um conteúdo altamente teórico, a elite intelectual não priorizada nos outros impressos do movimento, além de auxiliar na formação da elite cultural integralista. Assim, tinha como um de seus propósitos influenciar no campo intelectual, estando arregimentada no plano da revolução cultural proposta pelo integralismo.⁷

5 Para saber mais sobre Gustavo Barroso e o desenvolvimento do seu pensamento integralista em torno do antissemitismo, conferir: Rago Filho (1989), Maio (1992), Menezes (2006), Caldeira Neto (2013), Costa (2016) e Rehem (2018).

6 A imprensa esteve presente desde a fundação da AIB, representando um instrumento significativo para o movimento, tendo em vista que era compreendida como indispensável para a difusão do pensamento integralista e para a doutrinação da população. Os 138 periódicos do integralismo, congregados em torno do consórcio jornalístico Sigma-Jornais Reunidos, buscavam, fundamentalmente, transmitir a doutrina de modo uniforme e divulgar o integralismo e seu pensamento. Conferir: Cavalari (1999) e Oliveira (2019).

7 A “Revolução Integral”, que tinha como objetivo realizar uma renovação política, social e espiritual no Brasil, não era pautada por armas, mas sim por ideias. Isso porque apresentava como pretensão realizá-la por meio da elevação do nível educacional, intelectual e cultural da nação. Conferir: Gonçalves (2018).

CAPÍTULO 4 ENTRE APROXIMAÇÕES E AFASTAMENTOS

O primeiro volume da *Panorama* é publicado em janeiro de 1936, a partir da organização e direção de Miguel Reale,⁸ com auxílio diretivo de Rui de Arruda.⁹ Em seu período de vigência, que termina com a publicação de n. 14 em outubro de 1937, foram editados 13 volumes de circulação nacional. Seus objetivos enquanto periódico de “alta cultura” do movimento integralista são enunciados no texto de abertura da primeira edição:

Suas páginas refletem todo o esforço de uma elite, o anseio de uma geração desejosa de concretizar, em relevos mais práticos, a aplicação de um princípio geral, de um método de estudo e de criação. Abrangendo todos os setores das atividades intelectuais, entrelaçando-os, segundo um conceito geral do Universo, da Sociedade e do Estado, “Panorama” é um laboratório de ideias e ao mesmo tempo uma escola de futuros estadistas da Nação Integral. Cumprimos, assim, um dever que o Chefe impôs à nossa geração. Imprimimos, dessa maneira, à Revolução Integralista, seu alto cunho de cultural, de nobreza mental, de honestidade, de amplos e profundos propósitos renovadores [...]. E é com essa convicção que “Panorama” surge, nesta hora grave. Convicção que é tão segura como a própria força do Integralismo, que se alteia no caos brasileiro, sobre o pântano das competições e das desconfianças, como um bloco de terra firme anunciando um continente moral, espiritual, cultural, que emerge das íntimas angústias de um Povo, marcando os lineamentos de uma consciência nova, a consciência da própria Nacionalidade.¹⁰

O quadro de colaboradores da revista era composto, entre contribuições e apropriações, por 108 intelectuais integralistas e não integralistas¹¹, que permeavam diversas esferas de pensamento, principalmente o autoritário. Estes eram importantes

-
- 8 É coerente que Miguel Reale esteja à frente da revista. Isso porque é em seu pensamento que se encontra a principal referência de uma matriz normativa e intelectualizada do integralismo, principalmente em relação a organização do Estado e a questões sociais e sindicais (GONÇALVES & CALDEIRA NETO, 2019). Reale ingressou na AIB buscando uma terceira via entre aos modelos liberal e socialista, dedicando-se a uma ala corporativa do movimento, próxima do fascismo italiano e mais preocupada com a organização do Estado e a questão social. Assim, participou ativamente da formulação da teoria de Estado integralista por meio de suas obras de natureza política, como *O Estado Moderno*, *ABC do Integralismo* etc., tendo em vista seu cargo de diretor da Secretaria Nacional da Doutrina (SND). Para saber mais, conferir: Tanagino (2018).
- 9 Rui de Arruda Camargo (1910-1982) foi um advogado formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Participou da Revolução de 1932 e, posteriormente, assim como Miguel Reale, engajou-se no movimento integralista. Segundo Reale relata em suas memórias, o seu auxílio na direção da *Panorama* foi “precioso”: “Alto, de aparência e fala cabocla, natural das bandas de Rio Claro, era um companheiro exemplar [...]. Não podia ter colaborador mais prestimoso, sendo a um só tempo gerente redator-chefe.” (REALE, 1987, p. 109).
- 10 *Panorama*, São Paulo, n. 1, jan. 1936, p. 1-2.
- 11 A publicação de intelectuais não integralistas é uma particularidade da revista intelectual em relação aos outros periódicos da AIB. Essa questão auxilia na compreensão dos seus objetivos, pautados não apenas na divulgação da doutrina integralista, mas também e principalmente no desenvolvimento e na fundamentação teórica do “Pensamento Novo” a partir de estudos e debates, sendo assim o que Sirinelli definiu como “espaço de sociabilidade”, ou seja, um local onde há fermentação intelectual (SIRINELLI, 2003).

representantes da intelectualidade brasileira e possuíam um propósito em comum: forjar a identidade nacional (CARNEIRO e SILVA, 2018). Desse modo, a *Panorama* acabava servindo, dentre outras questões, enquanto um local de debate, cujo propósito era pensar os rumos da nação.

Esses debates, que ocorriam por meio da publicação de textos,¹² abordavam os mais diversos temas, como integralismo, sistemas políticos, questões nacionais, aspectos geográficos e do meio ambiente, formação étnica do povo brasileiro, educação e cultura, dentre outros, sob as mais variadas esferas da Filosofia, da Economia, do Direito, da Pedagogia, da História, da Sociologia, da Arte e da Literatura. Contudo, por mais que sejam discutidas diversas temáticas na *Panorama*, percebe-se, ao analisar os assuntos das elaborações discursivas que a compõe, a predominância de debates sobre questões que permeiam o nacionalismo e o corporativismo, que eram pontos centrais no pensamento integralista, elaborado a partir de princípios nacionalistas, antiliberais e anticomunistas, com o objetivo de implementar o “Estado Integral”, cujo teor seria nacional-corporativo (TRINDADE, 2016b).

Por ser uma revista de caráter intelectual, que buscava afirmar o integralismo também como um movimento de ideias, dotado de fundamentação teórica, havia um empenho em apresentar as suas lideranças, principalmente Plínio Salgado e Miguel Reale, não apenas como figuras que compunham a elite dirigente do movimento, mas também como notáveis intelectuais que estavam empenhados em pensar os rumos da nação, solucionar os problemas ocasionados pelo liberalismo e evitar que o país fosse tomado pelo “perigo comunista”.

Contudo, essa representação é bastante seletiva e pautada pela orientação do periódico de “alta cultura”. Dessa forma, Salgado, apresentado como grande pensador nacional, exímio estadista e influente liderança capaz de reunir importantes intelectuais do período,¹³ e Reale, retratado como uma ilustre figura da intelectualidade, cujas contribuições auxiliaram na elevação do índice cultural do integralismo,¹⁴ ganham destaque com uma variedade de textos que discorrem sobre sua atuação na AIB, suas produções literárias e teóricas e sua suposta influência no cenário nacional.

12 Os textos eram distribuídos em diferentes espaços da *Panorama*, sendo sua estrutura fundamentalmente a seguinte: um texto de abertura, o “Núcleo Básico” e, por fim, as seções “Homens e Ideias”, “Recortes em Revista” e “Mentores da Nacionalidade”.

13 Plínio Salgado é objeto de discussão nos textos: SILVEIRA, Tasso da. Voz do limbo: a propósito de Plínio Salgado e seus últimos livros. *Panorama*, São Paulo, n. 4-5, 1936; CALLAGE, Fernando. A influência do romance de Plínio Salgado na nova mentalidade brasileira. *Panorama*, São Paulo, n. 4-5, 1936; SILVEIRA, Tasso da. Palavras novas dos tempos novos. *Panorama*, n. 9, 1936; SILVEIRA, Tasso da. Plínio Salgado e o romance novo. *Panorama*, n. 11, 1936; BRUNO, Ernani Silva. Plínio Salgado. *Panorama*, São Paulo, n. 13, 1937, dentre outros.

14 Miguel Reale é objeto de discussão nos textos: VIEIRA, José Geraldo. O Estado moderno. *Panorama*, São Paulo, n. 1, 1936; STRAUCH, Ottolmy da Costa. Atualidades de um mundo antigo. *Panorama*, São Paulo, n. 7, 1936; GALLOTI, Antonio. O último livro de Miguel Reale. *Panorama*, São Paulo, n. 10, 1936; COUTINHO, Afrânio. *Panorama*. *Panorama*, São Paulo, n. 13, 1937, dentre outros.

CAPÍTULO 4 ENTRE APROXIMAÇÕES E AFASTAMENTOS

Já a representação de Gustavo Barroso é mais discreta: não existe uma quantidade considerável de textos discorrendo sobre as “qualidades” e os “grandes feitos” do intelectual enquanto dirigente e militante do movimento.

Há, nas páginas da revista intelectual, um único texto, redigido por Miguel Reale, que traz a figura de Barroso a partir de observações acerca de seu livro *História militar do Brasil* (1935). Apesar de ser um texto bastante elogioso em relação ao conteúdo da publicação, não tem como foco apresentar Barroso como um grande intelectual, diferentemente dos textos que abordam Reale e Salgado:

A história de um país se mede pelos valores alcançados por esses cinco protótipos [o sábio, o economista, o herói, o artista e o santo] de seu pensamento e de sua atividade criadores. É por esse motivo que é digna da mais profunda admiração a obra realizada pacientemente por Gustavo Barroso, o maior defensor de nossas glórias militares. Neste livro, o grande brasileiro e integralista continua a sua tarefa iniciada há vários anos a fim de restituir ao Brasil o que de direito lhe pertence. [...]. Este livro de Gustavo Barroso deve ser lido por todos os que se empenham em recolocar a pátria brasileira na senda de suas gloriosas tradições, por todos os que amam a verdade histórica. Escrever um livro sobre história militar, capaz de ser lido por “paisanos”, mantendo o rigor técnico como verdadeiro estrategista, não é coisa fácil, e foi o que o ilustre “camisa-verde” soube realizar. [...]. A obra de Gustavo Barroso nos ensina, ao contrário, que ainda um dos segredos da paz reside na vigilância e no preparo para a guerra.¹⁵

A escolha por comentar esse livro e não outros de maior expressividade na produção barrosiana, como *Brasil: colônia de banqueiros* (1934) e *O quarto Império* (1935), não é uma casualidade. É possível observar, na *Panorama*, a busca por um distanciamento em relação ao radicalismo antissemita de Barroso. À vista disso, a obra discutida na revista intelectual relaciona-se muito mais com a função exercida pelo intelectual no movimento, chefe do Departamento das Milícias, do que com a principal característica de seu pensamento, que é o antissemitismo. Ocorre, portanto, um silenciamento quanto a essa questão.

Havia, em relação ao antissemitismo, uma disputa acerca de sua integração à doutrina oficial do movimento: enquanto Barroso liderava uma corrente antissemita radical, os outros líderes demonstravam-se reticentes em relação a essa questão, o que acabou por gerar uma crise interna no movimento (MAIO, 1992, p. 94). Dessa forma, Reale e Salgado distanciaram-se de Barroso, haja vista sua proximidade intelectual com a Alemanha e, sobretudo, com o antissemitismo (TRINDADE, 2016b, p. 281). Isso não quer dizer que não existiam elementos de caráter antissemita no pensamento desses dois intelectuais. Entretanto, não era vantajoso integrar esse aspecto ao discurso oficial do integralismo, uma vez que havia a prioridade de criar uma identidade nacional

15 REALE, Miguel. *História militar do Brasil. Panorama*, São Paulo, n. 2, fev. 1936, p. 58-60.

de teor mais “inclusivo” do que “excludente”, desenvolvendo, assim, uma versão integralista do mito da democracia racial brasileira, que valorizaria tanto a miscigenação das três raças fundadoras como a integração de imigrantes que abraçassem o Brasil (TANAGINO, 2018, p. 273).

A tensão interna causada por esse desacordo em relação ao antissemitismo, juntamente com uma disputa política em torno das eleições de 1938,¹⁶ gerou agitação na imprensa do período, que passou a noticiar os acontecimentos que permearam essa disputa entre as principais lideranças do movimento. A exemplo, há a publicação, no *Diário da Noite*, de um texto com a manchete “Rebentou a crise no seio do Integralismo”,¹⁷ que apresenta o conflito: “Foi há alguns meses atrás que se falou, pela primeira vez, na cisão do integralismo. Agora a notícia se confirma. O sr. Plínio Salgado quer fuzilar o sr. Gustavo Barroso, outrora homem de sua inteira confiança [...]”.¹⁸

Como resolução dessa questão, Gustavo Barroso foi proibido de publicar na imprensa integralista, o antissemitismo não foi incorporado à doutrina oficial, e Reale foi exonerado da chefia do Departamento de Doutrina – decisão de Plínio Salgado para atenuar a fúria de Barroso em relação ao fato de um jovem bacharel ter suprimido sua palavra, visto que Reale foi quem liderou a não inserção de aspectos antissemitas ao discurso integralista (TANAGINO, 2018, p. 84).

Aliado a esse desentendimento entre a tríade, que acabou por retirar Miguel Reale da chefia de seu departamento, Rui de Arruda, que fornecia auxílio direto a Reale na coordenação do periódico de “alta cultura”, também possuía ressalvas em relação ao pensamento barrosiano. Em entrevista, Arruda discorre, em um tom pejorativo, a respeito da corrente liderada por Barroso: “Representava uma grande tendência, sim. Mas muito superficial. Como, aliás, já a obra do Barroso é superficial. E para não ficar sem liderança inferior, ele se agarrou neste esquema antijudaico, para se projetar dentro do movimento. [...] Era o burro do integralismo”.¹⁹

Tendo em vista esse contexto conflituoso, há uma tentativa de afastamento em relação ao antissemitismo nas páginas da *Panorama*: publicou-se, por exemplo, um texto de Plínio Salgado em que o “chefe nacional” discorre sobre a pauta em questão, demonstrando um posicionamento moderado:

16 Havia, no interior da AIB, uma disputa política pela liderança central, principalmente por parte de Plínio Salgado e Gustavo Barroso. Este, por exemplo, iniciou, no auge do integralismo, uma série de críticas aos discursos do “chefe nacional”, buscando fragilizar sua imagem (GONÇALVES & CALDEIRA NETO, 2019, p. 24-25). Essas tensões acarretaram, em maio de 1937, na convocação de um plebiscito interno para a escolha do candidato integralista à Presidência da República, tendo em vista as eleições previstas para 1938: “Plínio Salgado obteve 846.554 votos contra 1.397 dados a Barroso e 164 a Miguel Reale” (MAIO, 1992, p. 95).

17 *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, n. 2.593, 13 abr. 1936.

18 *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, n. 2.593, 13 abr. 1936.

19 Entrevista concedida por Rui de Arruda a Hélio Trindade (TRINDADE, 2016a, p. 228).

CAPÍTULO 4 ENTRE APROXIMAÇÕES E AFASTAMENTOS

Não sustentamos preconceitos de raça; pelo contrário, afirmamos ser o povo e a raça brasileira tão superiores como quaisquer outros. Em relação ao judeu, não nutrimos contra essa raça nenhuma prevenção. Tanto que desejamos vê-la em pé de igualdade com as demais raças, isto é, misturando-se, pelo casamento, com os cristãos. [...]. Quanto ao capitalismo judeu, na realidade, ele não existe como tal. O que se dá é apenas uma coincidência: mais de 60% do agiotarismo internacional está nas mãos israelitas. Isso não quer dizer que sejam eles os responsáveis exclusivos pelas desgraças atuais do mundo. [...] não podemos querer hoje mal ao judeu, pelo fato de ser o principal detentor de ouro, portanto principal responsável pela balbúrdia econômico-financeira que atormenta os povos, especialmente os semicoloniais como nós da América do Sul. O judeu-capitalista é igual a um cristão-capitalista: sinais de uma época de democracia-liberal. Ambos não terão mais razão de ser porque a humanidade se libertará da escravidão dos juros e do latrocínio do jogo das Bolsas e das manobras banqueiristas. A animosidade contra os judeus é, além do mais, anticristã e, como tal, até condenada pelo próprio catolicismo. A guerra que se faz a essa raça, na Alemanha, foi, nos seus exageros, inspirada pelo paganismo e pelo preconceito de raça. O problema do mundo é ético e não étnico. [...]. No integralismo, o judeu se apaziguará com os outros povos. Raiará uma época de verdadeira fraternidade. O longo fadário, a angústia do israelita cessarão.²⁰

Essa posição é reforçada por Miguel Reale²¹ no artigo “Nós e os fascistas da Europa”:

[...] a luta racista não nos seduz. Preferimos construir o novo Estado sobre sólidos princípios positivos de afirmação de valores novos, do que traçá-lo em função de ódios, segundo o compromisso de princípios negativos. Do Hitlerismo podemos tirar algumas lições em matéria de organização política e financeira, mas não sabemos em que nos poderia ser útil a tese de superioridade racial, tese que consulta uma situação local. Nós, brasileiros, devemos nos libertar do jugo do capitalismo financeiro e do agiotismo internacional, sem que para isso abandonemos os princípios éticos para descambarmos até aos preconceitos racistas. A moral não permite que se distinga entre o agiota judeu e o agiota que se diz cristão; entre o açambarcador que frequenta Cúria e o que frequenta a Sinagoga. O combate ao banqueirismo internacional e aos processos indecorosos dos capitalistas sem pátria, justifica-se no plano moral. E quando a pureza da norma ética está conosco, não se compreende bem qual a necessidade de outras justificações, que podem ser de efeito, mas que certamente são discutíveis.

Ademais, salvo raras exceções, como os textos mencionados acima ou um pequeno comentário acerca da publicação de *Os protocolos dos Sábios de Sião*²², o antissemitismo não aparece como agenda na revista e, dessa forma, não há um

20 SALGADO, Plínio. Trechos de uma carta. *Panorama*, São Paulo, n. 4-5, abr.-maio 1936, p. 4-5.

21 REALE, Miguel. Nós e os fascistas da Europa. *Panorama*, São Paulo, n. 6, jun. 1936, p. 16-17.

22 AMARAL, Azevedo. Os protocolos dos Sábios de Sião. *Panorama*, São Paulo, n. 10, 1936, p. 64.

debate entre os intelectuais em torno desse assunto. Há, pois, um esforço em ocultar o radicalismo antissemita de Gustavo Barroso, que pode ser verificado também ao observar-se o conteúdo dos textos de sua autoria publicados na *Panorama*: por mais que os artigos do intelectual apresentem discussões sobre o Estado, seu desenvolvimento e até mesmo suas ameaças, não existe a presença de um discurso radicalmente antissemita. Em “Evolução do conceito de Estado”, por exemplo, faz uma exposição de caráter mais filosófico sobre o que viria a ser o “Estado Integral”, conceituando-o a partir do homem:

O homem é o material básico com que se forma o Estado. Todo conceito de Estado resulta dum conceito do homem. [...] o homem verdadeiro é o Homem-Integral: espírito, razão, matéria; espiritual, cívico, econômico. Sobre esse homem se deve construir um Estado Integral: espiritual na afirmação de Deus, da liberdade e da dignidade da pessoa humana; racional na sua feição hierárquica e disciplinadora; material na sua organização econômica. [...]. Na luta secular do materialismo e do espiritualismo em torno do homem, do naturalismo e do idealismo em torno do Estado, o Integralismo vem dar a última palavra, mostrando que o homem não é só matéria, só razão ou só espírito, porém espírito, razão e matéria, com a predominância daquele sobre estas sem o esquecimento destas; que o Estado não deve ser somente natural, racional ou ideal, porém ideal, racional e natural, com a predominância do ideal, mas sem o esquecimento do natural e do racional.²³

Já em “A família através das civilizações”, Barroso²⁴ discorre sobre a “ameaça” do comunismo, que tem em seu programa a destruição do Estado, da família e da propriedade. No decorrer do texto, há apenas uma menção ao “judaísmo”, associando-o ao comunismo:

Nós somos os representantes duma grande civilização milenária que se radica em três grandes bases históricas: a filosofia e a arte gregas, o direito romano e a religião cristã. Todos quantos neguem qualquer uma dessas são nossos inimigos natos, inconfundíveis e inassimiláveis. Quem negar as três só pode almejar a nossa completa destruição. O comunismo nega-as e combate-as. Filho do espírito judaico, tem obrigatoriamente de proceder assim. O judaísmo é a negação da arte e da filosofia helenas pela própria essência, a negação do direito romano pelo direito das glosas talmúdicas aplicado pelo Beth-Dine, e a negação da divindade de Cristo.

Por fim, em “Caxias e a unidade nacional”, o presidente da Academia Brasileira de Letras desenvolve um argumento acerca da importância da unidade da nação, partindo do caso de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias:

23 BARROSO, Gustavo. Evolução do conceito de Estado. *Panorama*, São Paulo, n. 2, fev. 1936, p. 10-11.

24 BARROSO, Gustavo. A família através das civilizações. *Panorama*, São Paulo, n. 1, jan. 1936, p. 16.

CAPÍTULO 4 ENTRE APROXIMAÇÕES E AFASTAMENTOS

A sua vida [de Caxias] projeta-se dentre e fora da nação. No interior, impôs a ordem legal ao Rio de Janeiro, ao Maranhão, a São Paulo, a Minas e ao Rio Grande do Sul. No exterior, levou as vitoriosas bandeiras imperiais a todas as capitais dos inimigos vencidos. No momento que passa, cheio de graves apreensões, em que rumorejam separatismos e se alteiam hegemonias regionais perigosas para a unidade da pátria [...] grande falta nos faz a espada de Caxias para impor ordem aos facciosos e inconscientes. Ele foi espada e ensinamento. A espada embainhou-se para sempre nas trevas do sepulcro. O ensinamento continua vivo no culto à sua memória sagrada, nome tutelar da Unidade e da Glória do Brasil eterno. Meditemos no seu ensinamento e façamos da imorredoura lição que nos legou o estandarte de salvação da nossa Pátria.²⁵

A seleção dos textos escritos por Gustavo Barroso a serem publicados na revista de “alta cultura”, portanto, não foi aleatória. Entende-se que sua aparição moderada no periódico é bastante influenciada pelo contexto conflituoso que se configurou no interior do movimento. Dessa forma, para além do silenciamento de suas principais ideias, divergentes em relação ao pensamento realeano, e da restrita menção aos seus “grandes feitos” enquanto intelectual integralista, há também um apagamento de sua imagem.

Por mais que as páginas da *Panorama* fossem permeadas por textos de caráter bastante teórico e discursivo, não apresentando um uso exacerbado de recursos imagéticos, havia a utilização de algumas imagens de forma ilustrativa, que serviam de apoio aos textos. Esse é o caso dos bustos, utilizados principalmente, mas não exclusivamente, na seção “Mentores da Nacionalidade”, que tinha como objetivo a rememoração de “grandes” figuras da intelectualidade brasileira já falecidas. Essa ilustração da fisionomia dos intelectuais era também utilizada em alguns dos textos assinados por Miguel Reale (Figura 1) e Plínio Salgado (Figura 2), mas não nos textos cuja autoria pertencia a Gustavo Barroso (Figura 3), o que evidencia a busca por silenciar sua figura na revista de “alta cultura”.

25 BARROSO, Gustavo. Caxias e a unidade nacional. *Panorama*, São Paulo, n. 9, 1936, p. 38.

Figura 1 – Texto de Miguel Reale, *Panorama*, n. 3, p. 1



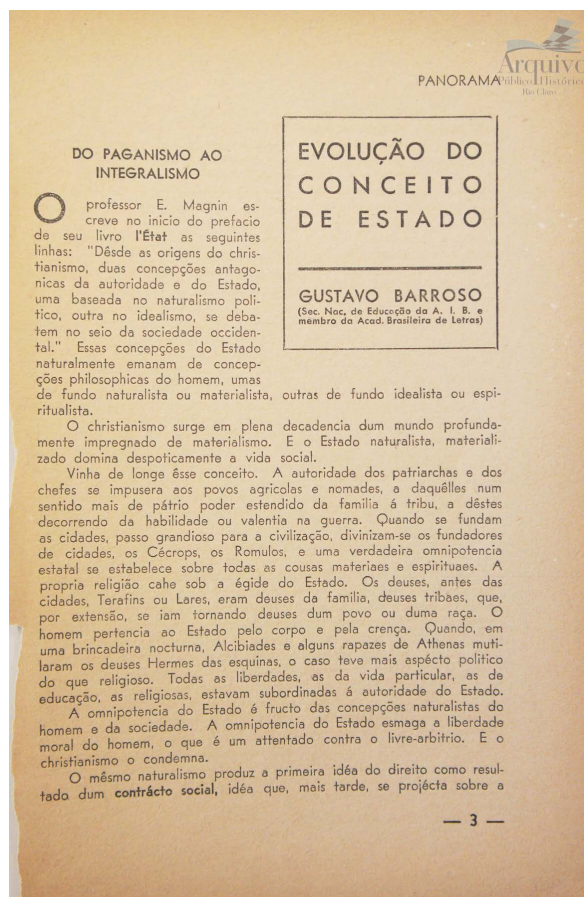
Fonte: Acervo Plínio Salgado (APH-Rio Claro).

Figura 2 – Texto de Plínio Salgado, *Panorama*, n. 2, p. 62



Fonte: Acervo Plínio Salgado (APH-Rio Claro).

Figura 3 – Texto de Gustavo Barroso, *Panorama*, n. 2, p. 5



Fonte: Acervo Plínio Salgado (APH-Rio Claro).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *Panorama* foi uma revista ligada ao integralismo, cujo propósito era, dentre outras questões, auxiliar na fundamentação teórica do projeto político, que resultaria no “Estado Integral” elaborado por Miguel Reale e Plínio Salgado. A partir de estudos e debates, desenvolveu um papel bastante significativo no movimento. Entretanto, apesar de ser um periódico da AIB, que atendia ao movimento, a revista intelectual era um produto de uma das principais correntes internas do integralismo, a corrente liderada por Miguel Reale, o que acaba por influenciar tanto no conteúdo presente em suas páginas como na representação das três principais lideranças no interior do periódico, haja vista que as relações entre a tríade integralista foram permeadas por aproximações, mas também por afastamentos. Isso porque, apesar da convergência de pensamento em relação ao integralismo enquanto resposta ao caos generalizado causado pelo liberalismo desenfreado e pela ameaça comunista, cada intelectual imprimiu suas particularidades e visões de mundo ao formular suas ideias e teorias acerca do pensamento integralista.

Sendo assim, observou-se que na *Panorama* as convergências e divergências ficam bastante evidentes, tendo em vista a direção de Miguel Reale: ocorre o afastamento em relação a algumas questões não tão caras ao intelectual, como é o caso do antissemitismo, e aproximação com o que se assemelhava mais as suas ideias, como o corporativismo e o nacionalismo²⁶. Dessa forma, Gustavo Barroso, que disputava diretamente a liderança central do integralismo com Plínio Salgado e era o principal defensor de ideais antissemitas no interior do movimento, é minimizado nas páginas do periódico de “alta cultura”: além de haver um apagamento de sua imagem, tanto pela reduzida quantidade de artigos discorrendo sobre suas obras e ações no movimento como pela exclusão de seu busto, existe uma seleção em relação às elaborações discursivas de sua autoria a serem publicadas na revista, sendo os textos de caráter radical e antissemita desconsiderados.

REFERÊNCIAS

Fontes

Diário da Noite, Rio de Janeiro, n. 2.593, 13 abr. 1936.

Panorama, São Paulo, n. 12 a 14, 1937.

Panorama, São Paulo, n. 1 a 11, 1936.

AMARAL, Azevedo. Os protocolos dos Sábios de Sião. *Panorama*, São Paulo, n. 10, 1936.

BARROSO, Gustavo. Caxias e a unidade nacional. *Panorama*, São Paulo, n. 9, 1936.

BARROSO, Gustavo. Evolução do conceito de Estado. *Panorama*, São Paulo, n. 2, fev. 1936.

BARROSO, Gustavo. A família através das civilizações. *Panorama*, São Paulo, n. 1, jan. 1936.

BARROSO, Gustavo. *O que o integralista deve saber*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

REALE, Miguel. *Memórias: destinos cruzados*. São Paulo: Saraiva, 1987. v. 1.

REALE, Miguel. Nós e os fascistas da Europa. *Panorama*, São Paulo, n. 6, jun. 1936.

REALE, Miguel. História militar do Brasil. *Panorama*, São Paulo, n. 2, fev. 1936.

SALGADO, Plínio. Trechos de uma carta. *Panorama*, São Paulo, n. 4-5, abr./mai. 1936.

26 Cf. Pacheco (2021).

BIBLIOGRAFIA

BEIRED, José Luis Bendicho. A direita nacionalista na América Latina: personagens, práticas e ideologia. *In*: LIMONCIC, Flávio; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). *Os intelectuais do antiliberalismo: projetos e políticas para outras modernidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 531-554, 2010.

CALDEIRA NETO, Odilon. Gustavo Barroso e o esquecimento: integralismo, antisemitismo e escrita de si. *Cadernos do Tempo Presente*, n. 14, p. 44-56, out./dez. 2013.

CARNEIRO, Márcia Regina da Silva; SILVA, Cíntia Rufino Franco da. A *Panorama*: o “pensamento novo” e a revolução conservadora. *In*: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (org.). *Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista*. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, vol. 2, p. 51-86, 2018.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. São Paulo: Edusc, 1999.

COSTA, Luiz Mário Ferreira. *A antimaçonaria desvendada: conspirações, pactos satânicos e comunismo*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

GONÇALVES, Leandro Pereira. *Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

_____; CALDEIRA NETO, Odilon. O corporativismo e a tríade integralista. *In*: ABREU, Luciano Aronne de; VANNUCCHI, Marco Aurélio. (org.). *Corporativismos ibéricos e latino-americanos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 209-238, 2019.

MAIO, Marcos Chor. *Nem Rotschild nem Trotsky: o pensamento antisemita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992.

MENEZES, Eduardo Diatahy B. de. *Gustavo Barroso: um cearense “ariano”*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. *História da Imprensa da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)*. São Paulo: Editora LiberArs, 2019.

PACHECO, Gabriela Santi Ramos. *Panorama e o projeto integralista: uma análise da revista intelectual*. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021.

PINTO, António Costa. *Os camisas azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal (1914-1945)*. Lisboa: Editora Estampa, 1994.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMON, Réne (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 231-269, 2003.

RAGO FILHO, Antonio. *A crítica romântica à miséria brasileira: o integralismo de Gustavo Barroso*. 1989. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.

REHEM, David Costa. *As forças secretas da revolução: antissemitismo do sigma na Bahia (1933-1937)*. Salvador: Sagga, 2018.

TANAGINO, Pedro Ivo Dias. *A síntese integral: a teoria do integralismo na obra de Miguel Reale (1932-1939)*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

TRINDADE, Hégio. *A tentação fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militantes integralistas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016a.

_____. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930*. 3. ed. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2016b.

Capítulo 5

Miguel Reale nos anos 1930: uma teoria antidemocrática do Direito e do Estado

INTRODUÇÃO

Ainda é pouco conhecida pelo grande público a longa trajetória política do famoso jurista brasileiro Miguel Reale (1910-2006), chamado muitas vezes de “pai” do *Código Civil Brasileiro de 2002*. Além de jurista, político, advogado, filósofo, professor e poeta, Reale também foi membro da Academia Brasileira de Letras e reitor, por duas vezes (1949-1950 e 1969-1973), de uma das maiores universidades do país, a Universidade de São Paulo (USP), com dezenas de livros publicados ao longo de sua carreira. Foi um respeitado e requisitado conselheiro de Estado durante as ditaduras do Estado Novo (1937-1945) e do Regime Militar (1964-1985). Um dos nomes mais importantes do Direito brasileiro no período democrático da Nova República (1988-), Reale deixou a sua última obra jurídica no novo Código Civil do país.

O início dessa trajetória política e intelectual marcada por dezenas de prêmios, títulos e comendas, apenas recentemente tem recebido maior atenção dos historiadores que investigam a participação de Miguel Reale na alta cúpula da Ação Integralista Brasileira (AIB) nos anos 1930. A AIB foi um movimento político que se tornou partido com forte inspiração fascista, e se autodenominavam também “camisas-verdes”, como faziam os “camisas-pretas” italianos, os “camisas-pardas” alemães e os “camisas-azuis” portugueses. Devido a seu

1 Doutor em História (UFJF), com estágio de doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL). Pesquisador em estágio de pós-doutoramento financiado pela bolsa PEPG-PUCSP/PNPD-CAPES (Número do Processo: 88887.373072/2019-00. Projeto: 88882.463217/2019-01).

rápido crescimento, com algumas centenas de milhares de militantes e uma milícia paramilitar, os integralistas tiveram papel determinante na crise política dos anos 1930 até a outorga da Constituição de 10 de novembro de 1937, com a qual Getúlio Vargas iniciou a ditadura do Estado Novo, suprimindo a AIB junto com os demais partidos. O passado de Reale na AIB tem sido objeto de maior interesse das atuais pesquisas historiográficas, o que nos proporciona maiores esclarecimentos, fundamentados em fontes empíricas, sobre o papel e a relevância histórica desse importante jurista na História Política brasileira do século XX.

Miguel Reale nasceu no município de São Bento do Sapucaí, norte do Vale do Paraíba paulista e fronteira com o estado de Minas Gerais, em uma família de ítalo-descendentes e imigrantes italianos recém-chegados no país. Seu pai, o médico Braz (“Biagio”) Reale, financiou os estudos do jovem Miguel Reale em São Paulo, onde concluiu o nível médio de ensino no Instituto Medio Dante Alighieri, e o nível superior na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (parte da atual USP). No meio de sua graduação em Direito iniciada em 1930, voltando derrotado com os sublevados paulistas das trincheiras da Revolução Constitucionalista de 1932, Reale se alistou no recém fundado movimento integralista, onde foi recebido por Plínio Salgado,² chefe nacional da Ação Integralista Brasileira (AIB), como um jovem acadêmico que tinha tudo para se tornar o futuro “jurista do Estado Integral” (REALE, 1987, p. 73).

O projeto integralista apresentado com o lançamento de seu panfleto de fundação, o *Manifesto de Outubro de 1932* chamava à posição de liderança, intelectuais, cientistas, artistas, profissionais liberais, políticos, operários e empresários, militares, religiosos etc. O chamado apontava para a ação na transformação da cultura pela política, que se daria a partir de um novo conceito de Estado, o “Estado Integral”, cuja tônica era a centralização do poder, o planejamento da economia com a adoção do sistema corporativista e a direção da revolução cultural integralista, tendo à frente do Estado forte um líder carismático, o Chefe Nacional da AIB, Plínio Salgado (AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA, 1932). A campanha integralista consistia em uma noção de mobilização permanente das massas, a partir da criação de uma cultura política de cidadãos-soldados, o “homem integral”, em torno do lema “Deus, Pátria e Família”.

Em pouco tempo, Reale assumiu o cargo de chefe da Secretaria de Doutrina e Estudos da AIB, o que o colocava entre os três principais líderes e doutrinadores do movimento integralista, ao lado do chefe nacional da AIB, Plínio Salgado, e do chefe

2 Plínio Salgado (1895-1975). Jornalista, escritor e político. Fundador e líder do movimento fascista Ação Integralista Brasileira (AIB), entre 1932 e 1937, e fundador e líder do Partido de Representação Popular (PRP), entre 1945 e 1965. Foi deputado estadual de São Paulo pelo Partido Republicano Paulista (PRP) de 1927 a 1930, deputado estadual do Paraná de 1958 a 1962 e deputado estadual de São Paulo de 1962 a 1965, pelo Partido de Representação Popular, e deputado federal de 1966 a 1974 pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

do Departamento das Milícias Integralistas, Gustavo Barroso,³ considerado por muitos historiadores o autor antisemita de maior impacto em nossa história contemporânea.

O nome de Miguel Reale tornou-se conhecido através da publicação de ensaios, estudos e editoriais na imprensa integralista, cuja direção geral também ocupou. No meio intelectual, foi mais conhecido como o principal teórico do integralismo, dedicado à organização da Teoria do Direito e do Estado, nos moldes de um nacional-estatismo corporativista e autoritário, caminho intelectual pelo qual Reale se consolidou na carreira acadêmica como jurista e professor de Filosofia do Direito. Como uma liderança da AIB, fundou a revista Panorama: revista de alta cultura (1936), voltada para um público alvo com interesses mais eruditos, e o jornal Ação, cujo foco era o operariado e os sindicatos paulistas. Além de ter sido o chefe da Secretaria Nacional de Doutrina e Estudos da AIB (SND), também esteve à frente da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos (SNAFP), que o colocava em contato com parte importante das bases do integralismo. Na SND, Reale dirigia a produção intelectual oficial do movimento, coligindo estudos e projetos realizados por estudiosos e técnicos integralistas de todo o país, com objetivo de compreender e solucionar os “problemas brasileiros” de seu tempo. Nesse âmbito, pensava a teoria do Estado, o corporativismo e a “economia nova”, o Direito, a Sociologia e a História.

A AIB possuiu grande apoio de membros da Igreja católica no Brasil, e quanto a isso não existe dúvida. Porém, a situação oficial da AIB com o Vaticano era bem mais delicada. O integralismo brasileiro possuiu a peculiaridade frente a outros movimentos fascistas do Entreguerras de apresentar uma proposta abertamente ecumênica dentro do âmbito do cristianismo. Portanto, apesar da maioria católica, também era grande o número de protestantes, evangélicos, espíritas kardecistas etc. O papado de Pio XI vigiou de perto a ação da AIB. O primeiro documento católico a censurar o integralismo foi escrito pelo bispo de São Carlos, D. Gastão Liberal Pinto, por meio das suas *Breves Observações sobre a Ortodoxia da Doutrina Integralista Perante a Igreja Católica* (PINTO, 1938), enviado ao núncio apostólico no Brasil para que fosse publicada a censura à AIB, fato que não ocorreu.

A chegada desses relatórios nas mãos do Secretário de Estado do papado, Eugenio Pacelli, (futuro papa Pio XII) gerou desconfianças da Igreja frente ao integralismo brasileiro. Assim, a Igreja católica passou a manter ressalvas em relação à AIB. Nesse cenário, o Vaticano procurou manter-se alerta, mas “neutro”, quando possível, à tendência “herética” da AIB. Por outro lado, longe das manchetes, Plínio Salgado revelava ao arcebispo de Belo Horizonte, D. Antônio dos Santos Cabral, que lhe advertira

3 Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso (1888-1959). Advogado, professor, jornalista, museólogo, escritor e político. Foi deputado federal pelo Ceará (seu estado natal) de 1915 a 1918. Foi diretor do Museu Histórico Nacional de 1922 a 1930, e de 1932 a 1959 e membro do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) de 1931 a 1959. Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1923, tendo ocupado sua presidência em 1932, 1933, 1949 e 1950.

da vigilância papal, que ele, junto com os integralistas, teria a coragem para contrariar a Igreja e lutar pelo ideário integralista (GONÇALVES, 2016, p. 267-268). Em meados de 1936, Miguel Reale também recebeu uma condenação direta da Igreja católica, por meio de uma carta pastoral emitida pelo bispo de São Carlos, estremecendo ainda mais a relação entre a AIB e a Igreja católica no Brasil (TANAGINO, 2018, p. 187-188).

O surgimento do corporativismo totalitário veio a abalar em grande medida os planos católicos de conquistar sua antiga preeminência entre os operários no Brasil. Os teóricos desse novo corporativismo que surgiu no Entreguerras (1918-1939), como Miguel Reale, tornaram-se os principais intérpretes da “terceira via” de organização política, social e econômica alternativa ao socialismo e ao liberalismo, cuja influência de organização e administração ultrapassou o marco do fim do nazifascismo ao final da Segunda Guerra Mundial.

O PENSAMENTO ANTIDEMOCRÁTICO DE MIGUEL REALE E O FASCISMO NOS ANOS 1930

O período Entreguerras no Brasil, como na maior parte do mundo, foi marcado pelo processo de formação de uma sociedade de mercado, globalizado pelas grandes potências imperialistas da Europa, e cujo impacto sobre as massas trabalhadoras cada vez mais empobrecidas elevou a “questão social” ao topo da agenda política. A Revolução Russa de 1917 teve seus ideais consolidados e difundidos pela III Internacional Comunista, também conhecida como Komintern (1919-1943). Os múltiplos e muitas vezes divergentes grupos alinhados à esquerda se uniram na linha de frente do antifascismo internacionalizado, porque o fascismo também se internacionalizava a passos largos. O agravamento desse quadro veio com a crise do sistema de crenças do liberalismo iniciado após a I Guerra Mundial, que aumentou a difusão de discursos políticos que reforçavam os nacionalismos autoritários e xenófobos criados por uma nova direita radical que surgiu no final do século XIX.

A tradição do pensamento político que surgiu como viga mestra das ideologias fascistas ao redor do mundo, o “socialismo nacionalista”, é o produto de uma síntese criada pelo encontro do nacionalismo estatista-orgânico com a rescisão antimaterialista do marxismo, no final do século XIX. Esse foi um conceito empregado várias vezes por Miguel Reale para descrever o significado do integralismo brasileiro, afirmando em *ABC do integralismo* (REALE, 1935, p. 117-118) que “o socialismo e o nacionalismo se fundiram para dar origem ao Integralismo”. A retórica fascista sobre a “revolução” era assentada no combate ao individualismo, fosse ele de matriz liberal ou marxista, um combate transformado em uma nova cultura política “comunitarista”, “antiindividualista” e “antirracionalista” que, por ter nascido embebida pela rebelião intelectual do idealismo romântico alemão, também recusava a hegemonia das tradições originadas no Iluminismo e na Revolução Francesa (STERNHELL, 1998, p. 7).

Podemos dizer de modo genérico que o termo “fascismo” designa um gênero singularmente mutável da política moderna, inspirado pela ideia de que um processo de total *renascimento político, social e cultural* (ideia chamada “palingenesia”, que é o renascer das próprias cinzas que faz a ave Fênix mitológica) era o primeiro e mais radical passo para a superação da “crise” e decadência da civilização ocidental, expressado ideologicamente na forma de um “nacionalismo revolucionário”. Conforme o historiador, a singularidade ideológica que distingue e caracteriza o fascismo seria a sua campanha por uma “cultura política revolucionária”, expressa por meio dos “mitos palingenéticos” da regeneração e renascimento da nação, sorvidos no próprio substrato cultural histórico dos países e povos onde o fenômeno fascista ocorreu. As práticas e formas de socialização vivenciadas nesses movimentos e partidos, baseadas no culto cívico ultranacionalista e popular e nos mitos palingenéticos criavam uma liturgia e ritualística próprias, o que transformou o fascismo em uma verdadeira “religião política” (GRIFFIN, 2004, p. 6).

Hobsbawm (1991) também observou que em vários Estados e movimentos nacionalistas em diferentes partes do mundo, a capacidade de mobilizar em conjunto laços protonacionais, isto é, certas variações de sentimentos e vínculos coletivos já existentes na vida doméstica e na cultura peculiar das comunidades, estavam sendo englobadas pelos nascentes Estados-nação. Esses laços protonacionais foram traduzidos nos símbolos da nova “religião cívica”, cuja fé era manifesta no sentimento nacionalista e no patriotismo. O conceito de “patriotismo nacional” se tornou rapidamente uma força política poderosa, que reforçava, com sentimentos e símbolos, o estabelecimento da nova tradição. Hobsbawm utiliza a expressão de Benedict Anderson, que vê na nação moderna uma “comunidade imaginada”, na qual o autor destaca sua capacidade de “preencher o vazio emocional causado pelo declínio ou desintegração, ou a inexistência de redes de relações ou comunidades humanas *reais*” (HOBBSAWM, 1991, p. 61).

Essa direita radical antiliberal e antidemocrática teve seus primeiros teóricos entre intelectuais e políticos franco-italianos como Charles Maurras, Georges Sorel e Georges Valois, mas foi difundida rapidamente por várias “famílias políticas” de direita da Europa e América Latina, inspiradas no modelo de “partido revolucionário militarizado” utilizado pelos bolcheviques e internacionalizado pela Komintern, combatidos agora pelas milícias paramilitares fascistas com seus discursos de “revolução à direita” (PINTO, 2009).

A crise da Bolsa de Valores de Nova York em 1929 e a Grande Depressão que se seguiu nos anos seguintes, com forte impacto na economia brasileira, abalou ainda mais a crença no liberalismo econômico e na não-intervenção estatal: a direita radical, cujo maior movimento até então se apresentava no fascismo italiano de Benito Mussolini, criou em seu discurso a promessa de superar as crises do capitalismo mediante a implantação de um Estado forte e interventor que reformularia o capitalismo liberal

em uma nova forma ou estágio da economia capitalista, o corporativismo, que ganhou no pensamento do economista e ex-ministro romeno Mihail Manoïlescu (1891-1950) uma de suas interpretações mais difundidas no período Entreguerras.

Os debates em torno do corporativismo nessa época têm suas origens no final do século XIX. A doutrina social da Igreja Católica, lançada com a encíclica papal *De rerum novarum* (1891), publicada pelo papa Leão XIII, respondia à “questão social” e outros problemas eminentemente modernos com a proposta de retorno ao corporativismo, adaptado aos novos tempos. Em 1931, a doutrina social da Igreja foi reafirmada com a encíclica *Quadragesimo anno*, emitida pelo papa Pio XI, influenciando muitos governos, partidos e movimentos políticos que assumiam o *antiliberalismo* e o *anticomunismo* como base de seus nacionalismos, como foi o caso do integralismo brasileiro. Foi no campo do pensamento acerca da teoria do direito e do Estado corporativistas que Miguel Reale mais se ocupou em seus anos na AIB, procurando lançar os fundamentos jurídicos do “Estado Integral”. Mas, além de concorrer pelo poder com os “comunistas” (esquerdas em geral, conforme o jargão político do autor), os integralistas também concorriam com outro poderoso adversário: Getúlio Vargas.

A Era Vargas, com seu marco inaugural na Revolução de 1930, é comumente definida em nossa historiografia como um período de transição de um sistema de base agroexportadora com instituições marcadas pelo pacto intraoligárquico, para outro de base urbano-industrial, sob um regime político nacional-estatista de inspiração corporativista. O governo alçava Os conceitos de “desenvolvimento” e “modernização” como metas, em torno das quais o Estado buscou construir o consenso e o consentimento diante do novo regime que ampliava a cidadania social restringindo a cidadania política e os direitos individuais. Assim, o Estado se tornava o principal agente da modernização “pelo alto” em um regime autoritário-corporativista (VIANNA, 1976, p. 132), garantida com a transformação vivida no Entreguerras, do “estado de exceção” em paradigma de governo (AGAMBEN, 2004, p. 13).

No contexto histórico do período Entreguerras, Reale defendeu a relativização do Estado Democrático de Direito e da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, com a justificativa de que o “novo Direito” e o “novo Estado” que surgiam no período Entreguerras não poderiam mais obedecer ao que chamou “convenções individualistas” das democracias liberais. Declarava, assim, “o direito do Estado” contra o individualismo do direito natural e o formalismo do positivismo jurídico. Os fundamentos da teoria do Estado Integral eram diferenciados das teorias dos Estados totalitários europeus, ao defendê-lo como um “Estado ético”, uma “democracia integral” e “orgânica” que respeita a pessoa humana, mas relativiza seus direitos individuais, civis e políticos, sempre que há confronto de interesses entre Estado e indivíduo. A soberania, neste caso, pertence ao Estado e não ao povo. O novo direito, além de ser visto pelo autor

como instrumento da Lei para a realização do Estado, também serviria para impor a nova cultura política e a nova ética do “homem integral”.

Ricardo Benzaquen de Araújo (1988, p. 17-18) chamou atenção para a fundamentação teórico-metodológica apresentada por Miguel Reale nos estudos de *O Estado Moderno*, ao traçar uma distinção entre o Estado Totalitário e o Estado Integral, apresentando este como uma forma mais evoluída de Estado corporativista que a experiência fascista italiana, mas, ainda assim, uma forma de Estado e de governo que se filiava teórica e ideologicamente aos regimes fascistas e “terceiras vias” autoritárias-nacionalistas-corporativistas pelo mundo. A busca pela solidariedade fascista do Partido Fascista Italiano e ao Partido Nazista é um fato comprovado da história da AIB (GONÇALVES, 2017, p. 150-163). Não obstante, essa abordagem comparativa entre teorias e experiências na história do pensamento político, tomando como referência os Estados liberal, fascista e comunista, corresponde a uma das etapas básicas da metodologia integralista realeana aplicada à teoria do Direito e do Estado. A teoria do Estado corporativo integralista traz em si continuidades e rupturas de elementos de cada ideia política e experiência histórica analisadas nos estudos de *O Estado Moderno* com o objetivo de se criar um conceito novo de Estado e de Direito.

“O Estado, escreve Hegel, é o Espírito enquanto se realiza com consciência no mundo. É a marcha de Deus no mundo que faz com que o Estado exista. Todo Estado, qualquer que ele seja, participa desta essência divina.” Assim sendo, o Estado é a ideia absoluta, a personificação da Ética: tudo que provém dele é de ordem moral, em qualquer direção que se manifeste, porque o Estado não erra. O Estado ético, da concepção fascista e integralista, é, ao contrário, o Estado subordinado à lei ética. A diferença entre um e outro é essencial: no primeiro a *moral* subordina-se ao Estado; no segundo, O Estado submete-se ao imperativo moral, ou, como diz Redanó, no hegelianismo a ética está imanente no Estado, enquanto que, no Fascismo, a ética o transcende (REALE, 1983a, p. 138).

A valorização, no pensamento de Reale, do papel do Direito, da Lei, da Justiça do Trabalho e, em resumo, do Poder Judiciário, acompanhava uma tendência que já vinha sendo demarcada no pensamento político de autores do campo nacionalista-autoritário brasileiro como Azevedo Amaral e Oliveira Vianna. A ênfase no Poder Judiciário deveria ser o contrapeso da atrofia do Poder Legislativo e da representação partidária, por um lado; e da hipertrofia do Poder Executivo, por outro lado.⁴

4 Uma exceção a esta regra do pensamento corporativista na direita nacionalista dos anos 1930 foi Francisco Campos, que na Constituição de 1937 tolheu fortemente as prerrogativas do Judiciário (MEDEIROS, 1978, p. 147).

A expressão “democracia orgânica”, ou “democracia integral”, também aparecem nos textos de Reale, especialmente em *O Estado Moderno*⁵, mas é preciso deixar claro o que o autor entendia e queria dizer como “democracia”. Reale escreve que a verdadeira democracia viria somente com o Estado integralista, porque a “Democracia” “passa a ser o regime em que o Estado, nas mãos das elites culturais, cria todas as condições necessárias ao livre desenvolvimento das capacidades individuais, para alargar cada vez mais o círculo da classe dirigente, à procura do ideal político que é o governo do povo pelo povo” (REALE, 1983a, p. 45). A teoria social e política realeana pode ser entendida, nesse sentido, como pertencente à tradição do pensamento elitista em voga no início do século XX, identificável, por exemplo em trechos como esse, em que Reale cita os dois maiores teóricos do elitismo: “Mas a história toda nos mostra que sobram razões a Pareto e a Gaetano Mosca para dizerem que ‘uma ordem social não é possível sem uma classe dominante, uma classe de minoria’” (REALE, 1983a, p. 45).

Na análise histórica apresentada por Reale em *O Estado Moderno* (1934), a doutrina liberal teria transformado o conceito de “Homem” uma abstração do homem real, “conjunto de matéria e espírito”, para considerar apenas o “homem cívico” ou o “homem natural” (REALE, 1983a, p. 15) estes seriam, segundo o autor, conceitos definidos por visões deterministas. Na doutrina de Plínio Salgado, a “revolução cultural” integralista, também chamada “revolução do espírito”, era prevista como um processo que poderia durar por gerações a fio, até que o “novo homem” irrompesse de dentro para fora dos indivíduos, até que se consolidasse a cultura política integralista. Miguel Reale em muitos trechos de sua obra apresentava uma visão mais pragmática, que partia de uma noção de “revolução cultural” dirigida pelo Estado Integral que, sendo um Estado orgânico, forte e autoritário, conseguiria, por meio do Direito e da mão-de-ferro da Lei, impor de fora para dentro dos indivíduos a transformação da sociedade. Com esse fim, “No *regimen* fascista, integralista e hitlerista, o indivíduo deve exercer direitos até onde a sua capacidade permite” (REALE, 1983a, p. 100).

Em sua visão, um dos maiores erros do jusnaturalismo foi ter colocado o Estado subordinado ao Direito, igualando-o em direitos ao indivíduo, uma incompreensão que teria custado o “fundo moral” do Direito. O retorno desse “fundo moral” é traduzido em medidas como a restrição à liberdade de imprensa, que “só tem sentido para poderosos e potentados” que compram a mídia para fazer propaganda da “declaração de direitos” em “campanhas contra o bem coletivo”, como escreveu o autor (REALE, 1983a, p. 136).

Se analisarmos o livro *O Estado Moderno* à luz de seu contexto histórico, delimitado entre as Constituições de 1934 e 1937, podemos compreender um pouco melhor os significados do Estado Integral. O caráter de um “estado de exceção” pode ser apreendido pelo exame de três justificativas previstas por Sainte-Bonnet, que explicam, de modo geral, a ascensão de

5 O Ensaio IV de *O Estado Moderno* apresenta os “Fundamentos do Estado Integral”. Nessa apresentação são apontados os conceitos de “Estado” e “Estado ético”; “Economia dirigida”; “Democracia integral”; “Evolução do sindicalismo” e se encerra com “O integralismo e o Brasil”.

regimes que baseiam sua rotina jurídica e institucional na suspensão do Estado Democrático de Direito: “a infração ou a derrogação do direito normal”, “a referência a uma situação anormal anterior” e “a previsão de uma finalidade superior a se alcançar” (MATOS, 2012, p. 283-284). Essas três justificativas podem ser vistas nas obras dos principais ideólogos integralistas, como vemos em Reale. O jusnaturalismo, as instituições liberais, o projeto socialdemocrata, o avanço do comunismo, a “Era integralista”.

De acordo com Hannah Arendt (2012, p. 615), a política totalitária não se destaca das formas anteriores de política ou regimes pela inovação no conjunto das leis, da filosofia do Direito ou pela “revolução” nas formas da legalidade. A pretensão da política totalitária é apoderar-se da prerrogativa de suspender qualquer consenso jurídico, inclusive as leis criadas pelos próprios regimes totalitários, e ainda assim manter a aparência de um estado de legalidade não-arbitrário, livre da tirania e do terror. A política totalitária se arroga o direito de suspender a lei porque, cria no seu imaginário teórico, como diz a autora, uma promessa de “libertar o cumprimento da lei de todo ato ou desejo humano; e promete a justiça na terra porque afirma tornar a humanidade à encarnação da lei”.

Esse foi o “espírito do tempo” captado pelo jurista do Estado nazista, Carl Schmitt. Em seu livro *Teologia Política*, escrito, antes de tudo, como uma crítica à “forma jurídica” em Hans Kelsen e como uma sociologia dos conceitos jurídicos, à maneira das investigações de Reale, Schmidt surge com uma nova definição de *soberania*, sendo o soberano “aquele que decide sobre o estado exceção”. A soberania popular foi varrida completamente em sua visão do Estado totalitário, revelando a face final do desenvolvimento dos regimes totalitaristas. Por “estado de exceção” Schmitt se refere a um conceito geral da teoria do Estado, não a um decreto contingencial. Nas palavras do autor, é uma razão sistemática de caráter lógico jurídico que faz do “estado de exceção” o termo por excelência para a definição jurídica de soberania. Desse, conclui o jurista, “a decisão sobre o excepcional é a decisão por antonomásia” (SCHMITT, 2005, p. 23).

Aproveitando a interpretação do filósofo alemão Walter Benjamin em *Para a crítica da violência* (2013, p. 121), que se relacionou diretamente com a obra jurídica de Carl Schmitt, podemos começar a inquirir se a cultura política integralista em sua versão mais violenta, a “miliciania”, não gerou a imagem dos camisas-verdes em suas maltas como praticantes de um “banditismo” de “fins justos”, por assim dizer, que talvez tenha contribuído como um imaginário favorável à adesão das massas ao movimento-partido da AIB, que encarnou um verdadeiro desafio constante e perturbador tanto ao Estado quanto à Igreja no Brasil, se desdobrando em inquéritos, processos, julgamentos e confrontos dos integralistas com seus inimigos ideológico-partidários e com a polícia. Bandidos, aos olhos de qualquer Estado Democrático de Direito hodierno. “Heróis” e “revolucionários” da direita nos anos 1930, pois, “Não nos iludamos!” escreveu Reale, “Essa é a lição da história, tendo razão Plínio Salgado quando diz que toda revolução se dissolve na anarquia, na ruína total, se não encontra seu 18 Brumário”, e explica,

“O 18 Brumário não é um golpe de morte sobre a Revolução: é a própria Revolução que encontrou o seu centro de equilíbrio” (REALE, 1983b, p. 57).

Ao mencionar o 18 Brumário, Reale faz referência direta à teoria marxista da revolução, e não apenas ao Golpe de Estado de 9 de novembro de 1799 que deu início ao regime de Napoleão Bonaparte e pôs fim às agitações de dez anos de Revolução Francesa. O termo “bonapartismo” já era empregado no início do século XIX para designar o tipo de regime durante o governo de Napoleão Bonaparte, mas Marx ajudou a celebrizá-lo na metade do século com um de seus livros mais conhecidos, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, no qual o autor descreve o principal exemplo do bonapartismo em sua época, o golpe de Estado dado por Luís Bonaparte, sobrinho de Napoleão (e que por isso adotou o nome de Napoleão III) perpetrado em 2 de dezembro de 1851 na França, último ano de seu mandato como presidente eleito em 1848, ano em que uma onda de revoluções sociais conhecidas como “Primavera dos Povos” varreu a Europa. Na França, este evento deu fim à “Monarquia de Julho” (1830-1848) e deu início à Segunda República francesa. Em 1852, Napoleão III sagrou-se imperador da França. O regime de Napoleão III encontra seu fim em 1871, com a Guerra Franco-Prussiana, vencida pela Prússia, o que contribuiu para a crise que fez eclodir a Comuna de Paris no mesmo ano.

No pensamento marxista, o termo “bonapartismo” refere-se “a uma forma de regime político da sociedade capitalista na qual a parte executiva do Estado, sob domínio de um indivíduo, alcança poder ditatorial sobre todas as outras partes do Estado e sobre a sociedade” (MILIBAND, 2001, p. 37), o que geraria uma relativa autonomia do Estado. O bonapartismo seria, portanto, “produto de uma situação em que a CLASSE DOMINANTE da sociedade capitalista já não é capaz de manter seu domínio por meios constitucionais e parlamentares, mas na qual a classe operária também não é capaz de afirmar sua própria HEGEMONIA” (MILIBAND, 2001, p. 37).

Conforme Baehr (1996, p. 45-46), esse seria o tipo de governo “no qual a SOCIEDADE CIVIL e as instituições políticas representativas se encontram subordinadas ao poder policial-militar”, além disso, também define que “O regime bonapartista é instalado por meio de golpe de estado, como consequência de anterior deterioração das instituições republicanas e de tumulto social” e, por fim, caracteriza-se pela adoção de medidas de estado de exceção legitimadas plebiscitariamente pelas massas. Este tipo de regime se caracterizaria, portanto, como populista, autoritário, patriótico e militarmente aventureiro. O verdadeiro significado de um Estado bonapartista seria garantir a estabilidade da sociedade burguesa e tornar possível um rápido desenvolvimento do sistema capitalista em uma dada sociedade, sendo este item uma exigência de uma intervenção profunda do Estado feita pela burguesia a seu favor. Assim, o bonapartismo tem sido visto pela historiografia e pelas ciências sociais como uma forma de “ditadura modernizante”, ou como um regime “burocrático-autoritário”,

ou ainda, como uma forma de “revolução pelo alto”. Por fim, o bonapartismo é “uma palavra do discurso político do século XIX e foi estudado como pertencendo a uma família de conceitos – que inclui o despotismo, a tirania, a usurpação, o cesarismo e a DITADURA – que denotam formas cambiantes de ‘dominação ilegítima’” (BAEHR, 1996, p. 46).

DEPOIS DO INTEGRALISMO

Após seu desligamento da AIB, em 1939, Reale foi aprovado para o cargo de professor catedrático de Filosofia do Direito na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) em 1941. Entre 1942 e 1944, durante a ditadura do Estado Novo, Reale foi convidado por Getúlio Vargas, então um adversário do integralismo, para integrar o Conselho Administrativo do Estado. Após o Estado Novo, Reale fundou o Partido Popular Sindicalista (PPS), que deu origem, após aliança com Adhemar de Barros, ao Partido Social Progressista (PSP). Em 1947, Reale foi nomeado Secretário de Justiça do Estado de São Paulo. Em 1949, assumiu pela primeira vez a reitoria da USP.

Quando assumiu a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo em 1964, no governo de Adhemar de Barros, Reale redigiu o Decreto nº 43.183 de 01 de abril de 1964, que “Dispõe sobre subordinação à Administração Pública Estadual de todos os serviços, departamentos e órgãos federais sediados no Estado”, que determinava a intervenção estadual nos órgãos e departamentos federais, tendo sido responsável pelo expurgo que demitiu cerca de 400 funcionários estaduais (ESTADO DE SÃO PAULO, 1964).

Em 1969, foi nomeado pelo ditador Costa e Silva para a Comissão de Alto Nível revisora da *Constituição de 1967*, trabalho do qual resultou a *Emenda Constitucional nº 1 à Constituição de 1967*. Na Comissão de Alto Nível Reale assumiu a tarefa de tornar em letra jurídica o processo de institucionalização que consagrou a rotina jurídica da ditadura civil-militar em 1969. Também em 1969, Reale foi nomeado pela segunda vez para a reitoria da USP (1969-1973), gestão na qual implantou a tão criticada Reforma Universitária (Cf.: MOTTA, 2014).

Em matéria do Jornal do Brasil, de 1979, o papel intelectual de Reale durante a Ditadura Civil-Militar é descrito da seguinte forma:

Entre seus trabalhos destacam-se Pluralismo e Liberdade, O Estado Moderno, Formação da Política Burguesa, Fundamentos do Direito, Doutrina de Kant no Brasil, Horizontes do Direito e da História e, mais recentemente, Da Revolução à Democracia (1977), estudo em que analisa o processo revolucionário de 64, propondo sugestões para a institucionalização do regime, alternativas para o então vigente AI-5, Constituinte, habeas-corpus, estado de direito e estado de emergência (JORNAL DO BRASIL, 14/03/1979 apud PAIM, 1979, p. 13).

Recentemente, a Comissão da Verdade da USP revelou documentos que comprovam essa face autoritária de Miguel Reale, quando foi reitor da universidade paulista nos anos 1970, institucionalizando a prática de expurgos de elementos marxistas e opositores da ditadura civil-militar. A Comissão dirigida pela Professora Janice Theodoro da Silva, do Departamento de História da USP, relata que Reale foi criador da Assessoria Especial de Segurança e Informações da USP (AESI) que seria incumbida da “triagem ideológica de alunos, professores e funcionários” da USP e da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (Fapesp).

A assessoria produziu 2.895 documentos entre 1973 e 1979 enviados ao Departamento de Ordem Pública e Social (Dops), ao 2º Exército e ao SNI. O número representa um aumento das informações produzidas então pela universidade sobre investigações internas. De fato, os arquivos do Dops registram 253 documentos enviados pela USP para o departamento entre 1948 e 1973, uma média de 16 por ano. Após a criação da AESI, esse número saltou para uma média de 413 por ano (GODOY, 2018).

A perseguição de Miguel Reale só não teria sido maior porque o próprio SNI (Serviço Nacional de Inteligência) barrou parte de seus pedidos de expurgo, como foi noticiado na reportagem do jornal O Estado de S. Paulo supracitada. Em 1975, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. Também foi membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, membro da Academia Paulista de História, e da Academia Paulista de Letras (1977). Em seu último ato histórico, Miguel Reale chefiou a comissão responsável pela elaboração e revisão do *Código Civil Brasileiro de 2002*. Faleceu em 2006, vítima de um enfarte do miocárdio enquanto dormia. Sua trajetória intelectual e política foi laureada com honras e títulos, como a Comenda da Ordem do Mérito da Educação Nacional, a Grã-Cruz da Ordem do Mérito Nacional, Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco, Grande Oficial da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, Comenda da Ordem do Condor dos Andes, da Bolívia, Comenda da Ordem do Mérito da Costa do Marfim, Grande Oficial da Ordem do Mérito da República da Itália, Oficial da Ordem do Mérito da República da França, dentre dezenas de outros prêmios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Miguel Reale se tornou conhecido nacionalmente por meio de sua militância no movimento integralista, o maior fenômeno fascista na história do Brasil. Sua crítica, fundamental no pensamento integralista, contra o liberalismo oligárquico da Primeira República no Brasil o colocou no grande campo de intelectuais que criticavam e negavam as heranças do pensamento liberal no país, especialmente do ponto de vista político, propondo a ditadura fascista em lugar do Estado democrático-liberal, e, do ponto de vista do Direito, negando o jusnaturalismo em favor do direito positivo como o via a tradição intelectual fascista de seu tempo: como um instrumento imposto pela força

do poder constituinte de uma “revolução” fascista que fosse vitoriosa. Em resumo, a “revolução” integralista, segundo Miguel Reale, deveria desaguar, conseqüentemente, em um golpe de Estado e um regime de exceção com o necessário endosso das massas, que teria no “18 Brumário” seu farol e inspiração política e teórica.

Ao sair da AIB e se tornar um dos intelectuais uspianos de maior envergadura do século XX, essa fase de formação e consolidação do pensamento político e jurídico de Reale acabou sendo apagada pela “história dos vencedores”. Nem mesmo seu apoio jurídico fundamental ao Golpe de 1964 e à Ditadura Civil-Militar se faz notar como traço relevante de sua trajetória. Sua lista de condecorações e prêmios parece ainda superar o impacto das pesquisas sobre seu verdadeiro papel histórico na história do Brasil republicano. Isso indica que as pesquisas sobre a história e a memória do integralismo brasileiro ainda possuem um longo caminho a percorrer rumo ao objetivo de construirmos uma cultura e uma sociedade democráticas no Brasil.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *In: medio virtus: uma análise da obra integralista de Miguel Reale*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1988.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Trad. de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BAEHR, Peter. Bonapartismo. *In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento social do século XX*. Trad. Eduardo Francisco Alves; Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, p. 45-47, 1996.

BENJAMIN, Walter. Para a crítica da violência. *In: _____ . Escritos sobre linguagem e mito (1915-1921)*. 2ed. Trad. Susana Kampf Lages; Ernani Chaves. São Paulo: Duas Cidades, p. 121-156, 2013.

GONÇALVES, Leandro Pereira. O integralismo de Plínio Salgado e a busca de uma proposta corporativista para o Brasil. *In: PINTO, Antonio Costa; MARTINHO, Francisco Palomanes. (Orgs.). A vaga corporativa: corporativismo e ditadura na Europa e na América Latina*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, p. 255-283, 2016.

GONÇALVES, Leandro Pereira. *Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.

GRIFFIN, Roger; FELD, Mathew (Orgs.). *Fascism: critical concepts in political science*. Londres: Routledge, 2004.

HOBSBAWM, Eric J. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. Trad. Maria Célia Paoli, Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MATOS, Andityas Soares de Moura C. Nomos Pantokrator? apocalipse, exceção, violência. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte, nº 105, p. 277-342, jul/dez 2012.

MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil, 1930-1945*. Rio de Janeiro: FGV, 1978.

MILIBAND, Ralph. Bonapartismo. In: BOTTOMORE, Tom (Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, p. 37-38, 2001.

MOTTA, Rodrigo Patto S. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

PAIM, Antonio. *Liberdade acadêmica e opção totalitária: um debate memorável*. São Paulo: Artenova, 1979.

PINTO, António Costa. Fascism: a “revolutionary right” in interwar Europe. In: ATKIN, Nicholas; BIDDISS, Michael (Orgs.). *Themes in modern European history, 1890-1945*. Nova York: Routledge, 2009.

SCHMITT, Carl. *Teología política: cuatro ensaios sobre la soberanía*. Trad. Francisco Javier Conde. Buenos Ayres: Editorial Struhart & Cia, 2005.

STERNHELL, Zeev. Introducción: fascismo como cultura politica alternativa. In: STERNHELL, Zeev; SZNAJDER, Mario; ASHERI, Maia (Orgs.). *El nacimiento de la ideología fascista*. Madrid: SigloVintiuno de España Editores, p. 1-46, 1998.

TANAGINO, Pedro I. D. *A síntese integral: a teoria do integralismo na obra de Miguel Reale (1932-1939)*. Tese de Doutorado (História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Fontes

AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA. *Manifesto de Outubro de 1932*. Secretaria Nacional de Propaganda da AIB, 1932.

ESTADO DE SÃO PAULO. *Decreto n. 43.183, de 1 de abril de 1964*. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1964/decreto-43183-01.04.1964.html>. Acessado em: 20 out. 2021.

CAPÍTULO 5
MIGUEL REALE NOS ANOS 1930

GODOY, Marcelo. SNI barrou expurgos na USP, mostra comissão. *O Estado de S. Paulo*, 23 de março de 2018. Disponível em:

<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,sni-barrou-expurgos-na-usp-mostra-comissao,70002238804>. Acesso em: 20 out. 2021.

PINTO, Gastão Liberal. *Breves Observações sobre a Ortodoxia da Doutrina Integralista Perante a Igreja Católica*. Sacra Congregazione degli affari ecclesiastici straordinari anno 1938, Pos. 529-531-FASC. 50, 1938.

REALE, Miguel. *ABC do integralismo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

REALE, Miguel. Atualidades de um mundo antigo. In: _____. *Obras políticas* (1ª fase – 1931/1937). Brasília: UnB, Tomo I, p. 23-125, 1983b.

REALE, Miguel. *Memórias: destinos cruzados*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, v. 1, 1987.

REALE, Miguel. O Estado Moderno: liberalismo, fascismo, integralismo. In: _____. *Obras Políticas* (1ª fase – 1931/1937). Brasília: Editora UnB, Tomo II, p. 5-168, 1983ª.

Capítulo 6

A militância de Hollanda Loyola na AIB e a elaboração de um plano nacional de educação física

O objeto de estudo deste artigo emergiu de uma pesquisa mais ampla, intitulada “A educação do corpo no jornal A Offensiva (1932-1938)”, que direcionou olhares para a educação do corpo propagada pela Ação Integralista Brasileira (AIB) – movimento social e político de extrema direita que emergiu no Brasil Republicano, arquitetado por Plínio Salgado, e que buscou educar, disciplinar e preparar seus membros para a defesa da nação.

O desenrolar das investigações revelaram questões inéditas e relevantes que requisitaram maiores investimentos, das quais destaco: Francisco de Assis Hollanda Loyola, renomado autor da Educação Física em âmbito nacional, redator e diretor do primeiro periódico específico da área a partir de 1939 (revista Educação Physica), colaborador na constituição de métodos e programas de Educação Física para o Brasil, havia participado efetivamente do integralismo, redigindo artigos e crônicas sobre Educação Física e esportes para o jornal oficial do movimento A Offensiva, além de ocupar cargos de liderança e atuar como Mestre de Campo da Milícia integralista no Distrito Federal, criada em 1934, como diretor da Escola Technica de Instructores de Educação Física da AIB e como Secretário Provincial de Educação no Rio de Janeiro, atividades de direção destacadamente relevantes.

Considerando tais questões, investi esforços na pesquisa sobre a atuação de Hollanda Loyola na AIB nos diferentes cargos que ocupou, pensando, também, no que prescreveu ao Brasil e em tudo de inovador que seus escritos representaram para os quadros do movimento integralista e para a sociedade do período. Esses investimentos iniciais levaram-me ao “Plano Geral”

1 Professora Doutora no Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (CE/Ufes) e no Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação da Ufes (Ppgmpe/Ufes).

CAPÍTULO 6

A MILITÂNCIA DE HOLLANDA LOYOLA NA AIB

de Educação Física, elaborado por Loyola para dar conta dos problemas relacionados à “formação moral e física” da raça brasileira, no período em que o Brasil se encontrava em vias de modernização e precisava organizar a sociedade.

Naquele contexto dos anos 1930, os debates foram ampliados na área da Educação Física e o discurso a favor da criação de um método nacionalista, em detrimento da utilização de métodos estrangeiros, emergiu como opção para uma Nação que buscava se modernizar. A importação de métodos de Educação Física criados e aplicados na Alemanha, Suécia, França e Estados Unidos gerou resistência em uma parcela da sociedade brasileira que criticava a diversidade dessas metodologias, compreendendo que seriam prejudiciais à formação de uma nacionalidade coesa e indivisível.

A Ação Integralista Brasileira (AIB), compartilhando esse modo de pensar e reagindo aos acontecimentos do período, investiu no discurso nacionalista e incentivou Francisco de Assis Hollanda Loyola a traçar um “Plano Geral” em que fosse aplicado um método de bases pedagógicas definidas e que correspondesse às necessidades higiênicas, eugênicas e sociais do povo brasileiro, pretendendo a implantação desse “Plano” em todo o território nacional. Os métodos estrangeiros, segundo Loyola, eram específicos para a população, o clima e os costumes dos europeus e norte-americanos e, por isso, inadequados à proposta de melhoramento da raça brasileira.

Assim, considerando a expressividade da AIB no cenário político da época, o estudo analisou a participação de Hollanda Loyola nesse movimento e, mais detidamente, na elaboração de um “Plano Nacional” de Educação Física, com a aplicação de um método voltado às especificidades do povo. Para tanto, receberam destaque os escritos de Loyola porque possibilitam observar, por um novo prisma, aspectos sobre a nacionalização da Educação Física no País.

O recorte temporal adotado, que se estende de 1932 a 1938, justifica-se por ser, 1932, o ano de fundação do integralismo e, 1938, o ano de extinção da Associação Brasileira de Cultura (ABC), antiga AIB. Vale lembrar que no início do Governo ditatorial de Getúlio Vargas todos os partidos políticos foram suprimidos, com eles a AIB, o que demandou uma readaptação das suas funções, levando-a a se transformar em sociedade civil, funcionando como ABC até 1938.

Para realização deste estudo, tomamos como fonte primária o jornal A Offensiva, periódico doutrinário e prescritivo do movimento e documentos de estruturação da AIB. De A Offensiva, analisamos artigos, seções e colunas dos 748 exemplares, publicados de 17/05/1934 a 19/03/1938, que trazem informações sobre a atuação de Hollanda Loyola na AIB, assim como sobre a Educação Física e os esportes.

HOLLANDA LOYOLA: MILITÂNCIA NOS QUADROS DA AIB

A Ação Integralista Brasileira (AIB), que emergiu no cenário político na década de 1930 como o primeiro movimento de massas do País, logrou intenso e rápido crescimento, organizando Núcleos em todo território nacional e tornando-se um importante partido de extrema direita no período.

Fundada em 7 de outubro de 1932 e contando, em 1937, com centenas de membros inscritos em suas fileiras, propagou seu discurso de modo surpreendente e angariou adeptos em diferentes classes sociais, o que possibilitou que criasse escolas; fundasse ambulatórios e lactários; elegeisse vereadores, prefeitos e deputados integralistas, atuando nos meios políticos como partido; que elaborasse, por meio de seus militantes, inúmeras obras doutrinárias; que criasse cursos de enfermagem, puericultura, Educação Física, entre outros; que promovesse inúmeras reuniões, passeatas, congressos, seminários e eventos que tornaram públicos sua popularidade e alcance doutrinário.

No Manifesto Integralista direcionado ao “operariado do país e aos sindicatos de classe”, “aos homens de cultura e pensamento”, “à mocidade das escolas e das trincheiras” e “às classes armadas”, Salgado fez algumas considerações acerca do que ele chamou de “os rumos da marcha integralista”, difundindo pelo País seu pensamento autoritário, perpassado pelas ideias eugênicas e fascistas de melhoria da raça, de sua disciplinarização por meio do esporte e de defesa de uma militarização corporal e psicológica dos brasileiros.

O movimento priorizava a arregimentação e o enquadramento dos militantes em uma sólida estrutura hierárquica e buscou formar – inspirado no fascismo italiano, nos discursos médicos eugênicos e de fundamentação cristã do período – seus “soldados” para o desenvolvimento e a defesa da Nação do ponto de vista “moral, intelectual e físico”. O movimento deu visibilidade a esses investimentos, seja na divulgação de impressos imbuídos do objetivo de normatizar a prática desportiva ou naqueles voltados à divulgação do esporte.

Guiando-se por esses princípios, a AIB, com auxílio de Hollanda Loyola, buscou educar corporalmente seus quadros, sua Milícia. Para coordenar as atividades da Milícia no DF, Salgado nomeou Francisco de Assis Hollanda Loyola para o cargo de Mestre de Campo, determinando a todos os integralistas que viessem a essa patente que a reconhecessem e lhe prestassem as devidas honras. Ao assumir o cargo, Loyola prestou um juramento de fidelidade ao movimento e ao Chefe Nacional:

Juro por Deus e pela minha família, exercer o cargo de Mestre de Campo da Milícia Integralista da AIB, realizando com a maior fidelidade o pensamento do Chefe Nacional, cumprindo e fazendo cumprir os regulamentos vigentes, zelando pela pureza da doutrina integralista, mantendo a maior disciplina,

colocando os interesses do integralismo acima de qualquer sacrifício pessoal.²

A nomeação de Hollanda Loyola ao cargo de Mestre de Campo representou um significativo avanço na ordenação do quadro miliciano do Distrito Federal/RJ, no período capital brasileira. Vista como uma das principais ações engendradas por Loyola ao início de sua atuação na Milícia, o jornal *A Offensiva* destaca a promoção de encontros periódicos para o treinamento prático dos milicianos.

A *Offensiva* de 21 de fevereiro de 1935, p. 1, aborda a concentração do Destacamento da Milícia do DF, realizada na Quinta da Boa Vista, ressaltando o “grande entusiasmo” dos integralistas que se reuniram em seus postos, “alegres” e “disciplinados”, conscientes de sua missão. Na ocasião, após realizada a solenidade das bandeiras e a vocalização do Hino Nacional, o Mestre de Campo Hollanda Loyola, Chefe do Estado Maior Provincial, fez a apresentação de seu Estado ao Brigadeiro Jeronymo Furtado do Nascimento, Chefe do Estado Maior Nacional, que elogiou publicamente Loyola pelo seu trabalho no comando, refletido na demonstração de disciplina e entusiasmo da Milícia.

Nogueira da Gama Filho destacou, no jornal *A Offensiva* de 28 de fevereiro de 1935, elogios à Milícia por sua estruturação, organização e disciplina, conquistadas por meio da constituição de unidades permanentes, com seus oficiais graduados e milicianos em constante contato; a organização de legiões e grupos de legiões de comando e tropas estáveis; e a criação de uma Escola Provisória de Oficiais de Milícia, onde a oficialidade existente passou a receber “instrução eficiente e indispensável” (FILHO, *A Offensiva*, n. 42, p. 4, 28 fev. 1935).

Para Gama Filho, essas medidas possibilitaram a divisão do trabalho, iniciando uma nova fase de atuação. Gama Filho, assim como outros, revelou conferir grande parte desse sucesso ao trabalho realizado por Loyola à frente da Milícia, salientando a organização e a dedicação empregadas no treinamento dos “camisas-verdes”. Esse alcance se dera, segundo ele, pelos esforços de concentração na constituição prática da Milícia, que era mais teórica. Os milicianos, que não se encontravam para a organização prática da Milícia, passaram a receber treinamento rotineiro. Com o sucesso da Quinta da Boa Vista, a Milícia do DF consolidou o início de uma nova fase de operosidade, “brilhantismo e obediência às determinações do Chefe Nacional e pelo bem do Brasil” (FILHO, *A Offensiva*, n. 42, p. 4, 28 fev. 1935).

Hollanda Loyola colaborou expressivamente para que os treinamentos realizados pela Milícia do DF ganhassem periodicidade e para que os milicianos adquirissem o senso de disciplina enfaticamente apregoado pela AIB, fundamentando-se no argumento que destacava ser a Milícia uma escola de civismo, de “disciplina inteligente”, “de patriotismo sadio, inteiramente nova no Brasil” (*A Offensiva*, 23 mar. 1935, p. 4). Nos

2 Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, Notação 1 – Sobre a “Polícia Integralista”.

treinamentos por ele administrados, foram empregados os princípios do Regulamento do Departamento da Milícia, elaborado por Gustavo Barroso e aprovado por Plínio Salgado.

Além de atuar como Mestre de Campo da Milícia no DF, Hollanda Loyola tornou-se um escritor assíduo do Jornal A Offensiva, ganhando, inclusive, uma seção para tratar da Educação Física e dos esportes no período. A AIB conferia elevada importância à “educação integral”. Argumentava-se em prol da formação/doutrinação do militante por meio de um conjunto pedagógico que incluía os aspectos moral, intelectual e físico. Por meio de um discurso apreciativo dos esportes, eram veiculados valores como a exaltação da presteza física e da autodisciplina e formava-se o “camisa-verde” “forte de físico e de espírito”, atingindo a educação seus fins morais, doutrinários e eugênicos (A Offensiva, p. 6, 8 nov. 1934).

Vale lembrar que esse era um pensamento recorrente da época, portanto, não estava restrito aos quadros da AIB. A educação do corpo era reconhecida como essencial para o desenvolvimento da Nação, pois ao modelar os corpos físicos, remodelaria o corpo social pelo revigoramento orgânico capaz de legar robustez e integridade às gerações futuras (GOELLNER; FRAGA, 2003; GÓIS JUNIOR; LOVISOLO, 2005).

As publicações de Hollanda Loyola, que abrangem o período que se estende, aproximadamente, de 1935 a 1944, mostraram-se congruentes ao modo de pensar do período, ainda que algumas distinções tenham se mantido. Nos meios de divulgação da doutrina integralista (jornais e revistas), Loyola veiculou seus textos sobre temas relacionados à Educação Física, atuando como escritor e jornalista com registro na Associação Brasileira de Imprensa. A atividade de escritor que se iniciou no jornal A Offensiva,³ em 11 de maio de 1935, quando um de seus artigos, intitulado “Educação Physica I”, foi veiculado pela primeira vez, se ampliou a outros impressos integralistas, possibilitando que Loyola alcançasse o reconhecimento de dirigentes e do Chefe Nacional do integralismo, Plínio Salgado.

Com intenções doutrinárias, A Offensiva publicou artigos redigidos por Hollanda Loyola, que abordam desde esclarecimentos conceituais sobre os termos “*gymnastica*”, “*sport*” e “*Educação Physica*”, até elucidações sobre planos e métodos. Nas páginas do jornal, há uma preocupação em esclarecer ao leitor em que consiste cada método de Educação Física e qual é o mais indicado para o Brasil, traçando, o próprio Loyola, algo que considera mais adequado ao povo brasileiro. Outra preocupação do autor é que fiquem explicitados os diferentes exercícios físicos e práticas esportivas indicados para cada idade e sexo, assim como as diferenças fisiológicas entre eles. Esses textos

3 O jornal A Offensiva, de circulação nacional, foi lançado na cidade do Rio de Janeiro em 17 de maio de 1934 e extinto em 19 de março de 1938. Funcionou como semanal de maio de 1934 a janeiro de 1936. Contudo, a partir de 28 de janeiro de 1936, tornou-se diário.

CAPÍTULO 6 A MILITÂNCIA DE HOLLANDA LOYOLA NA AIB

que indicam o “Plano Geral” de Educação Física aparecem somente na primeira fase do jornal, sequencialmente em suas versões semanais, tendo início no n. 52.

Apesar dos textos de Loyola terem sido publicados somente a partir do exemplar de n. 52, quase um ano depois do aparecimento do jornal, já no segundo mês de publicação de A Offensiva, a partir do exemplar de n. 5, de 14 de junho de 1934, p. 8, o “tenente Hollanda Loyola” passa a figurar nas páginas do impresso aparecendo em algumas matérias e notas que o enaltecem pelo trabalho desenvolvido como instrutor-técnico à frente das turmas de reservistas do Ginásio Vera-Cruz. O mesmo jornal destaca a solenidade de juramento à Bandeira realizada pelos reservistas da EIM 26, solenidade essa comandada por Loyola:

Revestiu-se de raro brilho a festa patriótica promovida no dia 11 corrente pelo Ginásio Vera-Cruz, solenizando o juramento à Bandeira da nova turma de reservistas da E. I. M. 26, com sede naquele educandário. A direção do Ginásio e o instrutor da Escola desenvolveram a maior atividade para que nada faltasse para brilhantismo do ato [...]. Realizou-se então o juramento. O tenente Hollanda Loyola leu-o e os novos reservistas repetiram-no. Cada rosto resplandecia de patriotismo e de fé nos destinos da pátria, e cada coração pulsava animado por uma sensação justa de regozijo.

O tratamento respeitoso e enaltecedor conferido a Loyola por A Offensiva, quando ainda não havia se tornado autor de destaque do jornal, indica que ele já fazia parte dos quadros da AIB ou que, no mínimo, era simpático as ideias do integralismo e que seu trabalho era admirado pelos dirigentes do movimento.

Não tardou para que a aliança entre Loyola e a AIB se tornasse explícita e se mostrasse consolidada. Os textos do autor foram publicados com pouquíssimas interrupções, em formato seriado, estendendo-se essa produção do exemplar n. 52 até o exemplar de n. 89, somando, nos jornais completos que consegui encontrar, um total de 27 textos.

Com a extinção do cargo de Mestre de Campo, em função da extinção da Milícia pela Lei de Segurança Nacional, em abril de 1935, Hollanda Loyola passou a ocupar o cargo de Secretário Provincial de Educação, tornando-se o responsável por coordenar as atividades da Secretaria de Educação (moral, cívica e física) e por prosseguir com o trabalho de organização e disciplinamento. Assim, iniciou-se a publicação de uma série de artigos “técnicos sobre Educação Física, com a finalidade de orientar as atividades dos soldados do Sigma, produzidos pelo Secretário Provincial de Educação” (Monitor Integralista, ano V, p. 3, 10 abr. 1937), Francisco de Assis Hollanda Loyola. Esses artigos, redigidos pelo Secretário Provincial, que “dispensa, pois, apresentações”, viriam a reafirmar o espírito de entusiasmo e de fé da Província da Guanabara, mantendo vivo no coração dos integralistas o espírito da antiga Milícia (Província de Guanabara, n. 5, p. 3, 13 jun. 1937).

Em geral, esses textos foram organizados almejando a elaboração de um “Plano” com intuito de conferir unidade ao ensino de Educação Física no Brasil. Loyola compreendia que o crescimento da área, bem como o melhoramento da raça que deveria ser forte e digna de salvar o País, se daria pela unidade de doutrina, que deveria resvalar pelas características e necessidades do povo brasileiro. Além disso, quando buscava a unidade de doutrina na área, revelava-se lutando também pelos preceitos integralistas.

Em 1936, quando o jornal se tornou um diário matutino e se propôs a abranger uma amplitude informativa mais vasta, em detrimento da exclusividade de doutrina, o que buscava era estreitar os laços com o seu leitor e conquistar novos membros para inchar seus quadros. A preocupação de Salgado, expressa no jornal, era a de que A Offensiva atingisse, com notícias de abrangência política, econômica e social, um maior número de leitores, integralistas ou não, aqueles com intuito de reforçar o ideário do movimento e estes com o objetivo de fazer conhecer a doutrina e arregimentá-los como novos adeptos.

Em sua tentativa de estabelecer um diálogo mais estreito com a sociedade, também no que diz respeito aos esportes e à Educação Física, o jornal passou a publicar a seção “A Offensiva sportiva”, com notícias sobre competições esportivas no Brasil e no mundo. Loyola, que ainda na primeira fase deixa de escrever seus artigos sobre Educação Física, também muda seu foco de publicação. Interrompe a produção de textos sobre o “Plano Geral” e passa a redigir uma coluna diária intitulada “Chronica do dia”, na qual informa sobre as novidades nacionais e internacionais no âmbito esportivo.

O integralismo pretendia, com as mudanças em sua estrutura, concomitantemente às atividades esportivas, físicas e cívicas, continuar desenvolvendo, ainda que de maneira velada, atividades paramilitares. Essa nova configuração permaneceu inalterada até 1937, quando todos os partidos políticos foram suprimidos, inclusive a AIB que se transformou em uma sociedade civil, denominada Ação Brasileira de Cultura, perdurando até 1938.

HOLLANDA LOYOLA E O “PLANO GERAL” DE EDUCAÇÃO FÍSICA

As mudanças expressivas que se substancializaram no âmbito da Educação Física e dos esportes na década de 1930, como a produção de leis que tornaram a Educação Física obrigatória no Ensino Secundário, influenciaram o modo de pensar de Hollanda Loyola, que demonstrou intensa preocupação com a importação de métodos estrangeiros de Educação Física (Sueco, Alemão, Americano, Francês), considerados por ele incompatíveis com as necessidades do povo brasileiro.

CAPÍTULO 6 A MILITÂNCIA DE HOLLANDA LOYOLA NA AIB

Loyola destacou a necessidade da “educação geral” a fim de desenvolver as faculdades físicas, intelectuais e morais do povo brasileiro, tornando-o “forte de físico, culto de cérebro, grande de alma” (LOYOLA, A Offensiva, n. 56, p. 6, 8 jun. 1935).

Nos artigos veiculados pelo jornal A Offensiva, é possível observar que a importância conferida por Loyola à Educação Física é bastante significativa. O autor compreendia que é dela “[...] a função de preparar para vida, de dar normalidade e capacidade às funções orgânicas, tonicidade aos músculos, resistência ao esqueleto, flexibilidade às articulações, controle ao sistema nervoso” (LOYOLA, A Offensiva, n. 56, p. 6, 8 jun. 1935).

O autor defendia uma prática de Educação Física específica para cada fase da vida, com finalidades distintas que deveriam ser respeitadas a fim de se alcançar um maior rendimento sem exigir demais, sem prejudicar o corpo do praticante ou mesmo desestimulá-lo, o que, para ele, contrariaria as finalidades maiores dessa atividade.

Loyola elencou vários desses fins, sendo “o primeiro deles” corretivo, ou seja, por meio de exercícios corretivos, a “Educação Física deve corrigir deficiências dos aparelhos respiratório, circulatório e digestivo”; “surge então a necessidade de adaptação do organismo, prepará-lo para vida”; “segue-se a obtenção de saúde, da força e da resistência”; “surge por fim a associação da aptidão física ao desenvolvimento físico – [...] é a formação moral, é a aquisição das qualidades morais superiores”. Mais tarde, chegando-se ao “rumo descendente da trajetória da vida fisiológica”, na “velhice”, “o organismo decai” e [...] “necessita da Educação Física moderada em intensidade e diminuída em qualidade como fator higiênico” (LOYOLA, A Offensiva, n. 56, p. 6, 8 jun. 1935).

Os fins eugênicos e higiênicos eram especialmente visados pela AIB, que esperava cultivar, por meio dos esportes, “corpos saudáveis” e disseminar preceitos de higiene individual e coletiva extensivos às famílias. O aperfeiçoamento eugênico, alicerçando-se no aprimoramento do físico, era compreendido como o promotor do afastamento dos vícios da raça e o aprimoramento higiênico o promotor dos corpos saudáveis que iriam salvar o Brasil.

Tanto para Loyola quanto para o movimento, os benefícios alcançados pelo exercício físico não visam apenas resultados imediatos: eles reverberam nas gerações futuras. Assim, o integralismo defendia que os fortes descendem dos fortes. Para Loyola, esse dom da Educação Física é o mais valioso de todo o seu alcance, sua influência eugênica que, segundo ele, não pode ser obtida apenas por práticas empíricas e processos teóricos (LOYOLA, A Offensiva, n. 56, p. 6, 8 jun. 1935).

Nesse sentido, a orientação era para que o povo de todas as idades e de todas as camadas sociais buscasse compreender a Educação Física e a praticasse dentro de um regime metódico, científico, racional; que o jovem procurasse entender melhor a finalidade da Educação Física nos seus “resultados físicos e fisiológicos”; que o esporte fosse praticado como um aperfeiçoamento das qualidades morais, como elemento

de aproximação social, e como tal “praticado dentro das normas científicas traçadas pelo médico” (LOYOLA, A Offensiva, n. 53, p. 4, 18 maio 1935).

A proposta da Educação Física para “todos” deveria estar fundamentada nos princípios mais “nobres” dessa prática:

Vamos aos clubes, às sociedades esportivas, preguemos o esporte, não como uma profissão, como um motivo de exibição pessoal, como um processo de mercantilização, mas como uma bela e empolgante realização de força e de saúde, de beleza e de estética (LOYOLA, A Offensiva, n. 61, p. 6, 13 jul. 1935).

O autor fazia questão de distinguir a Educação Física do esporte, sendo o segundo consequência da primeira. O esporte, afirmou, é o resultado de uma “aplicação judiciosa”, o seu “coroamento”, mas nunca a própria Educação Física. Por sua vez, “[...] a Educação Física é a ciência povoada dos movimentos e de suas relações com os nossos sentidos, nossa inteligência, nossos costumes e o desenvolvimento de todas as nossas faculdades” (LOYOLA, A Offensiva, n. 61, p. 6, 13 jul. 1935).

Questionado sobre qual método de Educação Física, dentre os mais seguidos no Brasil, seria o melhor – Sueco, Francês, Alemão ou Americano –, Loyola respondeu que todos são bons, desde que sejam praticados racionalmente e cientificamente. Para ele, o valor de um método está na razão direta da orientação de suas bases pedagógicas e de sua orientação fisiológica; dentro dessa “norma” todos são bons, “embora nenhum seja perfeito”. Em seu levantamento, concluiu que o mais utilizado no País, à época, era o Francês, por ter sido adotado pela Educação Física do exército e por ser um método bastante “utilitário, simples e um dos mais completos”. Declarou, ainda, optar por esse método por ser ele menos monótono e mais harmônico que o Sueco, também bastante utilizado no Brasil nos anos 1930 (LOYOLA, A Offensiva, n. 57, p. 4, 15 jun. 1935).

Sobre os fundamentos do Método Francês repousam inúmeras orientações para a prática da Educação Física na AIB, por intermédio e influência de Loyola. Seguindo esses preceitos, a Educação Física para a mulher, distinta da prescrita para o homem, é elaborada, difundida e aplicada em diversas escolas integralistas.

Contudo, Loyola não deixou de criticar enfaticamente a heterogeneidade de princípios e a diversidade de doutrinas no Brasil no que se refere à Educação Física, o que, em sua compreensão, seria prejudicial à formação de uma nacionalidade coesa, indivisível, “[...] principalmente quando essa nacionalidade só tem a favor de sua unidade, coesão, indivisibilidade” (LOYOLA, A Offensiva, n. 53, p. 4, 18 maio 1935).

O problema, como argumentava, está na falta de unidade, de articulação – o ensino primário tem o Método Americano, “se se pode chamar aquilo de método”; o ensino secundário tem “mais ou menos” o Método Sueco dado pelo Ministério da Educação, e o Método Francês, obrigado pelo Ministério da Guerra; e o ensino superior

não tem método nem programa, pratica-se o esporte sem nenhuma preparação moral e física (LOYOLA, A Offensiva, n. 52, p. 4, 11 maio 1935). Na falta de unidade, cada Secretaria estudaria e aplicaria a Educação Física em função das necessidades de determinado agrupamento de indivíduos, o que impossibilitaria a visão de conjunto e um trabalho de cooperação. Assim, “cada um seguiria o treinamento de um determinado técnico que não conhece a raça e que não estudou o meio” (LOYOLA, A Offensiva, n. 52, p. 4, 11 maio 1935).

Opondo-se à importação de métodos e entusiasmado pelas ideias nacionalistas em voga no período, difundidas com fervor pela AIB, Loyola defendia um método que fosse elaborado com base no modo de vida do povo brasileiro. Assim, propôs que fosse estudada – “temos inteligência e capacidade” – a raça e o meio e que fosse aplicado um método de bases pedagógicas perfeitamente definidas e compreendidas, “um método que corresponda às necessidades higiênicas, eugênicas e sociais” dos brasileiros. Nessa perspectiva, argumentava: “a Educação Física é universal e como tal deve estar sempre subordinada às condições mesológicas do povo que a pratica: o contrário é absurdo, irracional” (LOYOLA, A Offensiva, n. 53, p. 4, 18 maio 1935).

O autor defendia a unidade do método, um método a ser aplicado por todo o País, com os mesmos objetivos e com respeito às características da raça. Desse modo, o que Loyola indicou para o Brasil e para o integralismo foi o que nomeou de “Plano Geral”, por compreender não só um método, mas um conjunto deles. O autor destacou a necessidade do investimento na Educação Física planejada e estruturada e afirmou querer prestar sua colaboração, “a colaboração integralista”, por meio das colunas de A Offensiva, para realização efetiva e útil de um “Plano” nacional de Educação Física.

Mas em que consistia o “Plano Geral” prescrito por Loyola?

Loyola dividiu seu “Plano” em duas partes: 1) organização, que abrangia “Fichário”, “Estatística”, “Agrupamento” e “Programação”; e 2) execução, que abrangia “Organização” e “Execução”.

A organização consistia em toda a parte teórica, as bases pedagógicas e fisiológicas, as regras principais de aplicação, os conhecimentos necessários a uma boa prática e uma correta execução.

O “Fichário” seria a “ficha morphophysiological” do “instruendo”, feita pelo médico especializado ou pelo instrutor, sendo ela construída pelos vários dados numéricos resultantes das mensurações tomadas do “instruendo” (LOYOLA, A Offensiva, n. 61, p. 6, 13 jul. 1935). A “Estatística” consistia em agrupar os dados obtidos nas mensurações feitas por meio de tabelas, com as quais, “por cálculos, se obtêm médias e elaboram-se gráficos que facilitam uma compreensão rápida e precisa do resultado dos exercícios aplicados a diferentes casos” (LOYOLA, A Offensiva, n. 61, p. 6, 13 jul. 1935). O “Agrupamento”, tópico ao qual Loyola conferia destacada importância, consistia em reunir os “instruendos” em grupos homogêneos pelas suas “qualidades

físicas”, sendo essa divisão dada pelo “fichário morpho-physiologico”. Pela dificuldade de realização desse sistema, Loyola sugeriu o agrupamento de finalidade educacional, ou seja, que os grupos fossem organizados pela idade cronológica, “que, [segundo ele], tem uma grande aproximação com a idade fisiológica” (LOYOLA, A Offensiva, n. 62, p. 4, 20 jul. 1935).

Outro agrupamento ainda foi proposto: o que enquadra os indivíduos que, pelas suas incorreções físicas, pelas suas profissões, suas idades, “não poderão ser incluídos com resultado no agrupamento cronológico”: a) “cyclo correctivo”; b) “cyclo profissional”; c) “cyclo de conservação e hygiene”.

O “cyclo corretivo” compreendia todos os indivíduos que fossem portadores de “deficiências orgânicas”, tais como “aparelho respiratório pouco desenvolvido, falta de adaptação para o trabalho físico, falta de força, de resistência, etc.”, ou portadores de “defeitos físicos” suscetíveis de correção por meio de exercícios. Para esse “cyclo”, Loyola destacou a necessidade da Educação Física especializada – “ginástica médica”, com o fim de “corrigir, sanar, [precisando], portanto, de mais cuidado” (LOYOLA, A Offensiva, n. 62, p. 4, 20 jul. 1935).

O “cyclo profissional” abrangia todos os indivíduos cujas profissões não lhes permitissem um trabalho em conjunto de todo o organismo. A preocupação de Loyola no tocante a esses trabalhadores é que pudessem realizar uma “ginástica compensadora” a fim de amenizar as possíveis complicações acarretadas pela realização de suas tarefas (LOYOLA, A Offensiva, n. 62, p. 4, 20 jul. 1935).

O “cyclo de conservação e hygiene” visava à prática do exercício para a conservação da forma e à prática de higiene para a conservação da saúde (LOYOLA, A Offensiva, n. 62, p. 4, 20 jul. 1935).

No que diz respeito à “Programmação”, Loyola considerava-a a parte mais importante do “Plano Geral”. A organização das lições, argumentava, deveria constituir o programa de trabalhos para um mês, um trimestre ou um semestre, devendo obedecer aos quesitos:

- a. intensidade e duração dos exercícios graduados de acordo com o grupamento a trabalhar;
- b. os exercícios escolhidos em função do fim a obter;
- c. o ritmo ou a velocidade de execução subordinado à temperatura do momento – aumentando com o frio e diminuindo com o calor;
- d. matinal e local escolhidos de acordo com a natureza do trabalho a executar;
- e. escolher os exercícios evitando as repetições monótonas e fatigantes (LOYOLA, A Offensiva, n. 63, p. 5, 27 jul. 1935).

Segundo o autor, nesse método, “como no Francês”, a lição deveria ser contínua, alternada, graduada, atraente e disciplinada. Ele destacou que o trabalho não poderia ser monótono, devendo o instrutor lançar mão de todos os meios possíveis para tornar a lição de Educação Física alegre, divertida, atraente, jamais se esquecendo da disciplina da unidade trabalhada, pois “[...] no final da lição ela deve ser rigorosa, completa, para que se tenha um domínio completo sobre a escola” (LOYOLA, A Offensiva, n. 63, p. 5, 27 jul. 1935).

Nos “Agrupamentos escolares” – “cyclo elementar, secundário e superior” –, os exercícios eram divididos conforme o fim a atingir, em função do efeito fisiológico. Por ordem de execução, eles eram os seguintes: a) exercícios de correção; b) exercícios de força; exercícios de resistência; d) exercícios de agilidade; e) exercícios de respiração; f) exercícios de controle; e g) exercícios de coesão (LOYOLA, A Offensiva, n. 64, p. 6, 3 ago. 1935).

Os exercícios de correção se destinavam a corrigir atitudes defeituosas, viciadas, “deselegantes”, como os “desvios da coluna, ombros caídos, tórax retraído, abdômen jogado para frente, etc.”. Os exercícios de força visavam desenvolver a capacidade de força do indivíduo, tornando “[...] mais fortes os músculos e mais resistente o esqueleto”. Os exercícios de resistência compreendiam, conforme o autor, a manifestação, por um lado, de uma luta mais eficiente contra as doenças e, por outro, de uma busca por um melhor rendimento da “máquina” e por uma melhor repartição das despesas energéticas, retardando a fadiga. Os exercícios de agilidade, por sua vez, visavam dar ao “instruendo” destreza e flexibilidade, coordenação de movimentos e domínio sobre si, empregando-se os saltos utilizados em altura, distância e com vara, as corridas de velocidade com barreiras, revezamento e mudanças bruscas de direção, lutas corporais, jogos apropriados, esgrimas com bastonetes etc. Exercícios de respiração teriam uma ação toda fisiológica – alterar os pulmões, alimentar os músculos, trazer oxigênio às células facilitando o metabolismo.

Os exercícios de controle constituíam um meio pelo qual o instrutor poderia “aquilatar o estado de fadiga da unidade escolar em que trabalha”. Consistia em “mandar, em passo ordinário, a escola cantar ou assobiar com naturalidade”; se ela cantasse ou assobiasse sem esforço é que teria voltado à calma. Por fim, os exercícios de “coesão” destinavam-se a impor disciplina, a adquirir um domínio completo sobre a escola, a automatizar o senso de obediência (LOYOLA, A Offensiva, n. 64, p. 6, 3 ago. 1935), qualidades a serem alcançadas pelos integralistas e muito apreciadas pela AIB.

Os exercícios do “agrupamento escolar” deveriam ser organizados em lições divididas em partes, baseadas no “Método Francês”:

- a. sessão preparatória – cuja finalidade é predispor o organismo para um trabalho físico mais demorado e habituar o corpo a atitudes corretas – constará de exercícios de correção para o tronco, os membros e a caixa torácica;
- b. a lição propriamente dita – cuja finalidade é desenvolver a resistência orgânica, a força muscular, a facilidade e a coordenação de movimentos – constará dos exercícios de força, de resistência e de agilidade;
- c. a) a volta à calma – cuja finalidade é [...] não só fazer com que o organismo volte ao estado de repouso com o qual iniciou o trabalho físico da lição, mas controlar a disciplina, coesão e obediência – constará de exercícios de respiração, de controle e de coesão (LOYOLA, A Offensiva, n. 65, p. 5, 10 ago. 1935).

A segunda parte do “Plano” de Educação Física, segundo Loyola, seria constituída da “execução”, que comportaria: a) pedagogia; b) “commandos”; c) “conducta”.

A pedagogia compreenderia a maneira de aplicar o “Plano”, tirando o maior proveito dos exercícios empregados para atingir com mais vantagem o objetivo determinado. Para isso, apontou Loyola, era “mister conhecer bem o mecanismo de execução dos exercícios, a escola com que se trabalha e um pouco de fisiologia para não empregar exercícios absurdos ou executar lições contraproducentes”. Para ministrar uma lição de Educação Física, argumentou, é preciso saber bem executá-la e, antes de determinar a execução de um exercício, é necessário ensinar a sua execução e mostrar os seus erros.

Nessa fase da aplicação do “Plano”, administrar-se-ia a preparação moral e a instrução cívica dos “instruendos”. Por meio dos jogos, “[...] cuja execução depende de colaboração, de decisão, de iniciativa, de disciplina, de lealdade, de coragem, de força de vontade, preparar-se-á, formar-se-á a têmpera de caráter dos homens [...]”. “Por meio dos hinos, de canções patrióticas, de publicações oportunas formar-se-á a consciência cívica” (LOYOLA, A Offensiva, n. 67, p. 4, 24 ago. 1935). Compreendia-se que, por meio dos esportes e da Educação Física, modelar-se-ia o caráter. Loyola via na educação do corpo, com auxílio de práticas esportivas, a possibilidade de assegurar não só os atributos físicos, mas também os atributos morais do corpo e do “espírito”.

Para fazer alusão ao que prescreveu sobre “commandos”, citou a Escola de Educação Física do Exército e argumentou que de um bom comando depende uma boa execução, tendo esse tópico uma importância capital na lição de Educação Física. Os “commandos” foram divididos em duas vozes: uma de “advertência”, que explica o exercício a executar; outra de “execução”, que determina o início da execução do exercício. Para que fossem bem desempenhados os exercícios, Loyola orientava: “a voz de commando deve ser clara e precisa, enérgica e imediata” (LOYOLA, A Offensiva, n. 67, p. 4, 24 ago. 1935).

CAPÍTULO 6 A MILITÂNCIA DE HOLLANDA LOYOLA NA AIB

A “conducta” referia-se exclusivamente ao instrutor, do qual depende a eficiência da instrução. O instrutor, antes de tudo, deveria saber impressionar a sua escola, captando dos seus “instruendos” a confiança e a simpatia, inspirando-lhes respeito e autoridade. O instrutor não poderia ser um “[...] indeciso, um fraco, um ignorante, um desmoralizado, um agressivo, um inepto; é mister ter atitude, personalidade, força moral, iniciativa” (LOYOLA, A Offensiva, n. 67, p. 4, 24 ago. 1935).

Na visão do autor, o instrutor completo deveria ser também um ótimo executante. Ao submeter seu organismo à prática do trabalho físico, ele não só sentiria os efeitos, como também apreciaria os resultados. Ele experimentaria as dificuldades de execução de certos exercícios e não exigiria dos seus alunos “esforços impossíveis e estéreis”. O autor reforçou a necessidade de se unir empiria e teoria também do ponto de vista do saber do instrutor.

Partindo desses princípios, para formar instrutores, a AIB abriu a Escola Technica de Instructores e alegou ser a “primeira a ser organizada em todo o Brasil”, coordenada pela Secretaria de Educação da Província da Guanabara e dirigida por Loyola.

A Offensiva, do início de sua publicação até sua extinção, conferiu atenção especial aos esportes e à Educação Física. Suas inúmeras seções esportivas e os diversos artigos de Loyola, assim como a coluna por ele assinada, apontam para uma preocupação constante com o corpo, seja pela constituição da raça forte, seja pela higienização, seja pela formação do soldado integralista.

Em 10 de novembro de 1937 deu-se a consumação do golpe do Estado Novo e Vargas decretou, em dezembro do mesmo ano, o fechamento de todos os Partidos Políticos, entre os quais se encontrava a AIB. Ainda em dezembro, a AIB, adaptando-se a novos tempos, transformou-se novamente em sociedade civil. Apesar do fechamento da AIB, o integralismo prosseguiria, segundo o Chefe Nacional, com os “objetivos humanitários, educacionais e desportistas”.

Com essas medidas, diversas transformações fizeram-se evidentes em A Offensiva que mudou de feição e abandonou a campanha política que vinha desenvolvendo, de maneira cada vez mais enfática. Em função das mudanças, um grande número de seções do jornal foi extinto e outras tantas foram alteradas para dar forma às exigências governamentais. A seção “A Offensiva sportiva” continuou a ser publicada diariamente, mas as matérias não mais abordavam as promoções esportivas integralistas. Loyola seguiu produzindo a “Chronica do dia”, publicada regularmente de terça a domingo.

Em A Offensiva, Loyola veiculou suas ideias até 1938, ano em que o integralismo entrou para a clandestinidade. A partir de 1939, passou a publicar na revista *Educação Physica*. Apesar de sua participação efetiva como diretor da revista e a ocupação de cargo no MEC e na Associação Brasileira de Educação Física (ABEF), assim como no cargo de diretor do Departamento de Educação Física da Universidade da Capital Federal,

Loyola não abandonou as atividades na AIB, que apesar da extinção determinada pelo governo ditatorial de Vargas, em maio de 1938, continuou a funcionar, ingressando num período de ilegalidade e inúmeras perseguições políticas.

A vida e obra de Loyola foram interrompidas em função de uma enfermidade adquirida, possivelmente, em 1943 e da morte prematura em 4 de junho de 1944. Apesar do curto período de tempo em que atuou na área, Loyola tornou-se uma referência importante para a Educação Física na transição dos anos de 1930 para os anos de 1940.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluí que, influenciado pelas discussões ocorrentes no Brasil na década de 1930, em que os discursos em voga apontavam para incrementos no melhoramento da raça, da higiene e da eugenia, Loyola produziu textos que ganharam importância em periódicos da AIB em função do que difundiam sobre a moralização e formação da raça forte, conquistas alcançadas, segundo os escritos, através da Educação Física e esportes. Resistente à utilização dos métodos estrangeiros de Educação Física, a AIB, com apoio de Loyola, aderiu a um discurso recorrente e investiu na elaboração e divulgação de um método nacional, o “Plano Geral”, o que se refletiu nos quadros do movimento e ressoou na sociedade do período.

É importante enfatizar que a compreensão que Hollanda Loyola tinha da Educação Física e recomendações para sua prática dentro do movimento integralista não eram distantes do que se vivenciava na Educação Física brasileira, inclusive porque o próprio Loyola era um de seus protagonistas: o caráter eugênico e higiênico, a distinção entre os sexos, o papel do esporte na constituição de um homem forte física e moralmente estavam presentes nos seus escritos dentro e fora de *A Offensiva*.

REFERÊNCIAS

FILHO, N. G. Assumptos de Milícia. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano II, n. 42, p. 4, 28 fev. 1935.

GOELLNER, S.V.; FRAGA, A.B. Antinous e Sandwina: encontros e desencontros na educação dos corpos brasileiros. *Movimento*, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 59-82, 2003.

GOIS JUNIOR, E.; LOVISOLO, H.R. A educação física e concepções higienistas sobre raça: uma reinterpretação histórica da educação física brasileira dos anos de 1930. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, Porto, v. 5, n. 3, p. 322-8, 2005.

LOYOLA, Hollanda. Educação Physica I. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, n. 52, p. 4, 11 maio 1935.

CAPÍTULO 6

A MILITÂNCIA DE HOLLANDA LOYOLA NA AIB

LOYOLA, Hollanda. Educação Physica II. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, n. 53, p. 4, 18 maio 1935.

LOYOLA, Hollanda. Educação Physica V: finalidades. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, n. 56, p. 6, 8 jun. 1935.

LOYOLA, Hollanda. Educação Physica VI: methodos. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, n. 57, p. 4, 15 jun. 1935.

LOYOLA, Hollanda. Educação Physica: Basket-ball e sua preparação. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, n.77, p. 4, 2 nov. 1935.

LOYOLA, Hollanda. Educação Physica: considerações gerais X. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano II, n. 61, p. 6, 13 jul. 1935.

LOYOLA, Hollanda. Educação Physica: Plano Geral XI. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, n. 62, p. 4, 20 jul. 1935.

LOYOLA, Hollanda. Educação Physica: Plano Geral XII. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, n. 63, p. 5, 27 jul. 1935.

LOYOLA, Hollanda. Educação Physica: Plano Geral XIII. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, n. 64, p. 6, 3 ago. 1935.

LOYOLA, Hollanda. Educação Physica: Plano Geral XIV. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, n. 65, p. 5, 10 ago. 1935.

LOYOLA, Hollanda. Educação Physica: Plano Geral XVI. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, n. 67, p. 4, 24 ago. 1935.

LOYOLA, Hollanda. Educação Physica: Plano Geral XVIII. *A Offensiva*, Rio de Janeiro, ano II, n. 69, p. 5, 7 set. 1935.

Capítulo 7

Dario de Bittencourt e o integralismo tardio no Rio Grande do Sul¹

Carla Brandalise ²

A organização oficial da Ação Integralista Brasileira (AIB) no Rio Grande do Sul (RS) ocorreu de modo relativamente tardio em relação a outras regiões do país. Em nível nacional, a AIB expandira-se, a partir de São Paulo, primeiramente para o Rio de Janeiro, Minas Gerais, Ceará e Pernambuco. Fato esse possível devido a uma maior facilidade com que os líderes integralistas estabeleceram contatos políticos em tais áreas. Na região sul, ao contrário, nessa fase inicial a comunicação era esparsa e desarticulada. De qualquer forma, desde fins de 1932, alguns simpatizantes locais, dispendo de certo conhecimento sobre a doutrina integralista, passam a corresponder-se com as lideranças nacionais do movimento.

Destaca-se Dario de Bittencourt, advogado porto-alegrense nascido em 1901, o qual, enquanto um dos principais organizadores do Integralismo no estado, será posteriormente designado ‘chefe provincial’ da AIB. Em sua figura encontra-se especial convicção em trazer ao Sul tal movimento de conotações fascistas, o que lhe parecia perfeitamente adequado ao “saneamento” e à “regeneração” do escopo político regional, considerado por ele intrinsecamente corrompido em seu arcaísmo clientelista oligárquico.³

O economista Nestor Pereira (formado pela UFRGS em 1931), nascido em Taquara no ano de 1906 e um

1 O presente artigo baseia-se na Dissertação de Mestrado da autora, defendida no curso de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS em 1992, sob o nome de “O Fascismo na Periferia Latino-Americana: o paradoxo da implantação do Integralismo no Rio Grande do Sul”, orientada pelo prof. dr. Hélgio Trindade.

2 Professora titular do Departamento e do PPG História da UFRGS.

3 Entrevista com Dario de Bittencourt (1969. Arq. AIB /H. Trindade. NUPERGS /CONSUL /UFRGS).

dos adeptos exordiais do movimento em solo riograndense, tornando-se secretário de Propaganda, reforça a importância do futuro líder local em meio às articulações preliminares: «Bittencourt publicou uma nota no jornal para que aqueles que simpatizavam e estudavam o Integralismo se reunissem no seu escritório. Foi a primeira reunião. Em Porto Alegre. Ali surgiu a AIB.»⁴

Bittencourt permanecerá no cargo de chefia entre 1934 e 1935, ou seja, durante toda a fase decisiva de expansão e consolidação da agremiação. Em janeiro de 1936 é indicado, como de costume, por Plínio Salgado, um novo chefe provincial, o engenheiro agrícola e fazendeiro nascido em Bagé, Nestor Contreiras Rodrigues. O ex-dirigente passava, por sua vez, a ser secretário de Organização Política.⁵

Em entrevista concedida em 1969, Bittencourt rememora seus contatos preambulares com os dogmas integralistas e as formas encontradas para uma possível vinculação em seu entorno:

Certa tarde, vou à Livraria do Globo (...) e encontro uns prospectos que tinham recebido de São Paulo, como o 'Manifesto Integralista' de Plínio Salgado. Então, por curiosidade, eu li (...) e me agradou aquele manifesto. Remeti a vários colegas no interior do estado. Isto em 1932. Como havia o endereço de São Paulo, eu escrevi para eles me mandarem mais (...) iniciei a correspondência com São Paulo.⁶

Em resposta, para entusiasmo de futuro líder regional, escreve o secretário do Grupo de Centralização Nacional da AIB, o advogado Alpinolo Lopes Casali, acusando júbilo pelo interesse no sul do país acerca da nova doutrina. O secretário aproveita para explicitar o desempenho, as motivações “antiliberais e antidemocratas”, os adeptos preferenciais do Integralismo, bem como para reafirmar o papel máximo de Plínio Salgado:

O movimento integralista é uma realidade. No Brasil e em São Paulo, a mocidade está empolgada num movimento esplêndido de ideias. Combatem-se as cátedras obsoletas, a imprensa mercenária, o farisaísmo constitucional. Não se acredita mais nas liberdades, nas grandes liberdades da liberal-democracia e nem tão pouco nos sagrados direitos individuais, outorgados pelo individualismo rubro e feroz. O chefe do movimento integralista em todo o Brasil é Plínio Salgado, o grande nome nacional.⁷

Porém, apenas em fins de 1933, o aumento na procura de informações sobre a natureza da AIB permitiu à cúpula administrativa nacional visualizar a oportunidade

4 Entrevista com Nestor Pereira (1969. Arq. AIB /H. Trindade. NUPERGS /CONSUL /UFRGS).

5 Correio do Povo (03.01.36).

6 Entrevista com Dario de Bittencourt (1969. Arq. AIB /H. Trindade. NUPERGS /CONSUL /UFRGS).

7 Carta de Alpinolo Lopes Casali à Dario de Bittencourt - 18 de dezembro de 1932. *In*: Curriculum Vitae – Documentário de Dario de Bittencourt. Ed. Ética Impressora Ltda. Porto Alegre, 1958, p. 79.

de fundação de uma ‘sede provincial’ riograndense. Desde o princípio perfila-se, no meio urbano, o público que preferencialmente optaria pelo movimento integralista na região. Indivíduos jovens, de modo geral pertencentes às profissões liberais; estudantes; bancários, empregados do comércio; alguns operários.⁸ Referendava, deste modo, o filiado de primeira hora Roberto Diehl e futuro secretário de Instrução Moral, Cívica e Física, “em Porto Alegre e em cidades maiores do interior, o Integralismo teve maior número de inscrições na classe média, entre os comerciantes, os bancários...».⁹ Em 3 de janeiro de 1934 é inaugurado o Núcleo da AIB em Porto Alegre, passando a entidade a existir oficialmente no Rio Grande do Sul.

Bittencourt, em retílineo e ‘consciente’ exercício de ‘autoilusão’ biográfica¹⁰, em seu *Curriculum Vitae-Documentário* desvela, em forma de prosa, sua trajetória pessoal enquanto filho de um ex-juiz distrital e de uma dona de casa, fazendo questão de frisar suas raízes familiares tradicionais em personagens ancestrais ativos e remarcáveis na política do estado.¹¹ Entre 1920 e 1924 conclui estudos universitários na Faculdade de Direito de Porto Alegre, constituindo em seguida seu escritório de advocacia, o futuro palco das articulações iniciais do Integralismo regional. Durante a Graduação, já empreende incursões na imprensa.

Com pendores para a poesia e a literatura, torna-se diretor do jornal *O Exemplo* entre os anos de 1920 e 1930, onde cultiva e milita acerca de sua descendência paterna negra. Empreende passagens no jornal partidário *A Federação*, em sua curta filiação ao situacionista Partido Republicano Rio-grandense (PRR); e nas redações de alguns magazines, como Revista do Sul, A Verdade e Gazeta do Foro; colabora, da mesma forma, em outras tantas publicações, como a Revista do Globo. Em período

8 Segundo entrevista de Anôr Butler Maciel, membro atuante da AIB, concedida ao Correio do Povo (05.01.1934).

9 Entrevista com Roberto Diehl (1969/Arq. AIB/H. Trindade. NUPERGS/CONSUL/UFRGS).

10 Em citação já clássica presente em *L’illusion biographique* (p.71), Pierre Bourdieu avalia a tal « ilusão » biográfica: « *Essayer de comprendre une vie comme une série unique et à soi suffisante d’événements successifs sans autre lien que l’association à un ‘sujet’ dont la constance n’est sans doute que celle d’un nom propre...* » *L’illusion biographique* constitui um pequeno artigo que Bourdieu publicou, no ano de 1986, em *Actes de la recherche en sciences sociales*, n° 62-63 (p. 69-72) e onde realiza, em um ácido texto, um verdadeiro massacre epistemológico quanto às possibilidades ilusórias redacionais de ‘identidades teleobjetivas’. O artigo, a despeito das críticas suscitadas, veio a ter um grande efeito sobre os rumos desse campo de estudos, o Biográfico ou Autobiográfico, o interesse por ‘histórias de vida e de si’, ao jogar um balde de água fria no mesmo e apontar suas possíveis limitações e vícios intrínsecos, mas não sem indicar alguns caminhos metodológicos de atenuação do problema, como a observação atenta das estruturas mais profundas envolvidas no desenlace de trajetórias de vida.

11 “Filho legítimo do Dr. Aurélio Viríssimo de Bittencourt Junior, extinto juiz distrital da Vara dos órfãos da cidade de Porto Alegre, diplomado em Direito pela secular Faculdade de São Paulo (...) avós: paternos o Cel. Aurélio Viríssimo de Bittencourt, que foi secretário de todos os governadores e de Presidentes do Rio Grande do Sul, desde os tempos da monarquia (...); e maternos – o major Jerônimo Quilião de Figueiredo, veterano da guerra contra o Paraguai...” Bittencourt. *Curriculum Vitae – Documentário* (1958, p. 11).

de hesitação em relação aos seus anteriores fortes laços com o catolicismo,¹² torna-se maçom em julho de 1927, para em fins dos anos de 1930 voltar à religião matriz.

Por fim, com a fundação oficial da AIB no RS, Bittencourt integra o ‘Triunvirato Provisório’ ao lado do industrialista Egon Renner e do advogado Anôr Butler Maciel. Logo, porém, o líder gaúcho é designado ‘chefe provincial’.¹³ Concretadas as ordenações inaugurais do Integralismo, desencadeia-se intenso proselitismo, cuja interpelação confirmava-se, em termos urbanos e em especial, entre esses jovens de camadas médias que declaravam desencanto política. Tal sensação ensejada ora por uma percepção de marginalização política, ora por uma concepção de fracasso e decadência moldando os partidos tradicionais. Como perfil de grupo, em geral, não possuía maiores ou mais profundas vínculos partidários anteriores, buscando novas asserções no ideário político. Nos relatos dos motivos de adesão à AIB, sobressai tais circunstâncias.

O próprio Bittencourt explica nessa modulação seu ingresso, ao avaliar inclusive sua simpatia pela concepção do corporativismo como solução factível e desejável em domínio da economia, tão em voga naquele momento e central na proposta da AIB:

Eu aderi àquela ideia [da AIB] desde o princípio, porque os partidos políticos como estavam estruturados naquele tempo, eram superados, não criavam uma coisa nova. Era preciso uma Câmara Corporativa, dar atenção aos interesses econômicos, ao proletariado, aos estudantes. O Integralismo acenava com esta possibilidade. E esta foi minha opção. Com a Revolução de 32, os partidos praticamente desapareceram, e eu estava então desimpedido politicamente (...) o Integralismo trazia, como novidade, a corporação econômica: a Câmara Corporativa, em que não somente teriam voz os políticos, mas também os comerciantes, os industriais, os operários, através de suas corporações.¹⁴

Jayme Castro, que dirigirá o jornal integralista regional *A Luta*, concorda com esta perspectiva e frisa a suposta “integridade moral” do movimento em “salvação” da juventude “perdida”:

Havia uma disponibilidade de grande número de brasileiros. Disponibilidade em política, anseio por uma coisa nova (...) A AIB foi um benefício para o país, foi o primeiro movimento político do Brasil que procurara trazer a juventude sem vínculos partidários. Conquistou a mocidade. A mocidade que vivia nos bares e nos cafés, na malandragem. O Integralismo propunha a revolução interior, bons princípios, moralidade ética.¹⁵

12 “[...]a Igreja estava em declínio, de sorte que eu fiquei em disponibilidade religiosa...” Entrevista com Dario Bittencourt (1969. Arq. AIB /H. Trindade. NUPERGS /CONSUL /UFRGS).

13 Carta de D. Bittencourt para o Tt. José Erasmio Nascentes – 11/11/1936 - NUPERGS N2 Arq. 005, n. 2 Doc. 041.

14 Entrevista com Dario Bittencourt (1969. Arq. AIB /H. Trindade. NUPERGS /CONSUL /UFRGS).

15 Entrevista com Jayme Castro (1969/Arq. AIB/H. Trindade. NUPERGS/CONSUL/UFRGS).

Roberto Diehl e Nestor Pereira acusam, igualmente, essa desilusão com os partidos regionais como fator de aproximação ao Integralismo, tendo sido ambos filiados, por pouco tempo, ao Partido Libertador (PL). Diehl comensura, “quando houve a Revolução de 30, eles [do PL] brigaram pelos cargos antes da Revolução começar (...) já não gostei daquilo. Depois, quando surgiu o Integralismo, eu vi a diferença entre os dois.” Pereira dimensiona suas experiências à época, “fui libertador até determinada idade. E o PL, que vinha vencendo as eleições de município por município, mantendo aquela tradição, aqueles seus princípios, se ligou, com seu maior adversário, formou a Frente Única e frustrou grande parte de seus partidários. E ficou a mocidade, da qual eu fazia parte, em disponibilidade, desencantada.”¹⁶

Ainda na opinião do integralista Luiz Compagnoni- que será secretário municipal de Educação, Moral e Física do movimento na cidade de Caxias do Sul- com a AIB seria possível romper com a “onipotência dos partidos tradicionais”. Esses só se preocupariam em quantificar votos em épocas eleitorais, menosprezando os problemas da população e da comunidade após a vitória nas urnas. A AIB, pelo contrário, afirma o secretário, permitia a representação direta das demandas locais, pois “sua organização interna e os assuntos a receberem prioridade dentro do movimento dependiam do consenso e da participação de todos os seus membros e não apenas de alguns poucos líderes”. Logo, na visão idealizada de Compagnoni, o Integralismo era dotado de algo maior do que a “simples politicagem” regional em sua “moralidade ilibada”:

Nós representamos muito mais que a implantação de um regime político. Um ‘camisa-verde’ que passa é uma consciência reta e pura que serve de condenação à imoralidade, à corrupção. O povo vê em nós o restabelecimento do equilíbrio e da harmonia na vida moral, econômica e cultural. O povo sabe que não estamos neste movimento para obter vantagem material(...) no atual regime ninguém deposita confiança e, dos homens que dele fazem parte, poucos se salvam e, destes poucos, quase todos são passíveis de contaminação. É a nós, exclusivamente a nós, que cabe a tarefa de expurgar, de varrer, de demolir, de construir, de aprovar e desaprovar.¹⁷

Em consonância, as apreciações negativas às elites dirigentes locais eram contundentes, como demonstra o também militante integralista caxiense e futuro secretário municipal de Propaganda, Humberto Bassanesi, ao defender o fim da política falaciosa de aclimações e acordos partidários “típicos da liberal-democracia” e ao fazer uma crítica às consideradas ofertas oportunistas

16 Entrevistas com Roberto Diehl (1969. Arq. AIB /H. Trindade. NUPERGS /CONSUL /UFRGS). Ou ainda nas palavras do fundador da agremiação em D. Pedrito, o advogado Mario Ferreira de Medeiros. Descrente dos partidos regionais, vira na AIB a possibilidade de realizar suas aspirações. Ou seja, “participar de um movimento que respondesse de forma integral aos graves problemas do nosso tempo, onde a ação de cada um fosse valorizada no todo.” Artigo *A AIB em Dom Pedrito* de Mário Ferreira de Medeiros, publicado em *O Integralista* (12.07.34).

17 Artigo *Os Homens somos nós* de Luiz Compagnoni, publicado no jornal integralista *O Bandeirante* (10/02/1935).

do “individualismo materialista capitalista”:

Não é nada interessante fazer sociedade com os mais poderosos(...) a política de acomodação que os liberais-democratas fazem para a conquista do poder só revela os mais baixos interesses destes capitalistas, ambiciosos, bajuladores de todos os matizes. O capitalista promete coisas incríveis ao operário e ao agricultor (...)os integralistas sentem repugnância pela falsa vida política que impera no estado.¹⁸

Quanto ao corporativismo, ao se aferir as primeiras inserções do movimento, constate-se as tentativas de organização e de arregimentação através das cadeias produtivas típicas de corporações. Como visto, Bittencourt reproduzia o discurso de que as corporações eliminariam o “facciosismo dos partidos políticos da democracia-liberal”, que “com suas práticas de conflito inviabilizam a unidade da nação”.¹⁹ Em continuidade são designadas lideranças em diversos setores profissionais com vistas, a partir dessa nomeação, à interpelação de um mais amplo público.²⁰

Evidenciava-se assim que, em termos discursivos, a AIB pretendia adentrar-se no Sul mediante as fórmulas consagradas no país. Ou seja, como um movimento guarnecido de pretendida originalidade político-ideológica em sua objeção às formas partidárias tradicionais, na fomentação de um modo de participação concebido como radicalmente novo. Em proselitismo, a atuação política do conjunto dos indivíduos não seria mais mediada através de políticos ordinários de influências oligárquicas. Pelo contrário, constituir-se-ia mediante um comprometimento pessoal exigindo dedicação total ao movimento.²¹

O fazer política tradicional, afirmavam os integralistas, teria obstaculizado a expressão do “verdadeiro interesse do povo”. O voto ocasional e secreto implicaria no reduzido envolvimento com o destino da Nação.²² A AIB ambicionava, portanto, propagar-se como uma entidade de participação para além dos partidos regionais dominantes, o Partido Libertador (PL) e o Partido Republicano Riograndense (PRR), aglutinados na Frente Única (FU) e o Partido Republicano Liberal (PRL).

18 Artigo *Moral de uma Fábula* de Humberto Bassanesi, publicado no jornal integralista O Bandeirante (15/04/1935).

19 Entrevista com Dario Bittencourt (1969. Arq. AIB /H. Trindade. NUPERGS /CONSUL /UFRGS).

20 Como exemplo dos blocos profissionais, com presença de uma liderança integralista: Banco da Província; Banco do Comércio; Faculdade de Medicina; Empregados comércio/indústria – Navegantes; Associação antigos alunos - Ginásio do Rosário; Empregados do comércio – Centro; Colégio Militar; Ginásio Júlio de Castilhos; Associação dos técnicos instaladores; Operários Sindicalizados; Sociedade de Engenharia; Universidade Técnica. Fontes: Correio do Povo (04.01.34); Diário de Notícias (05.01.34).

21 Entrevista com Dario Bittencourt (1969. Arq. AIB /H. Trindade. NUPERGS /CONSUL /UFRGS).

22 Entrevista com Dario Bittencourt (1969. Arq. AIB /H. Trindade. NUPERGS /CONSUL /UFRGS).

O Integralismo, igualmente no sul do país, reverberava-se, sem medo de contradições, como o único ‘genuinamente democrático’ nas possibilidades de recrutamento e de acesso ao poder. Em reivindicação aberta a todos os desejosos a dedicar suas energias em prol da AIB, asseverava categoricamente desconsiderar a origem social ou o status socioeconômico de seus membros (ARAUJO, p. 48-50). De resto, julgava-se apto a conceder oportunidade de manifestação à parcela de um segmento social em franca expansão numérica e econômica, resultado do desenvolvimento acelerado ocorrido no Brasil, e no sul do país, ao longo das décadas de 1920 e 1930.²³ Interpelava, em meio a estes setores, os que se sentiam atraídos por ideias de teor nacionalista e fascista.²⁴

A partir da organização oficial da AIB na capital porto-alegrense, o movimento alastra-se pelo interior do Rio Grande do Sul,²⁵ seguindo, na medida do possível, a mesma rígida organização hierárquica da estrutura nacional. O líder Bittencourt era enfático na exposição da organização e da lógica de mando do Integralismo entre “seu estado” e a cúpula nacional:

Havia em cada município uma sede municipal. Em cada distrito uma sede distrital. E em cada estado, que se chamava Província, uma sede provincial. E havia uma articulação perfeita (...) e a articulação se dava entre o Departamento Nacional, que ditava as regras, e os Departamentos Provinciais e Municipais, por intermédio das Chefias Provinciais. E a comunicação se dava entre o Chefe Nacional com os Chefes Provinciais.²⁶

O ano de 1934 foi decisivo no processo de difusão espacial da AIB no estado. Neste período, ocorre a sua maior expansão, a qual, a princípio, dimensionou-se de

23 Nesta linha de análise, resgata-se a diferenciação que realiza Héglio Trindade (1979, p. 140): «Ao contrário da Europa, onde as classes médias se sentiam ameaçadas seja pela crise econômica, seja pela perda de status ou pela agressividade da luta operária, as classes médias no Brasil desta época, encontravam-se geralmente em rápida ascensão social e à procura de uma posição de poder na sociedade. Entretanto, a sua vontade de ascender socialmente era bloqueada pela ausência de um projeto político capaz de as liberar do controle das classes dominantes tradicionais.”.

24 Como argumenta Linz (1976), nos anos de 1920 e 1930, o prestígio dos Estados fascistas era tal que estes se tornaram grandes modelos de referência a imitar e a assimilar, mesmo que fossem apenas elementos de linguagem, de retórica ou de símbolos. O autoritarismo formulado pela direita nestes anos aparecia para muitos como uma solução para as mazelas sociais. A via fascista legitimava-se frente ao êxito inicial da Itália e da Alemanha em face das perturbações que afetavam às democracias da Inglaterra e da França.

25 Em uma ação isolada fora fundado no município de Boa Vista do Erechim, em maio de 1933, o primeiro núcleo integralista do estado. O movimento desenvolvera-se rapidamente na localidade, sendo que, em setembro de 1934, já encontramos subnúcleos nos distritos de Barros, Marcelino Ramos, Três Arroios, Balisa, Florença, Rio Suzana, Treze de Maio e Viadutos. Ainda em setembro de 1934, Plínio Salgado resolvera criar a categoria de « cidade integralista » a fim de honrar as cidades brasileiras que mais se salientavam na campanha do movimento. Devido a sua primazia e empenho, Erechim foi agraciada com tal título. (Correio do Povo, 05/09/1934; 23/09/1934).

26 Entrevista de Dario Bittencourt (1969. Arq. AIB /H. Trindade. NUPERGS /CONSUL /UFRGS).

forma relativamente equilibrada, abrangendo as mais diversas áreas e cidades. Com o intuito de fomentar tal implantação, uma visita do líder máximo, Plínio Salgado, foi planejada e consolidada a partir de 4 de setembro de 1934, sob a tutela de Bittencourt. Pretendia-se, em mais, aproveitar o ensejo festivo do 7 de setembro. O fato promoverá uma onda de fundação de núcleos da AIB no mês de outubro. Em sua comitiva estavam Miguel Reale (secretário do Departamento Nacional de Doutrina); Iracy de Moura Costa (chefe da Casa Militar); Ferdinando de Martinho (membro do Departamento de Doutrina); Américo Matrangola (membro do Departamento de Propaganda).²⁷

Os efeitos positivos e, mesmo, negativos da estada de Salgado são relatados por Bittencourt, o qual acusa certo consequente desregramento na gestão do Integralismo, pois até então “o indivíduo que desejasse se inscrever na AIB deveria indicar duas pessoas que fornecessem seus antecedentes”, além da obrigatoriedade em conhecer o programa e da disposição em colaborar. O chefe providencial demonstrava toda a sua indisposição com a perda de uma maior autocracia na direção do movimento:

Após a chegada do Plínio Salgado, aqui houve um crescimento muito grande, descomunal do movimento. Antes, controlava-se bastante a adesão de cada elemento, procurando saber-se os antecedentes. Após a vinda de Plínio Salgado, a progressão foi tão grande que não era mais possível controlar, entrou muito elemento suspeito que tentava desmoralizar o movimento. Eram vistos nos sábados à noite de camisa-verde tomando cachaça nos botequins e fazendo desordens.²⁸

Em sua visita ao Rio Grande do Sul, o chefe nacional obedece a uma intensa programação sinérgica. Percorre lugares estratégicos na arregimentação de novos adeptos e no reconhecimento público da AIB. No seu roteiro, empreende um comício no bairro industrial Navegantes, visando os trabalhadores operários em meio a expectativas de ampliação da base para além dos setores sociais médios. Percorre inúmeros outros estabelecimentos fabris de Porto Alegre, sendo recebido pelos proprietários, oportunidade de pregação entre os funcionários das empresas. Anuncia-se às autoridades locais, como o Interventor Flores da Cunha, o prefeito Alberto Bins, o arcebispo metropolitano D. João Becker. Efetua uma ‘carreata’ por diversos bairros da capital e dirige uma grande ‘bandeira’ às cidades vizinhas de Novo Hamburgo e São Leopoldo.

No meio das atividades, é executada sessão integralista aberta ao público para comemorar o dia da Independência da pátria, no Teatro São Pedro. Ali, tomam a palavra Plínio Salgado e Miguel Reale. Por fim, no último dia, em 10 de setembro, o líder nacional novamente discursa da sacada de seu hotel, no centro da capital, rua

27 Correio do Povo (05.09.34).

28 Entrevista de Dario Bittencourt (1969. Arq. AIB /H. Trindade. NUPERGS /CONSUL /UFRGS).

dos Andradas, para “um bom número de ouvintes”, segundo o Correio do Povo. O jornal fizera ampla cobertura do acontecimento ao longo do período.²⁹

Tal esforço concentrado de propaganda da AIB resulta na sua efetiva amplificação. Ao término de 1934, a legenda encontrava-se definitivamente fixada no Rio Grande do Sul. Em meio ao percurso, as lideranças locais procuram exteriorizar as características do movimento por meio de sistematizações enfatizadas: a AIB não se constituía enquanto partido político; era contra a liberal-democracia; e pertencia a gama das manifestações que se identificava com o fascismo europeu.

Em entrevista concedida ao Diário de Notícias, logo após a fundação da AIB no estado, Bittencourt já definira a posição do “seu” movimento quanto à questão partidária, ao referendar a organização social-profissional e sua condensação política “em algo como um partido único”. Procurava, talvez, resolver o paradoxo da existência de um partido nos regimes fascistas e a rejeição da AIB aos partidos profissionais:

O Integralismo não é um partido político, pois visa, entre outras coisas, exatamente combater os partidos políticos, porque fracionam a Nação. Pugnamos, ao contrário, por um Estado integral, onde não existirão partidos, mas sim as forças vivas da Nação, organizadas em classes profissionais, sendo que a concretização de todas elas constituiria assim o que poderia chamar de um partido único.³⁰

Ainda com respeito à liberal-democracia, Amoretty Saraiva, secretário provincial de Doutrina, vinha complementar em *Notas sobre o Integralismo* que uma das principais motivações da agremiação era justamente combater tal concepção política. Para o secretário, o liberalismo partia de princípios equivocados ao entender que a missão do Estado consiste unicamente em garantir o direito de propriedade e de liberdade do homem.

Nesse contexto, argumenta Saraiva, cada indivíduo poderia fazer tudo o que quisesse desde que não prejudicasse a liberdade e a propriedade alheias. A atitude passiva do Estado frente aos interesses de seus cidadãos apenas encobriria a exploração dos pobres pelos ricos. A defesa da liberdade de contratar serviços colocaria, antes, os trabalhadores à mercê da vontade dos mais fortes. Contra esta situação, o Integralismo pregaria um Estado assistencialista e intervencionista que tivesse por meta proteger o trabalhador e estabelecer a justiça social.³¹

Em mais, mesmo tendo Bittencourt afirmado que “não havia praticamente autonomia provincial, principalmente na parte doutrinária”,³² esta rigidez interna era,

29 Cobertura do jornal Correio do Povo: Edições: 02.09.34 / 05.09.34 / 07.09.34 / 09.09.34 / 10.09.34.

30 Diário de Notícias (14/01/34).

31 Artigo *Notas sobre o Integralismo* de Arlindo Amoretty Saraiva, publicado no jornal O Integralista (22/07/1934).

32 Entrevista de D. Bittencourt (1969. Arq. AIB /H. Trindade. NUPERGS /CONSUL /UFRGS).

de certa forma, subvertida no Rio Grande do Sul no que dizia respeito aos movimentos fascistas europeus. Na região, a vinculação entre o Integralismo e o fascismo constituiu-se em elemento doutrinário pontificado na propaganda da AIB. Enquanto Plínio Salgado e a cúpula de ideológicos do Integralismo procuravam criar uma esfera doutrinária própria à AIB, os líderes regionais manifestavam sem inibições o que entendiam como forte matriz comum entre o Integralismo e o fascismo.

Plínio Salgado, inclusive, procurava, ao menos no início, não deixar transparecer em público as possíveis influências do fascismo; antes reforçava ser o Integralismo um movimento genuinamente nacional.³³ Mesmo o secretário nacional de Doutrina, Miguel Reale, que prezava mais abertamente o fascismo italiano, procurava resgatar as originalidades do Integralismo e os aspectos fascistas que o movimento deveria rejeitar. Para Reale, o Integralismo era mais “espiritualista” do que o fascismo, respeitando os direitos intrínsecos dos indivíduos. Embora aceitando do fascismo, “o conteúdo revolucionário, o nacionalismo, a orientação superior do Estado, a base sindical-corporativa, o princípio da solidariedade social”,³⁴ o Integralismo deveria, pleiteava Reale, buscar seus princípios fundamentais no próprio contexto histórico-social brasileiro. Logo, excluía os elementos do fascismo que se ligavam diretamente com a história e as tradições italianas.

Em sua orientação contrária, os integralistas locais recorriam voluntariamente à identificação fascista, como se observa em Anôr Butler Maciel. O secretário provincial de Organização Política defendia no artigo *O Mundo Integralista*, que o fascismo constituía a grande e positiva tendência moderna de organização sócio-política mundial. Em seus princípios estariam contidas as necessidades contemporâneas básicas, como por exemplo, um Estado forte que obrigasse os indivíduos a se submeter a uma disciplina coletiva e um poder estatal dirigido por uma elite cuja meta fosse o bem comum. Ao que conclui Maciel, “é fatal o mimetismo do Integralismo à experiência fascista, pois é a aurora deste movimento que se apresenta nos quatro cantos do horizonte político. O fenômeno europeu tende a reproduzir-se.”³⁵

Esta condição necessária da AIB já fora acentuada por Maciel no artigo *Políticos e Integralismo*, onde posiciona-se na polarização fascismo-comunismo, “estamos vivendo uma fase decisiva para a vida dos Estados – ou eles integram os núcleos econômicos, realizando o fascismo, ou são absorvidos por um núcleo econômico, com o triunfo do comunismo.”³⁶ Por sua vez, Egon Renner, que fizera parte do triunvirato inicial, embasava seu discurso no entusiasmo com a Alemanha. Em uma viagem de estudos

33 TRINDADE (1979, p. 252) Porém, Plínio Salgado, em seu círculo mais próximo, deixava transparecer sua admiração pelo fascismo italiano.

34 REALE, Miguel. Nós e os Fascistas. Revista Panorama, I, 6, julho de 1936.

35 Artigo *O Mundo Integralista* de Anôr Butler Maciel, publicado em Correio do Povo (22/09/34).

36 Artigo *Políticos e Integralismo* de Anôr Butler Maciel, publicado em Correio do Povo (20/06/1934).

à Europa, ele havia se “familiarizado com os fundamentos nazistas”. Em seu artigo *A Alemanha de Hitler*, Renner faz as seguintes colocações laudatórias, ignorando as ações criminosas que já ocorriam naquele país,

[...] a Alemanha, vertendo sangue por mil feridas(...) eis que aparece Adolf Hitler e, com seus camisas-pardas, impede a dissolução interna, toma as rédeas do governo e está levando aquela terra admirável aos seus gloriosos destinos, prestigiado cada vez mais pela quase totalidade do povo germânico, onde o sentimento de disciplina é elevado ao mais alto grau.³⁷

O posicionamento pró-fascista está presente também nas incursões analíticas realizadas pelo chefe provincial, Dario Bittencourt, para quem tanto a AIB, quanto o fascismo europeu procuravam realizar o “Estado ético e totalitário”, sendo que ambos os movimentos “não passam de simples rótulo de uma ideia já vastamente discutida, de uma doutrina filosófica já profundamente estudada, de uma tese política já claramente definida, de um movimento vitorioso cujos estandartes cobrirão a terra.”³⁸

Sob tal ótica, o fascismo europeu representaria o que de mais atual havia em termos de organização dos sistemas estatais e jurídicos, contribuindo de forma especial, com a cara noção original de nacional-corporativismo. Ao contrário de Maciel e Renner, no entanto, Bittencourt indicava diferenças entre fascismo e Integralismo. Enquanto o fascismo estabeleceria o poder político de cima para baixo, a AIB criaria o Estado integral pela constituição dos poderes de baixo para cima, partindo do âmbito municipal para o provincial e, deste, para o nacional.³⁹

No entanto, a admiração pelos facínoras europeus era tamanha que, segundo relato do comerciante Romano Cullau, secretário provincial de Organização Política, uma das primeiras providências tomadas por Bittencourt, ao assumir seu cargo de chefia provincial, fora colocar em sua sala no Núcleo portalegrense da AIB, justo ao lado da fotografia de Plínio Salgado, os retratos, em tamanho maior, de Hitler e de Mussolini. Assim, enfatizava Cullau, em ato inicial e cerimonial, todos os dias o líder provincial saudava com Anauês os três ‘chefes supremos’. Em sua visita ao estado, Plínio Salgado teria exigido a retirada imediata das fotografias dos líderes europeus.⁴⁰

Não satisfeito, em janeiro de 1935, Bittencourt envia uma carta ao subführer Rudolf Hess, segundo posto da hierarquia alemã, com vistas a divulgar a AIB:

Anauê! Viva Plínio Salgado! Heil Hitler! [...] quero enviar a V. Excia., como sincero admirador de Adolfo Hitler e da ideologia nacional-socialista, uma

37 Artigo *A Alemanha de Hitler* de Egon Renner, publicado em *Diário de Notícias* (22/05/1934).

38 Discurso proferido por Dario de Bittencourt por ocasião da fundação do Núcleo Provincial da AIB no RS, reproduzido em *Diário de Notícias* (11/01/1934).

39 Entrevista de D. Bittencourt, concedida ao *Correio do Povo* (04/01/1934).

40 Entrevista de Romano Cullau (1969. Arq. AIB/H. Trindade. NUPERGS/CONSUL/UFRGS).

mensagem de cordialidade e simpatia. Na hora atormentada que atravessa, hoje, a humanidade é um refrigério às nossas almas ressentidas voltarem-se para o estudo daquelas doutrinas que repousam sobre a base moral, e a qual, infelizmente, parece estar tão embotada na alma de tantos guieiros do povo! Graças a Deus, tal não é o caso de Adolpho Hitler, nem de Plínio Salgado...⁴¹

Ao longo da carta, Bittencourt discorre acerca da AIB, ressaltando que, mesmo tratando-se de um movimento de cunho nacionalista, o Integralismo aceitaria de bom grado a cooperação estrangeira, insinuando que contribuições financeiras da Alemanha seriam bem-vindas.⁴²

Também simpatizante do nazifascismo e da AIB, o arcebispo de Porto Alegre, Dom João Becker, em uma ‘pastoral’ de janeiro de 1934, faz aproximações encorajadoras entre o Integralismo e os programas antiliberais, anticomunistas e espiritualistas que teriam sido levados a cabo por Hitler e Mussolini. Esses teriam implantado o “Estado totalitário”, para a “salvação” da Alemanha e da Itália das garras dos “movimentos ateizantes e do liberalismo amoral”.⁴³ Sobretudo entre os pequenos produtores rurais da zona de imigração italiana, a associação positiva entre fascismo e Integralismo, feita, em especial, por parcela do clero rio-grandense, no caso preponderante, a Congregação dos Capuchinhos,⁴⁴ produzirá um significativo incremento nas fileiras da AIB. Tal circunstância colabora decisivamente para que esta zona se torne um dos

41 Carta de Dario de Bittencourt a Rudolf Hess. Berlim. (NUPERGS/CONSUL/UFRGS, n.arq.005, doc.023).

42 Em relação a uma possível colaboração da Alemanha, GERTZ (1978, p. 134-136), coloca que, até 1936, não houve qualquer orientação oficial neste sentido por parte dos alemães. A partir de 1936, a Organização do Exterior da NSDAP formaliza uma postura de estrita neutralidade à AIB, procurando não entrar em conflito com tal movimento e nem com o governo brasileiro.

43 Pastoral publicada pelo Correio do Povo (18/01/1934). Sobre as estreitas relações entre o Vaticano e o Estado fascista italiano, SALVEMINI (1966, p. 625) explicita: « Antes de tudo, a máquina de propaganda internacional do clero católico foi colocada a serviço de Mussolini, cardeais, arcebispos, bispos, padres, frades, freiras, jornalistas do mundo inteiro foram entusiastas de Mussolini. » Em consonância, notícias sobre as ações do clero na Itália chegavam constantemente à região colonial italiana riograndense: « Os 60 arcebispos e bispos e os 2.000 sacerdotes convidados à Roma para as manifestações ao Duce (...) por unanimidade aprovaram um vibrante voto de gratidão e devoção ao Fundador do Império. » (*Il Giornale dell'Agricoltura* - Caxias do Sul/RS: 20/07/1934).

44 A Congregação dispunha, em sua comunicação com os pequenos agricultores, do periódico *Staffetta Riograndense*, fundado em 1909 e que era editado em italiano, com o qual empreenderam larga propaganda da AIB e do fascismo italiano e, no qual, o Integralismo era apresentado com o « fascismo brasileiro ». Sobre a grande potencialidade do *Staffeta*, Frei Alberto afirmava (em entrevista concedida à autora em 1991), “o jornal era o porta-voz da colônia naquele tempo. O jornal valia mais do que um comício. Havia na época entre 15.000 a 20.000 assinaturas, mas o número de leitores era muito maior. Os que sabiam ler, liam para os que não sabiam ou contavam as notícias. O jornal era distribuído até por ocasião da missa dominical, era levado até a igreja. ».

pontos de mais forte concentração de militantes do novo movimento no estado sulino, apresentando um bom resultado eleitoral para a vereança.⁴⁵

Em meado de 1934, porém, a gestão Bittencourt obterá forte questionamento interno, o que provocou uma importante cisão, a maior ocorrida, enfraquecendo o Integralismo, sobretudo, na capital, bem como seu líder provincial. A ruptura esteve associada a questões envolvendo a maçonaria, à qual Bittencourt havia se vinculado, bem como a denúncias de informações falaciosas que comprometeriam a legitimidade e a veracidade da agremiação. Parcela dos filiados, nomes destacados na sociedade gaúcha, que haviam se comprometido com a AIB, abdicam do movimento. Estes, de um modo geral, desempenhavam papéis chaves na organização. Eram eles: Ernani Maria Fiori, secretário geral da AIB e líder da cisão; Humberto Della Méa, coordenador na Sociedade de Engenharia; Eduardo Martins Gonçalves, coordenador na Universidade Técnica; Pedro Weimann, fundador e gerente do jornal O Integralista, e, ainda, Andino Braga, Alcino Trindade, Hélio Sporleder, Horácio Duarte, entre outros.⁴⁶

Em 9 de abril de 1934, o grupo dissidente lança um “Manifesto” onde são denunciados os problemas que ocasionaram o afastamento.⁴⁷ A desavença principal relacionava-se com a postura frente à questão religiosa ditada pelo Integralismo. O principal representante da ruptura, Ernani Maria Fiori, e os demais discordantes faziam a defesa intransigente do catolicismo, sendo contrários à permanência dentro da AIB de indivíduos praticantes de outras religiões ou membros de “seitas secretas”, como julgavam ser a maçonaria. Observa-se que Fiori provinha de uma coletividade já bastante ativa formada no meio universitário, cujo propósito era reforçar os pressupostos católicos num estado que ainda mantinha certa tradição agnóstica e positivista, herança da República Velha.⁴⁸

A convivência interna “forçada” entre protestantes, católicos e maçons era compreendida como uma afronta irremediável, uma vez que os agora dissidentes “exigiam” como condição necessária a vinculação exclusiva do Integralismo com o catolicismo. O “equivoco” de orientação questionava diretamente a liderança de Bittencourt. Segundo o “Manifesto” da ruptura, os ideais da AIB, com suas enunciações estatais centralizadora, nacionalista e retilínea eram frontalmente opostos a “sociedades secretas”. O grupo faz inclusive uso de Mussolini para justificar seu antagonismo:

45 De acordo com Frei Dionísio Veronese (em entrevista concedida à autora em 1991): « O *Stafetta* destinava-se ao colono, com dois objetivos, guardar a sua fé e ajudá-lo na agricultura. Tinha pouca penetração na zona urbana. »

46 Artigo *A Cisão entre os Integralistas do Rio Grande*, publicado no *Correio do Povo* (14/04/34).

47 Artigo *A Cisão entre os Integralistas do Rio Grande*, publicado no *Correio do Povo* (14/04/34).

48 Membros deste grupo irão integrar em julho de 1935, a Ação Social Brasileira, sob direção do arcebispo de Porto Alegre, D. João Becker. Entre outros, pertenceram ao movimento: Francisco Machado Carrion, Armando Limara, José Luis Martins Costa, Roque Begrazia etc. NOLL, 1980, p. 166.

O Integralismo estava admitindo em suas hostes e, mesmo, em seus triunviratos diretores, membros de sociedades secretas, isto é, maçons, indo de encontro a seus princípios doutrinários, pois, com um Estado forte e com um movimento desassombrado e franco e, sobretudo, nacionalista, é incompatível qualquer seita secreta, o que aliás em discurso recente acaba de afirmar Mussolini.⁴⁹

Por outro lado, a menção do ditador italiano deixava claro que o questionamento dos dissidentes não se referia, via de regra, aos pressupostos doutrinários-ideológicos gerais da AIB. Em resposta, Bittencourt, Butler Maciel e Egon Renner, após consultar as lideranças nacionais, reforçam suas posições ao declararem que “os integralistas, cristãos e não, eram clericais”. Portanto,

dentro do Integralismo há lugar para todos os credos, só não há para os fanáticos. Não temos preferência por religião. Somos soldados de Deus, da Pátria e da Família, por eles nos batemos, sem indagarmos se nossos companheiros são budistas, luteranos ou católicos.⁵⁰

Afora a questão religiosa, os dissidentes lançam uma controvérsia pública acerca da autenticidade mesma da AIB. Acusam o movimento de ser desorganizado e incoerente devido, em especial, à inépcia da chefia nacional. Essa desconhecera qualquer “princípio de sinceridade”, pois forjava dados a fim de engrandecer falsamente o desenvolvimento da AIB no país. O fato “era facilmente comprovado” através das notícias publicadas no órgão de imprensa nacional do movimento, *o Monitor Integralista*.

Entre os assuntos divulgados, o jornal informava, segundo o grupo de Fiori, os seguintes episódios sobre o Rio Grande do Sul: “Egon Renner havia conseguido a adesão de cerca de 1.000 operários no Bairro Navegantes, onde estava localizada a sua fábrica”; “em Pelotas, a AIB contava com a intensa propaganda do Pe. Leopoldo Brentano que comandava o ‘Círculo Operário’ local com seus 3.000 associados”; “Ernani Flori realizara, em fevereiro de 34, uma viagem de divulgação do Integralismo pelo interior do estado”. Todos esses acontecimentos eram apontados pelos dissidentes como destituídos de qualquer conteúdo verdadeiro, apenas comprovavam “o engodo político que a AIB vinha desenhando no cenário nacional”.⁵¹

Ainda, na leitura de Francisco Machado Carrion, um dos militantes agora opositor, a incompatibilidade gerara-se igualmente dado “o Integralismo ter a mesma raiz hegeliana do marxismo; eram dois grupos [integralistas e marxistas] que aparentemente se digladiavam por motivos outros que não doutrinários, no fim era o

49 Artigo *A Cisão entre os Integralistas do Rio Grande*, publicado no *Correio do Povo* (14/04/34).

50 Artigo *A Cisão entre os Integralistas do Rio Grande*, publicado no *Correio do Povo*, (14/04/34). Na verdade, não interessava à AIB, apesar da inclinação católica de Plínio Salgado, vincular o movimento apenas ao catolicismo, pois parte de seus adeptos provinham, efetivamente, de outras religiões. No RS, era o caso dos descendentes de alemães, geralmente, luteranos.

51 *Correio do Povo* (14/04/34).

mesmo materialismo político e filosófico”.⁵² Supunha, em mais, que a direção nacional da AIB poderia, com seu autocratismo, romper com a independência do grupo católico.

A cisão ocasionada por tão demarcado grupo social, junto com as denúncias públicas e publicizadas prejudicou sobremaneira a gestão Bittencourt e um maior alargamento do movimento integralista, sobretudo, na capital. Tal desgaste conjugou-se, sobretudo, a partir de 1935, quando a AIB passa a ser vista como real adversária no campo político-partidário sulino, com uma forte reação dos partidos regionais consolidados, como o PL e o PRL. Esses desencadearam uma implacável cruzada de repressão, inclusive, mediante violência e censura, ao acusarem o Integralismo, justamente, de ser um movimento “fascista”, “totalitário”, dotado de um “nacionalismo insano”, propenso a criar no Brasil “uma ditadura personalista implacável”.⁵³

Em meio a tamanhas dificuldades, um novo chefe provincial assume a partir de janeiro de 1936, passando Bittencourt a ocupar uma secretaria, a de Organização Política, na qual persiste na defesa de seu movimento contra os ataques constantes, em geral, via imprensa, seja de políticos, seja de intelectuais. É inegável, todavia, a sua relevância para a chegada, a recepção e o enraizamento da AIB no estado.

Nessas alturas, porém, o maior desenvolvimento do AIB, apesar do propalado centralismo de gestão, saíra em muito da alçada do diretório regional, ocorrendo e consolidando-se através dos Núcleos municipais das zonas de colonização alemã e italiana. Essas, demarcando sociedades de formação mais recentes, submetidas a um processo de industrialização e urbanização, com o conseqüente aumento da mobilização e da diversificação social, reverberam o Integralismo. Tais circunstâncias, corroboradas pelo fator étnico-cultural de identificação e valorização momentânea do nazifascismo, fez com que estas regiões se destacassem na arregimentação à AIB.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *A Cor da Esperança: Totalitarismo e Revolução no integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: FGV, 1984.

52 Entrevista de Francisco Machado Carrion (1969, Arq. AIB/H. Trindade, NUPERGS/CONSUL/UFRGS).

53 Toma-se o exemplo do artigo de Rubens Maciel, publicado no *Correio do Povo* (*Plínio e a Guerra: 13/09/1934*), que, após assistir algumas sessões integralistas, revolta-se com o que a seu entender seria conchamar os brasileiros a aderirem à causa imperialista da Alemanha e da Itália. A AIB, com seu “nacionalismo insano”, levaria os seus adeptos a participar da guerra iminente a deflagrar-se na Europa pela ação de Hitler e de Mussolini: «Os nossos patrícios, aplaudindo o nacionalismo agressivo do chefe integralista, aplaudiram, sem o saber, o horror incalculável dos morticínios desta bem próxima guerra do futuro.» J. Sufferth, por sua vez, escreve vários artigos à imprensa com o objetivo de demonstrar seu inconformismo com a orientação ideológica da AIB: « O Integralismo se propõe a adotar os métodos do fascismo italiano e do nacional-socialismo alemão. Ele bate-se pelo corporativismo, muito embora este não tenha sido aplicado na Alemanha, sendo na Itália como se costuma dizer a ‘quinta roda do carro’, porque lá predomina a vontade incontestada de Mussolini. O Integralismo representa uma ditadura que deve ser evitada.” (*Correio do Povo*, 14/09/1934).

CAPÍTULO 7

DARIO DE BITTENCOURT E O INTEGRALISMO TARDIO NO RIO GRANDE DO SUL

BOURDIEU, Pierre. *L'illusion biographique*. Actes de la recherche en sciences sociales, n° 62-63, p. 69-72, 1986.

BRANDALISE, Carla. *Dimensões do fascismo: a Ação Integralista Brasileira*. Curitiba: CRV, 2021.

_____. *A Itália sob o Fascismo e a Latinidade das Américas*. Jundiaí: Paco Editorial, 2020.

CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado*. Forma de regressividade no Capitalismo Hiper tardio. São Paulo: Ciências Humanas ed., 1978.

GERTZ, René. *O Fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1978.

LINZ, Juan. Some notes toward a comparative study of fascism in sociological historical perspective. In: LAQUEUR, Walter. (ed). *Fascism: a Reader's Guide*. Los Angeles & Berkeley: University of California Press, 1976.

MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia Autoritária no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: FGV 1978.

NOLL, Maria Izabel. *Partidos e Política no Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1980.

PESAVENTO, Sandra. *RS: A Economia e o Poder nos Anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

SALVEMINI, Gaetano. *Scritti sul Fascismo*. Milano: Feltrini, vol. I., 3ed., 1966.

TRINDADE, Héglio. *Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense*. In: DACANAL, J.H. e GONZAGA, S. RS: Economia e Política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. 2ed. São Paulo: DIFEL, 1979.

TRINDADE, Héglio. *Poder Legislativo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul (1891-1937)* Porto Alegre: Sulina, 1980.

VASCONCELOS, Gilberto. *A ideologia Curupira*. Análise do Discurso Integralista. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade de São Paulo, 1977.

Capítulo 8

Do Granbery ao IPA: o maçom Oscar Machado e as polêmicas de um intelectual metodista e integralista

INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem como objetivo precípuo, brevemente, demonstrar como Oscar Machado da Silva, destacado intelectual gaúcho que, forjado sob os valores caros ao metodismo, atuou como professor e administrador em seus educandários de Juiz de Fora-MG e Porto Alegre-RS, cidades nas quais também se tornou uma proeminente liderança da Ação Integralista Brasileira (AIB), vindo a ocupar importantes cargos em sua estrutura hierárquica.

Para tanto, é preciso levar em conta que, juntamente a isso, como muitos outros metodistas, Oscar Machado também fez parte da maçonaria. Tal situação, à primeira vista, poderia causar certo estranhamento, posto que, ao menos no plano discursivo, havia uma, por parte de suas chefias nacionais, a proibição, seja para que maçons fossem, concomitantemente, integralistas, ou para que os camisas verdes também fossem membros da maçonaria.

Em paralelo a isso, destaca-se que não só a chefia nacional do metodismo, como de outras denominações protestantes do período, se colocava como contrária às propostas políticas apregoadas pelos camisas verdes, fato que, em conjunto com o que foi supracitado sobre a maçonaria e o integralismo, enseja a necessidade de se observar como, em sua trajetória, Oscar Machado conseguiu articular esses elementos que poderiam ser tipificados como antagônicos pelas três instituições.

Por fim, ressalta-se que, para levar à cabo esses intentos, se recorrerá à teoria praxiológica de Pierre

1 Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre - RS, Brasil. Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), em Nepomuceno - MG, Brasil. Investigador Associado do Grupo de Pesquisa (CNPq), Direitas, História e Memória (UFJF/UFF).

Bourdieu, notadamente de seus conceitos de campos e capitais, estratégia que possibilitará que se lancem mais luzes sobre tais aspectos.

OSCAR MACHADO E O ENCONTRO COM O METODISMO

Historicamente, desde seu surgimento na Inglaterra, ocorrido no século XVIII, por entender que seus fiéis precisariam saber ler e escrever para conseguirem interiorizar os ensinamentos de seu fundador, John Wesley, e da Bíblia, o metodismo congregou suas ações sobre o pilar da fé e da educação (MESQUIDA, 1994, p. 97-98).

Sob tal prisma, após seu transplante para o continente americano, por intermédio de imigrantes irlandeses, e sua consolidação nos EUA, seus missionários dirigiram suas ações para outras regiões do continente americano, dentre elas, o Brasil. Nestas, difundiram os ideais do liberalismo norte-americano, os valores de “civilização” e “progresso” de sua sociedade – que se amalgamavam com sua religião – contribuindo para justificar, nos âmbitos político-econômico e cultural, as ações imperialistas de seu país à luz da lógica do “destino manifesto” e do “mito da fronteira” (PIRES, 2013, p. 15-33).

Nesse sentido, a partir do ano de 1875, após penetrar no estado do Rio Grande do Sul pela região de sua fronteira com o Uruguai (JAIME, 1963, p. 16), para realizar atividades de vendas de Bíblias e pregações esporádicas, aos poucos, reproduzindo seu modelo de atuação, ou seja, o envio de missionários e a posterior instalação de seus templos e educandários, o metodismo passou a se fazer presente na cidade de Uruguaiana-RS nos primeiros anos do século passado (BETTS, 2007, p. 19; KENNEDY, 1928, p. 231-214).

Neste mesmo contexto e local, em 1903, nasceu Oscar Machado. Filho de uma família humilde, desde sua infância, ele manteve contato com o metodismo, vindo a se tornar aluno de seu educandário, o Colégio União. Embora não se saiba, precisamente, a data na qual ele aderiu ao metodismo e passou a integrar o corpo discente do União, presume-se que isso possa ter ocorrido por volta de seus onze anos, quando ele obteve uma bolsa de estudos que perdurou até a conclusão de seus estudos secundários, em 1922 (PIMENTA, 2019a, p. 51-75).

Conjectura-se que a explicação, para tanto, se deva ao fato de a cúpula da igreja metodista local ter detectado que Oscar Machado possuía um bom potencial para vir a se tornar um de seus intelectuais, sendo capaz de atuar como pastor ou educador. Por isso, tão logo ele se formou no segundo grau, foi enviado a duas universidades da denominação religiosa nos EUA, nas quais recebeu bolsa de estudos. Na Birmingham Southern College- BSC, ele se formou em Pedagogia, em 1924, e, na Southern Methodist University- SMU, se tornou Bacharel em Divindade, em 1927 (MACHADO, 1974).

Pouco tempo depois de retornar ao Brasil, já detentor de um elevado capital cultural², que lhe proporcionou uma considerável melhora em suas condições materiais de vida, em sua cidade natal, Oscar Machado se casou e, após receber um convite para trabalhar no Instituto Metodista Granbery, mudou-se para Juiz de Fora, onde passou a atuar como educador à luz dos valores e do modelo que o forjou.

NO INSTITUTO GRANBERY: FLORESCE O INTELLECTUAL METODISTA E NASCE UM LÍDER INTEGRALISTA

Durante sua estada em Juiz de Fora, ocorrida entre os anos de 1930 e 1934, Oscar Machado teve uma intensa e destacada atuação nos órgãos metodistas. Por conta de sua destacada formação acadêmica, que o alçou à posição de intelectual metodista, integrou o corpo docente da Faculdade de Teologia e de Pedagogia, vindo também a exercer o cargo de diretor da Escola Primária, do Ginásio e da Escola de Comércio do Granbery, o que consolidou sua posição de destaque dentro de seu sistema educacional no Brasil, em virtude de a instituição mineira, na Primeira República, ter se estabelecido como o grande polo da formação da intelligentsia da denominação religiosa no país (BOAVENTURA, 1994, p. 98; PIMENTA, 2017a).

Nessa conjuntura, em paralelo às suas atividades docentes, Oscar Machado também se consolidou como um reconhecido líder do laicato no interior do metodismo. Sua atuação nesse campo não se limitou apenas à igreja metodista central da cidade e seus órgãos, onde ocupou postos importantes e estratégicos, mas teve também um alcance nacional ao ponto de ter sido um dos delegados leigos enviados pela Regional do Norte, do qual a Igreja de Juiz de Fora fazia parte, ao Concílio Geral Metodista ocorrido em 1934 (PIMENTA, 2019a, p. 121-128).

2 Na teoria praxiológica de Bourdieu, a realidade social é desenhada como um ambiente construído com base em princípios de diferenciação ou distribuição, que são constituídos por um conjunto de propriedades que sobre ela atuam. Em outras palavras, o indivíduo se define pela posição relativa em cada um dos inúmeros campos que podem ser ocupados por ele simultaneamente, sendo que, seguindo as regras próprias inerentes a estes espaços, ele interagirá com os demais integrantes de forma objetiva, conforme o volume de capitais específicos que contribuem para que ele possa ter um menor ou maior êxito. Em conjunto, os campos formariam aquilo que Bourdieu chamou de espaço social onde cada um destes possuiria suas regras, léxico, capital, indivíduos dominantes e dominados. Contudo, como não são espaços hermeticamente fechados, existiria certa interdependência entre eles, uma vez que, se um indivíduo ocupa uma posição de dominante no campo econômico, reunindo uma alta concentração de seu capital específico, haveria uma certa propensão a ele também se colocar numa posição homóloga em outros campos, como o cultural, por exemplo. Portanto, o volume e a legitimidade do capital, que nos termos de Bourdieu seriam espécies de trunfos, ou seja, poderes que definem as possibilidades de vitória num dado campo, podendo este se apresentar na forma objetivada (propriedades materiais) ou na forma subjetivada inerente ao campo (por exemplo, uma titulação acadêmica que é incorporado sob a forma de capital cultural acumulado juridicamente garantido e avalizado pelas instâncias legítimas consagradoras) é que possibilitariam aos membros que se colocam em disputa chegar à condição de dominante ou dominado em seu interior (BOURDIEU, 1989).

O prestígio alcançado por Oscar Machado, seja por sua posição enquanto intelectual, seja por sua atuação no interior da hierarquia da igreja metodista brasileira, possibilitaram que ele conseguisse, sem problemas, não só adentrar o campo político, como ajudar a criar um ambiente favorável à divulgação da Ação Integralista Brasileira (AIB) no interior da comunidade metodista local, tanto na igreja, quanto no Granbery.

Isso se coloca pois, junto do professor Irineu Guimaraes, Oscar Machado foi o autor do convite para que Gustavo Barroso³, uma das mais proeminentes lideranças nacionais da AIB, em outubro de 1933, viesse à Juiz de Fora para realizar duas conferências no Granbery e outra num hotel local.

Em consonância com o relato de Arsênio Firmino Novaes Netto, ex-reitor do educandário, essa visita representou a sementeira do integralismo entre os metodistas, que constituíram um importante foco de sua presença na cidade, sendo que Oscar Machado passou a exercer o posto de chefe municipal dos camisas verdes de Juiz de Fora em 1934:

O professor Oscar Machado, ele realmente era o... o coordenador - o nome não é esse - da... da célula integralista na Igreja Central. Porque tinha muitos integralistas na Igreja Central de Juiz de Fora... [Metodista] Central. E, também, aqui no Granbery, ele fazia proselitismo mesmo a favor do... do integralismo. Nós sabemos que é uma organização fascista, não é? E... E ele aqui ficou, trouxe Plínio Salgado, como você viu no livro. Está lá registrado. E... E outros... O Barroso. Para... E ele falava... Apesar de que o Granbery não... deixava que os professores tivessem as suas opções, mas pedia a eles que não falassem em política em sala de aula. Mas o professor Oscar Machado, ele não se continha e ele defendia o integralismo em sala de aula, não é? O próprio [expositor]... O próprio jornal Granberyense também tem muitas manifestações a favor... E o... o integralismo declinou bastante aqui na cidade depois que o professor Oscar Machado deixou aqui a Juiz de Fora pra voltar, como todos os outros voltaram, para... para o Sul. Eu conheço(...) (NOVAES NETTO... 31/03/2017).⁴

Sobreleva-se que, desde as primeiras incursões de seus missionários no Brasil, ocorridas no século XIX, muitos de seus fiéis e membros dos altos postos em sua hierarquia também faziam parte da maçonaria. No caso específico dos metodistas de Juiz de Fora, o fato de que muitos norte-americanos se encontrassem na cidade contribuiu para que essa fosse uma prática recorrente, sendo que Oscar Machado era mais um dos que integrava a fraternidade maçônica (PIMENTA, 2019a, p. 130-137).

3 Na hierarquia da AIB, logo abaixo de seu chefe nacional, Plínio Salgado, figuravam como outras lideranças nacionais do movimento Gustavo Barroso e Miguel Reale, respectivamente, líderes da Secretaria Nacional de Educação (Moral, Cívica e Física) e da Secretaria Nacional de Doutrina e Estudos, postos extremamente importantes na hierarquia nacional integralista (TRINDADE, 1979, p. 177).

4 A penetração do integralismo na comunidade metodista de Juiz de Fora e suas implicações se encontram melhor detalhadas em: (PIMENTA, 2019a, p. 150-182; PIMENTA, 2020; PIMENTA, 2021).

Destarte, se era comum e histórica a participação de metodistas na maçonaria, quando Oscar Machado associou seu pertencimento à fraternidade com suas atividades nas outras instituições, chegando a ser um dos responsáveis pela inserção da AIB em sua comunidade religiosa e no educandário desta, compreende-se que ele articulou uma não usual conexão desses elementos, uma vez que houve uma manifesta proibição aos membros da fraternidade de participar de tal agremiação política:

O integralismo e a maçonaria são instituições que se reppelem; não deve a maçonaria admitir integralistas em seu seio, o que motiva em considerações que expõe; os Maçons integralistas renegam os princípios liberaes maçônicos, prova já dada pelos respectivos procedimentos na Itália, em Portugal e na Alemanha; ás Lojas compete deliberar sobre a conveniência de conservar ou eliminar dos seus quadros os Maçons que agem contra os princípios maçônicos (CASTELLANI, 2012, p. 155).

Todavia, a união de “elementos irreconciliáveis” não parava por aí pois, de maneira semelhante, também havia, por parte dos integralistas, uma interdição à participação de seus membros na maçonaria, ao passo dessa última ser considerada, ao menos no plano discursivo, um de seus principais inimigos:

O integralismo propõe-se a combater o liberalismo, o socialismo, o capitalismo internacional e as sociedades secretas vinculadas ao judaísmo e à maçonaria. A neutralidade do Estado liberal diante do desenvolvimento da sociedade criou condições favoráveis à ação do capitalismo internacional e ao desenvolvimento do socialismo (TRINDADE, 1979, p. 226).

Por fim, sublinha-se que, no interior do metodismo, bem como de outras correntes do protestantismo, passou a existir também uma posição bastante crítica à AIB, como se pode observar na citação abaixo, uma transcrição de um texto do pastor presbiteriano, Couto Esher, que foi publicado no jornal que era um órgão oficial da igreja metodista brasileira:

Um crente ou mesmo um liberal não pode ser integralista (...). O lema distintivo do integralismo, como o da ação social brasileira, que é a mesma cousa, na sua propaganda de princípios, e seus meios de levar a convicção aos espíritos, é pela razão ou pela força. Daí a formação das chamadas ‘tropas de assalto’ (à moda do fascismo)”. Indo mais além, esse jornal traz, entre outras contraposições ao integralismo, a de atentar contra a liberdade, o direito e a democracia: “não somente perpetua a exploração do fraco senão que, em grotesco culto de auto-adoração, pretende sustentar o caráter messiânico de determinada ideologia, nacionalidade ou raça; estabelecendo-a da mesma maneira que o comunismo, por meio da ditadura, sabe-se como e quando começa; ignora-se, porém, quando e como termina (O INTEGRALISMO..., 13/10/1936, p. 1).

Em Juiz de Fora, a união desses elementos por meio das atuações de Oscar Machado nesses campos ocorreu no último ano em que ele residiu na cidade. Tirante pudessem ter gerado desconfortos em quaisquer uma dessas instituições,⁵ esses só vieram à tona após sua mudança para Porto Alegre, local onde assumiu a reitoria do Instituto Porto Alegre (IPA), bem como viria a ascender ainda mais na hierarquia integralista.⁶

NO INSTITUTO PORTO ALEGRE: A ASCENSÃO DE UM INTELECTUAL METODISTA E INTEGRALISTA

A transferência de Oscar Machado para Porto Alegre, ocorrida num complexo cenário de nacionalização do ensino, que ensejou, inclusive, a alteração do nome da instituição, assim como exigiu muito tato de sua atividade enquanto reitor, lhe possibilitou um significativo crescimento no interior do sistema educacional metodista, posto que o IPA era principal educandário da denominação religiosa na região sul do país (PIMENTA, 2019a, p. 195-243).⁷

Ao mesmo tempo, em relação às suas atividades no campo político, sua chegada a Porto Alegre também lhe franqueou um maior protagonismo, pois, além de ter sido candidato a deputado federal nas eleições de 1934, também assumiu cargos importantes na hierarquia integralista no estado. Dentre esses, sem dúvidas, se destaca o posto de líder do Departamento Provincial de Estudos, situação que o colocava em

5 Quando se observam as disputas internas por poder no Granbery, nos anos em que Oscar Machado esteve no educandário, além daquela referente ao Curso Pré-Universitário, que Irineu Guimarães tentou instalar, outras questões que refletiam as articulações políticas que ele, Machado e outros professores mantinham com diversas siglas, se fizeram presentes. Sem que explícitos embates políticos tenham sido verificados, as intensas disputas fizeram internas de poder com que Irineu Guimarães – que viria, no futuro a atuar no PTB e PCB – acabasse perdendo espaços e pedindo um afastamento do Granbery em dezembro de 1933. Na contramão dessa movimentação descendente pela qual passou Irineu Guimarães, Oscar Machado também deixou o educandário, porém sendo enviado pelo bispo da Igreja Metodista, César Dacorso, para assumir a reitoria do IPA, o que representou o reconhecimento de sua condição de intelectual e de liderança metodista, a despeito de seus posicionamentos políticos. (PIMENTA, 2019a, p. 183-193).

6 Após a ida de Oscar Machado para Porto Alegre houve um aparentemente declínio na penetração do integralismo na comunidade metodista, ao ponto de terem sido detectadas rugas dos camisas verdes com alguns metodistas, situação que evidencia, ainda mais, sua importância e a consequente tolerância à sua inserção nesse espectro do campo político, por parte dos metodistas, em razão dos volumes de capitais dos quais era detentor. Sobre isso ver: (PIMENTA, 2019a, p. 182-183).

7 Fundado em 1923 como Porto Alegre College, por conta do processo de nacionalização do ensino, em 1935, o educandário passou a se chamar Instituto Porto Alegre, quando Oscar Machado já se encontrava à frente de sua reitoria. Nesse contexto, ao conseguir passar uma imagem de que acatava as decisões sobre a nacionalização do ensino, além de conseguir evitar que o IPA sofresse grandes represálias, Oscar Machado também conseguiu aprofundar seu modelo e interiorizá-lo quando atuou para viabilizar a criação de uma réplica sua na cidade de Jaguarão-RS. Sobre isso ver: (PIMENTA, 2019a, p. 213-240; PIMENTA, 2017b).

grande evidência e o fazia manter relações com camisas verdes de todas as regiões do Rio Grande do Sul e com as chefias nacionais da AIB (PIMENTA, 2019a, p. 248-312).⁸

Em meio a esse amplo e complexo cenário, junto dos elementos aparentemente “irreconciliáveis”, ou seja, de, ao mesmo, Oscar Machado ter sido integralista e maçom, metodista e integralista, é importante destacar que ele foi uma das poucas lideranças da AIB a atuar em diferentes estados que, até então, foram analisadas pela historiografia relativa ao tema.

Nesse sentido, tendo em vista que, em outros trabalhos,⁹ já foram abordadas algumas das polêmicas que decorreram desse estado de coisas, sobretudo naquilo que tange à sua atuação para a penetração do integralismo no interior do metodismo e seu educandário de Juiz de Fora, na próxima sessão será analisado um episódio que envolveu uma polêmica semelhante a que ele vivenciou em solo mineiro, desta vez tendo como palco o IPA, com o fito de demonstrar que esses elementos se mantiveram constantes em sua trajetória durante o período de existência da AIB.

HÁ INTEGRALISTAS NO IPA: AS POLÊMICAS DO CASO JOÃO HENRIQUE E SIGFRIEDO BETHIOL

Apesar de não terem sido encontrados indícios tão explícitos quanto os encontrados no Granbery,¹⁰ fomentado por Oscar Machado ou outros eventuais camisas e blusas verdes que lá trabalharam, de que o IPA tenha sido palco de uma atuante célula integralista, tal qual ocorreu no *Granbery*, com alguma dose de confiabilidade, entende-se que houve significativas manifestações pró-integralismo em seu interior.

Tal assertiva é colocada pois, além de Oscar Machado, outros notórios integralistas integravam seu corpo docente, tais como Léo Schneider, que atuou como professor de Canto Orfeônico no PAC/IPA, Esther Machado¹¹, professora da escola primária, Jairo Wagner, professor de Estatística, Prática Jurídica, Legislação Fiscal e Técnica de Secretariado, e Peri Machado, professor de Economia Política, História da Civilização, Direito Constitucional, Direito Civil e História do Comércio (PIMENTA, 2019a, p. 264).

8 Terminadas as eleições de 1934, Oscar Machado substituiu o advogado Mario Ferreira de Medeiros no cargo de chefe do Departamento Provincial de Estudos. O advogado, autor de livros como “Alberto Torres e a Revolução de São Paulo”, teve sua condição intelectual reconhecida no estado quando, em 11/08/1936, ao lado de Dario de Bittencourt, assumiu uma cadeira na Academia Rio-Grandense de Letras. Percebe-se, assim, que o Departamento Provincial de Estudos, ao representar o correspondente estadual de sua Secretária Nacional, notadamente, seria dirigido por alguém detentor de dotado de um reconhecido capital intelectual. Portanto, por esse motivo, conjectura-se que Medeiros tenha sido sucedido por Oscar Machado (PIMENTA, 2019a, p. 257-258).

9 Ver: PIMENTA, 2020; PIMENTA 2021.

10 Nos referimos aqui, por exemplo, às publicações dos jornais do educandário que atestaram a incontestável atuação de Oscar Machado na AIB, como na ocasião na qual foi publicada uma charge do educador com o símbolo do integralismo a seu lado. Ver: *O Granberyense*, 18/12/1933, p. 7.

11 Em conjunto com Aurora Wagner, ela participou da Secretaria Integralista Feminina exercendo o posto de tesoureira (MILKE, 2003, p. 95).

Contudo, dada a presença de inspetores federais e estaduais de educação que não necessariamente seriam simpáticos à AIB, por causa da influência que este recebia do fascismo italiano, sem se menosprezar essa presença de integralistas no IPA, embora presente, sua promoção, aparentemente, acabou sendo menos explícita em relação àquela verificada no *Granbery* à época em que Oscar Machado se encontrava em Juiz de Fora.

Mormente, além das prováveis propagandas que tenham sido realizadas pelos docentes integralistas em suas aulas, – tais quais as ocorridas na ocasião em que Peri e Oscar Machado fizeram aos estudantes na ocasião do retorno às aulas no ano letivo de 1935, que foram falas eivadas de um léxico utilizado pela AIB¹² – corroborando com a dedução de que a propaganda do integralismo tenha se configurado como uma prática recorrente, a visita de Guido Mondin, célebre integralista gaúcho, para proferir uma palestra no IPA, em meados de 1935, é um elemento que evidencia tal fato (PIMENTA, 2019a, p. 264-267).

Deste modo, no primeiro ano em que Oscar Machado esteve à frente da reitoria, tenha ou não ocorrido uma escancarada propaganda da AIB no IPA, um incidente emblemático associando o nome de seu dirigente máximo e o integralismo no educandário ocorreu nos meses iniciais do ano de 1936: o caso das demissões dos professores João Henrique e Sigfriedo Bethiol.

Nesse episódio, além de Oscar Machado ter sido acusado de defender a AIB nas instalações de seu colégio e de ter, injustamente, demitido os supracitados docentes, uma outra denúncia também foi atrelada a esses acontecimentos, a acusação de que o inspetor federal que atuava no IPA, Atila Casses, estaria envolvido em tais ações ao faltar com a verdade no caso das demissões.

Esse fato veio à tona numa matéria que foi publicada pelo jornal *Correio do Povo*, em março de 1936, na qual, um dos professores demitidos, João Henrique, em sua defesa, alegou:

I Diz o inspector que eu mantinha um contracto escripto por um anno com aquele estabelecimento. Isto não é verdade. Em [?]-10-35 eu requeri no tribunal exhibição desse contracto e até hoje não foi exhibido, porque não existe. E, se existe, auctorizo a sua publicação e assim se mostrará quem fala a verdade.

II Se não existe contracto, eu não podia pedir sua renovação, porque não se renova aquillo não existiu. Por aqui se vê que eu não poderia pedir semelhante absurdo. Nesse ponto também Attila Casses não diz a verdade (O CASO..., 05/03/1936, p. 7).

Na sequência do artigo, após afirmar que Atila Casses havia mentido, ao dar sua versão para sua demissão, João Henrique acusou Oscar Machado de proibi-lo de

12 Sobre isso ver: (PORTO ALEGRE..., 16/03/1935, p. 11)

desempenhar suas funções no IPA, bem como de tê-lo ofendido. Além disso, também asseverou que, no dia seguinte, em seu escritório, Oscar Machado teria brigado e apanhado do outro professor que também teria sido demitido ilegalmente.

III Affirma o Inspector que eu aggreedi traiçoeiramente o diretor daquele collegio. Também não é verdade. Esse director no dia 4-10-35, quando eu estava dando aula, foi á respectiva sala, mandou sahir os allumnos e prohibiume desempenhar as funções para as quaes inicialmente eu estava auctorizado. No dia seguinte elle entrou na sala de espera do meu escriptorio. Então eu ordenei-lhe que se pusesse na rua. Estava no meu direito, tanto mais que elle me havia offendido bastante na vespera. Nesse momento appareceu dr. Bethiol, outro professor illegalmente demittido, e esbofeteou-lhe a cara, atacando-o de frente em lucta franca. Nada disso se deu na rua, como Atilla Casses affirma, e sim na sala de espera do meu escriptorio (O CASO..., 05/03/1936, p. 7).¹³

Sobre o que teria motivado sua demissão, na versão que deu para os fatos, João Henrique sugere que ela teria sido causada por questões políticas, ao alegar que Atila Casses o teria chamado de comunista:

VIII Quem num simples telegrama tanto falta á verdade, tambem esta habilitado a chamar-se communista. Escasseiam-lhe argumentos e dahi essa acusação corriqueira. Em meus escriptorios, conversas e actos tenho provado o contrario. Demais, o Partido em que ha annos estou filiado, satisfaz meus ideaes politicos (O CASO..., 05/03/1936, p. 7).

Na esteira de tal episódio, dias depois, o outro professor demitido, Sigfriedo Bethiol, também publicou um artigo fornecendo a sua versão dos fatos. Neste, questionou as informações que o inspetor federal e Oscar Machado deram sobre as demissões e, defendendo-se da acusação que Atila Casses havia feito sobre seu posicionamento político, partiu em ataque a Oscar Machado, qualificando-o como extremista.¹⁴

Em relação ao que havia sido dito por Atila Casses, Sigfriedo Bethiol negou que possuía um contrato de trabalho com o IPA, reforçando que seria mentirosa a afirmação de que teria sido a rescisão deste contrato a causa de sua demissão e a do professor João Henrique (PORTO ALEGRE..., 15/03/1936, p. 14).

13 Ao invés disto ter ocorrido num escritório, como aludido na matéria acima citada, Atila Casses refuta esta versão ao afirmar que os professores João Henrique e Sigfriedo Bethiol teriam atacado de modo traiçoeiro Oscar Machado na rua (O CASO..., 29/02/1936, p. 2).

14 Trata-se do outro professor envolvido na polêmica. Nos jornais Correio do Povo e A Federação, encontraram-se diferentes grafias para seu nome como Sigefrido, Sigfrido e Sigfriedo e para o seu sobrenome, ora escrito Bethiol, ora Bettiol. Não há dúvida de que, nas várias matérias encontradas, todas se remetiam à mesma pessoa. Optou-se por se utilizar a grafia Sigfriedo Bethiol, a mais frequente, mantendo-se as grafias utilizadas nos jornais que o abordaram, nos casos nos quais se recorreu à citação direta destes materiais.

No que tange à figura de Oscar Machado, tal qual havia afirmado João Henrique, Sigfriedo Bethiol citou a inexistência do contrato de trabalho que ele teria com o IPA, negou as acusações que a ele haviam sido feitas, declarando, por fim, que o reitor fazia parte da AIB, propagandeando-a no educandário, sendo que esse posicionamento político prejudicaria a finalidade evangélica da instituição.¹⁵

Também é falso, porque tal contracto não existe e porque o director do Collegio apresenta outras causas, como se vê no “Correio do Povo”, de 1/3/36. Daqui se deduz outra falsidade que é a de eu haver pedido a renovação de um contracto inexistente. Alem disto eu já não trabalhava no Collegio em princípios de 1935, tendo logo começado a denunciar a politica integralista do director pregada dentro e fora daquelle gymnasio, que com tal orientador ficou prejudicada em sua finalidade evangelica (PORTO ALEGRE..., 15/03/1935, p. 14).

Na continuação, ao questionar a denúncia feita por Atila Casses, que teria afiançado que ele era extremista, Sigfriedo Bethiol direcionou ainda mais tal designação a Oscar Machado, colocando também em suspeição a atuação do inspetor, que não teria combatido as manifestações políticas do reitor:

5º- Atila Casses acusa-me de extremista. É estranho que só agora, alliado a Oscar Machado o fizesse. O director do Colegio é extremista confesso e reconhecido por todos; comtudo, Atila Casses defende-o, tornando-se assim parcial, e dahi a razão de não funcionar no inquerito por suspeito. Por ventura não sabe que Oscar Machado escreve e propaga boletins subversivos, lidos por professores e alumnos, atacando o regimen, offerecendo os homens públicos a quem chama indistinctamente, servis e covardes? Que medidas tomou em todo o triste desenrolar do scenario politico dentro do Collegio? Nenhuma. Porque tanta intimidade com este director, que transgrediu tantas leis e com seus desmandos e arbitrariedades procura desmoralisar as autoridades, dando um triste exemplo á juventude? Depois de tudo o que se tem passado, melhor seria que Atila Casses ficasse calado, se é que tem, algum respeito aos empregos que lhe deram (PORTO ALEGRE..., 15/03/1935, p. 14).

Depois de Sigfriedo Bethiol acusar o reitor de promover a propaganda da AIB no IPA, por intermédio da confecção de boletins que seriam lidos por professores e alunos, cujos teores seriam de ataque às autoridades e o regime político – situação que, presumivelmente, deveria ocasionar algum tipo de resposta enérgica por parte

15 Vale lembrar que Sigfriedo Bethiol, além de metodista, também era oriundo da região natal de Oscar Machado, e assim como ele, foi um dos tantos jovens a receber auxílio da Igreja Metodista para realizar seus estudos em seus educandários (JAIME, 1963, p. 102). Não se conseguiu apurar se, conforme o ocorrido no Granbery, se fez presente no IPA algum tipo de disputa político-partidária, em especial, envolvendo simpatizantes do PCB e os integralistas. Contudo, acredita-se que as divergências existentes entre ele e o reitor do IPA sejam fruto de posicionamentos políticos antagônicos. Todavia, como se verá adiante, ele acabou sendo vencido nesse confronto, dado ao maior volume de capitais e prestígio que Oscar Machado possuía nos campos cultural, político e religioso.

do inspetor federal – ele aventou a existência de uma relação de proximidade que Atila Casses manteria com o reitor por conta de outros motivos.

Da mesma maneira como o ocorrido com as denúncias feitas sobre Oscar Machado pelo professor João Henrique, infelizmente, não se conseguiu encontrar uma resposta dada a essa época pelo reitor do IPA às acusações que foram feitas por Sigfriedo Bethiol.¹⁶ Entretanto, após quase um ano, numa carta publicada no jornal A Federação, na qual se defendeu das acusações de que teriam sido vendidos certificados falsos no IPA, Oscar Machado citou os ataques feitos pelos professores demitidos que teriam também se manifestado sobre essa nova polêmica.

Contraopondo aquilo que havia sido veiculado, deste modo, o reitor do IPA defendeu a si e ao inspetor federal Atila Casses:

Ha dias o Instituto Porto Alegre, que é o antigo “Porto Alegre College”, viuse envolvido no caso dos certificados falsos. De acordo com o que já declarei ao “Correio do Povo”, em carta de 29 de Fevereiro, não vejo razão alguma para que seja imputada ao Reitor ou ao Fiscal do Instituto qualquer culpa no escandaloso caso dos certificados falsos. O ilustre professor dr. M. Louzada, em declaração feita á imprensa, já se referiu á lisura da minha pessoa no caso. Não acredito que haja nesta cidade uma “fabrica” de certificados falsos, pois até o momento só foi encontrado um exemplar. Entretanto, certificado realmente falso foi o de n. 13 apresentado como sitivesse sido emitido pelo Ginasio N. S. do Carmo de Caxias. O outro, cujo cliché já foi publicado, não é falso, isto é, o impresso é do Ginasio N. S. do Rosario, mas os seus dizeres parece não coincidirem com o que o acusam os registros daquele estabelecimento. Esses dois certificados traziam a assignatura (verdadeira ou não) dos respectivos inspetores federais, devidamente reconhecidas em cartorio. Pergunto-lhe, agora, que motivo tinha eu para não aceitar esses documentos, uma vez que eles aparentemente preenchiam todas as formalidades legais? (O ENSINO..., 06/03/1936, p. 6).

Em sua declaração, na ocasião da apresentação dos certificados falsos no IPA, Oscar Machado se apresentou como vítima de uma tentativa de fraude – que, contingencialmente, teria ocorrido para efeito de matrícula ou do reconhecimento de algum tipo de certificado pelo instituto – alegando ainda que, pelo conteúdo dos documentos, ele e os inspetores federais que precisariam checá-los não teriam como provar ou não sua veracidade.

Ao que tudo indica, a desavença acerca dos certificados foi resolvida. Isso é posto pois, em relação a esta e outras denúncias a ele imputadas, Atila Casses apresentou uma certidão da Inspeção Geral do estado do Rio Grande do Sul que atestava seus

16 Em 29/02/1936 Oscar Machado esclareceu tais acusações no jornal Correio do Povo. Porém, infelizmente, não tivemos acesso a esta edição pois a coleção pesquisada do jornal se encontrava danificada no acervo consultado.

bons serviços prestados e que ele teria agido corretamente perante a lei no episódio dos certificados:

(...) que o referido inspector comunicou verbalmente ao Snr. Inspector Geral que admittira, ad referendum desta Inspectoria Geral, a inscripção de alguns alumnos expulsos do Gymnasio Santa Maria a exames do artigo cem do Decreto numero vinte e um mil duzentos e quarenta e um, tendo o snr. Inspector Geral mandado tornar sem effeito aquella concessão; que o mesmo inspector Atila Casses communicou a esta Inspectoria Geral que admittira a inscripção condicional de João Pibernat de Carvalho e Manuel Maria das Neves a exame de Latim, estando os requerimentos em que estes estudantes pediram revalidação desses exames dependendo ainda de despacho final; que o inspector Atila Casses tem remettido com regularidade seus relatorios mensais e tem demonstrado eficiencia em sua fiscalisação. Por ser verdade, eu, Clara Leal, auxiliar, dactylographei a presente certidão que vae assignada pelo auxiliar tecnico Romeu Fernandez e devidamente authenticada pelo Srn. Assistente desta Inspectoria Geral (REESTABELECENDO..., 02/04/1936, p. 6).

Na missiva que anteriormente foi citada, Oscar Machado rebateu as acusações de João Henrique e Sigfrido Bethiol, que lhe responsabilizaram sobre suas demissões e também sobre suas manifestações políticas pró integralismo no Instituto Porto Alegre, sendo que, no tocante ao primeiro aspecto, de forma evasiva, assim ele explicou as demissões:

Os professores Sigefrido Bettiol e João Henrique foram exonerados por áto do Conselho Superior do Instituto, cabendo a mim na qualidade de reitor, fazer a devida comunicação. O primeiro foi exonerado ha mais de um ano, em virtude de um memorial dirigido ao presidente do Conselho Superior, em linguagem baixa e violenta, depois de ter sido admoestado. O segundo foi exonerado a pedido meu, por não preencher os requisitos pedagogicos exigidos para a eficiencia do ensino. Desejo frisar bem, ao contrario do que se propalou, nenhum deles tinha dez anos de serviço. O professor João Henrique tinha cinco anos e o professor Sigefrido Bettiol para ter dez anos de trabalho precisava contar todo o tempo que levou cursando o ginasio onde estudou como aluno gratuito, sem pagar pensão nem ensino (O ENSINO..., 06/03/1936, p. 6).

Na continuação do supracitado relato, no qual não foi explicado quem era a pessoa que ocupava o cargo, tampouco o motivo do envio da carta, seu teor ou o porquê da advertência dada ao professor, além de informar sobre o recurso impetrado no Ministério do Trabalho, pelos docentes exonerados, que alegavam terem sido coagidos politicamente no Instituto Porto Alegre, – processos que, após serem investigados, teriam resultado em absolvição do reitor – Oscar Machado ainda os acusou de possuírem atividades políticas extremistas. Especificamente sobre Sigfrido Bethiol, ele asseverou que o professor havia inclusive sido fichado pela polícia como comunista (O ENSINO..., 06/03/1936, p. 6).

Já sobre as acusações de que ele fazia propaganda do integralismo, perseguindo funcionários e professores dissidentes, Oscar Machado afirmou que o IPA seria fiscalizado por inspetores estaduais e federais e que, como os professores exonerados não teriam argumentos para explicar seu desligamento da instituição, passaram a invocar falsas justificativas políticas (O ENSINO..., 06/03/1936, p. 6).¹⁷

Nesse contexto da polêmica, por não ter sido encontrado qualquer indício de vinculação de João Henrique com partidos ou organizações políticas, assim como o fizera Oscar Machado, quando se defendeu das acusações feitas a ele, Atila Casses também reforçou o argumento de que João Henrique seria um “elemento subversivo”.

Na matéria que publicou no jornal A Federação, ele destacou que, com provas colhidas em testemunhos de pessoas idôneas, comprovaria as seguintes imputações feitas a João Henrique:

4.º - Provarei com o testemunho de pessoas idoneas que João Henrique declarou textualmente que a unica solução para os problemas do momento no Brasil era um grande levante as massas para aniquilar a burguezia opressora.

5. º- Darei tambem prova idonea de que o mesmo afirmou em palestra: “que alguns governadores de Estado não passavam de instrumentos nas mãos de arcebispos e bispos”.

6.º - A policia de segurança portuguesa ordenou a saída de João Henrique daquele país por considera-lo elemento subversivo.

7.º João Henrique jogou sua batina fóra em Santa Maria, em Santa Maria, nesse Estado, impellido por motivos inconfessáveis (AINDA..., 14/03/1936, p. 2).

Já sobre Sigfriedo Bethiol, Atila Casses, assim, também o acusou de ser comunista:

Silenciou o portugues João Henrique e entrou na arena o conhecido comunista Sigfriedo Bethiol. Digo conhecido comunista porque Bethiol era orador oficial de uma reunião daquele partido extremista em uma das praças de Porto

17 Junto a Atila Casses, um inspetor estadual de educação para fins de nacionalização do ensino viria a atuar no IPA, a partir do ano de 1939, o conhecido integralista, Luiz Compagnoni. A presença desse camisa verde de de origem italiana no IPA, que chegou a atuar como professor na escola do núcleo da AIB de Caxias do Sul-RS (BOLETIM INTEGRALISTA, 07/04/1935, p. 4), nada obstante ocorreu já durante a vigência do Estado Novo, quando os partidos políticos já estavam proibidos de funcionar, é emblemática. Isso é aventado pois, se pode considerar que, dada a afinidade ideológica que mantinha com Oscar Machado e os outros integralistas, ele possa ter sido condescendente com o educandário naquilo que lhe cabia sobre a fiscalização referente ao processo de nacionalização das escolas, ampliando uma posição que, possivelmente, já era adotada por Casses há alguns anos.

Alegre, comício que foi dissolvido pela policia (AINDA..., 24/03/1936, p. 2)¹⁸

Ainda sobre essa cizânia envolvendo Oscar Machado, Atila Casses e os dois professores demitidos, dentre as tantas acusações realizadas pelos últimos nos jornais, junto dos episódios dos certificados, das demissões e das menções de serem os educadores políticos extremistas, se, nada concernente ao ambiente político foi atribuído ao inspetor federal, – desconsiderando-se a denúncia de que ele fazia vistas grossas às atividades integralistas no IPA – ao menos no tocante à sua atividade profissional, uma grave acusação pairou sobre ele.

Isso ocorreu quando Sigfriedo Bethiol publicou uma matéria no jornal Correio do Povo na qual, apesar de pontuar não ser ilegal, mencionou que Atila Casses exercia dois cargos públicos. No entanto, se isso não era vedado pela lei, um ponto destacado pelo professor gerou certa polêmica, a afirmação de que o inspetor não possuiria os pré-requisitos exigidos para a investidura nos cargos:

3.º- É falso que o Ministro da Educação tivesse resolvido a incompatibilidade de cargos. É materia constitucional, art. 172 § 1.º. Todos sabem que seria impossivel desempenhar funções de Promotor Publico em Quarahy e de Inspector em Porto Alegre. Elle mora em Quarahy e a lei manda que o Inspector deva comparecer no estabelecimento sob sus inspecção no minimo tres vezes por semana (Dec. 21241, art. 81). Acresce ainda, que Inspector deve ter curso completo de gymnasio e ser tecnico, conforme a lei manda. A. Casses não tem curso completo de gymnasio e nem é tecnico. Excusado é dizer que também não tem curso de direito, no emtanto, é Promotor Publico, em detrimento de homens formados e de valor. Sabe-se que ha trabalhos mysteriosos para abafar as graves irregularidades apparecidas no “Porto Alegre College”. Se minha representação foi archivada, como falsamente Atila pretende fazer crêr, pergunto: porque continua o Major Louzada a trabalhar na mesma representação por ordem do Inspector Geral? Qual a autoridade que assumiria a responsabilidade de archivar tantas e tão graves faltas das quaes muitas já são conhecidas por meio da imprensa? (PORTO ALEGRE..., 15/03/1935, p. 14)¹⁹

Na continuação desse debate entre o inspetor federal, Sigfriedo Bethiol e João Henrique, ocorrido nas páginas dos jornais gaúchos, malgrado o primeiro tenha apresentado provas que absolveriam a ele e a Oscar Machado no caso dos certificados

18 Sem embargo, indo na contramão da alegação do inspetor federal, no jornal A Federação, que pertencia ao Partido Republicano Liberal (PRL), no ano de 1934, uma comissão da sigla política publicou uma nota convocando uma série de pessoas para “tratar de assuntos de seu interesse”, dentre as quais figurava Sigfriedo Bethiol, situação que suscita uma possível ligação deste com a sigla no período que, possivelmente, teria se mantido até o ano de 1936 (O CASO..., 29/02/1936, p. 2; PARTIDO..., 30/05/1934, p. 5).

19 Atila Casses citou que o referido Major Louzada estaria encarregado da correição de todos os Gí-násios do Rio Grande do Sul (AINDA..., 24/03/1936, p. 2).

(REESTABELECENDO..., 02/04/1936, p. 6), sobre as acusações de que não poderia acumular os cargos, atestou:

Com os clichés de minha caderneta quilometrica publicados na imprensa, provarei as minhas constantes viagens a Porto Alegre e a eficiencia de minha fiscalização no Instituto Porto Alegre. Não ha nenhum dispositivo regulamentar que obrigue um inspetor do ensino a visitar diariamente os ginásios que fiscalise. Meus distintos amigos drs. J. C. de Freitas e J. E. Camargo fiscalizam os ginasios de Santa Maria e Passo Fundo, residindo em Porto Alegre. O grande poeta Ernani Fornari, tambem com residencia nessa capital fiscalizava talentosamente um ginasio de Crus Alta. (AINDA O CASO..., 12/03/1936, p. 2)

Denota-se na matéria acima que, no lugar de Atila Casses refutar o argumento de que não teria as capacitações técnicas requeridas para a investidura nos cargos que ocupava, ele se apoiou na atuação de outros fiscais, que trabalhavam em educandários das cidades de Passo Fundo e Santa Maria, defendendo ser essa uma prática recorrente dos inspetores federais de ensino, ou seja, não residir nas cidades onde atuavam, circunstância que sugere haver a possibilidade de certa flexibilidade na atividade de quem se encontrava nessa situação.

A mencionada frequência irregular de Atila Casses no IPA que, caso comprovada, poderia, ocasionalmente, ter resultado numa atuação não tão rigorosa frente às possíveis manifestações políticas pró-integralismo, aparentemente pode ser explicada pelos motivos expostos abaixo.

De início, sem se conhecer qual era sua posição político partidária, pode-se afirmar que, além de pertencer à Sociedade de Homens e Letras do Brasil (SCHWARCZ, 2017), devido a, desde 1933²⁰, Atila Casses integrar o Instituto Rio-Grandense de Letras²¹ e, ulteriormente, ter sido um dos fundadores e membros da Academia Rio-Grandense de Letras²² pode tê-lo aproximado dos integralistas que delas fizeram

20 Atila Casses passou a fazer parte do Instituto Rio-Grandense de Letras no dia 22/11/1933 (INSTITUTO..., 20/11/1933, p. 4).

21 Ele existiu entre 1932 e 1934. Surgiu para ocupar o espaço deixado pela Academia Rio-Grandense de Letras que, sob diferentes formatos, funcionou entre 1901 e 1924. Por causa da morte de muitos de seus membros e de sua desarticulação, em 1910, ela foi refundada como Academia de Letras do Rio Grande do Sul, permanecendo em atividade até 1924. Porém, em 1935, a Academia Rio-Grandense de Letras ressurgiria adjacente ao Instituto, realizaria ações no estado e, dadas as divergências internas, o Rio Grande do Sul passaria a contar com as duas entidades que, por um certo período, mantiveram-se rivais (LAITANO, 2016, p. 131).

22 Ele fundou o periódico O Orientador em São Borja, em 1922. Dirigiu o jornal Uruguai da mesma cidade, foi o redator de O Cidadão da cidade de Quaraí, correspondente da revista Ibirapuitã da cidade de Alegrete, além de ter sido redator da revista A Noite Ilustrada, do Rio de Janeiro. (REGINA, 2014, p. 101) Segundo Antonio Carlos Machado, ele foi uma das grandes referências do parnasismo gaúcho e ocupou a cadeira número nove da instituição (MACHADO, 1952) cuja refundação ocorreu em 30/05/1935 (ACADEMIA, 30/05/1936, p. 5).

parte e ocasionado certa complacência de sua parte para com as atividades de sua propaganda no IPA.²³

De toda sorte, na matéria que encerrou a polêmica com os professores demitidos, Atila Casses apresentou uma certidão da Inspeção Geral de Ensino Secundário, devidamente autenticada em cartório, que tinha o seguinte teor:

CERTIFICO, em virtude de despacho proferido pelo Snr. Inspector Geral do Ensino Secundario no processo numero tres mil e duzentos de mil novecentos e trinta e seis, o seguinte: que o Ministerio da Educação e Saúde Publica decidiu não ser incompativel o cargo de Promotor com o de Inspector de Ensino Secundario; que o inspector Atila Casses continúa até a presente data, sem solução de continuidade, como representante do Governo Federal junto ao Instituto Porto Alegre, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul (...). (REESTABELECENDO..., 02/04/1936, p. 6)

Não se conseguiu apurar se, de fato, Atila Casses possuía o curso necessário para o exercício do cargo de inspetor federal citado por Sigfriedo Bethiol. No entanto, para a acusação de que ele não possuiria o curso de direito, em entrevista, seu neto, o cientista político Hélgio Trindade, confirmou que ele atuava como um rábula. (TRINDADE..., 14/12/2012)²⁴

Se, por ventura, fossem exigidas quaisquer titulações para o exercício dos cargos que foram ocupados por Atila Casses, – situação que em nenhuma das matérias que ele publicou nos jornais foi refutada – entende-se que, por ser membro do Partido Republicano Liberal, sigla do interventor federal Flores da Cunha, à época apoiador do governo de Getúlio Vargas no estado, essa questão poderia se apresentar como menor. Isso se coloca pois, não só ele conseguiu o apoio do Inspeção Geral do Ensino Secundário, como também justificou que o próprio interventor Flores da Cunha teria lhe autorizado a fazer as tantas declarações que deu nas folhas do jornal *A Federação* (REESTABELECENDO..., 06/03/1936, p. 2).

Outrossim, como o contexto político apresentava-se bastante conturbado desde os desdobramentos relativos aos levantes comunistas de novembro de 1935, em que pesem as relações ambivalentes que o governo de Flores da Cunha mantinha com o integralismo no estado, – visto que o repreendia duramente no interior, situação

23 Fizeram parte do Instituto Rio-Grandense de Letras os integralistas Dario de Bittencourt e Pe. Ponciano dos Santos Stenzel (LAITANO, 2016, p.124). Após ela voltar às atividades em 1935, Atila Casses e Dario de Bittencourt passaram a integrar a Academia Rio-Grandense de Letras (PROXIMA..., 24/05/1935, p. 4), sendo, posteriormente, acompanhados de Mario Ferreira de Medeiros, que adentrou na mesma em agosto de 1936 (SOUS..., 15/08/1936, p. 1). João Henrique era membro do instituto e também da academia reunificada em 1944 (LAITANO, 2016, p. 135). Seu nome também integrava na relação de membros da Academia Rio-Grandense de Letras (PROXIMA..., 24/05/1935, p. 4).

24 Visões do Rio Grande. Hélgio Trindade: “Houve passagem de luta armada para conflito político”. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/noticia/2012/12/helgio-trindade-houvepassagem-de-luta-armada-para-conflito-politico-3982782.html>. Acesso em: 29 jan. 2019.

não tão visível na capital – pode-se pressupor que, possuindo os comunistas como inimigos, as eventuais ações de propagandas integralistas no IPA fossem minimizadas pelo inspetor ou, quiçá, até apoiadas.²⁵

Seja como for, em novembro de 1937, poucos dias depois de ter sido decretado o golpe do Estado Novo, Sigfriedo Bethiol e João Henrique foram presos sob a alegação de serem comunistas:

A imprensa desta capital publicou ontem haverem sido presos como comunistas, os professores João Henrique e Sigefrido Betiol, dando-os como professores do Instituto Porto Alegre. Da direção daquele conhecido educandario recebemos uma comunicação esclarecendo que aqueles professores não pertencem ao seu Corpo Docente desde 1935, quando foram exonerados, tanto assim que pelos mesmos foram instauradas ações contra o “Instituto Porto Alegre” na Justiça do Trabalho. (...) Sabemos que os supra-citados causídicos já tomaram providencias afim de que o Conselho Nacional do Trabalho tome conhecimento dessas prisões, pois nos processos foram ventiladas as tendencias comunistas dos aludidos professores, o que certamente teria influido nas suas demissões (OS PROFESSORES, 13/11/1937, p. 8).

Os trechos reproduzidos desta matéria, que informou a realização de suas prisões sob a alegação de que eles eram comunistas, ganham relevo pois, graças ao golpe do Estado Novo ter se baseado num suposto plano de insurreição comunista, o Plano Cohen²⁶, isto pode ter gerado uma atuação rigorosa por parte da polícia política no Rio Grande do Sul a fim de se investigar possíveis implicações de elementos fichados como comunistas em tal contexto.

Verdadeiras ou não, as acusações que Atila Casses e Oscar Machado fizeram, de que os professores demitidos anos antes eram comunistas, podem ter concorrido para a prisão desses no contexto eminentemente posterior ao golpe do Estado Novo, fato que poderia ser entendido também como uma espécie de vitória da narrativa

25 Sobre as relações com o interventor, Daniel Milke afirmou que: “O governo do Gal. Flores da Cunha, não impediu abertamente o funcionamento do integralismo, mas, por outro lado, patrocinou uma série de perseguições aos camisas-verdes, sendo algumas de maior intensidade, com mortos e feridos, e outras que impediam o andamento adequado de suas atividades. Assim, em terras gaúchas, o integralismo não conseguiu repetir o sucesso obtido em Santa Catarina ou São Paulo, mas também não ficou à margem dos acontecimentos políticos locais.” (MILKE, 2003, p. 22).

26 Nos meses anteriores ao golpe de estado, a despeito da relação ambígua tecida entre Getúlio Vargas e o integralismo, existiu uma certa proximidade entre eles. Isso se deu, pois, o motivo que serviu de justificativa para o golpe, Plano Cohen, um fictício plano de insurreição comunista para tomar o poder, foi elaborado pelos integralistas e entregue a Getúlio Vargas. Por isso, quando teve início o Estado Novo, não é de se descartar que possa ter havido no Rio Grande do Sul a investigação e prisão de elementos considerados comunistas, como João Henrique e Sigfriedo Bethiol, bem como não é improvável se pensar que os próprios camisas verdes gaúchos, dentre eles, Oscar Machado, possam ter denunciado esses e outros elementos acusados de serem comunistas.

feita sobre a periculosidade destes que se tornava muito forte na nova conjuntura em razão da lembrança causada pela tentativa de golpe comunista em 1935.²⁷

Tal situação, se interpretada sob este prisma, numa direção oposta daquela ocorrida anos antes, quando na ocasião da celeuma envolvendo o Curso Pré-Universitário (CPU) e as disputas entre Oscar Machado e Irineu Guimarães no *Granbery* – que poderiam também ter um fundo motivador político – não terminou com a intervenção do Bispo César Dacorso e a dissolução do problema com o envio destes para Piracicaba–SP e Porto Alegre-RS, respectivamente (PIMENTA, 2019a, p. 183-193).

Desta vez, Oscar Machado demonstrou possuir uma envergadura muito maior, seja no campo cultural, religioso e político, derivada do volume de capitais que possuía em cada um desses, situação que, se, por hora, lhe garantiria essa vitória, anos depois, pelos mesmos motivos dados para a prisão dos “elementos subversivos comunistas”, faria com que ele fosse alvo de um tipo de atuação equivalente por parte da polícia nesse campo.²⁸

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À semelhança daquilo que ocorria com as demais siglas, ao adentrar o jogo político partidário, a AIB abandonou sua “pureza doutrinária” e passou a adotar uma postura fisiológica. Por conseguinte, na prática de seus militantes, sobretudo daqueles situados nos graus hierárquicos mais elevados, se poderia encontrar a existência de algumas discrepâncias entre seu plano discursivo, que preconizava ser a maçonaria um inimigo, e a atuação desses no seio da sociedade secreta, caso de Oscar Machado.

Entende-se aqui que isso ocorreu por existir certa postura procrastinatória de sua chefia nacional para arbitrar tais situações, evitando atritos com suas lideranças, justamente pelo fato de que, diferentemente dos militantes comuns, os detentores de um capital cultural, político e, por vezes, econômico mais elevado, possuíam uma maior margem de manobra, podendo agir menos presos aos ideais “prescritos” pelas lideranças nacionais como aquilo que era “desejado” para a prática política dos integralistas.²⁹

27 As acusações de que os professores eram comunistas, no novo contexto, no qual a representação do perigo comunista, reavivando a memória recente de 1935 veio à tona pode ter feito com que, lastreadas ou não nas práticas políticas reais de João Henrique e Sigfriedo Bethiol, a narrativa construída por Oscar Machado e Atila Casses se mostrou vitoriosa em meio a um embate de representações construídas por tais agentes, provavelmente, em razão do maior volume de capitais que possuíam, no comparativo com os dos dois professores. Sobre a noção de representação ver: (CHARTIER, 2002b).

28 Referimo-nos à sua prisão no contexto anterior à eclosão da Intento Integralista, de 1938, episódio no qual alguns integralistas foram presos, dentre eles, Oscar Machado (PIMENTA, 2019a, p. 313-325).

29 Sobre isso ver o caso que envolveu a atuação do chefe integralista no Rio Grande do Sul, Dario de Bittencourt que, assim como Oscar Machado, também pertenceu à maçonaria (BARRERAS, 1998; PIMENTA, 2019b).

Explicação similar poderia ser transposta para a situação que envolvia a atuação de Oscar Machado no interior do metodismo. Como se tentou demonstrar, ele foi forjado pelas instituições de ensino dessa denominação religiosa para poder atuar enquanto docente ou pastor em seu interior. Tendo optado por se constituir como um quadro leigo, logo após seu retorno ao Brasil se dirigiu à Juiz de Fora, onde teve uma intensa atividade no Granbery e nos órgãos da igreja.

Embora estivesse em início de carreira, congregou elementos que poderiam ter causado desconfortos como sua militância na AIB e a abertura de espaços para sua penetração no educandário e, conseqüentemente, na comunidade metodista da igreja como um todo. Essa situação, aliada às disputas internas desse microcosmo metodista local, parece ter gerado a necessidade de o bispo metodista ter que encontrar uma solução ideal para tal estado de coisas, que foi o envio de Oscar Machado para assumir a reitoria do IPA, ao passo que Irineu Guimarães obteve uma licença a pedido.

A simples saída de Oscar Machado do Granbery, a depender do modo como ocorresse, – por exemplo, numa situação análoga à de Irineu Guimarães – poderia, à primeira vista, simbolizar uma espécie de derrota a Oscar Machado. Contudo, do modo como se deu, efetivamente, representou o oposto.

Pode-se inferir isso, pois, mesmo estando envolto em polêmicas no Granbery e, presumivelmente, tendo desagradado a alta cúpula metodista por suas preferências políticas, ele acabou por ascender hierarquicamente, não só no interior do metodismo, onde assumiu a reitoria de um dos mais importantes educandários – o que também lhe ajudou, ainda mais, a ganhar espaços como líder leigo – ao mesmo tempo em que, na capital gaúcha, ele se consolidaria como um renomado intelectual, também fora do campo religioso, demonstrando, de modo peremptório, que ele adquirira um grande volume de capitais nesses espaços.

Naquilo que tange ao integralismo, uma ascensão similar se tornou verdadeira pois, ao assumir postos de chefia regional, com destaque para aqueles que, patentemente se ligavam aos elementos doutrinários do movimento, a um só tempo, ele foi alçado ao posto de destacado intelectual e teórico da AIB, como também ampliava seu poder e capilaridade política que, no futuro de sua trajetória, também lhe traria vitórias para além dos arraiais dos camisas verdes.

Por fim, acerca da maçonaria, pela dificuldade em se obter fontes que permitam mensurar como sua atuação no integralismo possa ter ou não causado algum tipo de complicação, se conjectura que sua consolidação enquanto intelectual, líder religioso e político, somados ao fato de que outros camisas verdes de destaque também integravam ou haviam integrado a sociedade secreta, possam ter lhe ajudado a congregar tais elementos sem maiores celeumas.

REFERÊNCIAS

- BARRERAS, Maria José Lanziotti. *Dario de Bittencourt (1901-1974): uma incursão pela cultura política autoritária gaúcha*. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.
- BETTS, João Nelson (Org.). Contando nossa história. *Revista do Grupo de Pesquisa da História do Metodismo no RS*. Porto Alegre: Instituto Teológico João Wesley, Editora Universitária Metodista IPA, 2007. vol. I, n. 1 (1998).
- BOAVENTURA, Elias. Instituições Metodistas de Ensino na República Velha. *Revista de Educação Cogeime*, n. 5, p. 89-100, dez. 1994.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CASTELLANI, José. *A ação secreta da maçonaria na política mundial*. São Paulo: Editora Landmark, 2012.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editorial S.A., 2002.
- JAIME, Eduardo Mena Barreto. *História do metodismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1963.
- KENNEDY, James L. *Cincoenta annos de metodismo no Brasil*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1928.
- LAITANO, José Carlos Rolhano. *História da Academia Rio-Grandense de Letras (1901-2016) e Parthenon Littlerario (1868-1885)*. Porto Alegre: Metamorfose, 2016.
- MACHADO, Antonio Carlos (Org.). *Coletânea de Poetas Sul-Riograndenses (1834-1951)*. Rio de Janeiro: Editora Minerva, 1952.
- MACHADO, Oscar. *Mini curriculum*. Gráfica Universitária: Uruguaiana, 1974.
- MESQUIDA, Peri. *Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil*. Juiz de Fora: EDUFJF; São Bernardo do Campo: Editeo, 1994.
- MILKE, Daniel. *O integralismo na capital gaúcha: espaço político, receptividade e repressão (1934-1938)*. 2003. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2003.
- PIMENTA, Everton Fernando. A Era Granbery: apontamentos sobre a inserção e consolidação do projeto educacional metodista em Juiz de Fora (1890-1930). *Fronteiras: Revista de História*, v. 19, p. 182-206, 2017a.

_____. Maçonaria, metodismo e integralismo: Oscar Machado e a articulação de elementos “incompatíveis” no seio da AIB (1933-1934). *Revista História & Luta de Classes*, v. 1, p. 60-75, 2020.

_____. O Instituto Granbery e a articulação de elementos “incompatíveis” nos momentos iniciais da presença integralista em Juiz de Fora (1933-1934). In: PIMENTA, Everton Fernando; GONÇALVES, Leandro Pereira (Orgs.). *Ação integralista brasileira em Minas Gerais: Estudos e historiografia*. Juiz de Fora, Editora UFJF, 2021. p. 136-156.

_____. O Porto Alegre College no processo de nacionalização do ensino no Rio Grande do Sul: resistência ou verticalização. *Observatório da Religião*, v. 4, p. 26-48, 2017b.

_____. *Oscar Machado: uma trajetória em meio ao metodismo, integralismo e maçonaria (1930-1965)*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019a.

_____. Plínio Salgado e sua atuação frente às cisões do integralismo gaúcho: um grande articulista ou líder hesitante? *O Lince*, Aparecida-SP, p. 28-30, 01 fev. 2019b.

PIRES, Jackson Luiz de Oliveira. *Empreendimento missionário americano: o modelo educacional granberyense e o universo político cultural de Juiz de Fora (1889-1930)*. 2013. 182f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2013.

REGINA, Vanessa Oliveira Juliani. *A Poesia na revista alegretense Ibirapuitã (1938/1939)*. Dissertação de Mestrado (História da Literatura). Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Cia. das Letras, 2017.

TRINDADE, Hégio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930*. São Paulo: Difel, 1979.

Fontes:

A NOSSA liberalíssima lei de nacionalização foi violada e ludibriada de todas as maneiras. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 3, 21 mar. 1939.

ACADEMIA de Letras do Rio Grande do Sul. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 5, 30 mai. 1936.

AINDA o caso do Porto Alegre College. *A Federação*, Porto Alegre, p. 2, 14 mar. 1936.

AINDA o caso do Porto Alegre College. *A Federação*, Porto Alegre, p. 2, 24 mar. 1936.

BOLETIM INTEGRALISTA. *O Integralista*, Porto Alegre, p. 4, 07 abr. 1935.

INSTITUTO Riograndense de Letras. *A Federação*, Porto Alegre, p. 4, 20 nov. 1933.

NOVAES NETTO, Arsênio Firmino. *Entrevista concedida a Everton Fernando Pimenta*, Juiz de Fora em 31 mar. 2017.

O CASO do Porto Alegre College. *A Federação*, Porto Alegre, p. 2, 29 fev. 1936.

O CASO do Porto Alegre College. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 7, 05 mar. 1936.

O ENSINO secundário em nosso estado. *A Federação*, Porto Alegre, p. 6, 06 mar. 1936.

O INTEGRALISMO: aviso aos evangélicos. *Expositor Cristão*, São Paulo, p. 1, 13 out. 1936.

OS PROFESSORES João Henrique e Sigefrido Betiol não lecionam no “Instituto Porto Alegre”. *A Federação*, p. 8, 13 nov. 1937.

PARTIDO Republicano Liberal – Pessoas procuradas. *A Federação*, Porto Alegre, p. 5, 30 mai. 1934.

PORTO ALEGRE College – seu inspetor e diretor. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 14, 15 mar. 1936.

PORTO ALEGRE College. *Correio do Povo*, Porto Alegre, p. 11, 16 mar. 1935.

PROXIMA reunião da Academia Rio-Grandense de Letras. *A Federação*, Porto Alegre, p. 4, 24 mai. 1935.

REESTABELECENDO a verdade. *A Federação*, Porto Alegre, p. 6, 02 abr. 1936.

SEM TÍTULO. *O Granberyense*. Juiz de Fora, p. 7, 18 dez. 1933.

SOUS la cupole. *Revolução*, Porto Alegre, p. 1, 15 ago. 1936.

TRINDADE, Helgio. *Entrevista concedida à rádio Gaúcha ZH*, Porto Alegre, 14 dez. 2012.

Capítulo 9

O exílio de Plínio Salgado e sua relação com Raymundo Padilha: correspondências (1938-1945)

*Alexandre Luís de Oliveira*¹

No período selecionado para analisar as relações entre Plínio Salgado, chefe da Ação Integralista Brasileira – AIB, e um dos seus colaboradores mais dedicados, Raymundo Padilha, funcionário público de carreira, que desempenhou papel importante na formação e consolidação do integralismo no Rio de Janeiro, as correspondências se tornaram uma fonte primária balizar para essa análise. Desta forma, as cartas surgem como uma grande aliada para se entender as relações Brasil – Portugal durante o exílio de Plínio Salgado. Entre os anos de 1938 e 1946 pode-se encontrar no Fundo Plínio Salgado do Arquivo Público e Histórico de Rio Claro uma grande parte do acervo de Plínio Salgado, cerca de 11.432 cartas, entre elas, cartas trocadas entre Plínio e Padilha. Essa troca de cartas fica mais intensa após janeiro de 1940 quando Padilha consegue reestabelecer contato com o líder integralista, se tornando um porta voz de Plínio para os integralistas no Brasil (OLIVEIRA, 2014, p. 57). No período de 1930 e 1940, as cartas são um meio de comunicação muito popular, principalmente por sua facilidade de produção, como também os mecanismos de burlar a vigilância de governos autoritários, visto os métodos de escrita anônimas ou mesmo técnicas de mensagens cifradas (RAMOS, 2020, p. 79-80).

Com o acirramento político decorrente da consolidação do Estado Novo imposto por Getúlio Vargas em 1937, a Ação Integralista Brasileira foi posta

1 Professor Substituto CEFET – Campus Maracanã. Pós-Doutor em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com estágio PDSE no Centro de Estudo de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa (CEHR/UCP). Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); graduado em História pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF). Investigador da rede *Direitas, História e Memória*. Líder do Grupo de Pesquisa: A Cidade de Petrópolis: Múltiplas formas de estudo. (CNPq/UCP).

CAPÍTULO 9 O EXÍLIO DE PLÍNIO SALGADO E SUA RELAÇÃO COM RAYMUNDO PADILHA

na ilegalidade, acarretando a prisão de vários membros do movimento e de períodos de exílio de outros membros, como do próprio líder do movimento, Plínio Salgado.

Entre 1938 e 1946, os remanescentes do integralismo se dividiram na sua relação com o Estado Novo varguista. Alguns foram cooptados pelo regime e se tornaram fiéis funcionários do mesmo. Alguns integralistas optaram pela neutralidade e silêncio, à espera de melhores dias, enquanto outros procuravam se reunir clandestinamente e manter vivos alguns dos ideais do movimento. De qualquer modo, as possibilidades de maiores influências política eram, nesse período, praticamente nulas (BERTONHA, 2009, p. 70).

Neste processo, o presente artigo pretende analisar a trajetória de dois integralistas, Plínio Salgado, chefe da AIB, que se retirou do Brasil para Portugal em 1939, e Raymundo Padilha, homem de confiança de Plínio, que permaneceu no Brasil no período do Estado Novo. Plínio ao chegar em Portugal prontamente tentou reativar sua antiga rede de amizade no local. O ambiente de certa forma era propício para a sua permanência, principalmente por contar com um governo de política autoritária representado por António de Oliveira Salazar. Com a intenção de uma ação discreta, Plínio buscou articulações junto aos intelectuais portugueses, especialmente os poetas.

Logo após sua chegada à Portugal, Plínio foi fichado pelo governo português, especificamente pela Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) e pela Legião Portuguesa, e começou a ser observado de perto com relação ao seu círculo de amizade, isso porque pouco tempo após sua fixação em Lisboa, Plínio começou a se articular com lideranças políticas que eram identificadas como inimigas do regime salazarista, como Rolão Preto, líder do Movimento Nacional-Sindicalismo, os camisas-azuis, que se caracterizavam por um discurso tipicamente fascista. Além dessas relações, Plínio Salgado se estabeleceu ao lado de seu secretário particular, Hermes Malta Lins e Albuquerque, em diversas ações clandestinas, como a tentativa de um acordo com os nazistas alemães, visando ações futuras caso o Eixo tivesse êxito nas disputas enfrentadas durante a Segunda Guerra Mundial (GONÇALVES, 2018, p. 160). Porém, essa articulação não ficou restrita a Plínio nem mesmo ao ambiente português, Padilha articulou movimentos de informações dentro do território brasileiro, com o objetivo de orientar autoridades do governo nazista alemão. Essas articulações, mediadas por Plínio, tiveram como objetivo abrir caminho para uma reação nazista na América do Sul, caso, e principalmente, os nazistas obtivessem resultados positivos nos embates enfrentados na Segunda Guerra (RAMOS, 2020, p. 154).

Ao observar a circularidade política existente em torno de Plínio Salgado, verifica-se que o contato foi estabelecido com os grupos conservadores lusitanos, tanto os ligados ao governo de Salazar quanto aos opositores. Esse evento teve como motivo o fato de Plínio não ter ciência do tempo que passaria em Portugal, com isso necessitava consolidar uma grande rede de amizade, visto que no Brasil Getúlio Vargas, que havia

consolidado o Estado Novo, não dava sinais de desgaste em seu governo, que a cada ano se tornava cada vez mais autoritário. Foi justamente nesta conjuntura que Plínio se aproximou de grupos nazistas sediados em Portugal. A aproximação e a relação que possuía com várias correntes políticas direitistas lhe custaram uma suspeita de alinhamento ao nazismo. Embora essa aproximação tenha realmente ocorrido, Plínio se esforçou ao máximo para desvincular sua imagem do governo de Adolf Hitler e em maio de 1945 publicou uma carta aberta à nação brasileira afirmando que não manteve participação alguma em articulações nazistas. Em apoio à afirmação, a carta foi assinada por inúmeras lideranças da extinta ação integralista, entre elas Raymundo Padilha. Esta carta não foi escrita de forma ingênua, no ano de 1945 os países do Eixo já demonstravam sinais de enfraquecimento, principalmente após do suicídio de Hitler em abril de 1945 (OLIVEIRA, 2014, p. 56).

Não deixando de lado sua influência sobre as elites brasileiras que pertenceram à AIB, agora na ilegalidade, Plínio trocou várias correspondências com inúmeras pessoas no Brasil, além de Raymundo Padilha. Pode-se destacar sua filha Maria Amélia, seu genro Loureiro Junior, a irmã de Padilha, Marina, Gustavo Barroso, seu sobrinho “Genesinho”, Irene irmã de Plínio, entre outros. Com medo de enviar cartas mais detalhadas sobre a situação política em que se encontrava o Brasil naquele momento, foram adotados codinomes para preservar os correspondentes de Plínio, principalmente por essas cartas correrem o risco de serem interceptadas por membros do varguista. Para tanto, Plínio e seus contatos no Brasil tiveram que buscar estratégias para burlar o serviço de inteligência e censura, como, por exemplo, grande parte das cartas de Loureiro Junior a Plínio são assinadas como Juca, seu apelido. Ao analisar as correspondências e o conteúdo expresso, observa-se que Plínio adotou os codinomes Tio Pedro ou apenas Pedro ou Petrus. Já Padilha adotou o codinome Rodolfo (OLIVEIRA, 2014, p. 57).

A amizade e confiança entre Padilha e Plínio foi se consolidando a cada ano que se passava. Essa amizade não ficou restrita apenas aos dois, as duas famílias mantiveram um bom relacionamento, principalmente entre a mãe, a esposa e a irmã de Padilha com a família de Plínio, que também trocaram cartas com Dona Carmela Patti Salgado, esposa de Plínio Salgado. Em correspondência escrita por Marina Padilha para Plínio Salgado:

Mamãe e Iracy, cada vez que escrevo, pedem sempre lhes dê muitas lembranças, que lhes diga de nossa saudade e todos os sentimentos de verdadeiro afeto. Dos meninos, os maiores já estão em Petrópolis, estudando, e os três menores em nossa companhia – Luciano e Rosária, com o primeiro filho Antônio Plínio, estão radiantes. O menino é uma beleza e uma graça esplendidos. Imagine que estão casados há mais de 10 anos e só agora cooperem para o crescimento da família e da pátria (PADILHA, 7 mar., 1940).

CAPÍTULO 9 O EXÍLIO DE PLÍNIO SALGADO E SUA RELAÇÃO COM RAYMUNDO PADILHA

Marina Padilha, que era encarregada de receber as cartas enviadas por Plínio para Padilha em seu endereço e as repassar a seu irmão, com objetivo de não chamar a atenção das autoridades, também enviou algumas cartas para Portugal dando conta dos familiares de Dona Carmela. A carta descreve também uma reunião em que as duas famílias estiveram unidas em uma confraternização, o que aponta que a relação entre Plínio e Padilha foi além da manutenção do integralismo no Brasil. Ainda sobre a mesma correspondência:

Não tive notícias de Taquaritinga e de todos os parentes de D. Carmela. A não ser de que estão de boa saúde, nada mais soubemos. A distância é grande e a vida, cada vez mais intensa. Daí esta separação, felizmente, só no plano material, pois nunca esqueço as cortesias de que fomos objetos na visita feita em Maio do ano passado (PADILHA, 7 mar., 1940).

Após algumas colocações, uma pergunta surge de forma importante para esclarecer os rumos que levaram Padilha a ser escolhido como um dos representantes do integralismo no Brasil durante a ausência de Plínio. Já existia uma amizade prévia entre Plínio e Padilha que explicasse tal nomeação ou foi a papel desempenhado por Padilha durante o início do Estado Novo que chamou a atenção de Plínio a ponto de escolher Padilha seu representante? Não há uma resposta simples para este questionamento, uma simples amizade não levaria a essa indicação, outros membros mais próximos de Plínio poderiam desempenhar este papel, e mesmo a amizade entre Plínio e Padilha, torna-se difícil situar o momento específico em que ocorre a aproximação entre os dois em função das poucas fontes disponíveis. Em pesquisa feita em dois acervos de correspondências integralistas², não há cartas trocadas entre Padilha e Plínio até o ano de 1938. A partir do ano em questão, as cartas entre os dois se multiplicam. É importante também salientar que as correspondências constituem importantes espaços de sociabilidades para os indivíduos. Através das cartas os indivíduos se expressam e revelam seus afetos, projetos e trajetórias. Desta maneira, mesmo sem os contornos bem definidos de uma delimitação temporal, as cartas revelam a proximidade entre Padilha e Plínio como também entre suas famílias no período em que Plínio esteve fora do Brasil (SILVA, 2016, p. 7).

As primeiras cartas encontradas entre Padilha e Plínio tratam dos acontecimentos ocorridos no Brasil. Mas já nestas primeiras correspondências analisadas pode-se perceber que a reação de Padilha perante as perseguições sofridas na defesa do integralismo impressiona Plínio. Para analisar melhor essa aproximação entre Plínio e Padilha podemos citar um trecho de uma carta escrita por Plínio durante sua permanência na Fazenda Santa Helena em resposta à carta enviada por Padilha. Ela

2 Arquivo Público Municipal de Rio Claro e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC.

deixa transparecer um pouco da forma como eles estavam vivendo como foragidos, logo no início do Estado Novo. Auxilia também a compreender, de certa forma, alguns efeitos na vida familiar de Padilha que surgiram como resultado de sua vinculação ao integralismo, visto que Padilha foi detido, foi intimado a ser transferido de cidade em sua função pública, como também perdeu posição no cargo que desempenhava. (OLIVEIRA, 2014, p. 59). Em correspondência de Plínio para Padilha:

Mas, o que mais me satisfaz, recebendo sua carta, foi verificar que, após tão longos meses de prisão, precedidos de todo o dismantelo de sua vida particular, da desorganização de sua família, do sofrimento de sua heroica esposa e de seus numerosos filhinhos, das angustias de sua mãe e irmãos, depois de absoluta carência de notícias de minha parte, sem nenhuma orientação ou informe acerca do que eu poderia estar pensando, você comparece, por intermédio de sua carta, à minha presença, como um companheiro impecável, um amigo leal, um interpretador exato do que se passa em meu espírito nestes dias (SALGADO, 10 dez. 1938).

A relação de Padilha e Plínio se consolidou cada vez mais ao longo dos anos. Isso mostra que muito além de relações prévias de amizade, da posição exercida no integralismo, o empenho de Padilha em se mostrar uma pessoa de confiança para Plínio foi o principal fator a estreita relação dos dois atores. A partir desta citação pode-se perceber que Padilha se coloca inteiramente a disposição de Plínio e dos interesses do integralismo, assumindo os riscos de ser preso novamente ou mesmo perder o seu emprego no Banco do Brasil. Em uma outra correspondência enviada por Plínio a Padilha, em 27 de junho de 1941, o líder integralista relembra o momento exato em que Raymundo Padilha assumiu a direção do movimento a seu pedido. A data foi 22 de junho de 1939, e o líder dos integralistas deixou evidente que embora os dois já tivessem tido contato, sua amizade começava a ser mais intensa, ao ponto de Plínio escolher Padilha como seu representante no Brasil, entre a publicação do Manifesto de maio de 1939 e seu exílio (SALGADO, 9 set. 1941).

O ano de 1939 se apresenta no que se refere à troca de cartas entre Plínio e Padilha como um ano de poucas correspondências entre os dois. Mas é importante analisarmos os bilhetes trocados entre os dois utilizando seus codinomes. Estes bilhetes correspondem a pequenos escritos que chegavam ao destinatário pelas mãos de alguém que estava no trânsito Brasil/Portugal, não eram trocados via correio. Plínio iniciou a trocas de bilhetes. “Rogo avisar minha filha dando endereço dizendo desde cheguei não recebi nenhuma carta. Confirme urgente recebimento está a fim iniciarmos conversações regulares sobre matéria nossos interesses. Anauê. Petrus.” (PETRUS, jul. 1939 a 30 dez. 1939). Os bilhetes também foram muito utilizados por Padilha. Em passagem citada abaixo Padilha envia alguns resultados preliminares de

CAPÍTULO 9 O EXÍLIO DE PLÍNIO SALGADO E SUA RELAÇÃO COM RAYMUNDO PADILHA

sua articulação com os membros do integralismo reforçando seu papel enquanto propagador da doutrina.

Mantive porém ligações nossos elementos. Bahia, Estado do Rio ótimos. S. Paulo, Paraná, S. Catarina, Rio Grande, Espírito Santo bons. Ceará, Pará melhorando; Minas bem. [...] Espírito sigma ótimo geral todo país. Nossa situação favorável meio militar [...]. Suas instruções serão cumpridas qualquer forma. Rodolfo. (RODOLFO, jul. 1939 a 30 dez.).

O importante papel desempenhado por Padilha no Brasil deva poder de articulação para Plínio. Não só mantendo vivo o movimento que se articulava na ilegalidade, desde o início do Estado Novo, como também credenciava Plínio para articulações em Portugal, vislumbrando a possibilidade de rearticular a AIB no momento que fosse necessário. Em outra carta destinada a Plínio, em 19 de janeiro de 1940, o próprio esclarece a dúvida sobre a verdadeira identidade das cartas assinadas como Rodolfo. Escreveu no cabeçalho da carta que esta havia sido enviada por Padilha.

Além das questões do contexto político e da organização da AIB no Brasil, Padilha também foi o responsável pelo envio para Plínio dos livros publicados pela Editora Brasileira. Dentre os pensadores listados, há um destaque para Farias Brito. Conterrâneo de Padilha, Farias Brito foi um filósofo brasileiro que escreveu suas obras entre o final do século XIX e início do século XX, absorvendo em seus escritos todas as transformações culturais, políticas e econômicas em que o Brasil estava passando. Padilha e Plínio possuíam um grande entusiasmo com as leituras de Farias Brito e trocavam informações das leituras realizadas (BRITO, 2005, p. 156). Em correspondência de Plínio para Padilha:

A nossa filosofia! Por falar nela, lembro-me de que estou em dívida com você sobre a promessa de uns comentários em torno do Farias Brito.[...] Digo-lhe de antemão que o Farias trouxe ao mundo a tarefa de despertar as poderosas forças do nosso espiritualismo. Teremos nós, integralistas, compreendido bem a fundo, o que significa essa coisa de que tanto temos falado: o espiritualismo? A palavra espírito comporta duas concepções do mundo. É completamente diferente dizer-se: espírito da terra, espírito da raça, espírito nacional, espírito do tempo, e por outro lado dizer-se simplesmente o Espírito. Deverá este ser subordinado aqueles? Ou aqueles espíritos é que devem ser instrumentos deste Espírito? Se assim é, como podemos proceder? Vá meditando sobre essas coisas, meu caro Raymundo, enquanto aguarda a carta que eu escreverei logo que desbasta esta montanha de correspondências que se acumulou sobre minha mesa (SALGADO, 16 fev. 1941).

Como visto, as relações de troca de correspondência ultrapassam a simples exposição de fatos ocorridos, mas criou um fluxo de diálogo muito mais profundo, que contou com indicação de leituras, resenha de livros lidos, e questionamentos

quanto ao futuro da AIB. Contando com o trabalho de reorganização da AIB no Brasil por parte de Padilha, Plínio passou a enviar cartas com algumas diretrizes a serem implantadas no sentido de conservar o movimento coeso e vivo. De acordo com o líder integralista, o momento em que vivia a Europa em pleno início de guerra não era oportuno fazer qualquer tipo de manifestação partidária no Brasil, nem mesmo alianças com os liberais, pois caso isso ocorresse,

...seríamos apontados como agentes do nazismo, pois apesar da nossa completa dessemelhança doutrinária e prática em relação ao nazismo, os comunistas brasileiros sempre nos caluniaram apresentando-nos ao povo e às nações americanas como ligados ao eixo (SALGADO, jan. 1940).

Isso mostra a ambivalência do discurso de Plínio, quando oportuno, não havia necessidade de se distanciar dos modelos fascistas, quando não era oportuno, era hora de mostrar a AIB como um movimento conservador naturalmente brasileiro. Além do afastamento das menções sobre a relação entre AIB e nazismo, Plínio também julgava o momento em que o Brasil passava como impróprio para um levante, sugerindo um apoio mais presente ao governo de Vargas (RAMOS, 2020, p. 66).

Algo importante também mencionado nas correspondências e que apontam para algumas atribuições dadas a Padilha no Brasil foi a organização de um fundo de auxílio aos exilados e as famílias dos integralistas presos ou falecidos. Padilha organizou um fundo e enviava mensalmente dinheiro, principalmente para Plínio. Esse fundo foi organizado de forma que um grupo de doadores mensais remetiam valores para Padilha que redistribuía entre os necessitados. Além do envio de dinheiro, esse ato mostra formas de sociabilidade entre os partidários da AIB, que buscaram manter o movimento vivo não só no campo ideológico, mas também materialmente, suprindo as necessidades principalmente dos membros que tiveram que deixar o país, como também daqueles que perderam seus empregos por conta das retaliações aos membros mais destacados da AIB.

Remetemos 80 mil escudos no valor de 70 contos tendo contribuído Rocha 20, Meggiolaro 10, Vivacqua 3, Custodio 2, Brito 10, Pisserchio 2, Pestana 5, Adalberto 5, Teles 1, Aurelio Rocha 2, Ernani Lomba 5, Paulo Lomba 5. Trata-se campanha iniciei algum tempo colaboração admirável companheiro Paulo Lomba incansável auxiliar que encontrei até hoje. Outras pequenas somas seguirão brevemente. Serviço Ilha 83 famílias e demais exilados mantidos regularmente (RODOLFO, 15 fev. 1940 a 30 mar. 1941).

A situação de Padilha no comando do integralismo no Brasil começou a ficar tensa a partir de 1941. Esse fato se deve a dois principais motivos. O primeiro foi a dificuldade de manter correspondência direta entre o Brasil e Portugal devido ao aumento das tensões no contexto da Segunda Guerra Mundial, quando o envio de

CAPÍTULO 9 O EXÍLIO DE PLÍNIO SALGADO E SUA RELAÇÃO COM RAYMUNDO PADILHA

cartas via aérea ou marítima ficou cada vez mais irregular. O segundo ponto foi o retorno de Gustavo Barroso para o Brasil, deixando Portugal, com a tarefa de articular as negociações entre o Governo de Getúlio Vargas e o retorno de Plínio Salgado para o exercício de alguma função no governo (OLIVEIRA, 2014, p. 62).

Barroso aderiu à AIB em 1933 onde desenvolveu intensa militância e foi designado, pelo Primeiro Congresso Nacional Integralista, comandante geral de suas milícias e membro de seu Conselho Superior. Antissemita extremado, suas ideias se aproximavam mais do nazismo alemão do que o fascismo italiano, diferenciando-se, sob esse aspecto, de Plínio Salgado. No período da legalidade da AIB chegou a disputar a liderança com Plínio Salgado. Discordando publicamente dos discursos antissemitas publicados na revista Fon-Fon de 24 de abril de 1934, Plínio apoiou o boicote a Barroso feito pelo jornal integralista, *A Ofensiva*. Superadas as divergências, Barroso foi escolhido, durante o Congresso de Petrópolis, em 1935, para ocupar a secretaria nacional de educação moral e educação física da AIB. Essa secretaria substituiu a milícia integralista, então dissolvida por Plínio Salgado. Gustavo Barroso, no entanto, não abandonou o discurso antissemita, tampouco deixou de expressar suas teses publicamente. Em novembro e dezembro de 1935, Barroso atacou na primeira página de *A Ofensiva* o economista e empresário Roberto Simonsen, ao qual não deixava de atribuir o epíteto “judeu”. “Ainda em 1935, Gustavo Barroso lançou *O quarto império*, aprofundando suas teses antissemitas. No ano seguinte, editou *O integralismo e o mundo*, em que o movimento era definido como o único no Brasil capaz de derrotar os judeus e de restaurar a cristandade através da revolução espiritual interior. Para Barroso, embora fosse uma ideologia universal, em cada país o fascismo deveria ter características particulares, adequadas à formação social de cada povo. No Brasil, o fascismo seria multirracial, um amálgama das raças branca, negra e indígena”. (COUTINHO *In*: ABREU, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 18 nov. 2021).

Barroso ainda insistiria em assumir a liderança da AIB, tanto que em março de 1937, criticou Plínio publicamente, acusando o chefe integralista de condescendência com os judeus, a exemplo do industrial Horácio Lafer. Entretanto, no plebiscito interno da AIB realizado em maio de 1937 para a escolha do candidato integralista à presidência da República nas eleições previstas para janeiro de 1938, venceu Plínio com 846.554 votos contra 13.397 dados a Barroso e 164 a Miguel Reale (OLIVEIRA, 2014, p. 62).

Durante o Estado Novo, em uma série de bilhetes enviados para Plínio, Padilha afirmavam haver uma tensão entre ele e Gustavo Barroso. O problema estava no fato de que Padilha havia sido indicado por Plínio como seu representante no Brasil, mas isso não chegou e ser divulgado e poucos possuíam essa informação. Ao designar Barroso para as negociações com o governo brasileiro, Plínio lhe conferiu uma carta credencial que atribuía poderes para negociar assuntos integralistas com o governo Vargas. Padilha se sentiu ameaçado e desmotivado com a situação, chegando ao

ponto de solicitar a Plínio outra carta na qual lhe era conferido poderes superiores a Barroso. Em respostas as aflições de Padilha, Plínio comenta:

Significo que a atitude política dos amigos que obedecem a minha inspiração deve ser ditada por mim exclusivamente e eu o faço por intermédio de Você, e ninguém, e nem mesmo V., podem invadir os limites dessa minha peculiar atribuição. Já declarei muitas vezes, mas nunca é demais repetir, que sempre que eu haja de me dirigir aos meus amigos, coletivamente, eu o farei, como tenho feito, por intermédio de V (SALGADO, 16 fev., 1941).

Mas não foi apenas com Barroso que Padilha teve problema como representante de Plínio no Brasil, Miguel Reale também não enxergava autoridade em Padilha. Esse ponto também é visível a estratégia de Plínio, que não depositou toda sua confiança em apenas um homem, visto que muito integralistas dispunham do papel de porta voz do chefe no Brasil, o que gerou insegurança em Padilha.

Convidado por Padilha para “receber instruções”, fui a Campinas, colocando as cartas na mesa: não concordava absolutamente com os poderes que lhe haviam sido conferidos, à revelia da ordem hierárquica que presidira a estrutura da Ação Integralista Brasileira. Igual atitude teve Gustavo Barroso, igualmente preterido (REALE, 1987, p. 143).

Plínio Salgado por vezes anunciou que a não divulgação do nome de Padilha como seu representante no Brasil ocorreu pelo fato de tentar resguardar a integridade de Padilha e sua família, e sua posição como funcionário público do Banco do Brasil. A tensão entre Padilha e Barroso só diminuiu quando o Banco do Brasil comunicou que Padilha seria transferido de sua agência de trabalho no Rio de Janeiro para Penedo, região do Médio Paraíba Fluminense, em Itatiaia. Esse problema foi resolvido quando Barroso pediu ao próprio Getúlio Vargas para interferir no assunto da transferência de Padilha. O caso se deu por encerrado e Padilha se entendeu com Barroso, permanecendo no Rio de Janeiro graças a uma determinação de Vargas ao gerente do Banco do Brasil, por intermédio de Gustavo Barroso, que passava a ter certo controle sobre Padilha a partir desse momento (OLIVEIRA, 2014, p. 63).

Permanecendo no então Distrito Federal, Padilha viu sua vida se reestruturar novamente. Barroso, que mantinha reservadas relações com elementos do governo, conseguiu, além da reintegração de Padilha, pôr fim às constantes investidas policiais contra o bancário e sua família. A partir deste momento as cartas não surgem mais com certa frequência, isso se deve ao acirramento do conflito na Europa durante e Segunda Guerra Mundial, o que impossibilitou uma correspondência mais dinâmica devido à irregularidade do transporte aéreo e marítimo, como já visto.

Embora com certa dificuldade em exercer sua autoridade de representante de Plínio no Brasil, Padilha seguiu as normativas advindas de Portugal e se manteve

CAPÍTULO 9 O EXÍLIO DE PLÍNIO SALGADO E SUA RELAÇÃO COM RAYMUNDO PADILHA

próximo de alguns membros do integralismo que buscavam reorganizar as fileiras da AIB, o que gerou a criação do Partido de Representação Popular – PRP em 1945.

O PRP foi fundado como fruto de uma tentativa dos integralistas de se encaixarem aos novos tempos na busca por alternativas de atuação política dentro das estruturas advindas do novo período democrático, reestabelecido em 1945 com a queda de Vargas (RAMOS, 2020, p. 118)

A criação do PRP não pode ser analisada como um projeto simples, mas como um longo caminho trilhado pelos líderes da AIB até seu registro e o lançamento nacionalmente. No que tange à criação do novo partido, Plínio enfrentou problemas tanto entre os integralistas quanto do cenário mundial, que dificultava a ascensão de ideologias vistas como autoritárias (GONÇALVES e OLIVEIRA, 2016, p. 9).

Padilha atuou ativamente na formação do PRP, porém, com o retorno de Plínio em 1945, os dois atores políticos começam a se distanciar. Ainda não é claro, por falta de fontes, o motivo que gerou este distanciamento, fato é que nos anos 1950, Padilha deixará o PRP e irá ingressar na União Democrática Nacional – UDN, na qual exerceu cargos legislativos como Deputado, só saindo do partido em 1964, quando começou a compor as fileiras da ARENA (BRILL, 2007, p. 77-78).

REFERÊNCIAS

BERTONHA, João Fábio. Os integralistas pós-1945. A busca pelo poder no regime democrático e na ditadura (1945-1985). *Diálogos*, Maringá, v. 13, p. 63-82, 2009.

BRILL, Paulo. *Raymundo Padilha / seleção de discursos*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações. (Perfis Parlamentares; n. 46), 2006.

BRITO, Raymundo de Farias. *A verdade como regra das ações: ensaio de filosofia moral como introdução ao estudo do direito*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

COUTINHO, Amélia. Gustavo Barroso. Verbete. In: ABREU, Alzira Alves de., et al. (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 18 nov. 2021.

GONÇALVES, Leandro Pereira; OLIVEIRA, Alexandre Luis. “Não é vergonha nenhuma sermos duzentos mil”: vivendo na ilusão com os verdadeiros números do integralismo. O PRP como resposta à nova realidade do Brasil. *História e Cultura*, Franca, v. 5, n. 3, p. 155-174, dez. 2016.

GONÇALVES, Leandro Pereira. *Plínio Salgado: um intelectual entre Portugal e o Brasil (1895-1975)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

OLIVEIRA, Alexandre Luís de. *Do integralismo ao udenismo: a trajetória política de Raymundo Padilha*. Dissertação de Mestrado (História). Juiz de Fora: UFJF, 2014.

RAMOS, Diego da Silva. *Raymundo Padilha: do Integralismo à Ditadura Militar*. Tese de Doutorado (História). São Gonçalo: UERJ, 2020.

REALE, Miguel. *Memórias: Destinos cruzados*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1987, v. 1.

SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. Diplomacia, integração e redes de sociabilidade nas cartas entre Bartolomé Mitre e o Visconde do Rio Branco (1895-1876). *Anais do XVII Encontro de História da ANPUH-Rio*, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1464888004_ARQUIVO_TrabcompletoAnpuh2016.pdf. Acessado em: 18 nov. 2021.

Fontes

Correspondência de Plínio Salgado a Raymundo Padilha, 10 dez. 1938 (CPDOC – GV confid. 38.12.10).

Coletânea de correspondências trocadas entre Pedro e Rodolfo entre jul. 1939 a 30 dez. 1939 (APMRC Pi 39.07.000- 1939_07_0046).

Correspondência de Plínio Salgado a Raymundo Padilha, jan. 1940 (APMRC Pi 40.01.00/1- 1940_01_0144).

Correspondência de Marina Padilha a Plínio Salgado, 7 mar. 1940. (APMRC Pi 40.03.07/2- 1940_03_0012).

Coletânea de correspondências trocadas entre Rodolfo e Pedro entre 15 fev. 1940 a 30 mar. 1941 (APMRC Pi 40.02.15/5- 1940_02_0030).

Correspondência de Plínio Salgado a Raymundo Padilha, 16 fev. 1941 (APMRC Pi 41.02.16/5- 1941_02_0028).

Correspondência de Plínio Salgado a Raymundo Padilha, 16 fev. 1941 (APMRC Pi 41.04.31/1- 1941_05_0042).

Correspondência de Plínio Salgado a Raymundo Padilha, 9 set. 1941. (APMRC Pi 41.09.07/2- 1941_09_0008).

Capítulo 10

*Vida de Jesus e o apostolado político de Plínio Salgado no exílio em Portugal*¹

Leandro Pereira Gonçalves²

Ao falar do integralismo brasileiro, pensa-se, inicialmente, em relações de práticas autoritárias e ditatoriais com atrelamentos fascistas, no entanto é possível identificar diversas outras questões nesse movimento, que pode ser considerado um dos grandes objetos de estudos da política do século XX, principalmente pelo forte crescimento nos anos de 1930, através da Ação Integralista Brasileira (AIB). A continuidade da militância em um momento em que tais práticas não eram comuns após a Segunda Guerra Mundial com o Partido de Representação Popular (PRP) é algo que merece atenção, pois teve a capacidade de sobreviver na política por duas décadas. A continuidade da política integralista, no período do pós-guerra, encontra explicações em uma mudança doutrinária estabelecida pelo líder do movimento, Plínio Salgado, no período de 1939 a 1946, momento que ficou exilado em Portugal. Com a dissolução do PRP, pensou-se que determinadas fontes políticas seriam extintas, mas a presença de um governo ditatorial no Brasil e a

1 Este trabalho apresenta resultados do apoio concedido pela Fundação Calouste Gulbenkian e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que teve como resultado a tese de doutoramento: GONÇALVES, 2012, posteriormente publicada em: GONÇALVES, 2017; GONÇALVES, 2018. Para o atual texto, apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Versão modificada publicada em GONÇALVES, 2015.

2 Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com atuação no Programa de Pós-Graduação em História. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq e Pesquisador FAPEMIG. Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com estágio (*junior visiting fellowship*) no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) e com pós-doutoramento pela Universidad Nacional de Córdoba (Centro de Estudios Avanzados/Argentina). Coordenador da Rede de Investigação Direitas, História e Memória.

manutenção dos componentes nacionalistas de cunho autoritário permaneceram, influenciando, assim, o surgimento dos denominados neointegralistas, que vêm provar ao cidadão do século XXI que ideias reacionárias e a semente da intolerância ainda estão presentes no nosso meio (GONÇALVES, CALDEIRA NETO, 2020).

A AIB atuou oficialmente até 1937, com o decreto do Estado Novo getulista, promovendo transformações significativas no discurso e na vida de Plínio Salgado. Como consequência das alterações políticas no Brasil, o pensamento e a prática de cunho revolucionário espiritualista foram sobrepostos pelo discurso da legalidade, ou seja, houve uma transformação da AIB em partido político, visando às frustradas eleições presidenciais de 1938. Após uma série de articulações políticas e, principalmente, após o ataque no Palácio da Guanabara, o líder dos integralistas foi preso em 1939, na Fortaleza de Santa Cruz, e levado, posteriormente, para Portugal, dando início a uma nova e, até então, desconhecida fase de sua vida.

Em torno de tais questões, o estudo divide o exílio em dois momentos: o primeiro tem início em 1939, com a chegada em Lisboa, quando ações políticas foram promovidas de forma não explícita, um período de ordem clandestina com busca de associação com a Alemanha hitlerista, momento de investigações da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) e Legião Portuguesa em relação ao exilado (GONÇALVES, 2018). Vê-se esse momento até o ano de 1943, ocasião do lançamento do livro *Vida de Jesus*, em que se coloca, portanto, a obra como elemento de baliza para a identificação de Plínio Salgado no exílio. O segundo momento ocorre até o retorno ao Brasil, em 1946.

Com a conclusão da obra de maior repercussão de sua trajetória, *Vida de Jesus*, Plínio passou a ter uma presença significativa em Portugal no que tange ao aspecto religioso. Assim, desconstrói-se uma imagem até então sustentada na historiografia,³ de que Plínio não teve uma vida política antes de 1943, sendo que, na sua chegada, em 07 de julho de 1939, no cais de Alcântara, em Lisboa, articulações e uma habilidade já podiam ser notadas.

Portugal, em 1939, era um ambiente propício para Plínio Salgado, uma vez que a representatividade corporativista autoritária poderia ser notada no governo. Com inúmeras conferências⁴ e publicações, teve uma grande atuação na imprensa em todo o país, transformando suas ações em ferramenta para uma nova concepção política após o exílio, que coincide com o fim da Segunda Grande Guerra Mundial e a consequente destruição dos regimes fascistas.

3 De acordo com Carmencita de Holleben Mello Ditzel: “Desde sua chegada ao território português (08 de junho de 1939) até 1944, Plínio viveu discretamente e fez-se silêncio a seu respeito” (DITZEL, 2004, p. 110), enquanto Carmem Burgert Gessilda Schiavon indica que a presença do chefe do integralismo brasileiro, Plínio Salgado, durante o período em que ele esteve exilado em terras portuguesas, foi incipiente (SCHIAVON, 2007, p. 11).

4 A oratória foi uma de suas principais habilidades. Afirmou em 1972: “Acredito que já pronunciei no Brasil e Portugal, entre conferências, discursos, orações parlamentares, comícios, em 35 anos de vida pública, mais de 3000 peças oratórias” (SALGADO, 1972. p. 138).

Em Portugal, buscou uma nova forma de desenvolver o discurso integralista, era o tempo da “renovação” política. No contexto da Segunda Guerra Mundial, era necessária uma forma de sobrevivência na sociedade política portuguesa e brasileira. Passava a ser caracterizado como um teólogo, responsável por promover reflexões de ordem cristã. Vê-se que o contexto político de Portugal foi um elemento no âmbito de um novo discurso para sua sobrevivência. Importância significativa tiveram as conferências e publicações divulgadas no exílio, com o objetivo claro de expressar a imagem religiosa e propagadora da paz, quando, no entanto, o teor político estava ainda mais vivo. O objetivo não era reconstruir os seus passos, mas verificar – através da imprensa, de depoimentos, de correspondências, dos discursos e das obras – a vida intelectual do autor, objetivando evidenciar como ações públicas contribuíram para os direcionamentos no decorrer da guerra.

Os simpatizantes do integralismo, antigos ou novos militantes, ao mencionarem o período do exílio, utilizam com frequência termos como apóstolo, profeta e evangelista, para o caracterizarem. A antiga integralista Augusta Garcia Rocha Dorea faz uma análise militante do período em Portugal, na obra *Plínio Salgado, um apóstolo brasileiro em terras de Portugal e Espanha*. No prefácio assinado em 1999, pelo Padre Luiz Gonzaga do Carmo, há a seguinte afirmação: “Quem é preso por defender Deus, a Pátria e a Família, sendo fiel à Doutrina Social Católica, indubitavelmente merece ser chamado de apóstolo!” (CARMO, 1999, p. XII). Completa ainda ao referenciar a obra da ex-militante: “O presente livro mostra Plínio Salgado, como se profeta fosse. São Paulo diz: ‘Quem profetiza fala aos homens para edificá-los, exortá-los e consolá-los’ (1 Cor 14,3). Foi o que fez a sua vida inteira” (CARMO, 1999, p. XIV).

A sua associação com elementos da religiosidade passou a ser mais evidente com o lançamento do livro *Vida de Jesus*, momento que coincidiu com a “crise” ocorrida em torno do planejamento secreto com os nazistas (GONÇALVES, 2018). Dessa forma, essa imagem religiosa veio a calhar no momento, principalmente por ter em Portugal um terreno fértil para a prática conservadora e religiosa.

Plínio Salgado passou a ser definido em Portugal como apóstolo, o quinto evangelista, uma concepção já preexistente, como afirmou a militante Augusta Garcia Rocha Dorea: “o apostolado religioso de Plínio se expandiu mais intensamente, podemos assim dizer, em terras de Portugal, quando lá viveu os sete anos de exílio, sendo considerado, pelos lusitanos, o quinto evangelista” (DOREA, 1999, p. XXIV-XXV). Completa ainda que ele passou a representar o “novo evangelho em novos meridianos [...] o evangelho do amor, aquele mesmo, do Novo Testamento, pregado pelos quatro evangelistas: Mateus, Marcos, Lucas e João...” (DOREA, 1999, p. XXV).

O pensamento político-religioso do exílio e as relações estabelecidas em Portugal, no nível do discurso cristão, foram fundamentais para a cristalização de uma “nova” doutrinação, embasada principalmente no efeito do cristianismo e assim mascarando a

doutrina integralista e a tônica fascista. Ao mesmo tempo em que negociava e articulava um rápido retorno ao Brasil, sistematizava possibilidades de alianças com a Alemanha hitlerista no percurso da Segunda Guerra Mundial, mas foi a imagem religiosa que prevaleceu, caminho mais seguro, segundo a articulação pliniana. Vê-se que utilizou uma estratégia de afastamento indireto da política, no nível oficial e público, pois se sabe que clandestinamente não era essa a ação central. Através do pensamento religioso (com conotações diretamente políticas), criou um processo de aparições e divulgações políticas em Portugal com o objetivo de tornar-se um apóstolo do século XX. Tal estratégia alcançou níveis de grande repercussão em Portugal.

Constantemente, escritores e intelectuais portugueses escreviam textos e lhe promoviam homenagens, representando um resultado positivo do planejamento preestabelecido pelo exilado. No primeiro dia do ano de 1946, no jornal católico *Novidades*, o escritor e sacerdote Joaquim Augusto Álvares de Almeida, conhecido pelo pseudônimo de Nuno de Montemor, dedicou-lhe um texto, indicado como *salmo*, intitulado: *É tempo, minha mãe!*,⁵ exemplificando as boas relações entre ele e o clero intelectualizado de Portugal. O conservador João Ameal expressou que “Plínio Salgado interessa-me e comove-me por ser artista – dos maiores; e, também, por não ser apenas artista. Quando escreve ou quando fala, domina-o invariavelmente a consciência de cumprir alguma missão. Fala ou escreve para dar testemunho”.⁶

As suas relações e as exaltações eram diversas, não estando restrito a algum grupo específico, sendo essa a grande expressão controladora criada pelo autor na sociedade portuguesa; pois, como não se solidarizou com um grupo específico, pôde flutuar entre os mais diversos segmentos do conservadorismo radical. Em 1946, o *Diário do Alentejo*, em publicação de 29 de abril, lançou algumas reflexões sobre a sua presença em Portugal:

Quando há anos, Plínio Salgado chegou à famosa “ocidental praia lusitana” de seus preclaros avós, não passaria, certamente, de um nome apenas familiar a uns tantos melhor informados acerca da vida pública no Brasil. Hoje, porém, a nomeada do distinto escritor estende-se do norte a sul do País, como se de personalidade portuguesa se tratasse, nada e criada em Portugal. [...] Acompanhado de sua esposa, culta senhora altamente dotada de espírito estudioso e investigador, não houve local histórico, monumento ou museu que não tivesse venerado, cheio de interesse e verdadeira ânsia de conhecer. Desde os luxuriantes vales do Minho até às doiradas praias algarvias, qual a terra portuguesa que Plínio Salgado não haja visto, não tenha auscultado e recolhido em seu afeto? [...] Para se amar uma terra forçoso é conhecê-la. Plínio Salgado conhece imensamente Portugal, por isso imensamente o ama.⁷

5 MONTEMOR, Nuno. *É tempo, minha mãe!* *Novidades*, Lisboa, 01 jan. 1946.

6 AMEAL, João. *Presença de Cristo na obra de Plínio Salgado* (Biblioteca Nacional de Portugal: Espólio João Ameal/E37/8450).

7 Plínio Salgado. *Diário de Alentejo*, Beja, 29 abr. 1946.

A repercussão referente à presença em Portugal era constante. Após o lançamento de *Vida de Jesus*, o líder político brasileiro foi transformado em uma espécie de grande profeta da religiosidade luso-brasileira, conseguindo assim espaço para aparições constantes na imprensa nacional. O jornal conservador *Acção*: seminário da vida portuguesa, em torno do projeto de descaracterizá-lo unicamente como um político, definiu o autor de *Vida de Jesus* da seguinte forma:

Plínio Salgado, para alguns será, talvez, a legenda política de uma hora que teve uma justificação e uma oportunidade, que ainda porventura manterá uma grandeza de revolução e uma grande claridade mística, arrebatadora de multidões, fecundadora de mitos. Para outros – e nesse caso, particularmente, quase todos os seus compatriotas e todos os seus amigos, todos os seus fiéis, todos quantos o seguem e o escutam, se lhe dedicam e se lhe entregam – ele será, mais do que um chefe político, até mais do que um pensador com uma obra e uma doutrina, a expressão viva de uma esperança e de uma fé, a dolorida encarnação de um messianismo, altíssima figura moral com qualquer coisa de dramático e de profético, homem sonhador de grandes sonhos, cavaleiro andante de um espiritualismo que é reação contra o predomínio do progresso exclusivamente material – e é garantia de liberdade para as gerações que se avizinham como para as que hão de nascer.⁸

O messianismo espiritualista que era evidente nos tempos da AIB foi intensificado no período em Portugal, momento de busca e ambições políticas. Em janeiro de 1945, quando estava hospedado no Hotel Astória, em Coimbra, para uma de suas diversas conferências, recebeu a visita de um grupo de jornalistas, entre eles Manuel Homem Ferreira do *Correio do Minho*. Desse encontro, foi publicado um texto intitulado *2 horas com Plínio Salgado*, que destaca o autor e o tom “místico” em torno da palavra do integralista. Uma versão contínua e persistente em Portugal na altura do exílio:

Ligeiros momentos de espera e eis que surge Plínio Salgado. Uma figura pequena e nervosa. A cara ossuda, em vértice, onde os olhos saltam como foguetões, denunciam o intelectual. Testa rasgada donde o cabelo foge, receoso de perturbar a serenidade do pensamento. Sobre o lábio superior a mancha de nanquim do bigode. Plínio Salgado percorreu-nos com um golpe de vista. Um sorriso largo, envolvente, faiscou-lhe nos dentes. A conversa nasceu logo. [...] Quando falava dobrava-se, contraia-se, tinha movimentos felinos com o labareda a crepitar. A sua vida política agitava se, varrida por aventuras, na emoção quente das suas palavras. Os momentos dramáticos alternavam com os casos risonhos. [...] A sua conferência, à noite, deu-me a impressão duma chicotada nas águas paradas do meio universitário. Empolgou. [...] Não há dúvidas de que o Brasil vive um período de oratória. Com papel ou sem ele os brasileiros submetem auditórios e fazem-nos ranger de emoção. Plínio Salgado mostrou-nos mais uma vez, a justiça deste comentário. E... ouviu uma

8 Plínio Salgado: o autor da *Vida de Jesus* entrevistado pela *Acção*. *Acção*, Lisboa, 23 dez. 1943.

aclamação monstruosa. A assistência – mesmo os refratários as ideias! – tinha comungado com o escritor, tinha-se identificado com o místico. Plínio Salgado é isto mesmo – um místico, mas um místico de ação.⁹

A sua ação em Portugal decorreu no sentido de formar e propagar um ideal. Uma ideia necessária para a manutenção do seu nome do cenário político brasileiro (e lusitano). Em 1944, o jornal conservador *A Voz*, em artigo de Armando de Castro e Abreu, denomina-o como *Um mensageiro da paz*. Justamente essa a imagem que buscou criar no exílio após o lançamento da *Vida de Jesus*. O artigo afirma:

Quando em Roma, tomei conhecimento de Plínio Salgado através das suas vigorosas obras, julguei-o um homem forte, de semblante carrancudo, um Hércules, capaz de arrasar o mundo com a sua força física. [...] Plínio Salgado é o autor duma surpreendente revolução espiritual no Brasil. [...] Como cavaleiro da Idade Média impulsionado por um ideal de beleza velando por que a donzela dos seus sonhos – a sua Pátria – não soçobrasse no temporal materialista, Plínio Salgado lançou-se na luta contra o estado calamitoso em que via submerso o seu país. Com visão profética, este grande político aguarda confiadamente o despertar do dia de amanhã o alvorecer duma nova era, a que ele dá o nome de Quarta Humanidade. [...] Que o sublime livro do dr. Plínio Salgado, honra das letras luso-brasileiras e da cultura do gênio da nossa Raça, não falte em nenhuma biblioteca de Portugal e que sobretudo a nossa juventude não o deixe de ler, são os nossos sinceros votos.¹⁰

A análise de Armando de Castro e Abreu, ex-embaixador de Portugal no Chile e conservador político de prestígio no país, demonstra que os aspectos políticos do líder integralista ainda estavam presentes ao levantar a busca da Quarta Humanidade, que era justamente o cerne do Estado Integral, conceito apurado na década de 1930, momento auge do integralismo brasileiro. Por mais que desenvolvesse um discurso religioso e que o aspecto político transcorresse de uma forma linear evolutiva, não apresentou, em nenhum momento, negação ou até mesmo arrependimento pelo passado em torno do discurso fascista (apesar de negar ser fascista). Inclusive a base de sua oratória era de um injustiçado pela política brasileira, por isso a necessidade do exílio.

Da mesma forma, foi o comportamento em Portugal, pois o discurso que, para ele era exclusivamente religioso, representou nada mais do que uma organização política no período em torno da Segunda Grande Guerra Mundial, coincidente com seu exílio. A ambiguidade foi uma marca do seu pensamento, constantemente mudava

9 FERREIRA, Manuel Homem. 2 horas com Plínio Salgado. Correio do Minho, Braga, 1945 (Arquivo Público e Histórico de Rio Claro/SP: Fundo Plínio Salgado - APHRC/FPS-107.001).

10 ABREU, Armando de Castro e. Um mensageiro da paz: Plínio Salgado. *A voz*, Lisboa, 19 jan. 1944.

a prioridade do discurso de acordo com o momento vivido, e em Portugal do exílio, o objetivo era o cristianismo (com uma dose sub-reptícia em torno da política).

Esse discurso religioso e de oratória cristã chamava a atenção da sociedade portuguesa, que vivia um momento de autoritarismo político em torno da figura de António de Oliveira *Salazar*, espaço necessário e fértil para os seus dogmas cristãos e sua eloquente oratória.¹¹ O poeta jesuíta João Maia afirmou que:

Pode dizer-se que a atividade de orador que Plínio Salgado desdobrou em Portugal, nesses anos quarenta, foi de uma eficácia única pelo desassombro, pela preparação esmerada, pelo aturado estudo. Ia-se ouvir um homem que dizia coisas essenciais; e até os meros literatos, palhosos e sem ideias, se rendiam porque o verbo do orador queimava como vitríolo e a poesia andava com ele. Figura impressionante de quem podemos dizer que passou fazendo o bem. Bem perdurável. Depois da sua retirada para o Brasil seu nome era murmurado com respeito, sua lembrança guardada com amor (MAIA, 1986, p. 94-95).

No artigo citado, Armando de Castro e Abreu ressaltou a necessidade de os livros do autor estar nas bibliotecas de Portugal. Publicar livros era uma preocupação e prioridade para ele, pois além de receber os direitos autorais – o dinheiro do autor em Portugal em alguns momentos era restrito, utilizava constantemente uma retórica vitimista para sensibilizar e obter mais recursos, como afirmado no capítulo anterior – representava uma possibilidade de propagar ainda mais seus anseios e ainda transportá-los ao Brasil e, assim, possibilitar a arregimentação dos militantes, ainda que a distância. Dessa forma, constantemente, notícias referentes à publicação das suas conferências eram veiculadas nos jornais. “Plínio Salgado: As conferências ultimamente pronunciadas entre nós pelo eminente escritor brasileiro Plínio Salgado – o consagradíssimo autor da *Vida de Jesus* – vão sair em volume publicadas por uma nova organização editorial: – a Ultramarina Editora”¹², dizia o Diário da Manhã em 1944.

Enquanto até o início da década de 1940 era rotulado como o líder da Ação Integralista Brasileira, no exílio, passou a ser nomeado como o autor da *Vida de Jesus*, representando a importância da obra no sentido político e cultural. Foi por meio do livro que diversos grupos conservadores portugueses injetaram palavras positivas sobre o líder integralista, realizando uma representação do objetivo almejado e alcançado por ele, ou seja, arregimentar o maior número de letrados em torno da sua palavra e imagem.

11 Sobre a qualidade de suas oratórias afirmou: “A idade nos torna mais dominadores do assunto que versamos, mais seguros na argumentação, menos nervosos, menos impressionados com o ambiente e o auditório” (SALGADO, Plínio. 1972, p. 139).

12 Plínio Salgado. *Diário da Manhã*, Lisboa, 25 abr. 1944.

Em torno de um clima de guerra e incertezas, sabiamente e de forma estratégica, utilizou um discurso amplamente religioso, com mensagens de esperança em torno da necessidade da paz. Mas uma paz política em torno de um ideal: o integralista. Dessa vez, porém, sem a nitidez fascista, uma vez que grande parte da oficialidade do discurso era contra os já combatidos, liberalismo e comunismo, e que, agora, contava com a luta e combate contra o fascismo. Não deixou de ser fascista, mas o discurso defendido publicamente não poderia mais ser. Mais uma vez vê-se uma adaptação em torno da necessidade e ocasião. É possível verificar que alcançou certa imagem no interior da sociedade, pois, ao buscar palavras de Rui Pereira Alvim, verificam-se tais concepções:

Parte da geração portuguesa do *post-guerra* foi alertada, na leitura da obra de Plínio Salgado, para o dilema que segundo o autor da *Aliança do sim e do não*, nos era colocado: nas circunstâncias em que se debatia e debate o mundo, na confusão caótica do embate das ideologias e dos sentimentos, só poderia prever-se que a ordem ou se viria a fixar na vitória do que Moscovo corporiza, ou no domínio do que corporiza Roma (ALVIM, 1986, p. 19-20).

Possuía uma destreza política particular. Defendia o fascismo, mas os seguidores enxergavam o contrário; buscava apoio e acordos com Getúlio Vargas, e os militantes o identificam como o único que conseguiu realmente combater o Estado Novo. É possível verificar como alcançou uma aceitação tão significativa na sociedade luso-brasileira, pois, ao mesmo tempo em que era combatido, criava mecanismos para sobrepor-se e vigorar-se com o poder do intelecto e das aparições. O mesmo Rui Pereira Alvim afirmou: “Não tem o integralismo brasileiro nem os integralistas de que se envergonhar. Em nossa perspectiva, eles desempenharam um papel histórico na luta contra a penetração comunista no Brasil e contra o regime totalitário de Vargas” (ALVIM, 1986, p. 34).

Percebe-se que, com o exílio em Portugal, buscou a criação e o controle de uma estrutura sólida em torno do seu nome e da sua palavra, por isso evitava aparecer publicamente – a não ser nas conferências e nos eventos relacionados – e posicionar-se politicamente, a fim de evitar qualquer tipo de publicidade em torno do seu nome. Como foi identificado, clandestinamente, não era esse o comportamento central do líder integralista.

As primeiras décadas do século XX em Portugal foram marcadas por grandes transformações e agitações políticas, o que proporcionou o surgimento de uma explícita camada intelectualizada em determinados segmentos, encontrando, no núcleo conservador, grandes expoentes. A formação do Estado Novo e a consequente censura fizeram com que a massa social enxergasse, em elementos conservadores, a prática correta a ser seguida e, no discurso religioso propagado pelo governo, o elemento de defesa. Plínio desembarcou em Portugal nesse ambiente, portanto, não haveria outra

reação a não ser a elevação de seu nome, apesar do discurso fascista embutido em diversos elementos das suas doutrinações.

Morreu em 1975, ou seja, após o evento que marca o fim do Estado Novo português: a Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974. O conservador crítico literário João Bigotte Chorão, após ressaltar a sua importância, não só no período do exílio, mas com ações posteriores, relembrou em depoimento de 1976 a morte do líder integralista: “Soube da morte de Plínio Salgado quase por acaso, tão silenciada ela foi na imprensa portuguesa” (CHORÃO, 1986, p. 91). O silêncio não era o mesmo antes do 25 de abril, pelo contrário, havia excessos de palavras a favor dele, mas, com a alteração política, os valores e preceitos oficiais foram modificados. Percebe-se, assim, a importância do regime estado-novista português para a criação de um ambiente de fertilidade pliniana.

As manifestações em relação a ele eram múltiplas, e o valor nacionalista, o ponto de defesa. O professor Fernando Aguiar diz que: “conhecemo-nos em Lisboa, quando fixou residência para o seu exílio político [...] costumava dizer-se e sentir-se sempre e apenas como brasílico-luso” (AGUIAR, 1986, p. 43). O filósofo espanhol Francisco Elias de Tejada Y Spinola afirmou que “foi no fecundo exílio lisboeta que Plínio Salgado completou e aperfeiçoou a sua visão do Brasil pátrio” (SPINOLA, 1986, p. 57).

Praticamente não havia oposição ao líder integralista, mas isso não é sinônimo de consenso, e sim de censura. Todos os jornais oficiais de Portugal eram obrigados a estampar em locais com grande visibilidade a nota: “*Este número foi visado pela comissão de censura*”. Oposições minoritárias existiam de forma explícita em torno da sua presença, em Portugal, no entanto em periódicos clandestinos, como em *Lanterna*. Existiam proximidades políticas e doutrinárias entre o líder integralista e o governo português, dessa forma, ser contra os seus ideais era ser contra o regime do Estado Novo de Salazar, por isso o destaque feito em relação à possibilidade natural de avanços políticos em torno do preceito cristão.

Havia um favorecimento natural para ele em terras lusitanas, o que possibilitou um discurso homogêneo, como visto até o momento. Na totalidade dos depoimentos, somente palavras de alegria, respeito e admiração em torno dele, enquanto o processo de oposição era abafado pelas forças do regime salazarista. Esse clima favorável e as boas relações estabelecidas fizeram com que, em pouco tempo, saísse do ostracismo e alcançasse um patamar de importância na classe letrada lusitana. Caminho esse já feito na década de 1920, quando saiu do desconhecimento para ser um intelectual das forças políticas nas agitações culturais de São Paulo em torno do modernismo.

O líder dos integralistas conseguiu criar certa notoriedade, a ponto de despertar a atenção e o comentário do professor Karl Vossler, em 1944. O destacado linguista

alemão, em entrevista para o Diário de Lisboa,¹³ cujo tema central foi “a posição do pensamento peninsular perante a cultura europeia”,¹⁴ traçou algumas críticas literárias e, ao buscar no Brasil um exemplo literato da língua portuguesa, afirma à matéria jornalística: “Plínio Salgado merece ao ilustre filólogo calorosos encômios, classificando-o de ‘bom observador’”.¹⁵ No mesmo mês de 1944, em torno das discussões relativas ao acordo ortográfico luso-brasileiro, o nome do autor mais uma vez foi colocado em pauta, dessa vez na Assembleia Nacional, em discurso proferido pelo deputado José Manuel da Costa, que, ao levantar a importância da unidade em torno da língua portuguesa, exemplificou que “na beatitude do ambiente português, e no ‘rude e doloroso idioma, última flor do lácio’, que Plínio Salgado escreveu a sua extraordinária obra *Vida de Jesus*”.¹⁶

Era constantemente citado ou referenciado, elemento que representa o sucesso alcançado no exílio, principalmente com auxílio das velhas solidariedades, como o integralista lusitano Pequito Rebelo. Este, em artigo para o jornal Novidades, em 1944, sobre *O aspecto espiritual da Aliança Inglesa*, fez questão de referenciar o autor como um leigo com grande conhecimento da palavra bíblica, sendo *Vida de Jesus* a expressão do Messias.¹⁷ Visão constante em relação ao conhecimento do autor. No jornal Correio de Coimbra, Santos Rocha, sobre a obra, afirmou: “O homem que o escreveu está magnificamente familiarizado com os textos inspirados do Antigo Testamento e do Novo, prenda rara entre leigos mestres das letras”.¹⁸ Destaca-se que muitas das “oportunidades” de aparecimento público foram buscadas de forma visível pelo próprio autor. Portugal recebeu, em 1946, a visita do Cardeal-Arcebispo de Nova Iorque Francisco Spellman. O jornal Novidades divulgou que: “quando soube que estava em Lisboa [...] quis Plínio Salgado encontrar-se com Sua Eminência [...] a quem ofereceu anteontem um exemplar da última edição da *Vida de Jesus*”.¹⁹ Observa-se que, mais uma vez, Portugal obteve um papel fundamental no pensamento político de Plínio Salgado.

13 *A palavra de um filólogo*: o professor Karl Vossler traça um breve panorama da posição do pensamento peninsular perante a cultura europeia. Diário de Lisboa, Lisboa, 15 mar. 1944.

14 *A palavra de um filólogo*: o professor Karl Vossler traça um breve panorama da posição do pensamento peninsular perante a cultura europeia. Diário de Lisboa, Lisboa, 15 mar. 1944.

15 *A palavra de um filólogo*: o professor Karl Vossler traça um breve panorama da posição do pensamento peninsular perante a cultura europeia. Diário de Lisboa, Lisboa, 15 mar. 1944.

16 O acordo ortográfico luso-brasileiro foi aprovado por unanimidade e sobre eles proferiram interessantes discursos os deputados Srs. Drs. Mario de Albuquerque, José Manuel da Costa, Juvenal de Araújo e Manuel Múrias. *A voz*, Lisboa, 03 mar. 1944.

17 REBELO, José Pequito. Olhando para o passado: O aspecto espiritual da Aliança Inglesa. Novidades, Lisboa, 31 mar. 1944.

18 ROCHA, M. Santos. Ao sol dum livro. Correio de Coimbra, Coimbra, 13 maio 1944.

19 Spellman e Pio XII. Novidades, Lisboa, 25 mar. 1946.

Como afirmado, a oposição pública à presença do “quinto evangelista”, em Portugal, era praticamente inexistente. A imagem quinta-colunista era sobreposta pela profética, mas o mesmo não pode ser dito em relação ao Brasil. Enquanto em terras lusitanas os dogmas plinianos não representavam perigo algum ao poder salazarista, no Brasil, o getulismo, por meio das forças de opressão, impedia manifestações públicas em torno do exílio ou palavras de apoio a ele e muito menos ao integralismo. No entanto, a imprensa brasileira, ao contrário da portuguesa, divulgava uma série de reportagens e artigos contrários ao integralismo e, principalmente, ao “quinta-colunista” Plínio Salgado, associando oficialmente o integralismo ao fascismo de Mussolini e ao nazismo hitlerista.

Não por acaso, um grupo de integralistas lançou, no jornal Diário de Notícias, uma *Carta aberta à nação brasileira*, com o título: *A extinta Ação Integralista Brasileira no tribunal da opinião pública*. Um grupo de intelectuais e líderes do antigo movimento assinou um manifesto contrário às chamadas “difamações” que eram vinculadas na imprensa brasileira. Tal documento tinha um propósito claro: preparar um retorno do movimento, principalmente após a ascensão obtida por ele no exílio.

Existiam dois ambientes. Em Portugal, um espaço adequado e favorável às ideias do quinto evangelista, com aceitações e apoio à doutrinação; no Brasil, a associação fascista e quinta-colunista impedia qualquer tipo de retomada de poder público por parte de determinados segmentos políticos no nível democrático pós-Estado Novo. Existiam diversos grupos de apoio e até mesmo seguidores, mas nada semelhante ao que ocorreu na década de 1930. Fato é que retornou ao Brasil em 1946, com uma “nova” concepção política, com ideias que foram criadas, discutidas e refletidas com base nos anos de exílio em Portugal. Isso mostra a necessidade absoluta em compreender quais são os preceitos políticos de Plínio Salgado em Portugal e como ocorreu essa aparição no cenário lusitano.

Verifica-se que seu objetivo foi alcançado, pois, a partir de 1943, as notícias vinculadas nos jornais e demais periódicos portugueses são de grande quantidade, ao contrário do primeiro momento, a partir de 1939, quando a presença em solo português tinha uma aparição pública extremamente limitada (GONÇALVES, 2018).

A produção bibliográfica em Portugal foi intensa, assim como a repercussão da presença do líder integralista em terras lusitanas. As relações políticas afastaram-se, e Plínio Salgado, estrategicamente, dizia não ter tais preocupações, afirmando estar em um período de recluso espiritual, por isso a produção e a reflexão em torno do pensamento cristão. Nada mais foi do que uma tática de afastamento público das questões políticas do período de guerra, além do fato de estar exilado e não ter condições de se expressar de forma tão aberta, por temer qualquer tipo de ação contrária a suas palavras.

Com atuação religiosa, Portugal foi o local para a transição explicitada em um direcionamento que não apresentava grandes novidades, mas, sim, evolução de um

pensamento já existente. Passou a usar, com maior ênfase, o discurso e a aceitação religiosa para divulgar seus pensamentos e suas ideias e não sair da mídia e do meio político e cultural português. Mais uma vez, soube utilizar-se do círculo de amizade para se favorecer. O líder dos integralistas brasileiros possuía uma relação amistosa com os mais diversos meios, inclusive grupos que apresentavam certa rivalidade política, como os monarquistas e republicanos. Membros do governo Salazar e opositores abriram-lhe espaço para desenvolver seus ideais. Com isso, vê-se que sua presença não foi apagada, tímida ou insignificante. Percebe-se um político nato com relações ambiciosas e que enxergava no discurso religioso uma unidade que poderia unir em torno da sua imagem, inclusive os opositores.

Suas palavras e ações eram exaltadas como pouco se via em Portugal. Frequentemente, era convidado para banquetes, festas, eventos, conferências, o que propagava certa notoriedade na sociedade portuguesa. A rede relacional criada por ele foi suficiente para alcançar o objetivo, a notoriedade. Uma aparição pública de um estrangeiro, aparentemente, não é algo tão simples, e Salgado não teve essa facilidade inicial. Nem mesmo o lançamento de *Vida de Jesus* foi capaz de criar essa publicidade em torno do autor, pois foi preciso alguém ao seu lado para promover uma espécie de abertura intelectual em Portugal. Vê-se que o grande responsável foi o então redator-chefe do jornal *Novidades*, Monsenhor Francisco Moreira das Neves, que, assim como Salgado, era um poeta e intelectual de destaque em Portugal.

Os dois passaram a ser grandes amigos a partir de 1943, uma relação que ultrapassou o exílio, passando a existir uma amizade próxima entre os dois. Uma relação que não caminhava apenas no nível religioso, mas, sim, político, pois verificava-se que o Padre Moreira das Neves, através do jornal, assumia diversas posições a favor do regime estado-novista, uma vez que a Igreja Católica, através do Cardeal Patriarca Manuel Gonçalves Cerejeira, foi transformada em uma espécie de bastião do governo Salazar.

Padre Moreira das Neves e Plínio Salgado, a partir de 1943, estabeleceram forte relação. Essa relação foi de grande importância para seu desenvolvimento intelectual e público no exílio. A relação entre os dois foi tão intensa que, de volta ao Brasil, o padre enviou-lhe uma correspondência dizendo que:

Desde que Plínio Salgado nos deixou, não sei, embora presuma, o que os outros sentem: eu sinto que fiquei mais só, mais *mendigo de Deus*. Há amizades que entram ao sangue e o tomam todo como certos venenos. A sua amizade não foi um veneno, foi vida para mim. Mas de tal forma me absorveu e tantas vezes me alentou que a Deus agradeço como uma graça especial.²⁰ (grifo do autor).

20 Correspondência do Padre Moreira das Neves a Plínio Salgado, 30 ago. 1946 (APHRC/FPS-C 46.08.30/7) [grifo do autor].

As palavras utilizadas pelo Moreira das Neves, afirmando que Plínio Salgado “soube amar o Brasil e Portugal, com amor tão profundo e tão igual”,²¹ passaram a ser uma defesa propagada pelo integralista que, desde a década de 1930, expressava relações de mutualidade política entre os dois países, sendo a exaltação no exílio necessária para o crescimento público. A partir do exílio, passou a se caracterizar como um luso-brasileiro e um defensor assíduo dos valores e das políticas governamentais lusitanas, com o claro objetivo de exaltar a imagem do país, como no caso das guerras coloniais da década de 1960, quando se manifestou um dos grandes defensores da política ultramarina portuguesa (GONÇALVES, 2018).

Em Portugal, alcançou um sucesso até então não conhecido por nenhum outro brasileiro no novo século. A presença de um ambiente religioso com uma sociedade oficializada no cristianismo propiciou-lhe esse segmento, uma vez que enxergava ter nesse contato uma possibilidade de força política. Com o passar dos anos, além de boas relações, alcançou certa notoriedade devido aos eventos realizados, mas não há dúvidas de que o ponto central foram as reflexões iniciadas por ele em *Vida de Jesus*, lançado em 1942, no Brasil, e em 1943, em Portugal.

Com o término do Estado Novo de Getúlio Vargas, não encontrava mais motivos para permanecer distante do Brasil. Seu retorno foi cercado de dificuldades envolvendo sua recepção em território brasileiro. Havia um clima desfavorável ao integralismo, o passado pliniano²² e a associação direta com o fascismo não eram esquecidos por grupos políticos e sociais, promovendo dificuldade para o reestabelecimento do autor e sua esposa, além do fato de haver rupturas de antigos líderes com Plínio Salgado, contribuindo para o enfraquecimento do novo projeto.²³ “De volta Plínio Salgado”²⁴ estampava o jornal *Diário da Noite*, sendo que, desde o início de 1946, notícias

21 Correspondência do Padre Moreira das Neves a Plínio Salgado, 30 ago. 1946 (APHRC/FPS-C 46.08.30/7).

22 Plínio Salgado tentou apagar o passado de simpatia fascista dentro de um limite possível. Exemplo notório está no livro *O integralismo brasileiro perante a nação*, uma obra lançada em 1946 que marcou o regresso do exílio com a publicação de vários documentos do período da AIB, no entanto com alterações visíveis, excluindo palavras e/ou termos que fizessem menções a um caráter autoritário e antidemocrático, na tentativa de marcar uma continuidade do movimento com a adulteração da organização política da década de 1930 (Cf. TRINDADE, 1981).

23 Plínio Salgado recebeu críticas inclusive de antigas lideranças da AIB, como Miguel Reale, que não aceitou a reconstituição política do integralismo, qualificando o movimento de rearticulação integralista como obstáculo a uma solução pacífica dos problemas nacionais, uma vez que o anticomunismo não poderia ser um elemento de unidade entre os militantes, já que uma força negativa não pode ser uma convergência de interesses. Em entrevista afirmou que: “Restabelecida a democracia, eu não concordei em restabelecer-se o integralismo porque me pareceu que não era mais adequado e quando Plínio Salgado fez o Partido de Representação Popular eu não concordei e fundei o meu partido [...] o Partido Popular Sindicalista [...] eu mantive a ideia corporativa, mas em termos de sindicalismo” (REALE, 2000). Posteriormente, o Partido Popular Sindicalista (PPS) fundiu-se com o Partido Republicano Progressista de Adhemar de Barros e o Partido Agrário Nacional, resultando no surgimento do Partido Social Progressista (PSP), do qual foi um dos principais líderes.

24 *De volta Plínio Salgado*. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 08 jun. 1946.

eram vinculadas no sentido de expressar o retorno do líder integralista ao Brasil, principalmente no período em que a organização política democrática brasileira estava sendo estabelecida após o Estado Novo. O Diário de Notícias divulgou: “Noticia-se que Plínio Salgado, que há muitos anos vivia em Portugal, vai regressar ao Brasil. Fixando residência, possivelmente, em São Paulo”.²⁵ Com essa notícia, um clima de alvoroço foi estabelecido na capital paulista. Os dias que seguiram foram de manifestações contrárias à presença do líder integralista em São Paulo em grande parte da imprensa.

A população paulista já se mostra totalmente indignada com a próxima vinda do Sr. Plínio Salgado para o Brasil. O chefe integralista é esperado nos próximos dias e, de acordo com o que se afirma, deverá residir em São Paulo. O povo bandeirante está disposto a demonstrar o seu descontentamento, caso seja confirmada a vinda do antigo dirigente da Ação Integralista Brasileira. Fala-se mesmo que os estudantes paulistas já estão tratando da realização de diversos comícios de protesto.²⁶

Além do passado, a relação amistosa com Salazar não era vista com bons olhos, uma vez que este, na concepção de muitos, não passava de um fascista lusitano. Sua atuação em Portugal era conhecida por parte da sociedade brasileira, mas não era algo de expressão pública, assim como essa atuação cristã teológica não era suficiente para o definir como um líder benquisto. Após o exílio, era rotulado de “o indesejável”, conforme paralelo estabelecido com Salazar no periódico Resistência:

Está encontrando a maior repulsa popular a anunciada vinda, brevemente, para o Brasil, do Sr. Plínio Salgado, que se acha atualmente em Lisboa. Um popular chegou a dizer, comentando o fato, que o chefe integralista não encontrará outro lugar melhor para residir do que em Portugal ao lado do ditador fascista Oliveira Salazar.²⁷

A repulsa ao integralista era intensa e todos os seus atos eram motivos de críticas e representações contrárias no Brasil.²⁸ Nesse panorama, o chefe dos camisas-verdes regressou ao Brasil, com Carmela Salgado, após longo período de exílio. Voltou para o Brasil, no entanto, nunca mais foi o mesmo. O retorno foi de um homem marcado pelo sofrimento e pela angústia. O integralista fora uma liderança de um momento auge da década de 1930. Após esse período de euforia nacionalista baseada no fascismo, o chefe não atingiu mais nenhum esplendor, transformando-se em um político comum

25 *Regressará ao Brasil o Sr. Plínio Salgado.* Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 04 jan. 1946.

26 *São Paulo não deseja hospedar o chefe integralista.* Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 09 jan. 1946.

27 *O indesejável: Prepara-se uma recepção condigna ao chefe verde.* Resistência, Rio de Janeiro, 09 jan. 1946.

28 Em novembro de 1945, o jornal Diretrizes criticou o fato de que os integralistas tinham dinheiro e, mesmo assim, Plínio “tenha utilizado o carro do cardeal Cerejeira em Lisboa, na despedida do embaixador João Neves da Fontoura” (Os integralistas agem. Diretrizes, Rio de Janeiro, 13 nov. 1945).

e, muitas vezes, solitário e esquecido pela sociedade. A proposta era reestruturar as “glórias do passado” com a arregimentação dos militantes em torno do líder, mas percebe-se que não havia deixado boas lembranças no Brasil. No entanto, não há dúvidas de que deixou saudades em Portugal, uma vez que o lamento em torno da partida do integralista percorreu meses antes e depois do embarque. O jornal O Montemorense publicou artigo de Ciríaco Trindade em que afirma:

Se é com profunda mágoa que recebemos a notícia de que Plínio Salgado, político, escritor e pensador brasileiro que a Portugal se acolheu por virtude de contingências políticas, vai deixar-nos, é com sincero júbilo que constatamos que o faz para regressar à sua Pátria d’além Atlântico, ele que, como nós, considerava esta como a d’aquém Atlântico. Plínio Salgado vai-nos deixar.²⁹

A despedida e a tristeza com a partida do apóstolo, do cavaleiro do verbo, do doutrinador dos povos – expressões usadas para caracterizar Plínio – alcançaram todos os grupos sociais e políticos conservadores de Portugal e, sempre com expressões de lamento, foi classificado como um exilado exemplar:

Plínio Salgado foi um exilado corretíssimo, servindo de lição a muitos que esquecem no exílio os deveres que a hospitalidade em tais condições impõe. O fato, pelo triste paralelo para que foi chamado, teve eco na Assembleia Nacional com o unânime aplauso dos presentes [...] realiza uma obra notável de apostolado correndo o país de lés a lés.³⁰

Com uma concepção cristã, foi recebido no Brasil, sem muitos estardalhaços, uma vez que havia uma série de receios com a chegada do antigo líder da AIB por parte da imprensa brasileira. O mesmo não foi seguido pela imprensa lusa, que continuou, mesmo a distância, a exaltação por Plínio Salgado. O principal parceiro na imprensa noticiou: “Plínio Salgado foi apoteoticamente recebido à sua chegada ao Rio de Janeiro”.³¹ No desembarque, existiam antigos militantes e simpatizantes, inclusive em número expressivo para o integralismo do pós-guerra, principalmente porque o retorno de Plínio ocorreu em segredo, mas nada que gerasse uma apoteose de militantes: “A chegada de Plínio Salgado ao aeroporto desta cidade, apesar de não anunciada e apenas conhecida à última hora por um telegrama de Lisboa, constituiu marcante e significativo acontecimento”.³²

29 TRINDADE, Ciríaco. Carta de Lisboa: Plínio Salgado. O Montemorense, Montemor-O-Novo, 16 jun. 1946.

30 Carinhosa hospitalidade generosamente retribuída. Novidades, Lisboa, 28 ago. 1946.

31 *Plínio Salgado foi apoteoticamente recebido à sua chegada ao Rio de Janeiro*. Novidades, Lisboa, 19 ago. 1946.

32 *Plínio Salgado foi apoteoticamente recebido à sua chegada ao Rio de Janeiro*. Novidades, Lisboa, 19 ago. 1946.

Havia uma necessidade de engrandecimento do autor, mas com cuidado, pois a adaptação de um exilado após o período de cárcere não ocorre de uma forma instantânea, além do que, proclamava publicamente ser um emissário da palavra de Cristo, e não um líder partidário. Em entrevista declarou: “Não sou atualmente, um chefe de partido.³³ Sou chefe de uma doutrina político-social”.³⁴ A ação do líder político foi bem estabelecida, passou os primeiros momentos por um período de adaptação e transição com um discurso uníssono envolvendo política e religião: “Combater o comunismo mediante as formas agnósticas duma política utilitária e sem Deus, não é somente um erro, mas também uma imoralidade”.³⁵ Com essa visão doutrinária, Plínio se restabeleceu no Brasil em um país com uma nascente e desconhecida democracia, uma nova nação e, portanto, precisava aprender a viver e se organizar após sete anos de exílio. As práticas discursivas e as matrizes na formação construídas e/ou consolidadas em Portugal foram a base para a nova concepção doutrinária desse novo (ou velho) Plínio Salgado, que era um homem com meio século de vida, fraco e sem a mesma euforia de antes, mas que tinha um projeto luso-brasileiro a ser estabelecido no Brasil, que consistia na criação de uma política “salazarista brasileira”.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Fernando de. Plínio Salgado, de ontem para hoje. In: CARVALHO, José Baptista (Ed.). *Plínio Salgado: in memoriam*. v. 2. São Paulo: Voz do Oeste; Casa de Plínio Salgado, 1986.

ALVIM, Ruy Pereira e. Permanência e atualidade de Plínio Salgado. In: CARVALHO, José Baptista (Ed.). *Plínio Salgado: in memoriam*. v. 2. São Paulo: Voz do Oeste; Casa de Plínio Salgado, 1986.

CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no processo político brasileiro – A trajetória do Partido de Representação Popular (1945-1965) – Cães de guarda da ordem*

33 De acordo com Gilberto Calil: “A II Convenção Nacional do PRP, em outubro de 1946, ao eleger Salgado para a presidência nacional do Partido e ao mesmo tempo reforçar o poder do cargo, estabelecia as condições do controle que seria exercido por Salgado até a extinção do Partido em 1965. Salgado afirmava ter aceitado o cargo, “a contragosto” (2005. p. 346). Calil buscou um documento da II Convenção Nacional publicado no jornal do PRP *Idade Nova* que caracteriza o tom místico que foi estabelecido em torno de Plínio Salgado: “Plínio Salgado é um sábio e um santo! Ele é alvo das contradições porque se fez cópia do Divino Mestre! Os inimigos da Nação, os que pegam em armas a favor da Rússia contra o Brasil, o odeiam porque ele está fundando, entre nós, o partido de Deus!” (Plínio Salgado eleito Presidente do PRP: Um documento inédito da II Convenção Nacional” *Idade Nova*, Rio de Janeiro, 2 dez. 1946; *apud* CALIL, 2005, p. 346). Observa-se a relação direta e clara estabelecida entre política e religião, tendo a imagem do profeta Plínio, que foi construída em Portugal como base da doutrinação e organização partidária de 1946 até 1965.

34 Brasil. A Nação. Lisboa, 19 out. 1946.

35 “Combater o comunismo mediante as formas agnósticas duma política utilitária e sem Deus não é somente um erro, mas também uma imoralidade” (Novidades. Lisboa, 05 set. 1946).

CAPÍTULO 10:
VIDA DE JESUS E O APOSTOLADO POLÍTICO DE PLÍNIO SALGADO NO EXÍLIO EM PORTUGAL

burguesa. 2005. 819f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

CARMO, Luiz Gonzaga do. Prefácio. In: DOREA, Augusta Garcia Rocha. *Plínio Salgado, um apóstolo brasileiro em terras de Portugal e Espanha*. São Paulo: GRD, 1999.

CHORÃO, João Bigotte. Ao autor da *Vida de Jesus*. In: CARVALHO, José Baptista (Ed.). *Plínio Salgado: in memoriam*. v. 2. São Paulo: Voz do Oeste; Casa de Plínio Salgado, 1986.

DOREA, Augusta Garcia Rocha. *Plínio Salgado, um apóstolo brasileiro em terras de Portugal e Espanha*. São Paulo: GRD, 1999.

DITZEL, Carmencita de Holleben Mello. *Manifestações Autoritárias: o integralismo nos Campos Gerais (1932-1955)*. 2004. 305f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

GONÇALVES, Leandro Pereira. *Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português*. 2012. 668f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

GONÇALVES, Leandro Pereira. O exílio de Plínio Salgado em Portugal: a Vida de Jesus e a composição do apostolado político. *Projeto História*, v. 52, p. 140-177, 2015.

GONÇALVES, Leandro Pereira. *Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.

GONÇALVES, Leandro Pereira. *Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

MAIA, João. Evocação de Plínio Salgado, orador. In: CARVALHO, José Baptista (Ed.). *Plínio Salgado: in memoriam*. v. 2. São Paulo: Voz do Oeste; Casa de Plínio Salgado, 1986.

REALE, Miguel. Entrevista. *Roda Viva*. Apresentação: Paulo Markun. 13 nov. 2000. São Paulo: Videocultura, 2000 – 84 min.

SALGADO, Plínio. Entrevista com dez grandes oradores: resposta de Plínio Salgado. In: CORRÊA, Nereu. *A palavra: uma introdução ao estudo da oratória*. Rio de Janeiro: Laudes, 1972.

SCHIAVON, Carmem Burgert Gessilda. *Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)*. 2007. 304f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SPINOLA, Francisco Elias de Tejada Y. Plínio Salgado na tradição do Brasil. In: CARVALHO, José Baptista (Ed.). *Plínio Salgado: in memoriam*. v. 2. São Paulo: Voz do Oeste; Casa de Plínio Salgado, 1986. p. 57.

TRINDADE, Helgio. Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30. In: FAUSTO, Bóris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano – Sociedade e Política (1930-1964). v. 3. São Paulo: Difel, 1981.

A atuação de Plínio Salgado como criador do integralismo brasileiro rompeu as fronteiras da década de 1930. Nesse sentido, o ano de 1957 se tornou paradigmático para o integralismo e para a presença de Plínio Salgado no cenário político nacional, pois a partir das celebrações dos 25 anos de sua criação, a intelectualidade do movimento integralista debruçou-se sobre a história da agremiação no sentido de uma retomada de sua ritualidade e discurso progressivo. Isto se deu graças à insatisfação da base militante que se viu sem identidade própria, fator que instigou a sigla a retomar partes de sua ritualística característica. Este fator, aliado à necessidade de fortalecer sua identidade ideológica original, acabou por estimular as modificações da postura integralista.

Um dos pontos mais bem articulados dessa retomada simbólica integralista se deu a partir do projeto editorial da *Enciclopédia do Integralismo (1957-1961)*,² entendendo-o como uma sofisticada estratégia de rememoração dos feitos integralistas. Para tanto, o compêndio se caracterizou como um *lugar de memórias* integralistas, justamente por ter buscado reavivar as *auto memórias do movimento*, recriando, rememorando, resignificando chagas que se mostravam doloridas para seus membros, fator que desencadeou uma reconfiguração no imaginário de seus integrantes. Tendo coincidido com o período de maior visibilidade do movimento desde sua “recriação”, a publicação da

1 Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutor em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Mestre e Graduado em História pela Universidade Estadual Paulista – (UNESP/Assis). Pesquisador do Laboratório de Patrimônio (LAPA) da UFJF e colaborador do Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”; (CITCEM).

2 Abordagem mais aprofundada deste texto pode ser encontrada em: CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. Enciclopédia do Integralismo. Dogma do sigma. Juiz de Fora. Editora de UFJF. 2021.

Enciclopédia do Integralismo busca validar a premissa de que o integralismo permanecia vivo.

Do ponto de vista estrito de sua criação algumas considerações são essenciais. Diferentemente do escopo realizado pelos enciclopedistas liberais do século 18 (a la D’alambert e Diderot), que *sumarizavam* em verbetes os assuntos buscando uma universalização dos temas, em uma expressão autêntica dos preceitos daquele momento histórico, ou projetos análogos dos finais do 19 e meados do século 20³, o compilador integralista da segunda metade do século 20 se diferenciava em quase tudo de seus congêneres do passado. A concepção de um enciclopedismo meio às avessas, ou seja, que privilegiasse não o universal, mas o particular foi o mote inicial deste empreendimento que se diferenciava dos demais produtos editoriais de finais dos anos 1950, sobretudo, do ponto de vista da divulgação, difusão e penetração popular.

Neste sentido, empreendimentos intelectuais da envergadura da *Enciclopédia do Integralismo* são antes de tudo um campo intelectual de forças antagônicas, por meio do qual se estruturam a noção de ideologia ou cultura partilhada. Entender o que continha, como e porque foi publicado este conjunto de livros temáticos demanda que seja questionado não só o teor e o conteúdo deste projeto editorial, mas, sobretudo, qual foi e como se deu a recepção deste material (tarefa certamente dificultosa), em um momento da política nacional em que tudo o que lembrasse os já idos, mas não esquecidos anos 1930 era considerado anacrônico, passadista e perigoso.

Esta percepção nos lança um desafio, já enfrentado pelo historiador Roger Chartier, para quem a idealização, produção, distribuição e recepção do impresso denunciam, antes de tudo, a criação de um *demiurgo*. Algo que ganha força simbólica e mobilizadora, uma vez impressa, divulgada e apreendida. No caso específico do projeto editorial da *Enciclopédia do Integralismo* há de se levar em consideração não apenas a sua edição e publicação, mas o teor das intervenções editoriais que tal compêndio sofreu, podendo assim imaginar quais estratégias foram utilizadas visando a adequação de seu público leitor. Ou seja, não ficarmos apenas nos questionamentos unilaterais sobre os porquês de sua publicação, e aprofundarmo-nos no mote sobre como tal empreendimento se efetivou antes de chegar às mãos de seus leitores. (CHARTIER, 1998, p. 98). Tais publicações buscariam simultaneamente, inspirar uma “leitura autorizada” (BOURDIER, 1997, p. 67) do compêndio e censurar as descrições consideradas licenciosas, termos pouco lisonjeiros ou inconvenientes, criando uma lógica de adaptação dupla que tivesse por finalidade, controlar os textos, submetendo-os às exigências da moral integralista, para em seguida torná-los mais facilmente decifráveis por parte de seus leitores.

3 A *Encyclopédie Française*, a *Encyclopaedia Britannica*, a *Nelson’s Encyclopaedia*, a *Perpetual Loose-leaf Encyclopaedia*, a *Encyclopaedia Universalis*, a *Collier’s Encyclopaedia* e até mesmo a *Grande Encyclopédie Larousse*.

Então, na segunda metade do século 20, quando seria de se esperar que, face ao progresso acelerado e à especialização exponencial do conhecimento, o movimento enciclopedista se visse condenado a desaparecer ou adotasse uma fórmula exclusivamente especializada, assistimos, não apenas ao renovar do interesse pelo projeto enciclopedista, levado a cabo por alguns grupos ciosos por propagarem suas realizações, mas ao revigorar da sua figura, ao repensar dos seus propósitos. Tratar-se-ia, segundo, de não perder de vista o sentido etimológico da ideia de enciclopédia enquanto “rotação completa do horizonte dos saberes” e de reconhecer no homem ou nos diversos grupos que se congregam, o “centro comum” potenciador do conhecimento.

É interessante ressaltar que, as enciclopédias mais inovadoras buscam efetivamente rejeitar tanto a estrutura alfabética contínua e homogênea como a organização disciplinar e adaptar uma estrutura temática. A tendência é para reduzir significativamente o número das entradas, selecionando aquelas cuja pertinência, atualidade ou capacidade de irradiação justifique um tratamento alargado e compreensivo. Neste sentido, a intenção dos projetos enciclopédicos pós anos 1950, caracteriza-se pelo caráter seletivo e integrado. A *Enciclopédia do Integralismo* (1957-1961) constitui um caso relevante desta tendência à organização temática. Os seus 12 volumes caracterizam-se pela ruptura com a exaustividade característica de todo o enciclopedismo anterior e por uma diminuição drástica do número de artigos em favor daqueles cuja pertinência perante a cultura política integralista se mostrava plausível. Como se pode ler no prognóstico com que o editor abre o primeiro volume da *Enciclopédia do Integralismo*, o objetivo foi “concentrar a atenção sobre os elementos importantes do discurso cultural integralista, sobrepujando diferenças idiossincráticas em favor de uma homogeneidade doutrinal” (DOREA, 1957, p. 5).

A publicação da *Enciclopédia do Integralismo*, por outro lado, não conseguiu afastar-se do esquema unilateral que marca projetos enciclopedistas desta natureza, (nem pretendia) apresentando-se com propostas fortemente propagandísticas e proselitistas. Assim, inventariando (mas, não apenas isto) os conhecimentos adquiridos no passado pelo integralismo, exaltando, redimensionando suas experiências buscou realizar um balanço dos episódios vividos pelo movimento, projetando, como corolário, visões de um passado entendido como mítico. Os verbetes, que na realidade são textos, procuram pôr em evidência aproximações dos diversos discursos integralistas, buscando uma transversalidade com temas tidos como fundamentais na organização político-simbólica do integralismo, como é o caso dos motes: *doutrina, democracia e anticomunismo*, tripé do *misencene catártico integralista*, no período da publicação da *Enciclopédia*. Estas clivagens ilustram cruzamentos e sugerem itinerários possíveis de leitura (OGLOBO, 1957, p. 5).

Pois, então, retomemos uma observação que nos parece pertinente: o fato da *Enciclopédia do Integralismo* não se limitar a ser o inventário de um saber

constituído no passado, nem sequer apenas o balanço dos episódios já conhecidos sobre o integralismo. Ao contrário, seu projeto buscou criar, ou mesmo patrocinar de maneira ativa e determinante a produção de novas abordagens sobre o movimento integralista, operando uma reorganização de um discurso, no sentido de sinalizar um arrefecimento das tensões já estabelecidas ao longo do tempo, em face das suas opções de poder. Nesse sentido, seus idealizadores sublinharam nos volumes, não apenas o papel reativo, de luta contra a impossibilidade da permanência integralista no tabuleiro político dos anos 1950/60, mas, sobretudo, uma função conservacionista de seu passado, sintetizando um papel afirmativo.

Embora, por vezes, a intenção da edição da *Enciclopédia do Integralismo* possa ter sido construir um papel quase heurístico para os artigos temáticos selecionados para sua empreitada, vale nossa desconfiança. Pois, se pensarmos a heurística como a capacidade de realizar inovações, apontar diferentes perspectivas às ideias já previamente concebidas, de forma imediata e positiva para um determinado fim, é contraditória que a compilação desta coleção de artigos, tenha sido costurada por uma linha idiossincrática do líder integralista, Plínio Salgado, privilegiando neste sentido, a tradição e não a inovação sobre o pensamento integralista.

Cabe, então, afirmar que a escolha dos temas e artigos também obedeceu a critérios de amplitude e transversalidade. É o caso de conceitos como os que organizam o saber e o viver do integralismo, que são apresentados buscando evidenciar uma visão mais institucionalizada do movimento. Nesta perspectiva, como interpretar a estruturação dos volumes? Que significado pode ter a adoção de um modelo temático? Que sentido se revela na adoção de uma estrutura descontínua (uma vez que se trata de escritos de três gerações diferentes de integralistas – separados por décadas de atuação política diversa)? Veremos, no entanto, que a despeito da linha editorial da compilação ter sido toda mediada pelos palpites de Plínio Salgado, sobressaltar-se-á de sua leitura, algumas tensões que ora se colocarão como tênues, ora como evidentes. O integralismo que se vê na *Enciclopédia* é o integralismo pliniano, mas suas nuances apontam, difusamente, para um mecanismo de pluralidade nos discursos de seus representantes. Isto é bastante evidente quando destacamos categorias como *dissidência*, *liderança*, *subserviência* ou *autoafirmação*, quatro elementos diluídos ao longo de seus 12 volumes.

Note-se, que isto se dava, basicamente, de duas maneiras: primeiro, por meio da capacidade de auto exaltação das virtudes integralistas presentes nos artigos (o integralismo sempre foi dubiamente apresentado, ou como solução dos problemas políticos do país, portanto, como saída e opção clara frente aos infortúnios, ou como redenção das demais opções político-ideológicas que se faziam presentes no espectro político vigente). Em segundo lugar, tais tensões se mostravam claras pela capacidade dos integralistas estabelecerem certa correlação entre os feitos políticos

do movimento e as benesses vividas pela nação em tempos de democracia: como se muito do que se conseguiu em tempos democráticos tivesse saído das cabeças pulsantes dos integralistas, revelando aproximações, interferências, confrontando problemáticas, fomentando, enfim, contradições nos discursos de seus adversários, ou acentuando as fraturas, que julgavam necessárias para a manutenção de seus próprios quadros e discursos. Foi assim que o integralismo da *Enciclopédia* buscou ressuscitar sua presença na política nacional de finais dos anos 1950. Neste sentido, a seleção dos artigos teve o papel fundamental de estabelecer uma perspectiva crítica das dificuldades e problemas enfrentados pelo movimento.

Se, procede afirmar que uma enciclopédia- ela mesma um cosmos de personagens, intenções e imagens- é a única configuração que, espacialmente reúne, condensa e apresenta aos olhos de todos, materiais dificilmente confrontáveis noutro contexto, (exemplo disto é a miscelânea heterogênea contida nos escritos), também é verdade que, a orientação de seleção, publicação e difusão deste compêndio, correspondeu, à efetiva capacidade que seu editor teve de esboçar itinerários de cruzamento, buscando uma unidade para a dada enciclopédia. Ontem como hoje, a leitura da *Enciclopédia do Integralismo* continua sinalizando um ideário de pequena penetração popular, ao contrário dos “arroubos grandiloquentes” que alguns dos seus textos trazem. Passados pouco mais de setenta anos de sua publicação, a compreensão deste empreendimento ainda se mostra labiríntica.

O VOLUME NORTEADOR DA ENCICLOPÉDIA DO INTEGRALISMO: O INTEGRALISMO NA VIDA BRASILEIRA

A despeito de parecer à primeira vista, um desfile de nomes desconhecidos, portanto, sem muita importância no espectro político-ideológico da direita do período, é importante ressaltar que é este o grupo de integralistas que vai desenhar a linha de intersecção entre a doutrina e a prática política nas duas aparições do movimento, tanto na década de 1930, quanto de 1940/50. Portanto, de maneira sumária, do primeiro ao décimo segundo volume (ou melhor, o suplemento que seria publicado após o 11º volume), os temas, as preocupações, os personagens e os depoimentos englobaram um contexto de diversidade sobre o qual o integralismo foi construído. Em consonância, a seleção explorou estas pluralidades esforçando-se para não serem entendidas como uma contradição.

A publicação da EI iniciou-se com um volume de reflexões de Plínio Salgado, intitulado: *O Integralismo na vida brasileira*, escrito este que direcionou a editoração dos demais exemplares. Nos volumes subsequentes, editaram-se depoimentos; atos, decisões e pareceres do poder judiciário relativos ao integralismo; documentos sobre a estrutura orgânica do movimento; e até mesmo, uma coletânea de poetas integralistas. Ao artigo inaugural do compêndio, seguiu-se escritos que compilaram os conceitos

medulares do universo doutrinário integralista. Nesse sentido estabeleceram-se os eixos centrais através dos quais tais conceitos foram elaborados e por meio dos quais foram postos em circulação e apropriados. Esses elementos atuaram como catalisadores de ideias, criando um sistema de conexões dentro de um universo cultural particular. O integralismo foi mediado pelos seguintes eixos: a relação entre a militância e o Chefe; a noção de Corporativismo; a profundidade de seu Catolicismo; a Geração Predestinada; o ‘flerte’ com a noção de Totalitarismo e ou sua refutação; as diferenciações do Estado Integral; a relação com a Dissidência; a ampla noção de Simbologia; a arraigada predisposição ao Anticomunismo; a contestada vocação à Democracia; a coerência na manifestação de sua Justiça, sua Estética e Manifestação Poética Popular. Além desses aspectos foram sistematizados conceitos que, embora trouxessem apenas mensagens subliminares, permearam toda os escritos da EI: o Direito Integralista e sua concepção de política externa.

Plínio Salgado abre a seleção com um texto construído especialmente para sua inauguração: *“A orgânica do movimento e suas funções básicas na sociedade dita ‘ideal’”* em que foca a mentalidade doutrinária do integralismo, esboçada a partir das ideias de seu idealizador. Plínio Salgado demonstrou, de maneira pormenorizada, o cenário que acolheu a publicação do manifesto integralista, apresentado pelo Chefe como o “remédio para os problemas do mundo”. Além de ressaltar a influência de Farias Britto, Alberto Torres, Jackson Figueiredo e Oliveira Viana na sua formação intelectual o autor introduz um conceito que marcou sua carreira política de forma indelével. Salgado afirmou que, “a igualdade dos homens deve ser procurada, não mediante a tábula rasa do coletivismo, mas da hierarquia das virtudes, uma espécie de diferencial dos grandes homens”. Julgando-se detentor de tal atributo, elemento definidor e diferenciador entre “os verdadeiros líderes e os charlatões de conduta”, defendeu o direito às legítimas aspirações de cada um, “todas, perante o aval de Deus”. O Manifesto de Outubro, por ser um escrito doutrinário que tinha a pretensão de correlacionar os fenômenos externos e internos da situação político/cultural/econômica nacional da época, objetivou deduzir as soluções particulares da solução geral dos problemas nacionais e humanos, apresentando-se à Nação como sendo uma filosofia e um método salvadores. Duas décadas depois, sob os efeitos da atmosfera festiva de seu legado doutrinário, Salgado assegurou:

O Integralismo é uma doutrina e ninguém a fechará... fecharam nosso partido em 37, mas a doutrina não se fechará... (...) Será o integralismo uma composição grupalista harmônica, assim como foi no passado. Entretanto, agora, certos de que chegará nossa hora de ascender ao poder das massas, estabeleceremos uma nova realidade econômica e moral... não importa, se for agora ou não... esperamos quase trinta anos para refletirmos os nossos erros, mas nossa hora chegará (SALGADO, EI, Vol 1, p. 78).

A intenção de se iniciar a EI com um escrito cunhado por Salgado visava incentivar os já entusiasmados integralistas para a possibilidade de estarem adquirindo algo apresentado como “a síntese de tudo o que fora e o sumário de tudo do que ainda seria o movimento”. A proposta do compêndio se tornou muito clara à medida que os demais números foram sendo editados. Porém, foi imediatamente após a edição do primeiro volume que se projetou a trajetória a ser seguida pela Enciclopédia do Integralismo. No primeiro volume concentrou-se toda a perspectiva otimista dos editores integralistas, personificada nas lembranças e reflexões de Salgado, cujos elementos tratados direcionaram uma postura implícita do chefe com relação à publicação. Mesmo não participando ativamente das decisões do corpo editorial responsável pela trajetória do compêndio, Salgado acabou por direcionar o sumário da publicação mediante seus apontamentos iniciais:

Lembro que este será o redirecionamento do nosso valor, e que, por tudo o que aqui for escrito. Deveremos então prestar contas aos nossos admiradores, ao nosso público. Respeitar o não integralista, afinal não será só nossos admiradores que nos lerão. Os adversários de ontem e de sempre, se fortalecem no nosso seio, para amanhã tirar proveito do nosso erro. Por isso, o Integralismo é digno de seus escritores e vice-versa. O Integralismo é digno de ser compilado em uma Enciclopédia. Que assim se consubstancie! (SALGADO, 1957, p. 87).

Se Salgado não opinou diretamente no conteúdo dos volumes, suas observações descritas no 1º volume tiveram sem dúvida um grande peso na decisão do direcionamento seguido pela publicação. A ideia de que a publicação editoria “o que fosse mais plausível na esteira da lembrança” começou a tomar forma logo no primeiro tomo. Cumpriram-se à risca as propostas de Salgado e Gumercindo R. Dórea, aglutinadores da concepção, que necessitavam parecer ‘grandiosas’ e ‘exemplares’. Sua principal finalidade foi “injetar o caldo do revigoramento nas veias da população descrente e da militância moribunda”, em uma época propícia para uma espécie de ‘revisão integralista’.

O texto inaugurador do ‘renovado empreendimento editorial’ elencou pontos essenciais do universo político/cultural integralista: nesta estreia, reuniram-se todos os elementos que seriam pontualmente discutidos nas edições posteriores. Da concepção de doutrina e de democracia à autopercepção de movimento fadado ao ostracismo, da superlativa auto-proclamação à todas as póstumas lamentações, tudo foi minuciosamente inventariado pela mítica figura do Chefe. Nesse sentido sua concepção original e sua marca pessoal impressas mediante o ABC integralista, (alfabetização e celebração doutrinárias simultâneas) pavimentaram uma estrada de via única a se percorrer. Não obstante acreditemos que o Integralismo seja plural, percebemos o perfil do movimento afinado segundo o diapasão plinista. Tal perfil

seguiu a diretriz de instruir a população leitora acerca do que ‘convinha ser informado’. Nesse sentido, foi firmada uma meta a se perseguir, atentando para o que parecia importante: à tradição do movimento, às suas reais possibilidades de permanência no cenário político democrático, bem como, às suas aspirações mais recônditas. A EI desempenhou, então, um papel de divulgador intelectual e moral da ‘verdade integralista’, cabendo ao compêndio ministrar a penetração da “massa acéfala de líderes”; o que a partir de 1957 se fez por meio da veiculação dos jornais e livros, da intensificação dos comícios urbanos, da apresentação de oradores nos campos e em pequenas cidades do interior. Seu papel era o de aglutinar todos estes campos de atuação e doutrinação.

A proposta apresentada no compêndio- insistiam seus colaboradores – “era fazer, por meios democráticos e persuasivos de propaganda de educação ao povo, o que os legisladores tentaram impor de maneira coercitiva sob textos legais...”. O objetivo moral da estruturação e arregimentação de um condensado compêndio visou, portanto, confirmar o integralismo como uma doutrina que se baseava na educação do povo, mesmo porque, um de seus vetores melhor explorados foi a alfabetização do grande contingente iletrado existente no país, com a suposta intenção de angariar seus votos. Lembremos que na década de 1930 os analfabetos não votavam e nos anos 1950 sua porcentagem ainda era bastante elevada.

Plínio Salgado fecha a introdução do 1º volume afirmando ter sido esta iniciativa de publicação, o celeiro que “reuniu em suas páginas o legado da oralidade e a proposta que tempos atrás, coube aos órgãos de imprensa integralistas e afins”. Na fraseologia plinista: o Integralismo permanecia vivo! Interessante notar que todo o discurso vislumbrado por Salgado tomou proporções épicas quando este sistematizou os elementos formadores do ideário integralista, cujo foco central sempre foi a constituição do Estado Integral (síntese das inspirações demarcadas pelo movimento). Tal discurso foi pautado por digressões que ilustraram o teor saudosista do movimento. Personificados na figura do chefe, os sentimentos integralistas foram os de expectativa frente ao presente e ao futuro, e os de nostalgia frente ao passado dito glorioso. O simpatizante integralista necessitava desta relação dialética para permanecer ligado à doutrina. O passo como fomento de sua mística, o presente como redenção do movimento e o futuro como perspectiva de poder. Uma vez que o condicionamento estritamente político não era mais o nódulo que os prendia ao movimento, necessitava-se, portanto, eleger novas perspectivas.

De 1957 até o seu estertor, o PRP, espelhado na figura carismática de Salgado, permaneceu construindo relações, contabilizando vitórias e derrotas políticas (mais derrotas que vitórias), visando sua permanência no jogo democrático. As comemorações dos 25 anos do movimento foram o prólogo da desagregação do partido, que, em 1964, foi definitivamente seduzido pela possibilidade de permanência no poder ao lado dos

CAPÍTULO 11 PLÍNIO SALGADO E A ENCICLOPÉDIA DO INTEGRALISMO

militares, o que fez protelar a inabalável crença integralista de que “jamais estariam sozinhos!”. Sediciosos para uns, mártires para outros, os integralistas terminaram sua participação política de forma melancólica. O poder real, jamais chegou às mãos de Salgado.

REFERÊNCIAS

CHARTIER, Roger. *A Nova História Cultural: entre práticas e representações*. São Paulo, Difel, 1998.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. *Enciclopédia do Integralismo. Dogma do sigma*. Juiz de Fora. Editora de UFJF. 2021.

BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996;
RICOUER, Paul. *Tempo e Narrativa*. Vol. III. Campinas: Papyrus, 1997.

DOREA, Augusto Garcia Rocha. *A Enciclopédia do Integralismo*, Vol. II. Rio de Janeiro. Livraria Clássica Brasileira, 1957, p. 35.

GLOBO, 9/09/1957, p. 5.

SALGADO, Plínio. *A Enciclopédia do Integralismo*, Vol. 1. Rio de Janeiro. Livraria Clássica Brasileira, 1957.

Capítulo 12

Integralismo para o século XXI: a morte e a imortalidade de Plínio Salgado

**Márcia Regina da Silva Ramos
Carneiro¹
Odilon Caldeira Neto²**

Em maio de 1970, durante a ditadura civil-militar, Plínio Salgado concedeu entrevista à Revista *Veja*³. Intitulada oportunamente de “A volta do Chefe”, a entrevista com o líder dos integralistas transmitia a imagem de alguém que buscava se apresentar como ator político de primeira grandeza em um momento de intensificação da agenda autoritária. Não apenas por estar inserido como membro da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), mas também como uma alternativa política à direita radical, seja como um influenciador e, dada a hipotética e diminuta possibilidade, eventual liderança.

Mais que um elogio ao capital político que delineava em benefício próprio, Plínio Salgado buscou enfatizar a situação de grande poderio político e permanente unidade dos integralistas naquele momento e em um futuro próximo, se as condições permitissem. Segundo os cálculos repetidamente superestimados, Plínio Salgado seria líder de em torno de setecentos mil militantes, além de cerca de uma centena de Deputados, assim como de alguns membros do Executivo Federal. Bastaria a ordem do antigo, ou eterno, Chefe, e esses integralistas haveriam de se reunir e seguir os auspícios de seu líder.

1 Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora Associada do Departamento de História do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional/UFF. Coordenadora do Laboratório de Estudos das Direitas e dos Autoritarismos (LEDA) e do Laboratório de Estudos da Imanência e da Transcendência (LEIT)/UFF/RJ. Pós Doutora em Educação pelo PPG-Educação/UFF.

2 Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com estágio no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-Ulisboa). Professor Adjunto de História Contemporânea e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

3 A volta do “Chefe”, Revista *Veja*, São Paulo, 13 de maio, p. 20-23, 1970.

Sem dúvida, 700.000 integralistas era um número distante da realidade. O anúncio de um contingente superestimado tinha dois objetivos primordiais: em primeiro lugar, tinha o propósito de recuperar a importância que o integralismo havia perdido ao longo dos anos. Além disso, ao retomar idealmente essa importância, retomava-se também o anúncio da centralidade e o carisma, de Plínio Salgado como figura de proa do movimento integralista.

Quanto ao carisma de Salgado, enquanto elemento de referência aglutinador ao ideal do Sigma, esta conexão se estabelece, até a atualidade, não apenas como significado mítico, a do fundador do integralismo brasileiro, mas, também com importância mística, no sentido messiânico. Esta concepção carismática em relação a Salgado deve ser observada por dois aspectos: o simbolismo partidário, o de agregador e da síntese do ideário integralista) ou por seu simbolismo imagético e memorialístico, mantida pelas reproduções impressas e virtuais das obras e imagens do período integralista dos tempos da Ação Integralista Brasileira (AIB). O carisma, como o considerou Max Weber (1999), é entendido como categoria complementar ao racionalismo que, não é entendido, apenas, como “movimento” da irracionalidade, mas como “polaridade essencial” (GREEN, 1980, p. 206 apud BACH, 2011, p. 2). Segundo Bach, demonstrando no abstract do seu artigo de 2011:

O carisma pode ser visto como uma chave sociológica para o entendimento dos processos sociais nos quais as aparentes tendências evolucionistas e unidimensionais do racionalismo se rompem de modo explosivo, suspendendo as instituições para ganhar o domínio e controle através de formas personalizadas em contextos coletivo. (BACH, 2011, abstract, p. 1).

Neste aspecto, também Frank Dikötter (2019) aborda tipologias de construções de cultos a personalidades de alguns ditadores do século XX. Ao comparar as construções “teatrais” que circundam os “cultos” políticos desde Luís XIV, o “Rei Sol”, Dikötter aponta que, ainda que inspire temor, os ditadores da atualidade necessitam criar a ilusão de que detêm o suporte popular. Este suporte popular, segundo a interpretação de Dikötter, pressupõe a construção de “cultos” aos líderes.

Independentemente da capacidade pessoal “carismática” de aglutinar em torno de si seguidores fiéis, o líder, cujo objetivo é estabelecer um projeto político autoritário, também se sustenta por meio de elaborações midiáticas que visam intermediar por meio de sua própria representação a de representação como mito.

No artigo “Em Torno do Conceito de Mito Político”, Luís Felipe Miguel, reflete que, ao se despir a palavra “mito” de sua complexidade, a sua definição resume-se “ao campo semântico da ‘mentira’” (MIGUEL, 1998). Para o cientista político, compreendendo a oposição entre a interpretação do mito, conforme a Antropologia, como narrativa das origens e elemento de coesão social é concebido no campo do discurso político como “narrativa do futuro”:

O discurso político, embora se utilize do passado e o redesenhe permanentemente, projeta-se com muito mais frequência em direção ao futuro. Mesmo quando fala sobre o passado, para resgatar uma tradição ou reverenciar a memória de um grande homem, está de olhos voltados para o porvir. A tradição é invocada na esperança de sua continuidade (ou daquilo que se apresenta como sendo sua continuidade), a evocação do grande homem é um argumento de autoridade em favor dessa ou daquela proposta (MIGUEL, 1998, s./p.).

Assim, sendo, a legitimidade dos discursos que aqui analisamos acerca da permanência de Plínio Salgado como Chefe Nacional da Ação Integralista Brasileira, fundada em 1932, até a atualidade, período que se desdobra em cinco gerações de militantes autoproclamados como integralistas, é compreendido, na perspectiva dos desdobramentos temporais dos conceitos em contextos históricos diferentes, a partir de uma referência mitológica, ou original: a da figura imagética e simbólica de Salgado.

Traduzindo, aqui, livremente, as palavras escritas por Baudelaire, no século XIX “Só se destrói realmente aquilo que se substitui”, parcela da sociedade brasileira considera que seu porvir necessita da direção de lideranças, ou heróis messiânicos, que demonstrem que têm capacidade, ou competência, para manter um status quo idealizado em que o “outro” é aquele passível (de passividade) de submissão. Conforme as palavras de Jean-Pierre Vernant, citadas por Gustavo Barcellos (2021, p. 224): “Se o Mesmo permanece voltado sobre si mesmo, não há pensamento possível”, ou seja, alteridade e tolerância.

Numa perspectiva fenomenológica, tomando a consciência no seu aspecto relacional entre ações, vontade e intervenção na realidade, essa pode ser entendida como compreensão contextual, também, como “novidade”, o que se modifica ou se renova. Neste sentido, o pensamento integralista forjado na década de 1930, se mantêm novo pelo movimento de conservação de um status quo que invisibiliza “o outro”, desvelando ambiguidades em que parcela desses “outros” desconhece as suas próprias condições de subalternidade ao reconhecerem-se com o Mesmo que os subalterniza. Tal como o racismo estrutural e formas retrógradas de moralismos, parcela da sociedade brasileira submete-se aos apelos midiáticos que, modificando-se ao longo dos tempos, pelas inovações tecnológicas da Cultura de massa, mantêm-se como mecanismos interativos ideológicos promotores de Culturas Políticas contextualizadas.

Para além das estratégias de propaganda integralistas envolvidas nos pronunciamentos de Plínio Salgado, enquanto líder integralista que perdura nesta condição desde a década de 1930, não é despropositado afirmar que, a despeito de seu gradual declínio ao longo dos anos, se o integralismo era uma presença política relativamente perene no Brasil de 1932 a 1970, devia-se à liderança de Salgado. De fato, da Ação Integralista Brasileira ao Partido de Representação Popular, até a aparente

desarticulação institucional após 1964, era Plínio Salgado (e em Plínio Salgado) que se mantivera unidos os fiéis e remanescentes integralistas.

Em 1975, com o falecimento de Plínio Salgado, os integralistas não perderam apenas a figura de liderança, mas também o elo entre um passado recente e um porvir glorioso. Mais que a figura da liderança, Plínio Salgado era também a personificação do ideal integralista, pois foi o fundador da Sociedade de Estudos Políticos, o principal idealizador da AIB e articulador de todas as posteriores reformulações e adequações dos integralistas em tempos diversificados. “Nosso desejo de nos elevar não é mais que um sintoma, entre cem outros, dessa força que nos dirige para os antípodas da morte.” (BATTAILE, 2017, p. 65).

Plínio Salgado, definitivamente, morreu em 1975. Não teve pretensão de tornar peregrino seu corpo, como seu contemporâneo e homônimo Plínio Corrêa de Oliveira, outro católico conservador que iniciou a vida pública como deputado representante da Liga Eleitoral Católica na Assembleia Constituinte de 1934 e que, em 1960, fundaria a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (S.B.D.T.F.P. ou TFP). Os seguidores das ideias de Plínio de Oliveira, na TFP, ainda apregoam seu retorno à vida, como antecipação à sua ressurreição carnal no dia do Juízo Final.

A análise de Paulo Roberto Carriello Rosa, em *Domine, ut videan - Até que eu venha (Apocalipse II, 25)*⁴, procura demonstrar aos seguidores de Plínio Oliveira, nomeado pelos adeptos da TFP como “Dr. Plínio”, que, a morte carnal do seu líder estaria em consonância com o plano divino de sua ressurreição, posto que sua presença se faria nos tempos da “Bagarre”, o episódio cataclísmico que antecederia o apocalipse. A certeza dada pelo “D. Plínio” aos seus seguidores de que ressuscitaria seria dada a partir do que ele havia relatado como “sonho profético”, em que o fundador da TFP dizia que esteve em um túmulo que não seria o seu, posto que sua falecida mãe não se encontrava ao seu lado. Também, o líder da TFP, considerava, pelos estudos das “profecias privadas”, ser um “Homem Providencial”, aquele que “em meio a tempestade, surgirá” (ROSA, s./d., p. 38) temente a Deus e para o qual todos os corações se voltariam por nele confiarem.

Os dois Plínios, embora com propostas dissonantes, se guiavam por uma pretensa fidelidade à Igreja Católica em que consideravam, a partir das premissas dogmáticas, suas próprias interpretações, que embasavam suas doutrinas. Neste sentido, evocavam, antes de tudo, a imortalidade da alma, cuja potência. Definida por Agostinho, teria origem divina, não sendo parte da natureza, possui substância própria, imaterial, que não pode ser reduzida ao espaço-tempo. Segundo Agostinho, corpo e alma não se opõem, permanecendo, assim, imortal. Portanto, há que se considerar,

4 Trata-se de documento interno da TFP e faz parte de Arquivo pessoal de GAMA, Victor. AVG/LEIT/UFF. (ROSA, Paulo Roberto Carriello. *Domine, ut videan - Até que eu venha (Apocalipse II, 25)*. São Paulo: TFP (documento interno). Acervo do Arquivo Pessoal de Víctor Gama LEIT/UFF, s./d.).

nesta perspectiva, que as representações das figuras dos dois Plínios, evocando-lhes as almas, evoca-se as presenças corpóreas.

Se para o “Dr. Plínio”, a imortalidade viria com sua presença física “santificada”, a imortalidade que Plínio Salgado reivindicou, foi a das ideias contidas no conjunto doutrinário que a Ação Integralista Brasileira, a partir da Doutrina do Sigma, sua “alma” sintetizaria. Nesta estaria a força de uma ideia, a ideia impulsionadora da “Revolução Espiritual”, a que levaria, a partir de sua expansão/assimilação pelo povo brasileiro, ao Estado Integral, que garantiria, através da ordem corporativa, a estagnação da dinâmica histórico-social com o controle da luta de classes, pela consolidação da soma, pela exclusão das diferenças, que é representada pelo Sigma, o sinal de Somatório, na matemática (CARNEIRO, 2007, p. 18).

Com base numa ideia de ordenamento ideológico/cultural, a AIB propunha, com a soma, a eliminação das possibilidades de interpretações divergentes, intentando representar, por acumulação, todas as ideias numa síntese inquestionavelmente definitiva que incorporasse o conjunto das produções ideológico-filosóficas da humanidade (ocidental e cristã) sob o viés espiritualista (ocidental e cristão), excluindo o conjunto das concepções racionalistas advindas das rupturas iluministas com a escolástica. Este movimento de superação é antagônico ao que Hegel propôs, pois não acrescenta à tese sua própria negação no sentido de movimento histórico. Elimina-lhes partes que considera permissivas, desta forma, não relaciona dialeticamente as negações. Somente dispensa a possibilidade de suas existências, logo, não as inclui na relação dialética: tese X antítese = síntese. A integração, ou seja, a soma, portanto, se daria pela direção espiritual calcada nos parâmetros indicados pela Igreja Católica do século XIX, num contexto que conclamava os organismos da sociedade civil e política a discutirem e intervirem para a resolução da questão social.⁵

No sentido de tornar inteligíveis os apelos para a adesão, Salgado, valer-se-ia de figuras metafóricas e elementos semióticos que, ao longo de sua vida pública, como orador e político, utilizou para o chamamento e adesão às suas ideias. Conforme análise de Umberto Eco sobre símbolos e cultura de massa, se considera o uso de simbologias populares de forma evocar pertinências compartilhadas, através de uma mitopoética “imagem mítica em que se condensam aspirações e desejos” (ECO, 2008, p. 243). A propaganda massiva da Doutrina do Sigma, assim como a divulgação de programas, projetos, marchas e comícios em que a presença e a fala do Chefe Nacional representavam o ápice dos eventos e sua disseminação nas Revistas Anauê e Panorama, editadas pela AIB, tinham como propósito, ao mesmo tempo que popularizar a figura de Salgado, como de torná-lo inalcançável, pois ansiado.

Uma ritualística circundava a figura do Chefe. Os Estatutos da AIB garantiam a intangibilidade do Chefe. Ao Chefe se jurava fidelidade: “Juro por Deus, e pela minha

5 Idem, p. 103.

honra trabalhar pela Ação Integralista Brasileira, executando, sem discutir, as ordens do Chefe Nacional e dos meus superiores”.⁶ Era o último a se apresentar nos comícios, estava sempre em posição de destaque nas marchas e fotografias. Somente a ele era reservada a saudação de três “Anauês!”. Apenas na ocasião da chamada “Marcha dos 50 mil integralistas” na cidade do Rio de Janeiro, no dia 1 de novembro de 1937, à frente do Palácio do Catete, Sede do Governo da República, Getúlio Vargas foi saudado com três “Anauês!”. Nove dias depois, Vargas instalaria o Estado Novo brasileiro, dando fim à AIB como agremiação política.

Rafael Athaides (2012) reproduz a análise de Héglio Trindade, a partir de interpretação de depoimento do próprio Salgado: “O carisma que ele possuía, vinculado a sua capacidade de retórica, necessitava, na sua concepção, de uma ‘liturgia’ para exteriorizar-se e comunicar-se melhor com as massas. Mesmo que a mise-en-scène não substituísse eloquência, ela desenvolvia um ambiente propício à transmissão da mensagem fazendo brotar uma ligação simbólica e afetiva com o Chefe”.

Após tentativa de golpe integralista, em 1938, o integralismo seria expurgado como movimento e ideia. Plínio Salgado seria preso e enviado ao exílio em Portugal. Entre este ano e o de 1945, as ideias integralistas ficam submergidas pela ausência física, porém viva de Salgado. Com a “redemocratização” e a fundação do Partido de Representação Popular (PRP), no Governo Dutra (1946-1951) iniciou-se o segundo período demarcado pela tentativa de reorganização integralista em torno da presença corpo/alma de Salgado através do uso do recurso democrático-burguês, como representação em Partido político, que anteriormente, com a AIB, Salgado condenara, e com a criação, pelo próprio Salgado, da Confederação da Juventude, cujos militantes, o Chefe chamava “água branca”. A Confederação surgira da concepção de Salgado de servir como guardiã doutrinária, posto que confiava à juventude seu legado e imortalidade. Salgado vira na juventude, desde os tempos da AIB, sua fonte de imortalidade:

Não estou chefiando este movimento por ambição pessoal. À proporção que ele cresce vou-me sentindo desobrigado perante a História. Quero ser a raiz obscura enterrada no coração da Pátria. A Grande Árvore já está de pé. A seiva que alimenta não sobe através de mim apenas. Eu já me multipliquei em inúmeras raízes. Que raízes são essas? A mocidade da Pátria (SALGADO, 1936).

Reconhecendo sua mortalidade corpórea, Salgado direciona a sua perenização para a fidelização da militância à ideia, ou Doutrina do Sigma, que ele mesmo representa, como Chefe Nacional da Ação Integralista Brasileira. Chefia e movimento imortalizados pela ideia (alma).

6 Monitor Integralista, n. 5, 04/1937, p. 11.

Com a implantação da Ditadura Militar e a imposição do Ato Institucional número dois, Salgado submeteu-se ao projeto bipartidário do governo militar e adere à Aliança Renovadora Nacional, sendo eleito para dois mandatos como Deputado Federal, de 1967 a 1971 e 1971 a 1974, ambos por São Paulo.

A partir de 1985, começa o novo momento de invocação dos ideais integralistas como proposta de organização civil e política. Neste período, adeptos das ideias de Plínio Salgado tentam recuperar como parâmetro organizacional os princípios da AIB. Porém, sob uma nova condição: a ausência física do Chefe que falecera em 1975.

As décadas seguintes do século XX representaram o período de reunião dos antigos partidários do integralismo, representantes da existência física de Salgado e guardiões de sua memória eternizada e vivificada por uma atuação post mortem na Chefia na “Milícia do Além”. Em site da Frente Integralista Brasileira, deste 10 de janeiro de 2019, evoca-se relação da Doutrina com Deus:

O aspecto mais complexo presente no Integralismo é precisamente a Doutrina (Deus), apresentada em nossa tríade; Deus, Pátria e família. O integralismo enquanto movimento físico representado em seu início pela Ação Integralista Brasileira (AIB) foi um dos primeiros movimentos a proclamar publicamente sua crença em Deus, logo no Manifesto de Outubro de 1932 que lançou ao Brasil a ideia nova e revolucionária, se encontra proclamado: “Deus dirige o destino dos povos (LIRA, 2019).

Ao longo das primeiras décadas do século XXI, alguns grupos internos do movimento tentaram incorporar outras associações de linha autoritária e conservadora, como a Sociedade Tradição, Família e Propriedade, a TFP, cujo símbolo é o leão rampante. Porém, alguns contatos com a TFP não lograram êxito. Segundo Gumercindo Rocha Dórea, que fora um jovem proeminente águia-branca, entre os movimentos liderados pelos dois Plínios, não haveria afinidades ideológicas que pudessem unir as duas organizações de direita e essencialmente católicas.

Além da TFP, outras organizações foram convidadas a conhecer e se submeter às razões doutrinárias do integralismo, como os movimentos pró-monárquicos, a União Nacionalista Democrática, que reúne reservistas e pessoal ativo da esfera militar brasileira, o Movimento de Valorização do Brasil, o MV-Brasil e, até mesmo a Maçonaria.

Durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e do Partido dos Trabalhadores, e seu breve substituto, Michel Temer, ou seja, em vinte anos de governos interpretados como progressistas em relação à Ditadura e os que se seguiram imediatamente à redemocratização, os “órfãos” integralistas buscaram constituir redes de solidariedade ideológica para fazer frente ao que consideram a destruição dos valores morais da Pátria.

O “novo” integralismo passaria por rupturas no interior daquilo que representava sua união: a Doutrina do Sigma. Surgiram novas interpretações, ou tentativas de leituras

que buscavam nos escritos integralistas a avaliação das mudanças paradigmáticas pelas quais passou o século XX e que se tornaram aflitivas para alguns defensores da continuidade integralista no século XXI. Estas questões levaram o grupo sediado principalmente em Campinas, São Paulo, mas com origem em Juiz de Fora, Minas Gerais, a repensarem a doutrina como um “projeto em construção”, levando-os à criação do Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B). Esta postura encontraria forte resistência do grupo formado por antigos “águias brancas”, entre estes, Gumercindo Rocha Dória. Numa postura que se propõe a levar a ação doutrinadora integralista para as ruas, o MIL-B), propõe o Galo, como símbolo do enfrentamento, como forma de responder à pecha de galinha-verde que marcou o integralismo no início do século passado.

Embora tenha havido intervalos de tempo e mudanças de enfoques desde a fundação da AIB, em 1932, se percebe o esforço de continuidade do movimento inicialmente liderado por Plínio Salgado. Procura-se manter como foco, a organização de uma associação que congregue a luta nacionalista, anticomunista, antiliberal, moralista, tendo como proposta a construção de um Estado Integral, síntese de toda história, entendendo-a como seu próprio fim.

Até o limiar do século XXI, quando o integralismo (e o capital de Plínio Salgado) passaria a ser disputado pela Frente Integralista Brasileira (FIB), pelo Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B) e pela extinta Ação Integralista Revolucionária (AIR), poucas organizações integralistas foram criadas, nenhuma com impacto político expressivo. A isso, é possível citar alguns fatores estruturantes. Em primeiro lugar, o integralismo já não era o referencial primordial para a direita radical brasileira, perdendo espaço para agrupamentos de naturezas diversas.

Fig. 1 - I Congresso Integralista para o século XXI - tentativa de unificação dos núcleos físicos e virtuais no território nacional. À Mesa, representantes do então futuro MIL-B. e membros da Casa Plínio Salgado/ FIB/São Paulo



Fonte: Foto de Marcia Carneiro, 2004

Os integralistas (e a “ideia”) resistiram durante o processo de transição democrática, que levou a cabo o surgimento do fenômeno da “direita envergonhada”, em que parcelas significativas da sociedade civil se afastaram sistematicamente de seus passados e enunciações autoritárias.

Não menos importante, os remanescentes deveriam lidar com duas questões fundamentais: como se organizar? Quem lideraria os integralistas em suas novas formas de organização? Os integralistas remanescentes tinham que conviver com a ausência física de Plínio Salgado e a sua constante presença na sustentação ideológica.

Ao que pese as discussões em torno do capital político de Plínio Salgado, a legitimidade das organizações integralistas e as interações no campo político e das formas de organização da direita radical, os integralistas mantiveram algumas relações com outras lideranças políticas. Enéas Carneiro, que entre 1989 e 2006 foi a liderança inequívoca do Partido de Reedificação da Ordem Nacional (o Prona), parecia representar uma referência agregadora de uma “visão de mundo” próxima às expectativas integralistas de Estado: autoritário e com base moral conservadora.

O Prona ocupou alguns dos espaços vazios (ou carentes) da direita radical ao longo do fenômeno da “direita envergonhada” e seu lento processo de depuração (CALDEIRA NETO, 2016). Seja devido ao apelo à ordem e à hierarquia, aos valores conservadores, assim como na defesa de um nacionalismo estatizante e orgânico, o Prona foi um receptor aparentemente “natural” dos anseios e investidas de grupos integralistas. Em forma de elogios a Enéas Carneiro, ou de efetivas tentativas de articulação, os grupos “neointegralistas” se relacionaram com o Prona, sem que, contudo, o partido de Enéas Carneiro pudesse ser classificado efetivamente como um partido integralista ou “neofascista”.

Mais recentemente, os grupos integralistas voltaram às ruas (e ao noticiário) com a chamada “onda conservadora” em voga. Mais que o partilhar de interesses políticos nas marchas contrárias ao Partido dos Trabalhadores, esses grupos notaram a articulação em torno de valores particularmente caros ao ideal integralista. Em termos efetivamente eleitorais, a Frente Integralista Brasileira, que é atualmente a principal formação integralista, empreendeu o fortalecimento de relação com o Partido Renovador Trabalhista Brasileiro, de Levy Fidélis (e do Vice-Presidente da República), que inclusive tornou público elogios a Plínio Salgado e a adoção do lema integralista “Deus, Pátria e Família” em sua campanha a Deputado Federal.

Os grupos integralistas, no imediato início do governo de Jair Bolsonaro, julgam estar em uma oportunidade única desde o falecimento de Plínio Salgado. De certa maneira, desde a sua morte, Plínio Salgado nunca esteve tão vivo.

No entanto, embora sua Chefia seja ainda presente e inquestionável, nas últimas eleições, alguns grupos que se identificam como integralistas do Comando da Insurgência Popular Nacionalista se manifestaram contra movimentos que se opunham à campanha eleitoral do atual presidente brasileiro, considerando “fascistas” seus defensores. As ações do grupo vieram a público em duas Universidades Federais no Rio de Janeiro, UNIRIO e UFF. Algo, no mínimo, paradoxal, pode ser considerado nessas ações: se o integralismo não é reconhecido como “fascista”, por que integralistas estariam se sentindo atingidos pelas organizações estudantis antifascistas?

Outra questão a ser levantada é sobre possível alteração da figura de Salgado como representação integralista, sendo Barroso, admissível, mas não o ex-líder do Prona, Enéas ou Bolsonaro. Se assim se consolidar esta “substituição”, embora possível no âmbito de movimentos fascistas que se atualizam, esta alteração seria inadmissível enquanto Doutrina pois, substituído o Chefe, a síntese encontra seu fim. Ainda que não superável, a soma seria concluída e a alma, imortal, encontraria seu descanso eterno na Milícia do Além que não admitiria novos militantes pois seu Chefe já não seria o mesmo.

REFERÊNCIAS

ATHAIDES, Rafael. *As Paixões pelo Sigma: afetividades políticas e fascismos*. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

BACH, Maurizio. Carisma e racionalismo na sociologia de Max Weber. *Sociol. Antropol.* 1 (1), Jan.-Jun., 2011.

BATAILLE, Georges. *A literatura e o mal*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CALDEIRA NETO, Odilon. *“Nosso nome é Enéas!”: Partido de Reedificação da Ordem Nacional (1989-2006)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

_____. *Sob o Signo do Sigma: Integralismo, Neointegralismo e o Antissemitismo*. Maringá: Editora Universidade Estadual de Maringá, 2014.

CARNEIRO, Marcia Regina da Silva Ramos. *Do sigma ao sigma – entre a anta, a águia, o leão e o galo – a construção de memórias integralistas*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

DIKÖTTER, Frank. *How to Be a Dictator: The Cult of Personality in the Twentieth Century*. London/Oxford/New York/New Delhi/Sydney: Bloomsbury Publishing, 2007.

ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

LIRA, Manoel. *A milícia do Além*. In: *Atualidades*. Frente Integralista Brasileira. Disponível em: <http://www.integralismo.org.br/?cont=890&vis=#.XDdtpVxKjIU>. Acesso em: 10 jan. 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. Em Torno do Conceito de Mito Político. *Dados [online]*, v. 41, n. 3, p. 635-661, 1998.

SALGADO, Plínio. *Palavra Nova dos Tempos Novos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: Ed. UnB, 1999.

*Alexandre Almeida¹
Fábio Chang de Almeida²
Odilon Caldeira Neto³*

INTRODUÇÃO

O integralismo pós-Plínio Salgado caracterizou-se pela fragmentação e ausência de uma liderança nacional carismática. Surgiram diversos grupos (ainda que incipientes no âmbito político-institucional) e iniciativas individuais a disputar a herança integralista da década de 1930. Por um lado, setores da cultura juvenil, nomeadamente os *skinheads*, adotaram o integralismo como ideologia. Por outro, diversas iniciativas grupusculares neointegralistas (no sentido atribuído por Roger Griffin) aproveitaram as diversas ferramentas de informação e comunicação disponíveis a partir da popularização da internet. Dos *skinzines* verdes dos anos 1980 às redes sociais do século XXI, o integralismo buscou popularizar uma nova identidade e falhou nesse processo. A pulverização de iniciativas e a ausência de coesão aproximaram o integralismo do conceito de

- 1 Professor do Curso de Especialização em Educação em Direitos Humanos (UFABC). Pós-doutorando em História (UFJF). Bacharel em História (PUC SP), Mestre em Antropologia (PUC SP) e doutor em História Social (USP).
- 2 Professor Assistente II na Universidade La Salle. Doutor e Mestre em História (UFRGS). Pós-doutorando em História (UFJF). Especialista em História da Alimentação e Patrimônio Cultural (UNISC). Especialista em Psicopedagogia e Tecnologias da Informação e Comunicação (UFRGS). Licenciado em História (ULBRA) e Geografia (UFRGS). Bacharel em Nutrição (UFRGS). Foi Investigador Visitante Júnior no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL).
- 3 Professor Adjunto de História Contemporânea do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com estágio doutoral no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-Ulissboa) e pós-doutorado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

resistência sem liderança. Todavia, mais que uma estratégia deliberada, a fragmentação neointegralista⁴ é sintoma de um anacronismo político em uma época onde novos setores da direita radical se apropriaram da pauta tradicional do sigma: *Deus, Pátria e Família*. Este capítulo busca revisitar o processo que levou ao cenário atual, onde após a saída de cena do seu líder máximo, chegou-se ao panorama de um integralismo em migalhas. A análise é delimitada no período entre os anos 1980 e as duas primeiras décadas do século XXI.

AS GERAÇÕES INTEGRALISTAS

É possível identificar quatro principais etapas na história do movimento integralista. A primeira delas corresponde essencialmente à década de 1930, fase do surgimento e organização do integralismo enquanto movimento e partido. A segunda engloba o período entre 1945 e 1965, quando a doutrina do movimento foi resgatada como parâmetro ideológico no contexto político daquele período. (CARNEIRO, 2010, p. 303) O terceiro momento da história integralista corresponde ao período pós-falecimento de Plínio Salgado, que ocorreu em 1975. Nessa fase, os integralistas buscaram uma reorganização sem a presença do seu líder máximo. No extremo desse terceiro momento, é possível identificar uma “quarta geração integralista”, também chamada “neointegralista”, que está vinculada com a militância mais recente⁵. (CARNEIRO, 2011, p. 405)

A trajetória dos grupos integralistas dessas últimas fases não é, de forma alguma, linear e facilmente compreensível. Diversas organizações foram criadas no período compreendido pela terceira e quarta gerações integralistas, buscando cada qual suas estratégias de articulação, atuação e abordagens específicas. Além do grande número de grupos criados no âmbito do neointegralismo, há ainda a questão da efemeridade de grande parte dessas iniciativas que, somadas às disputas internas e ausência de uma liderança nacional consensual, estabeleceram grandes limites para a rearticulação integralista nos últimos anos do século XX e início do século XXI.

4 Sobre o termo “neointegralismo” e suas interpretações, ver: CALDEIRA NETO, Odilon. Neointegralismo: do debate historiográfico a uma possível definição. *L'Ordinaire des Amériques*, 226, 2021.

5 De acordo com um militante da Frente Integralista Brasileira (FIB), a organização admite a existência de uma quinta geração integralista composta por jovens “millennials”. Segundo o entrevistado, essa nova geração seria responsável por pressionar os membros mais antigos pela reintrodução da tradicional “camisa verde” como fardamento da FIB. (Almeida, 2019. Entrevista realizada por telefone).

Simultaneamente, houve uma aproximação entre os *skinheads*⁶ e a doutrina integralista. Nesse período, vários *skinheads*- sobretudo do ABC Paulista e de Niterói (RJ) - procuraram constituir um novo movimento mais politizado, afastando-se, se possível, da violência física e com alguma consistência ideológica coerente com o contexto multicultural brasileiro. Se afastando do nazismo, em contraposição aos *skinheads* do Poder Branco Paulista (ALMEIDA, 2004), grupos de *skins* nacionalistas passaram a se afirmar integralistas, principalmente por influência de militantes de organizações nacionalistas que tentavam cooptar jovens para suas fileiras (ALMEIDA & COSTA, 2011).

Eles diziam seguir o integralismo da linha de Gustavo Barroso, considerado “o mais combativo dentre as três grandes lideranças do Integralismo” junto com Plínio Salgado e Miguel Reale (ALMEIDA, 2018). Se auto proclamavam “*skinheads* de terceira posição” e, tal como as antigas milícias da Ação Integralista Brasileira (AIB) lideradas por Barroso, os “*skinheads* verdes”, almejavam ser, ao menos no plano discursivo, a nova força nacionalista nas ruas.

O lema “Deus, Pátria e Família” foi apropriado pelos *Skins* por sintetizar, segundo relatos, a essência de um verdadeiro nacionalista e por dar sentido e consistência ideológica à existência do movimento local. De maneira geral, os *skinheads* entusiastas do integralismo têm como principais características identitárias o anticomunismo, o repúdio às drogas e ao aborto, a homofobia, o discurso contrário ao racismo dos *skinheads* neonazistas, o antisionismo, o antiliberalismo, a xenofobia, a defesa do Estado forte e interventor e dos valores cristãos (ALMEIDA, 2018).

A relação entre os “*skins* verdes” e outros militantes do integralismo foi marcada por momentos de aproximação e tensão,⁷ pois muitos militantes das organizações

6 Segundo Márcia Regina da Costa, os *skinheads* brasileiros da primeira geração definiam-se como: “jovens de origem operária, conscientes e não alienados, fortes de corpo, puros de mente e dispostos a formar um exército para salvar o Brasil dos políticos corruptos, dos banqueiros e multinacionais desejosas de explorar e roubar as riquezas da pátria. E, ainda, posicionavam-se contra os meios de comunicação de massa, que supostamente seriam geridos por “inimigos do povo” (COSTA, 2000). Também acusavam os judeus de representarem o capital internacional, o poder dos meios de comunicação e de terem a pretensão de dominar o mundo. Eles também repudiavam a homossexualidade, sob o argumento de que ela exemplificava a decadência da moral e da família. Em São Paulo, entre os Carecas do Subúrbio, assim como também em alguns outros grupos *skinheads* espalhados pelo Brasil, existiam jovens negros e descendentes de migrantes provenientes de Estados do Nordeste brasileiro. Porém, todos esses argumentos eram proferidos de forma desarticulada. Havia, também, muita confusão conceitual sobre as ideologias às quais eles se diziam adeptos, ao ponto de alguns Carecas negros portarem símbolos como a suástica e se afirmarem admiradores de Adolf Hitler (COSTA, 2000).

7 Um desses momentos de tensão ocorreu durante um evento em comemoração ao Dia do Trabalho, na década de 1980, na Praça da Sé, em São Paulo. O evento, organizado por partidos, sindicatos e organizações de esquerda sofreu uma tentativa de invasão por parte de um grupo de nacionalistas, encabeçado por Anésio Lara Campos, com a participação de alguns Carecas do Subúrbio. Segundo alguns entrevistados que estavam presentes no evento, Anésio foi acusado de manipulá-los, provocando assim a prisão de vários membros dos Carecas, enquanto ele saiu incólume. Pouco tempo depois, Anésio seria agredido por alguns desses *skinheads*. Outro exemplo foi uma discussão ocorrida durante o I Congresso Integralista para o século XXI, realizado em São Paulo, em 2004. Durante o debate sobre a formação do Movimento Integralista Brasileiro (MIB), a participação de *skinheads* foi rechaçada por um militante integralista, por considerá-los muito violentos. Tal acusação foi rebatida por ex-membros do grupo dos Carecas do Subúrbio, que defenderam a aceitação dos *skins*, pois eles poderiam ser considerados a “porta de entrada” para os jovens que se interessam pelo nacionalismo. Ver: ALMEIDA, 2018.

integralistas⁸ viam (e ainda veem) com desconfiança a inclusão de *skinheads* em seus grupos. Essa apreensão é motivada por diversos fatores, como a imagem estigmatizada do grupo e a conseqüente repercussão negativa na imprensa; a conduta violenta de alguns membros;⁹ os possíveis conflitos com grupos rivais, como *punks* e “antifascistas”; as discordâncias doutrinárias (como a questão do antissemitismo e a negação do Holocausto); a ameaça de deturpação da doutrina; a falta de disciplina e recusa de muitos *skins* de abandonar seu estilo, especialmente no que diz respeito à estética visual belicosa (CARNEIRO, 2007). Por sua vez, os *skins* criticavam os militantes integralistas “tradicionais” por considerá-los manipuladores, demasiadamente “intelectualizados” e por não realizarem atividades do tipo “ação direta” nas ruas. Ainda assim, é possível afirmar que há certo respeito entre as partes. Não é incomum observar em eventos como os desfiles cívico-militares alusivos aos aniversários da Revolução Constitucionalista de 1932 e da Independência do Brasil, a convivência respeitosa entre militantes integralistas “tradicionais” e *skinheads* (ALMEIDA, 2018).

Uma relativa organização e articulação das diversas siglas neointegralistas foi notada no limiar da década de 2010, quando grupos como o CEDI (Centro de Estudos e Debates Integralistas), a Casa Plínio Salgado (São Paulo/SP), o Centro Cultural Plínio Salgado (Niterói/RJ) e o CEHP (Centro de Estudos Históricos e Políticos) passaram a estabelecer contato mais íntimo entre as lideranças dessas organizações, buscando não somente a construção de um espaço de interlocução, mas também a possibilidade de união entre essas diversas siglas e os seus respectivos (poucos) membros.

INTEGRALISMO E COMUNICAÇÃO

Um dos elementos centrais para a organização, e doutrinação do movimento integralista em suas diferentes fases foi, certamente, a comunicação. Durante os anos de atuação da AIB, de 1932 a 1937, a imprensa – principalmente escrita – desempenhou papel central na disseminação dos elementos doutrinários e ideológicos do Sigma, sobretudo por seu longo alcance territorial e formatação desses elementos, em especial dos jornais impressos.

8 Tanto as que existiram das décadas de 1980/1990 (como a nova Ação Integralista Brasileira – AIB e o Movimento Participativo Nacionalismo Social – PARNASO), quanto às atuais organizações integralistas (como a Frente Integralista Brasileira – FIB, o Movimento Integralista Linearista Brasileiro – MILB, a Ação Integralista Revolucionário – AIR, e a Sociedade de Estudos do Nacionalismo Espiritualista – SENE), além das instituições que são uma “mescla” de “Think Tanks” e locais de preservação da memória integralista (como, por exemplo, a Casa Plínio Salgado, em São Paulo, e o extinto Centro Cultural Plínio Salgado, em Niterói). Sobre a Casa Plínio Salgado, ver: DOTTA, 2010.

9 Como, por exemplo, o caso do assassinato de Edson Neris da Silva, por membros dos Carecas do ABC, na Praça da República em São Paulo, em 2000. Esse caso, devido a comoção social gerada, serviu como mais um exemplo para justificar o afastamento dos militantes integralistas. Para mais informações a respeito desse caso, ver: FRANÇA, 2008.

Os periódicos integralistas da AIB estiveram submetidos a uma lógica de controle, institucionalizada por meio do Sigma Jornaes Reunidos, que conferia uniformidade aos jornais e boletins do movimento, tanto do ponto de vista temático e organizativo (com seções presentes nos periódicos) quanto do ponto de vista discursivo, tendo em vista a importância desse material para a construção e solidificação da uniformidade ideológica e discursiva dos militantes integralistas, fossem eles representantes dos mais altos escalões ou membros subalternos.

Mesmo após o fim da AIB e da frustrada tentativa de reorganização integralista durante o Estado Novo (Associação Brasileira de Cultura), a imprensa continuou estabelecendo papel de extrema importância para a organização, doutrinação e existência dos integralistas, fosse pelo Partido de Representação Popular (PRP), de 1945 a 1965, ou demais organizações integralistas surgidas até meados da década de 1970.

Nas fases mais recentes, a existência de diversos grupos em disputa pelo “legado do Sigma” e a inexistência de uma liderança hegemônica capaz de unificá-los, não impediu a militância de difundir a suas interpretações da doutrina por meio de novas ferramentas de comunicação. Das máquinas fotocopadoras às redes sociais na internet, os novos integralistas buscaram estabelecer plataformas de comunicação com o seu público.

Nos anos pré *internet*, os chamados *skinzines*¹⁰ formavam uma poderosa rede alternativa de comunicação entre as “cenas”¹¹ *skinhead* no Brasil e no mundo. Os *skinzines* são uma forma de mídia alternativa, com o objetivo de tornar públicas as posições e notícias de interesse do segmento juvenil que representa e de divulgar suas versões sobre determinados assuntos veiculados na grande imprensa. Eles possibilitam

10 Neologismo criado a partir das palavras *skinhead* e *magazine* (revista, em inglês). A palavra *skinzine* tem relação direta com outro neologismo: *fanzine*. *Fan* é a abreviação da palavra inglesa *fanatic* (fanático) e *zine* se refere à palavra *magazine*.

11 A noção de “cena”, aqui trabalhada, parte da concepção de uma categoria explicativa criada pelos próprios Skins para delimitar uma teia de produções e posturas. A palavra “cena” também se apresenta como um sinônimo para “ciclo”, “etapa”, “período” e somente mediante sua análise podemos evitar as generalizações, pois somos obrigados a aproximar o foco de nossa “lente analítica” o máximo possível do objeto de investigação. Nesse sentido, apreender o imaginário desses grupos é de grande importância. O imaginário é uma invenção absoluta, através da atribuição de outros sentidos a símbolos já disponíveis e conhecidos na sociedade. Por meio desses símbolos, o imaginário deixa de ser “virtual” para ganhar vida própria no intuito de buscar respostas às perguntas mais fundamentais como, “quem somos, como coletividade? Quem somos, uns para os outros? Que queremos, que desejamos, o que é que nos faz falta?”. Sem essas respostas, que a racionalidade e a realidade são incapazes de proporcionar, “*não há mundo humano, nem sociedade, nem cultura, pois tudo cairia em um caos indiferenciado*” (CASTORIADIS, 1989). Podemos complementar esse raciocínio com a ideia de que o imaginário apresenta um quadro ordenado de representações. É ele quem distribui as identidades, é por meio dele que se expressam as necessidades coletivas e dos fins a alcançar, impondo, simbolicamente, as normas e os valores de uma sociedade. Um dos mecanismos pelo qual o imaginário se manifesta é a ideologia que, por sua vez, apresenta e intensifica o conflito social. A ideologia assegura o consenso social por intermédio de um novo paradigma, determinando e justificando, ao mesmo tempo, as posições sociais. A ideologia cristaliza um saber e reforça um fanatismo, uma obsessão pelas imagens que forma. Sedutora, em última instância, a ideologia determina o justo do injusto (ANSART, 1989).

manter o indivíduo atualizado sobre a “cena” com a qual está envolvido, no que diz respeito a, por exemplo: resenhas de discos; entrevistas com bandas e militantes; agenda de shows; textos doutrinários e material de propaganda (cartazes, panfletos, etc.); textos e notícias sobre manifestações públicas; réplicas a outros artigos e notícias publicadas em outros meios de comunicação; comércio de produtos dos mais variados tipos¹² e diversas pautas eventuais que sejam do interesse dos editores.

Uma das principais características desse tipo de publicação é gozar de liberdade editorial. Os *skinzines* são produzidos, geralmente, por um único indivíduo ou um pequeno grupo que comunga dos mesmos ideais e, assim, expressam suas opiniões e gostos pessoais sem intervenção externa. Por exemplo, não há influência de patrocinadores interessados em financiar a iniciativa, mas que reivindicam liberdade para interferir na pauta editorial. A tiragem dos *zines* é geralmente feita por meio de fotocópias, permitindo que se produza uma quantidade razoável de exemplares a um custo não tão elevado.

Os *skinzines* integralistas possuíam um conjunto de argumentos a respeito de temas considerados como “ameaças” à tríade “Deus, Pátria e Família”. Dentre eles, destacam-se suas posições acerca do racismo, sionismo, homossexualidade e comunismo. Nessas publicações, percebe-se que tanto a cultura *hip hop*, quanto os *skinheads white powers* são considerados responsáveis, na mesma medida, pela difusão do racismo no Brasil, pois colocariam o orgulho étnico acima do orgulho de sua nacionalidade. Por exemplo, o *Boletim Avante* apresenta, no artigo “Atenção – mensagens subliminares de racismo”, a posição de seus autores em relação a algumas bandas de *rap*:

Muitos não percebem em nosso país o crescimento de um movimento racista, que por trás de uma falsa imagem, instiga os negros a se voltarem contra os brancos. Trata-se do “Movimento Negro”. Os militantes não se consideram abertamente racistas, para não se comprometerem e para que o povo não tome conhecimento de seus objetivos verdadeiros... (Boletim Avante, n. 3, p. 4, s./d., Niterói).

Já os “sionistas” são apresentados nos *skinzines* tal qual nas obras de Gustavo Barroso sobre o tema, ou seja, como conspiradores que objetivam se apoderar das riquezas do Brasil, impedindo assim o desenvolvimento nacional. No artigo “Racismo”, publicado no *skinzine* Atitude A.B.C., o Sionismo é caracterizado como um movimento racista e antagônico aos ideais nacionalistas apresentados nos *skinzines*, sendo considerado, portanto, uma ameaça ao país:

Muitos de nós que estamos tendo a oportunidade de enxergar os verdadeiros inimigos do mundo nacionalista e da humanidade (os sionistas) sabemos que é justamente o sentimento de superioridade que motiva nossos carrascos a submeter

12 O Boletim Avante e o Skinzine Atitude ABC, na década de 1990, além de trazer anúncios de bandas e Skinzines, apresentam também anúncios de marcas próprias de roupas estilo Street Wear. Enquanto o Boletim Avante anuncia a marca Arena Rio como “primeira marca do movimento nacionalista”, o Skinzine Atitude ABC anuncia produtos da marca Arsenal - serviços Skinheads.

CAPÍTULO 13 DOS “ZINES” ÀS REDES SOCIAIS

os povos do planeta à miséria material, moral e espiritual, nos deixando na condição de cauda, pois eles se colocam na condição de cabeça e assim acreditam que merecem o melhor que o mundo pode oferecer, nos deixando apenas as migalhas (Atitude A.B.C., n. 1, s./p., novembro de 2002, São Bernardo do Campo).

Os *skinheads* desta vertente se posicionam a favor da família heterossexual e monogâmica como padrão de moralidade. Eles entendem a homossexualidade como uma ameaça à família, à pátria e aos valores cristãos. No artigo *Alerta aos brasileiros* a telenovela *Mulheres Apaixonadas*¹³ é considerada o meio de difusão de valores por eles condenáveis:

...acontece de tudo um pouco; o noivo trai a noiva no dia do casamento, é flagrado e ainda pior, é perdoado; as mulheres são infiéis a seus maridos; uma professora se apaixona por um aluno anos mais jovem e que aparentemente é homossexual; e para completar, não poderia faltar o casal gay de duas mulheres apaixonadas (Boletim Avante, n. 10, s./d., Niterói).

De acordo com o texto, esses exemplos de conduta considerados “libertinos” (relação homoafetiva e infidelidade) apresentados pela telenovela, tendem a definir um novo padrão de comportamento para a população. Segundo o autor do artigo, há uma campanha em andamento que se vale dessas “mensagens subliminares diabólicas” visando “idiotizar” a população. Em tom alarmista, o autor prevê a veiculação em programas televisivos de “cenas de sexo entre homossexuais e qualquer cena de perversão possível e imaginável”, incluindo pedofilia. Tal campanha seria orquestrada pelo que ele chama misteriosamente de “donos do mundo”.

Considerada uma ideologia “destruidora” da pátria, da família e da religião, as críticas ao comunismo têm espaço garantido nos *skinzines*. A oposição do espiritualismo ao “materialismo vermelho” pode ser observada no trecho de um artigo publicado no *skinzine* *Fronteira Skinheads*:

Como se não bastasse querer acabar com a cultura e nação dos povos o comunismo é também uma ideologia totalmente materialista, isto é, os marxistas são contra toda e qualquer doutrina religiosa, chegando ao ponto de não acreditarem ou colocarem em dúvida a existência de Deus. [...] Será mesmo que uma ideologia que não tem nenhum compromisso com a moral e a fé das pessoas seria a solução para os problemas sociais enfrentados nas sociedades? (Fronteira Skin Heads Brasil, n. 2, s./p., fev. 1996, São Paulo).

A Música Popular Brasileira seria um dos meios de difusão do ideário comunista. No artigo “A MPB na esquerda”, assinado pelo compositor Walter de Azevedo, e publicado no *Boletim Avante!*, a influência do comunismo na MPB contradiz a “essência

13 Exibida pela Rede Globo de televisão no ano de 2003.

de brasilidades”, inspirada pelo espírito católico, patriótico e tradicionalista. A crítica é dirigida aos artistas da Tropicália, considerados *hippies* que transformaram a MPB (“produto das teorias materialistas”) em “Música Profana Brasileira”, cidadãos do mundo e não brasileiros, adeptos da anarquia e do comunismo:

Como é de costume das tendências esquerdistas, invadindo a M.P.B. vulgarizaram a música e, reduziram-na apenas a mais um veículo de propaganda anarco-comunista, aliciando muitos jovens para este decadente modismo (Jornal Ação Nacional – set./out., p. 7, 2002).

Após a popularização da internet na segunda metade da década de 1990, os *zines* fotocopiados feitos em papel passaram a coexistir com *zines* digitais no formato de *blogs*¹⁴, além dos *e-zines* distribuídos em formato *pdf*.¹⁵ Todavia, o advento da rede mundial de computadores não representou apenas uma atualização dos *zines*, mas o surgimento de novas ferramentas e estratégias de comunicação para a militância neointegralista.

A utilização da internet como meio de comunicação e divulgação neointegralista possibilitou a criação e aproximação entre as diversas organizações. No ano de 1999, foi ao ar o *site* do CEDI, primeira página neointegralista da internet brasileira, fato que veio a pautar a atuação dos grupos vindouros no aspecto da utilização da internet como meio de comunicação, divulgação e propaganda da doutrina do *Sigma* (VICTOR, 2004, p. 76).

A inserção dos grupos neointegralistas na internet ocorreu num período anterior à *web 2.0*, quando a produção de conteúdo na rede demandava conhecimentos de linguagem de programação.¹⁶ Naquele momento, as primeiras páginas neointegralistas não continham material dinâmico e atualização constante, apresentando poucas informações

14 A palavra *blog* é uma abreviação da expressão “*web-log*”. Trata-se de um *site* da internet atualizado com certa regularidade, onde as atualizações são dispostas em ordem cronológica inversa (iniciando pelas mais recentes). O formato *blog* se popularizou a partir de 1999 e podem ser escritos por uma ou mais pessoas. Em geral possuem sistemas de comentários através dos quais os leitores podem interagir, deixando registradas suas opiniões acerca dos assuntos tratados. Não são necessários conhecimentos de programação para criar um *blog*. As diversas ferramentas disponíveis para a publicação de *blogs* tornam extremamente fácil esta tarefa (ALMEIDA, 2011).

15 *Portable Document Format* (ou PDF) é um formato de arquivo desenvolvido pela Adobe Systems em 1993, para representar documentos de maneira independente do aplicativo usado para criá-los. Um arquivo PDF pode descrever documentos que contenham texto, gráficos e imagens num formato independente.

16 No ano de 2004, foi criado o termo *web 2.0* para caracterizar uma suposta segunda geração da *web*. Na prática, a *web 2.0* significou uma mudança de mentalidade dos desenvolvedores de sites da internet. A partir da aplicação de conhecimentos técnicos preexistentes, passou-se a valorizar a interatividade entre os usuários e os sites. Com base nessa reciprocidade, os usuários podiam colaborar de forma ativa com a melhoria, ou mesmo construção de novas páginas. Ferramentas mais simples para a elaboração de sites foram disponibilizadas, aumentando drasticamente o número de pessoas que se aventuravam na criação de conteúdo na internet (ALMEIDA, 2011).

atualizadas e algumas interpretações acerca do contexto político e social do período. Ainda assim, o início da utilização da internet pelos neointegralistas marcou uma maior inserção, articulação e mudanças estratégicas nas perspectivas de disputas de poder.

No contexto de intensa fragmentação entre movimentos, grupos, organizações e indivíduos neointegralistas- que se estendeu de 1975 até o início do século XXI- houve a tentativa, no ano de 2004, de formalizar a criação do Movimento Integralista Brasileiro, a partir de evento realizado na cidade de São Paulo. O insucesso de tal iniciativa acabou por gerar novos grupos, como: a Frente Integralista Brasileira (FIB), o Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B) e a Ação Integralista Revolucionária (AIR), principais organizações neointegralistas atuantes nos anos 2000 (CARNEIRO, 2007; CALDEIRA NETO, 2014).

Desde o período inicial da inserção neointegralista na *web* até a atualidade, a internet tornou-se uma ferramenta de comunicação poderosa, devido à facilidade de acesso e à amplitude de cobertura da nova tecnologia. Especialmente após o advento da *web 2.0*, um computador ou *smartphone* conectado à *internet* torna-se um eficiente instrumento para a troca de informações em escala global. Com a popularização mundial, criou-se mesmo um novo espaço de sociabilidade: o ciberespaço.¹⁷

Os *blogs* são, nesse novo espaço de sociabilidade, uma das principais ferramentas de comunicação e informação disponíveis na *internet*. Eles diferenciam-se dos *websites* “tradicionais” por serem de fácil criação, possuírem uma interface simples e não necessitarem de investimento financeiro. Os *blogs* possibilitaram mais pessoas buscassem ser editores de seus próprios canais de comunicação. Ainda que o caráter aperiódico (embora possa haver alguma periodicidade pré-estabelecida pelo autor) possa inicialmente afastar os *blogs* dos modelos tradicionais da imprensa escrita (jornais, revistas etc.), a possibilidade de “independência editorial” dos autores em relação ao seu meio de comunicação garante a esse canal a condição de ser uma das principais ferramentas do tipo na internet. Os *blogs* ganharam visibilidade e destaque, seja pela possibilidade de se efetivarem como meio de comunicação de determinada empresa, setor da sociedade ou movimento político, e pela capacidade de gerarem uma rede de sociabilidade ligando-se a outros *blogs* e *sites* similares, por meio de *links*.

Nesse sentido, os *blogs* tornaram-se ferramentas extremamente propícias para grupos políticos emergentes, sejam eles fruto de movimentos sociais e reivindicativos ou mesmo grupos de extrato mais conservador, que buscam divulgar suas ideias e dialogar com a sociedade sobre suas perspectivas, anseios e compreensões, assemelhando-se, em alguns aspectos, à imprensa partidária. O uso de novas tecnologias da informação não é um aspecto no qual os neointegralistas colocam-se na vanguarda. Adiante dos

17 “O ciberespaço (...) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo.” (LÉVY, 1999-b, p. 17).

integralistas do século XXI, diversos movimentos de direita radical utilizam a *internet*- e particularmente os *blogs* e outros recursos da *web 2.0*- como meio de propaganda, informação e doutrinação de maneira mais efetiva (ALMEIDA, 2008).

Desde o final dos anos 1990, momento da criação dos primeiros *sites* e *blogs* neointegralistas, até a atualidade, novas ferramentas tornaram-se populares e são utilizadas pelos principais grupos. Deve ser incluída nesse contexto a expansão das chamadas redes sociais, criadas a partir de teorias de *social networking*. São exemplos desta categoria *sites* como o Facebook, Instagram e Twitter.¹⁸ De maneira geral, estes *sites* possibilitam que os usuários criem um perfil onde divulgam informações pessoais, revelam interesses específicos, compartilham fotografias e vídeos, mandam e recebem mensagens etc. Os usuários podem também criar redes de relacionamento com outras pessoas, além de construir ou participar de comunidades voltadas para um determinado assunto.

Por exemplo, além do *site* oficial do grupo,¹⁹ a FIB busca disseminar o integralismo em diversas plataformas²⁰ (Facebook, Instagram, Twitter²¹, Youtube²², Flickr²³ e Telegram²⁴). Esses canais transformam-se não somente em mídias propagandísticas, mas também em local de comemoração da memória militante integralista, rememorando aspectos tidos como essenciais do movimento, dos anos 1930 até a atualidade.

A utilização de *blogs* foi uma constante do grupo na primeira década do século XXI, perdendo espaço (porém, sem desaparecer) para outras ferramentas no período subsequente. Fosse por meio de núcleos estatais da FIB – onde eram articuladas estratégias de divulgação do movimento e onde se estabeleciam redes de sociabilidade entre militantes dos grupos e movimentos afins – ou então, por meio de iniciativas pessoais, os *blogs* neointegralistas configuraram-se, durante certo tempo, como o carro chefe da atuação verde na internet.

Em meados da década de 2010, houve a tentativa de articulação dos diversos *blogs* existentes através da “Ação dos Blogs Integralistas” (ABI), ligada à FIB. A ABI buscou reunir os *blogs* integralistas (na concepção do movimento, excluindo possíveis adversários) e auxiliando na formação de uma rede de sociabilidade entre os militantes integralistas, de modo virtual e real. Esses *blogs* abordavam diferentes temáticas, tanto

18 Como uma derivação do conceito blog, surgiu em 2006 uma ferramenta de uso ainda mais simples. O Twitter, chamado por alguns de microblog, possibilita aos seus usuários o envio e recebimento de mensagens curtas. Esta é a principal diferença entre o Twitter e os blogs tradicionais: no Twitter o tamanho das mensagens é limitado a 140 caracteres. A ferramenta tornou-se um sucesso mundial, não só entre usuários “domésticos”, mas também entre instituições (ALMEIDA, 2011).

19 Disponível em: <http://www.integralismo.org.br>. Acesso em: nov. 2021.

20 Em junho de 2021 o Facebook e o Instagram removeram da internet as contas ligadas à Frente Integralista Brasileira.

21 Disponível em: http://twitter.com/integralismo_. Acesso em: nov. 2021.

22 Disponível em: <http://www.youtube.com/integralismobrasil>. Acesso em: nov. 2021.

23 Disponível em: <http://www.flickr.com/photos/integralismorio>. Acesso em: nov. 2021.

24 Disponível em: <https://t.me/integralismobrasil>. Acesso em: nov. 2021.

no aspecto temporal (memória dos anos 1930 ou questões mais imediatas) ou temas específicos, como tradicionalismo cristão, poesia integralista, discursos anticomunistas, teses antimaçônicas etc. Havia também uma lista com diversos *sites* e canais virtuais de comunicação da FIB e algumas páginas de movimentos que os integralistas julgavam próximos de seus ideais: *sites* ultraconservadores cristãos e adeptos do integralismo lusitano.

Era possível determinar alguns dos eixos temáticos abordados nos *blogs* vinculados a ABI: divulgação das atividades dos núcleos da FIB; discursos contra os “inimigos históricos” do integralismo; comemoração dos líderes de outrora; debates de questões do tempo presente; etc. De maneira geral, os nomes dos *blogs* já sinalizavam o tipo de temática e material que produziam. Por exemplo, os *blogs* “Desconstruindo o Comunismo”,²⁵ “Marxismo: Estudos Críticos”,²⁶ “Maçonaria: Estudos Críticos”²⁷, e “Em Defesa pela Vida”²⁸ são destinados a uma abordagem estritamente anticomunista, antimaçônica e contra os intitulados movimentos pró-escolha.²⁹ No aspecto da conservação da memória integralista, havia *blogs* destinados a homenagear determinados líderes e figuras proeminentes do integralismo, estabelecendo, portanto, espécie de “lugar de memória” (NORA, 1993) do movimento, como as páginas “Espaço Cultural Herbes Parentes Fontes”;³⁰ “Espaço Cultural Tasso da Silveira”;³¹ “Espaço Cultural Câmara Cascudo”;³² e “Espaço Cultural Gerardo Mello Mourão”.³³

Outros *blogs* da ABI buscavam trazer o ideal do Sigma para contemporaneidade, seja marcando presença virtual, como era o caso de alguns *blogs* específicos de núcleos

25 Disponível em: <http://desconstruindo-o-comunismo.blogspot.com>. Acesso em: nov. 2021. O *blog* permanece visível, mas não recebe atualizações desde janeiro de 2020.

26 Disponível em: <http://marxismo-estudoscriticos.blogspot.com>. Acesso em: nov. 2021. O *blog* permanece visível, mas não recebe atualizações desde março de 2012.

27 Disponível em: <http://maconariaestudoscriticos.blogspot.com>. Acesso em: nov. 2021. O *blog* permanece visível, mas não recebe atualizações desde novembro de 2019.

28 Disponível em: <http://somospelavida.blogspot.com>. Acesso em: nov. 2021. O *blog* permanece visível, mas não recebe atualizações desde maio de 2011.

29 Movimentos “pró-escolha” são, basicamente, organizações e entidades que defendem o direito ao acesso à interrupção voluntária da gravidez.

30 Disponível em: <http://echerbertparentesfortes.blogspot.com>. Acesso em: nov. 2021. O *blog* permanece visível, mas não recebe atualizações desde junho de 2007.

31 Disponível em: <http://espacoculturaltassodasilveira.blogspot.com>. Acesso em: nov. 2021. O *blog* permanece visível, mas não recebe atualizações desde junho de 2007.

32 Disponível em: <http://espacoculturalcamaracascudo.blogspot.com>. Acesso em: nov. 2021. O *blog* permanece visível, mas não recebe atualizações desde dezembro de 2011.

33 Disponível em: <http://espacoculturalgmm.blogspot.com>. Acesso em: nov. 2021. O *blog* permanece visível, mas não recebe atualizações desde setembro de 2009.

da FIB (“Integralismo RIO”,³⁴ “Integralismo BH”,³⁵ “Integralismo PE”,³⁶ “FIB-DF”,³⁷ “Integralismo Recife”³⁸) ou com temáticas do tempo presente (Notícias do Sigma,³⁹ Boletim Avante,⁴⁰ Blog de O Observador do Povo⁴¹). A estratégia de desenvolver vários eixos temáticos do integralismo se fazia ainda sobre produções culturais dos camisas-verdes, como era o caso dos *blogs* “A Poesia do Integralismo”⁴² e “Prosas e Prosadores Lusófonos”.⁴³

Embora tenha sido criado um grande número de *blogs* integralistas, eles não se consolidaram como uma categoria relevante dentro da *blogosfera* política nacional e, desse modo, não efetivaram a utilização desse meio de comunicação da forma como almejavam. Um elemento que auxilia a explicar essa pouca força e relevância dos *blogs* integralistas pode residir justamente no baixo número de autores nesses *blogs*. Muitos dos *blogs* citados eram iniciativas mantidas pelas mesmas (e poucas) pessoas (ALMEIDA e CALDEIRA NETO, 2018). Além disso, a partir da segunda década do século XXI, os *blogs* de maneira geral foram perdendo espaço para outras ferramentas, como os *microblogs* e redes sociais.

O INTEGRALISMO EM MIGALHAS: UM MOVIMENTO SEM LIDERANÇA?

Como foi possível perceber, a fragmentação é um elemento característico das duas últimas gerações integralistas. Chama atenção a ausência de uma liderança nacional desde a morte de Plínio Salgado em 1975. Em se tratando de grupos de direita radical, líderes carismáticos centralizadores tendem a motivar a militância

34 Disponível em: <http://integralismorio.blogspot.com>. Acesso em: nov. 2021. O *blog* permanece visível, mas não recebe atualizações desde março de 2017.

35 Disponível em: <http://integralismobh.blogspot.com>. Acesso em: nov. 2021. O *blog* permanece visível, mas não recebe atualizações desde fevereiro de 2011.

36 Disponível em: <http://integralismope.blogspot.com>. Acesso em: nov. 2011. Este *blog* não está mais visível.

37 Disponível em: <http://nucleointegralistadof.blogspot.com>. Acesso em: nov. 2021. O *blog* permanece visível, mas não recebe atualizações desde maio de 2010.

38 Disponível em: <http://integralismorecife.blogspot.com>. Acesso em: nov. 2021. O *blog* permanece visível, mas não recebe atualizações desde novembro de 2009.

39 Disponível em: <http://noticiasdosigma.blogspot.com>. Acesso em: nov. 2021. O *blog* permanece visível, mas não recebe atualizações desde outubro de 2019.

40 Disponível em: <http://boletimavante.blogspot.com>. Acesso em: nov. 2011. Este *blog* não está mais visível.

41 Disponível em: <http://o.observador-do-povo.zip.net>. Acesso em: nov. 2011. Este *blog* não está mais visível.

42 Disponível em: <http://apoesiadointegralismo.blogspot.com>. Acesso em: nov. 2021. O *blog* permanece visível, mas não recebe atualizações desde fevereiro de 2017.

43 Disponível em: <http://poetaseprosadoreslusofonos.blogspot.com>. Acesso em: nov. 2021. O *blog* permanece visível, mas não recebe atualizações desde janeiro de 2011.

bem como influenciar na arregimentação de novos membros e fortalecer a coesão da organização. A ausência dessa liderança tende a levar o grupo para a pulverização em pequenas organizações que podemos chamar de “grupusculares”. Conforme Roger Griffin, a configuração atual da extrema direita de orientação neofascista e/ou nacional-revolucionária, quando comparada com a extrema-direita tradicional, caracteriza-se por uma série de adaptações ideológicas, organizacionais e táticas. Tais adaptações são profundas o suficiente para caracterizar um novo gênero político, que o autor chama de “direita grupuscular” (GRIFFIN, 2003).

Tratam-se de pequenas entidades políticas, que geralmente possuem poucos membros, pouca visibilidade e pouco (ou nenhum) apoio público. Mesmo assim, a direita grupuscular pode adquirir importância através da facilidade com que suas organizações podem ser associadas (embora em alguns casos apenas na mente dos seus seguidores), com outros pequenos grupos. Tais grupos são suficientemente alinhados tática e ideologicamente para complementar as atividades uns dos outros no seu objetivo de instituir um novo tipo de sociedade (GRIFFIN, 2003). Essa é uma diferença fundamental entre a extrema direita grupuscular e a tradicional: a importância (ou o risco) dos pequenos grupos extremistas não deve ser avaliada em função do seu potencial para acarretar uma massa de seguidores e se tornar uma força eleitoral ou revolucionária, mas sim pela capacidade de se alinhar com outros grupos e formar uma rede.

A fragmentação é uma das principais características do integralismo desde a morte de Plínio Salgado e o surgimento do fenômeno neointegralista. Por um lado, essa falta de coesão reflete a intensa disputa existente entre os remanescentes integralistas do tempo presente. A relativa inocuidade dos *blogs* integralistas, sobretudo da ABL, pode ser vista como mais um exemplo do quão problemático é o panorama desses grupos e quão deficitárias são suas estratégias de atuação. Tais dificuldades são visíveis inclusive na sua atuação na internet, principal veículo de comunicação e articulação dos grupos neointegralistas, principalmente da FIB.

Por outro lado, a ausência de uma liderança nacional carismática e aglutinadora parece aproximar o neointegralismo da estrutura organizacional do tipo *leaderless resistance*, ou resistência sem liderança. Nesse modelo, organizações radicais operam a partir de redes de comunicação entre indivíduos ou grupos extremamente pequenos e coesos de militantes, alinhados ideologicamente sem a necessidade de um líder carismático. Dessa forma, é possível afirmar que a estrutura neointegralista é muito mais horizontal do que vertical, se comparada ao integralismo tradicional. Em termos operacionais, ao atuar dessa forma, o neointegralismo consegue “voar abaixo do radar”, dificultando a repressão das autoridades em eventuais casos de conduta ilegal (CHERMAK et al., 2011).

Todavia, a fragmentação organizacional neointegralista parece ser mais consequência das disputas internas pelo poder do que estratégia deliberada. Embora apresente semelhanças com grupos de direita radical que utilizam táticas de resistência sem liderança, o neointegralismo pulverizou-se de maneira natural. Muitos dos argumentos clássicos do integralismo foram apropriados e atualizados por outros setores da direita radical. Novos líderes surgiram, fora do integralismo, arregimentando seguidores com discursos nacionalistas, homofóbicos e anticomunistas adaptados aos novos tempos. A pauta da moral e dos bons costumes, os argumentos religiosos, bem como o clamor por mais “lei e ordem” e o combate à corrupção política estão em voga nos últimos anos no Brasil. Contudo, o neointegralismo não conseguiu surfar essa nova onda conservadora. Mais do que representar uma atualização estratégica, a ausência de uma liderança neointegralista nacional é sintoma de seu anacronismo político.

De forma análoga à fragmentação neointegralista, a documentação para estudar o período também apresenta desafios. Novas fontes implicam em novos procedimentos e algumas incertezas. Para os historiadores que buscam compreender o atual, negligenciar a rede significa fechar os olhos para todo um novo conjunto de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que vêm se desenvolvendo juntamente com o crescimento e popularização da *internet* (ALMEIDA, 2011). Pierre Levy chama de *cibercultura* o conjunto de técnicas, práticas, atitudes, modos de pensamento e valores que se desenvolvem junto com o crescimento do ciberespaço (LÉVY, 1999, p. 17). Cada vez mais as manifestações políticas radicais estão presentes no *ciberespaço* e são elementos componentes dessa *cibercultura* (ou *ciberculturas*).

Fica evidente que para os historiadores interessados em estudar o fenômeno neointegralista é de fundamental importância a análise de suas manifestações na *internet*, manifestações essas que constituem exemplos de documentação digital de caráter primário para as pesquisas históricas. No atual panorama, além de analisar tal documentação, os historiadores precisam também se preocupar com a sua preservação. O caráter efêmero das informações disponíveis na *internet* transforma o trabalho dos historiadores em uma espécie de “arqueologia de salvamento”, pois ao mesmo tempo em que se encarregam de escrever a história do imediato, é necessário tomar medidas para que um conjunto significativo das evidências materiais desse período não seja perdido em definitivo (ALMEIDA, 2011).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alexandre de; COSTA, Márcia Regina. Os Skinheads brasileiros e os movimentos nacionalistas contemporâneos. *In*: VICTOR, Rogério Lustosa (Org.). *À Direita da Direita*. Goiânia: Editora PUC-GO, 2011.

CAPÍTULO 13 DOS “ZINES” ÀS REDES SOCIAIS

ALMEIDA, Alexandre de. Nem vermelho, nem racista: os skinzines integralistas. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; e SIMÕES, Renata Duarte. 2. ed. *Entre Tipos e Recortes: histórias da imprensa integralista*. v. 2. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018.

ALMEIDA, Alexandre de. *Skinheads: os “mitos ordenadores” do Poder Branco Paulista*. 2004. 112f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais- Antropologia) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2004.

ALMEIDA, Fábio Chang de. *A Serpente na Rede: extrema-direita, neofascismo e Internet na Argentina*. 301f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

ALMEIDA, Fábio Chang de. O Historiador e as Fontes Digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. *Aedos – Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*. n. 8, v. 3, Porto Alegre, janeiro – junho, p. 9-30, 2011.

ALMEIDA, Fábio Chang de; e CALDEIRA NETO, Odilon. Neointegralismo e Novas Mídias: uma análise sobre a “Ação dos Blogs Integralistas”. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; e SIMÕES, Renata Duarte. 2. ed. *Entre Tipos e Recortes: histórias da imprensa integralista*. v. 2. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018.

ANSART, Pierre. Ideologias, conflictos y poder. In: *El imaginário social*. Montevideo/ Buenos Aires: Editora Nordan/Altamira, 1989.

CALDEIRA NETO, Odilon. Neointegralismo: do debate historiográfico a uma possível definição. *L’Ordinaire des Amériques*, 226, 2021.

CALDEIRA NETO, Odilon. *Sob o Signo do Sigma: integralismo, neointegralismo e o antisemitismo*. Maringá: EDUEM, 2014.

CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. “Eis que desponta outro arrebol”. O caminho traçado pelo boletim Alerta e o alvorecer da chamada 4ª geração integralista. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (orgs.). *Entre Tipos e Recortes: histórias da imprensa integralista*. Guaíba: Editora Sob Medida, 2011.

CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. A busca da essência na continuidade: o pensamento integralista nos séculos XX e XXI. In: SILVA, Giselda Brito; GONÇALVES, Leandro Pereira; PARADA, Maurício B. Alvarez (orgs.). *Histórias da Política Autoritária: integralismos, nacional sindicalismo, nazismo, fascismos*. Recife: Editora da UFRPE, 2010.

CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. *Do sigma ao sigma – entre a anta, a águia, o leão e o galo – a construção de memórias integralistas*. 407f. Tese de doutorado (Doutorado em História), Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

CASTORIADIS, Cornelius. La institución imaginária de la sociedad. In: *El imaginário social*. Montevideo/ Buenos Aires: Editora Nordan/Altamira, 1989.

CHERMAK, Steven M.; FREILICH, Joshua D.; e SUTTMOELLER, Michael. *The Organizational Dynamics of Far-Right Hate Groups in the United States: Comparing Violent to Non-Violent Organizations*. Final Report to Human Factors/Behavioral Sciences Division, Science and Technology Directorate, U.S. Department of Homeland Security. National Consortium for the Study of Terrorism and Responses to Terrorism. Dezembro de 2011. Disponível em: https://www.dhs.gov/sites/default/files/publications/944_OPSR_TEVUS_Comparing-Violent-Nonviolent-Far-Right-Hate-Groups_Dec2011-508.pdf. Acesso em: nov. 2021.

COSTA, Márcia Regina da. *Os Carecas do Subúrbio: caminhos de um nomadismo moderno*. 2. ed. São Paulo: Musa Editorial, 2000.

DOTTA, Renato. Integralismo: o elo perdido da história? In: BERTONHA, João Fábio. *Bibliografia orientativa sobre o Integralismo*. Jaboticabal: Funep, 2010.

FRANÇA, Carlos Eduardo. *O linchamento de Edson Neris da Silva: reelaborações identitárias dos Skinheads “carecas do Brasil” na sociedade paulista contemporânea*. 183f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.

GRIFFIN, Roger. From slime mould to rhizome: introduction to the groupuscular right. *Patterns of Prejudice*, v. 37, n. 1. Institute for Jewish Policy Research. Londres: Routledge, 2003.

HEBDIGE, Dick. *Subculture: the meaning of style*. Londres: Routledge, 1991.

LÈVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, dezembro 1993.

VICTOR, Rogério Lustosa. *O integralismo nas águas do Lete: história, memória e esquecimento*. 129f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004.

Capítulo 14

Plínio Salgado no pós-guerra: um fascismo neoliberal?

O integralismo foi certamente o mais importante movimento fascista na história brasileira durante o século XX.² Constituído em 1932, sob a liderança do escritor e jornalista Plínio Salgado, o movimento integralista teve uma primeira e mais destacada etapa de atuação entre 1932 e 1937, especialmente por meio da Ação Integralista Brasileira, que chegou a reunir em torno de 500.000 adeptos em uma organização tipicamente fascista, marcada por rígida disciplina, uso de uniforme “camisa-verde”, pela saudação “Anauê” e pelo lema “Deus, Pátria e Família”. Naquele contexto particular, marcado pela ascensão dos movimentos fascistas, junto ao anticomunismo, o discurso do movimento era marcado também pelo antiliberalismo político e por uma certa concepção nacionalista de economia, que a despeito de contornos imprecisos, reivindicava a defesa da intervenção econômica do Estado, da industrialização e da proteção ao mercado interno. Em 1937, os integralistas participaram ativamente do golpe que deflagrou o Estado Novo, mas tiveram suas pretensões em ocupar posições de poder imediatamente frustradas por Getúlio Vargas, (que não tinha nenhum interesse em dividir o poder com o Chefe Integralista, e que não aceitou a manutenção de uma organização política centralizada e de caráter fascista, como era o caso da AIB. Meses depois, os integralistas tentaram tomar o poder por meio de uma fracassada “intentona”. Sua derrota os colocou na clandestinidade, com muitas lideranças do movimento sendo presas. Vargas permitiu que Plínio Salgado se exilasse em Portugal,

1 Doutor em História Social (UFF), com pós-doutorado em História (Universidade do Porto). Professor Associado do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UNIOESTE.

2 A despeito de algumas posições em contrários, a grande maioria dos historiadores reconhece o caráter fascista do integralismo brasileiro. Para uma discussão detalhada desta qualificação, ver o segundo capítulo de CALIL, 2005.

obtendo em troca de seu reiterado apoio ao regime (CALIL, 2010b).³ Em 1945, no contexto da redemocratização, os integralistas se reorganizaram através da constituição do Partido de Representação Popular, com o qual atuariam durante todo o período que se segue, até a extinção dos partidos políticos em 1965 (CALIL, 2010a). Apoiaram ativamente o Golpe de 1964 e ocuparam algumas posições de destaque na ditadura, passando a atuar no interior da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) mas mantendo uma atuação unificada até a morte de Plínio Salgado, em 1975 (CALIL, 2025). A partir de então, ocorreu uma intensa disputa em torno da liderança, produzindo a fragmentação em várias organizações, bem como participação em outros partidos como o PRONA de Enéas Carneiro (CALDEIRA NETO, 2012) e mais recentemente o PRTB de Levy Fidélis.⁴ Atualmente não contam com nenhuma organização especialmente relevante, e dentre as várias que disputam o legado integralista a principal parece ser a Frente Integralista Brasileira (FIB), liderada por Victor Barbuy, que participou da campanha eleitoral e apoia o governo de Jair Bolsonaro.⁵

O programa neoliberal foi sistematizado em um encontro de intelectuais e economistas como Milton Friedman, Friederich Hayeck e Karl Popper ocorrido em 1946 na cidade suíça de Mont Pèlerin, que deu origem à Sociedade Mont Pèlerin e passou a divulgar um programa de reformas visando a diminuição da intervenção econômica do Estado e dos direitos sociais e trabalhistas. De forma quase imediata, pouco tempo depois da constituição do movimento neoliberal, Plínio Salgado começou a repercutir favoravelmente suas teses, que passaram a se fazer presentes nas propostas e na plataforma econômica defendida pelo integralismo, através do Partido de Representação Popular, entre 1946 e 1964.

Ainda que Plínio Salgado continuasse se proclamando “nacionalista”, seu “nacionalismo” passou a se restringir a elementos simbólicos sem qualquer decorrência social e econômica. Desta forma, em uma clara mudança de perspectiva em relação à trajetória anterior do integralismo, passou a se colocar em aberta oposição ao projeto nacional de desenvolvimento, naquele contexto propugnado especialmente pelos trabalhistas. Passou inclusive a identificar propositalmente intervenção do Estado com nazismo, em uma confusão deliberada muito semelhante ao que fazem atualmente os propugnadores da falácia de que “o nazismo era de esquerda”:

Nosso Nacionalismo é equilibrado porque se subordina a uma filosofia que faz do Homem a base de toda construção social. E aqui está a diferença entre o Nacionalismo Integralista e esse outro Nacionalismo que se prega atualmente

3 Sobre o período de exílio em Portugal, ver CALIL, 2016; GONÇALVES, 2017.

4 Ver a respeito REIS, 2007; CALDEIRA NETO, 2016; BARBOSA, 2015.

5 O candidato do PRTB ao governo de São Paulo, Rodrigo Tavares, respondeu o apoio da FIB com a saudação integralista “Anauê”. https://www.facebook.com/mauricioorestes.parisi/videos/10213037781600745/?hc_location=ufi.

no Brasil. (...). O Nacionalismo que atualmente se prega no Brasil é nitidamente estatizante, ou estatista, confundindo a Nação com o Estado. Podemos, pois adicionar-lhe um adjetivo para termos dele uma ideia exata, dizendo que é um Nacionalismo Socialista, idêntico ao Nacional-Socialismo de Hitler. Firma um princípio do qual se podem tirar as piores consequências, desde a abolição da iniciativa privada no campo da economia até a supressão da liberdade de ensino e, finalmente de toda a liberdade do Homem, que gradualmente vai sendo absorvido pelo Estado (SALGADO, 1959).

Em termos de políticas econômicas concretas, os fascistas brasileiros se colocaram contra o monopólio estatal do petróleo e se opuseram à criação da Petrobrás, além de terem defendido que o capital externo fosse tratado em “igualdade de condições” – uma posição que os identificava com os “entreguistas” (expressão, que no jargão corrente na época, designava os que se opunham às posições econômicas nacionalistas e, que tinham como principal referência a União Democrática Nacional). Uma das afirmações mais características da corrente neoliberal era reiteradamente repetida por Salgado, afirmando textualmente que *“toda intervenção do Estado no ritmo normal da produção e do comércio é nociva”* (SALGADO, 1953, p. 3).

Em relação aos trabalhadores, os integralistas defenderam a limitação ao direito de greve, a imposição de interventores nos sindicatos combativos e a manutenção da exigência de “atestado de ideologia”, além de responsabilizar os aumentos salariais pelo empobrecimento dos próprios trabalhadores, como expresso no discurso de Salgado:

A demagogia eleitoreira tem levado o operário à desgraça, facultando-lhe aumentos salariais que não correspondem ao aumento dos preços das utilidades. Mal se acrescentam 30 ou 40 por cento nos ganhos do operário, imediatamente crescem de 50 a 100 por cento os preços das mercadorias, não só por não podermos contrariar a lei econômica relativa ao custo da mão-de-obra, mas ainda pelo fator psicológico do medo da falência em que se encontram muitos estabelecimentos industriais e comerciais (SALGADO, 1982a, p. 481).

No contexto do pós-guerra, para sobreviver politicamente os integralistas precisavam se apresentar como “democratas”, e o percurso argumentativo escolhido para isto foi o de associar sistematicamente o nazismo ao comunismo, propondo que ambos eram estatistas. Nesta construção argumentativa, defender, forte intervenção estatal na economia seria equivalente a ser antidemocrático, enquanto opor-se a esta intervenção seria uma espécie de prova do “caráter democrático” dos antiestatistas. Aqui a referência a Friederich Hayek era explícita: “Repugna-nos a ideia das planificações com excessiva intervenção do Estado, mesmo nas democracias liberais, como hoje acontece, as quais levam, na opinião de Friederich Hayek, ao caminho da servidão e da ditadura” (SALGADO, 1982a, p. 472). Em sua argumentação, todo e qualquer projeto

de fortalecimento dos instrumentos de intervenção dos estados seria resultado da “influência comunista”:

Nos últimos anos a estatização teve grande impulso no país. Por incrível que pareça, partidos e homens públicos que defendem a democracia, a livre empresa, a liberdade de produzir e de distribuir, o capitalismo vigente no Ocidente democrático, ora se uniram aos socialistas e totalitários, ora se omitiram, ora egoisticamente apoiaram medidas estatizantes, em completo desacordo com as teorias e os programas de seus partidos e seus próprios. A influência comunista, por outro lado, foi decisiva para uma série de medidas, iniciativas e decretos governamentais ou leis do Congresso Nacional. Foi para o bem da Nação, para a coletividade brasileira, para a estabilidade econômica e financeira do país? Não, infelizmente não. E com um agravante: serviços públicos que, em outros países, dirigidos pelo Estado, funcionam razoavelmente bem, aqui redundaram num fracasso total, desastroso para a Nação e para a economia popular (SALGADO, s./d.).⁶

Na toada da cantilena neoliberal, Salgado repetia que os serviços públicos seriam deficitários, deficientes, morosos e ineficientes, e que para que o país pudesse passar a contar com serviços eficientes, seria imprescindível sua privatização. Referindo-se explicitamente à Petrobrás e à Eletrobrás, em 1962 defendia que ambas fossem privatizadas:

Nossa sugestão é de abri-las ao capital privado, com participação de capital da União, e sujeitas a uma legislação adequada, que resguarde esse importante patrimônio nacional contra quaisquer outros interesses que não sejam os da salvaguarda da nossa economia. Cremos sinceramente que o Estado deva reduzir seus encargos, principalmente aqueles que são estranhos à sua finalidade natural. Devemos ter a coragem de pensar e agir assim. Não se deve esquecer que outras nações, por sinal poderosas, não temem que sua segurança possa ser afetada pelo *exercício pleno da livre empresa, do capitalismo democrático que defendemos* (SALGADO, 1982a, p. 472, grifo nosso).

Sem máscaras, temos aqui o principal líder fascista brasileiro defendendo a privatização como expressão do “capitalismo democrático que defendemos”. Mas, curiosamente, Hayek não era citado apenas para fundamentar a defesa de uma perspectiva econômica neoliberal, mas também a imposição de limites ao efetivo exercício da democracia

Como disse Hayek, no seu livro, O Caminho da Servidão, se delegarmos poderes ao Executivo para planejar e executar à vontade – hoje um presidente, amanhã

6 Trata-se, provavelmente, do registro de resposta a uma entrevista, embora não seja possível precisar o veículo de comunicação e data exatos.

outro e depois de amanhã ainda outro – iremos abdicando gradualmente da nossa liberdade, de nossas prerrogativas e caminhando, inexoravelmente, para a ditadura, abrindo mão, cada dia mais, de nossas prerrogativas e do direito e do dever de intervir (SALGADO, 1982b, p. 129).

Nossa interpretação é que a pretensa conversão de Salgado à democracia era meramente discursiva. O líder fascista brasileiro adequava seu discurso às condições estabelecidas no pós-guerra, que tornavam pouco recomendável afirmar-se abertamente como inimigo da democracia, mas permitiam defender posições autoritárias afirmando-se democrata. Assim, embora o novo contexto político o obrigasse a se declarar defensor da democracia, fazia isto de forma muito peculiar, defendendo uma democracia “defensiva”, que reprimisse todos aqueles que ele próprio qualificava como não-democráticos.⁷ E para o desenvolvimento desta argumentação, as posições elitistas, excludentes e antidemocráticas de Hayek efetivamente lhe eram muito úteis, com a vantagem de que o economista neoliberal não era habitualmente identificado como um inimigo da democracia.

O alegado “estatismo” se expressaria nos supostamente elevados gastos públicos e dava origem a um discurso em perfeita consonância com a plataforma neoliberal, calcado na tese da ineficiência das empresas estatais, como se vê em um panfleto utilizado pelos integralistas na campanha eleitoral de 1954:

V. S. sabe que se não há abundância de eletricidade neste nosso Estado querido, é porque elementos incapazes não souberam reconhecer ao *capital livre, nacional ou estrangeiro, seus direitos naturais* de fazer face às necessidades que se previa, de energia elétrica, mediante remuneração apropriada? (...) V. S. sabe que se não há abundância de telefones nesse nosso Estado querido é porque elementos incapazes não souberam reconhecer ao *capital livre, nacional ou estrangeiro, seus direitos naturais* de fazer face às necessidades que se previa, de mais telefone, mediante remuneração apropriada? (...) V.S. sabe que podemos modificar tudo isso e *ter eletricidade, telefone, petróleo e dólares em abundância*, elegendo governantes e legisladores que lutem por esses princípios de remuneração justa do capital empregue? (PANFLETO, 1954, grifos nossos):

Mais curioso ainda é observar que, bem de acordo com a tradição do peculiar liberalismo brasileiro, a defesa do enxugamento do Estado era seletiva e não impedia que se reivindicasse periodicamente sua intervenção para ajudar setores da burguesia em dificuldades. Em 1959, por exemplo, o deputado integralista e cafeicultor Osvaldo Zanello, chegou a apresentar um projeto de Lei segundo o qual “o Instituto Brasileiro do Café nos termos da Lei Orgânica, comprará, diretamente aos produtores, todo o café

7 Discussimos esta construção argumentativa em “A defesa de uma ‘democracia’ autoritária e restrita”, *In*: CALIL, 2005, p. 701-717.

da safra 1959-60” (A MARCHA, 1959, p. 4). De forma análoga, outros parlamentares integralistas apresentaram projetos que visavam privilegiar outros setores, como a triticultura. Tal contradição não os torna menos neoliberais, ao contrário, é característica dos diferentes grupos políticos neoliberais, em diferentes contextos históricos e arranjos políticos.

ONTEM E HOJE É POSSÍVEL UM FASCISMO NEOLIBERAL?

Com a eleição de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil, o debate teórico e histórico sobre o fascismo novamente ganhou grande projeção pública. Em inúmeros aspectos, Bolsonaro assume posições e atitudes que permitem caracterizá-lo como fascista, ou neofascista⁸. No entanto, é justamente seu programa econômico que muitas vezes desperta dúvidas em relação à pertinência desta caracterização, pois a despeito dos inúmeros elementos de identificação de seu ideário, seu discurso e suas práticas políticas com as de outros líderes e movimentos fascistas, sua defesa de privatizações, desregulamentações e “enxugamento do Estado” parecem estar em contradição com as experiências dos fascismos históricos.

Mas, afinal, é possível um fascismo neoliberal? O giro de Plínio Salgado no período do pós-guerra parece-nos mostrar que sim, e que talvez mais do que possível, a adesão ao neoliberalismo seja uma condição necessária para o avanço do neoliberalismo na periferia, haja visto que em nenhuma situação histórica o fascismo ascendeu sem o apoio das classes dominantes, e em países como o Brasil estas há muito abdicaram de qualquer projeto nacional de desenvolvimento autônomo e nacionalista. Basta lembrar que embora carismático e detentor de uma expressiva votação, Enéas Carneiro jamais obteve expressivo apoio das classes dominantes brasileiras, o que entendemos que decorre do fato de que propunha uma plataforma política fascista articulada a uma proposta econômica ultranacionalista. Para que Bolsonaro obtivesse este apoio, foi necessário abdicar de algumas posições vagamente nacionalistas (e claramente decorrentes do corporativismo), aderindo de forma incondicional ao programa neoliberal, endossado pelo economista neoliberal Paulo Guedes, que cumpriu papel determinante na obtenção do aval das classes dominantes brasileiras.

Não há espaço aqui para problematizar os limites, características e ambiguidades do neoliberalismo, bem como a relação ambígua das classes dominantes, sempre dispostas a esquecer seus “princípios” e solicitar subvenção estatal quando em dificuldades. O que é possível concluir é que propostas como redução do tamanho do Estado, desregulamentação das relações de trabalho, abertura econômica indiscriminada e desregulamentação cambial, que integram o núcleo da plataforma neoliberal, foram assumidas e defendidas por Salgado entre os anos 1940 e 1960 e foram incorporadas no programa e nas ações do governo de Jair Bolsonaro.

8 Ver a respeito MATTOS, 2020; CALIL 2020.

A história é profícua em exemplos que contrariam a suposta incompatibilidade entre fascismo e neoliberalismo. Entre os mais conhecidos, pode-se citar o entusiasmado apoio de von Mises ao fascismo e sua atuação como conselheiro econômico na ditadura de Dolfuss, na Áustria,⁹ e a participação de Milton Friedman e dos Chicago Boys¹⁰ na ditadura Pinochet.¹¹ Pode-se argumentar que von Mises é um vulgarizador de pouca expressão e que reivindicava a “Escola Austríaca” como movimento à parte, ou ainda que a ditadura Pinochet não foi propriamente fascista, se seguirmos uma conceituação rigorosa, já que caracterizou-se como um regime de Terrorismo de Estado que utilizou-se métodos semelhantes aos do fascismo, mas que sustentava-se mais pela desmobilização política forçada do que pela mobilização de adeptos, como é característico do fascismo. Ainda assim, são exemplos mais do que suficientes para desconstruir a falaciosa identificação mecânica entre liberalismo econômico e liberdade política proposta pelos neoliberais, além de colocar em destaque as peculiares características do fascismo na periferia do capitalismo, para o que a abordagem da trajetória de Plínio Salgado e do integralismo brasileiro no pós-guerra por ser muito elucidativa.

REFERÊNCIAS

A MARCHA. O Pensamento do PRP sobre café e câmbio. *A Marcha*, Rio de Janeiro 3 julho, p. 4, 1959.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. *Chauvinismo e extrema direita*: Crítica aos herdeiros do sigma. São Paulo: Editora da UNESP Digital, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4025/dialogos.v20i3.33360>. Acesso em: 16/12/2020.

CALDEIRA NETO, Odilon. Frente Nacionalista, neofascismo e ‘novas direitas’ no Brasil. *Faces de Clío*, Porto Alegre, v 2, n. 4, jul. 2016, p. 20-36. Disponível em: <http://www.ufjf.br/facesdeclio/files/2014/09/4.Artigo-D2.-Odilon.pdf>. Acesso em: 17/12/2020.

CALDEIRA NETO, Odilon. “Nosso nome é Enéas!”: Partido de Reedificação da Ordem Nacional (Prona, 1989-2006). Porto Alegre: Tese de Doutorado em História, UFRGS, 2012.

CALIL, Gilberto. Brasil: o negacionismo como estratégia de fascistização. *Materialismo Storico*, Urbino, n. 9, v. 2, 2020, p. 70-122. Disponível em: <https://journals>.

9 Para maiores informações sobre von Mises e a Escola Austríaca, ver o primeiro capítulo de DAL PAI, 2017.

10 A Universidade de Chicago é o maior centro de difusão do neoliberalismo e de formação de economistas a ele associados, conhecidos como “Chicago Boys”.

11 Uma leitura bastante informativa a respeito encontra-se em TOIA, 2017.

uniurb.it/index.php/materialismostorico/article/view/2470/2233. Acesso em: 16/12/2020.

CALIL, Gilberto. *Integralismo e Hegemonia burguesa: a intervenção do PRP na política brasileira, 1945-1965*. Cascavel: Edunioeste, 402p., 2010^a.

CALIL, Gilberto. *O integralismo no processo político brasileiro – o PRP entre 1945 e 1965: cães de guarda da ordem burguesa*. Tese de Doutorado em História. Niterói: UFF, 2005, 819p. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/08/G-Calil-tese-doutorado.pdf>. Acesso em: 15/12/2020.

CALIL, Gilberto. Os integralistas e o Golpe de 1964. *História e Luta de Classes*, Rio de Janeiro, n. 1, abril 2005, p. 55-76. Disponível em: <http://dev.historiaelutadeclases.com.br/upload/arquivo/2017/11/fb29e19ca9c1145d914795a8427d76dd69dda268>. Acesso em: 16/12/2020.

CALIL, Gilberto. Os integralistas frente ao Estado Novo: euforia, decepção e subordinação. *Locus*, Juiz de Fora. V. 16, n. 1, 2010b, p. 65-86. Disponível em: <https://locus.ufjf.emnuvens.co.br/locus/article/view/979/831>. Acesso em: 17/12/2020.

CALIL, Gilberto. Por uma democracia sem liberdades democráticas: Plínio Salgado e os católicos portugueses no difícil contexto de 1943 a 1946. *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, La Rioja, v. 1, p. 1-20, 2016.

DAL PAI, Raphael. *Instituto von Mises Brasil: arautos do anarcocapitalismo*. Dissertação de Mestrado em História. Marechal Cândido Rondon: Unioeste, 2017, 228p. Disponível em: http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/3160/5/Raphael_%20Dal_Pai_2017. Acesso em: 15/12/2020.

GONÇALVES, Leandro. *Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*. São Paulo, Usina Editoria, 2020.

PANFLETO anexo à Circular Eleitoral do PRP-SP, setembro de 1954. Arquivo Público e Histórico de Rio Claro, Fundo Plínio Salgado, Pprp 00.09.54.

REIS, Natalia. A ideologia do Sigma hoje: neo-integralismo, intolerância e memória. *História: Questões & Debates*, Curitiba, 2007, n. 46, p. 113-138. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/viewFile/11328/7893>. Acesso em: 16/12/2020.

SALGADO, Plínio. Entrevista concedida a *O Jornal*, Rio de Janeiro, fev. 1959.

CAPÍTULO 14 PLÍNIO SALGADO NO PÓS-GUERRA

_____. Doutrinas econômicas. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 19 junho, p. 3, 1953.

_____. *Empresas estatais*. Original Datilografado, s./d. Arquivo Público e Histórico de Rio Claro – Fundo Plínio Salgado, 006.005.009.

_____. Necessidade de modificação na estrutura político-administrativa do Estado brasileiro, 10.10.1959. In: *Discursos Parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982b, p. 128-140, 1959.

_____. Trigésimo aniversário da Ação Integralista Brasileira e atualidade de seus princípios, 6.4.1962. In: *Discursos Parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982a, p. 466-485, 1962.

TOIA, Luan Liberalismo e nazifascismo possuem mais afinidades do que você imagina, *Voyager*, 2017. Disponível em: <https://voyager1.net/historia/pare-de-achar-que-liberalismo-e-fascismo-sao-opostos/>. Acesso em 16/12/2020.

Capítulo 15

Plínio Salgado: breve esboço de sua trajetória e contradições¹

**Gabriel Soares Predebon²
Vitória Almeida Machado³**

Podemos caracterizar Plínio Salgado de diversas formas: expoente do fascismo no Brasil, intelectual católico, político ambicioso, romancista ligado ao modernismo da década de 1920, eloquente orador... Entretanto, gostemos ou não de sua figura, em relação a Plínio o rótulo de preguiçoso é, no mínimo, inapropriado. Nascido em São Bento do Sapucaí no ano de 1895, o futuro chefe integralista desde cedo se mostrou apto para a atuação política. Filho do coronel Francisco das Chagas Esteves Salgado e da professora Anna Francisca Rennó Cortez, a família de Plínio exerceu uma grande influência em sua trajetória: a rígida educação católica, centralizadora e nacionalista que recebeu foi marcante para a formação e consolidação de suas ideias e atuação política (GONÇALVES, 2017).

A morte de seu pai, em 1911, acarretou na mudança do jovem Plínio, que saiu de São Bento do Sapucaí com destino a São Paulo, onde permaneceu por dois anos. O período entre a morte do pai e o retorno à cidade natal foi marcado por intensas leituras, em que Plínio tomou contato com teorias materialistas e evolucionistas. Quando retornou a São Bento do Sapucaí, em 1913, ingressou na carreira jornalística, no periódico Correio de São Bento. O ano de 1918 é de especial relevância para o autor: ensaiou os primeiros passos na política, através da fundação do Partido Municipalista. A preocupação do partido em relação ao desequilíbrio entre os poderes centrais,

1 Este texto tem origem em uma publicação do jornal O Lince, de Aparecida do Norte.

2 Doutorando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Investigador Júnior Associado da Rede Internacional de Investigação Direitas, História e Memória.

3 Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Investigadora Júnior Associada da Rede Internacional de Investigação Direitas, História e Memória.

estados e municípios foi também uma das bandeiras levantadas pelo integralismo na década de 1930. A defesa do municipalismo também esteve presente no programa e no pensamento de outros movimentos e de intelectuais conservadores da época, como no Integralismo Lusitano e nas ideias do intelectual católico sergipano Jackson de Figueiredo, criador do Centro D. Vital. Ambos seriam duas grandes influências para Plínio. Ainda em 1918, casou-se com Maria Amélia Pereira. No ano seguinte, complicações decorrentes do parto acarretaram na morte da esposa, deixando Plínio só com a filha recém-nascida, Maria Virgínia Salgado (que adotaria o nome da mãe). A viuvez precoce o abalou profundamente, o que se traduziu no rechaço às leituras de autores materialistas que o seduziam e na progressiva consolidação de uma visão espiritualista de mundo que o acompanharia até a sua morte (mas que ao mesmo tempo havia sido cultivada desde a sua infância). Em 1920, a prisão de Plínio após um tiroteio durante uma campanha política do Partido Municipalista ocasionou em uma segunda mudança para a cidade de São Paulo, desta vez definitiva.

Durante a década de 1920, São Paulo conheceu um momento de grande prosperidade, devido principalmente aos lucros cada vez maiores decorrentes da exportação de café. Também foi um período de grande efervescência cultural, consolidada, principalmente, pela Semana de Arte Moderna de 1922 e seus posteriores desdobramentos. Politicamente, observa-se que a crescente tensão entre o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM) é um fator que torna mais laboriosa a manutenção da ordem oligárquica consolidada após a Proclamação da República, em 1889. Nessa pulsante cidade, Plínio Salgado deu prosseguimento a sua atividade jornalística, inicialmente como revisor no jornal *Correio Paulistano*, órgão de imprensa vinculado ao PRP. No jornal, teve como chefe o escritor Menotti del Picchia, cuja influência sobre Plínio foi marcante. Embora fosse crítico à postura oligárquica encampada pelo partido, soube aproveitar o espaço para a exposição de suas ideias, que rapidamente ganharam destaque entre os leitores do jornal. A publicação de seus textos em outros veículos importantes da época, como a *Revista do Brasil* de Monteiro Lobato, ajudou a consolidar seu nome no meio intelectual da época. A sua presença na Semana de Arte Moderna de fevereiro de 1922, ainda que relativamente discreta – Plínio apresentou um texto intitulado “Arte brasileira” - contribuiu ainda mais para a projeção de seu nome nos círculos intelectuais. Sobre seu envolvimento na Semana, Gonçalves destaca a ligação com o cristianismo e com Menotti del Picchia:

O preceito cristão continuava a ser a referência central para as ações culturais e políticas de Plínio Salgado que entrou no movimento de forma tímida e sob a tutela de Menotti del Picchia; que, por sua vez, teve uma presença fundamental no processo da composição intelectual do autor. A presença do poeta foi muito importante para Salgado, pois ele o convenceu a abandonar a poesia parnasiana, estimulando-o a dedicar-se à prosa (GONÇALVES, 2012, p. 107).

Com a crescente politização literária que se seguiu nos anos posteriores à Semana, Plínio se aproximou das vertentes mais conservadoras e nacionalistas do modernismo. Opostos a Mário e Oswald de Andrade, o grupo de Plínio, constituído também por escritores de destaque como o já citado Menotti del Picchia e Cassiano Ricardo, lançou os manifestos Verde-Amarelo e Anta. Nesses textos, apesar do nacionalismo ufanista presente, percebe-se também a influência de ideias de movimentos conservadores europeus, em ascensão à época. Cabe ressaltar que antes da publicação dos manifestos, em 1929, Plínio escreveu *O Estrangeiro*, romance que fez muito sucesso quando de sua publicação em 1926. O prestígio alcançado pelo romance garantiu a eleição de Plínio para uma cadeira na Assembleia Legislativa de São Paulo, pelo PRP. Crítico à postura oligárquica do partido pelo qual se elegera, Plínio tentou articular um movimento de renovação partidária, que não foi bem-sucedido. Contando com a amizade e os auspícios financeiros do banqueiro Alfredo Egídio de Souza Aranha, outro crítico da ala majoritária do PRP, Plínio faz uma viagem à Europa em 1930. No Velho Mundo, conhece diversos países e se encanta pela Itália fascista de Mussolini, com quem chegou a ter uma breve audiência na ocasião.

No Brasil, o ano de 1930 é marcado politicamente pela Revolução, que pôs fim ao domínio político das oligarquias paulistas e mineiras, a dita “política do café com leite”. Crítico das oligarquias (embora tenha sido eleito deputado pelo partido que encarnava essa visão política), Plínio Salgado viu com simpatia a Revolução de 1930, alinhando-se às teses antiliberais promovidas pelos tenentes do Clube Três de Outubro. De importância notável por quase todos os estudiosos do integralismo foi o período em que Plínio foi editor do jornal *A Razão*. Em sua Nota Política diária se encontram as bases ideológicas do integralismo, que fundaria em 1932.

Antes da fundação da Ação Integralista Brasileira, Plínio criou a Sociedade de Estudos Políticos em fevereiro de 1932, em que tentou cooptar diversos intelectuais de tendências conservadoras no Brasil inteiro. Também manteve contato com lideranças de movimentos direitistas de âmbito regional, como o tenente Severino Sombra, da Legião Cearense do Trabalho; Olbiano de Melo, do Partido Nacional Sindicalista, de Minas Gerais; e Arlindo Veiga dos Santos, intelectual negro e monarquista fundador da Ação Imperial Patrianovista Brasileira (TRINDADE, 2016).

A turbulência política ocasionada pela Revolução Constitucionalista adiou o lançamento do movimento que Plínio Salgado preparou. Dessa forma, em sessão solene no Teatro Municipal de São Paulo, no dia 17 de outubro foi lançada a Ação Integralista Brasileira (AIB), mediante a leitura de seu Manifesto. Como aponta o historiador Leandro Pereira Gonçalves em sua tese sobre a trajetória de Plínio Salgado, as diretrizes do Manifesto cristalizam seu projeto político, calcado na “defesa de um nacionalismo baseado no conservadorismo, tendo a manutenção da propriedade como forma de

organização social, a aversão ao cosmopolitismo para uma sociedade forte e organizada dentro de um contexto tradicionalista” (GONÇALVES, 2012, p. 87).

A AIB chegou a contar com milhares de militantes. Ademais, a base de definição do movimento perpassava a constituição de uma identidade política por meio da oposição entre a defesa de uma sociedade orgânica e doutrinada pelo cristianismo e a contraposição aos valores políticos daqueles que os líderes idealizavam como seus inimigos fundamentais: o liberalismo, o judaísmo, as sociedades secretas, o capitalismo internacional e, fundamentalmente, o comunismo. Assim, ao mesmo tempo em que o integralismo apresentava um quadro de deterioração das relações sociais por conta da disseminação de valores desagregadores, ele propunha, por meio do nacionalismo integral, a regeneração da nação brasileira e de sua comunidade fundamental, outorgando funções e papéis sociais a toda sociedade.

Ao ideário conservador, baseado no nacionalismo e no espiritualismo, soma-se também uma ampla gama de elementos simbólicos que já eram utilizados pelos fascismos europeus (TRINDADE, 2016): a camisa-verde (inspirada nos “camisas negras” de Mussolini) como uniforme, a saudação romana em direção ao Chefe (gesto hoje muito associado ao nazismo alemão), a saudação “Anauê!”, que significa “você é meu irmão” em língua tupi. *Last but not least*: a letra grega sigma (Σ) como símbolo do movimento, pois, no cálculo, o sigma representa a totalidade. Dessa forma, o integralismo tomou corpo durante a década de 1930, sendo descrito por historiadores como o primeiro movimento de massas do Brasil.

ATÉ AQUI, TUDO BEM. MAS E AS CONTRADIÇÕES?

A ideologia integralista baseou-se na busca de um Estado Integral, de bases organicistas e fortemente influenciado pelo fascismo, rechaçando qualquer modelo de ação liberal. Para conseguir a almejada tomada de poder que possibilitaria a execução de suas ideias, dado o contexto da época, as duas vias possíveis eram a insurrecional e a eleitoral. Embora os textos políticos de Plínio privilegiassem a última dessas opções, seria um caminho demasiado longo, pois embora com certo peso político, o apoio aos camisas-verdes não era generalizado. Dessa forma, mesmo não tendo status político de partido político, a AIB participou do pleito de 1934. O relativo sucesso eleitoral, aliado ao crescente número de militantes, levou Plínio a registrar a AIB como partido político: a alteração de registro ocorreu em 1935, durante o Congresso de Petrópolis.

Nota-se, entretanto, que a atuação política de Plínio fora sempre pautada por uma crítica aos partidos políticos. Da mesma forma, diversos textos doutrinários integralistas foram críticos em relação a essa questão. O chefe dos integralistas justificou-se apelando para o caráter nacional do novo partido, mencionando que seu pensamento antipartidário até então estava direcionado para os partidos de âmbito regional.

A concessão do registro eleitoral pelo Tribunal Superior Eleitoral em setembro de 1937 fez com que os integralistas se preparassem para o lançamento da candidatura de Plínio Salgado às eleições presidenciais de 1938. Entretanto, o mesmo ano de 1937 é aquele em que os integralistas cristalizam o apoio ao projeto cada vez mais centralizador de Getúlio Vargas, acreditando no protagonismo dos seus na eventualidade de um novo regime, visto a convergência de ideias entre Vargas e os camisas-verdes. As ideias convergentes entre Salgado e Vargas consistiam no rechaço de ambos ao liberalismo e ao comunismo, assim como o apoio a uma ideia de Estado forte e centralizador. Após o golpe do Estado Novo, ainda em 1937, os dois líderes começaram a conversar sobre uma possível aliança. A oferta de Vargas foi o Ministro da Educação e Saúde, o que interessou muito Salgado, em função de ser uma oportunidade de difusão das ideias que lhe eram caras.

A protelação cada vez mais longa de sua nomeação foi acompanhada da extinção de todos os partidos políticos por parte do Estado Novo, em dezembro de 1937. Mesmo com a extinção da AIB, Plínio não rompeu de forma imediata com o novo regime, acreditando que o cargo de ministro acabaria por compensar tal ato. Para suprir a carência de uma forma institucional, Plínio criou a Associação Brasileira de Cultura, como forma de congregar os militantes integralistas. Naturalmente, a insatisfação da militância com a extinção da AIB foi ampla, e Plínio recusou a nomeação para o ministério em janeiro do ano seguinte, tendo acusado Vargas de traidor. A ambiguidade de sua atuação é que, mesmo após sua recusa oficial, o chefe integralista tentou articulações nos bastidores para sua indicação.

Concomitantemente às articulações plinianas, a tensão entre os integralistas e as forças do Estado Novo crescia cada vez mais. Embora a perseguição aos camisas-verdes não fosse sistemática àquela altura, alguns incidentes como a prisão de alguns integralistas e a apreensão de uniformes e armas causaram preocupação. A cúpula integralista, então, aliada a outros setores antigetulistas, começou a articular um golpe para depor Vargas. Embora não fossem os únicos arquitetos da ação, a tentativa, fracassada e rapidamente repelida, ocasionou uma hostilidade sem precedentes aos camisas-verdes. Além da perseguição, houve uma pesada campanha difamatória contra os integralistas, amplamente divulgada pela imprensa. Nessa campanha, os integralistas foram caracterizados como golpistas, covardes, quinta-coluna fascista...

Plínio Salgado permaneceu foragido no período, sendo eventualmente preso e levado para a Fortaleza de Santa Cruz, em Niterói. Após um mês no cárcere, Plínio partiu para o exílio em Portugal em junho daquele ano.

O período de exílio de Plínio é de alta relevância para que se possa compreender como foi pautada a atuação dos integralistas no período pós-guerra. Os sete anos que passou lá (1939-1946) foram marcados por uma reconfiguração ideológica do integralismo, em que o aspecto espiritualista se tornou cada vez mais acentuado.

Em Portugal, Plínio consolidou uma imagem de intelectual católico e conferencista religioso, tendo gozado de alto prestígio nos círculos intelectuais do país. Inicialmente, o exílio é marcado pelo lançamento da obra *Vida de Jesus* em 1942, que é muito bem recebida em Portugal e mesmo por diversos setores da sociedade no Brasil. Os anos finais do exílio são marcados propriamente por essa reconfiguração política, tendo como modelo o Estado Novo português, chefiado pelo ditador católico António de Oliveira Salazar (GONÇALVES, 2017).

Em um contexto mais amplo, os anos finais do exílio de Plínio foram marcados pela progressiva vitória das Forças Aliadas contra o Eixo. A cada vez mais palpável derrota do fascismo obrigou uma reconfiguração ideológica do integralismo, que até então comungava com várias ideias dos regimes de Mussolini e Hitler. Nesse sentido, a orientação doutrinária proposta se baseou no *conceito cristão de democracia*, conceito desenvolvido pelo influente filósofo católico francês Jacques Maritain. A democracia cristã, grosso modo, se baseava na recusa tanto ao comunismo soviético como ao liberalismo norte-americano. Em Portugal, Salazar utilizou-se do mesmo conceito para garantir a sobrevivência de seu regime autoritário e centralizador por três décadas após o fim da Segunda Guerra Mundial. Exemplo disso foi um discurso proferido em Braga no ano de 1936, em que Salazar afirmou: “Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever” (SALAZAR, 1956).

A redemocratização após a queda do Estado Novo brasileiro em 1945, significou a articulação de ex-integralistas para a criação de um novo partido. Ainda neste ano o Partido de Representação Popular (PRP) é fundado, segundo instruções de Plínio ainda no exílio. A vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial é acompanhada pela instituição da democracia liberal como modelo político. Dessa forma, o clima não era nada bom para o integralismo quando da fundação do PRP: como o movimento era muito vinculado ao fascismo, a recepção foi péssima (CALIL, 2001). Os adjetivos pejorativos, como galinhas-verdes, se faziam muito presentes em veículos de imprensa das mais variadas colorações políticas. A participação brasileira bem-sucedida no esforço Aliado durante a Guerra, onde o Brasil lutou contra o fascismo na Itália, acentuava a imagem dos integralistas como golpistas e traidores da pátria.

A trajetória política do PRP foi marcada sobretudo por um esforço de adaptação à nova conjuntura política democrática. Com o retorno de Plínio ao Brasil, este presidiu o novo partido integralista até sua extinção em 1965, por meio do Ato Institucional n. 2, já no contexto da Ditadura Militar. O PRP não alcançou a projeção política da AIB, cerca de uma década antes de sua fundação. Muitas obras relativas à História Política brasileira desconsideram o PRP ou não lhe dedicam muitas páginas. Acreditamos, entretanto, não ser adequado tratar o partido dessa forma. O PRP teve força política

considerável em diversos estados, como Rio Grande do Sul e Paraná, assim como teve peso determinante no resultado da eleição presidencial de 1955, quando Plínio Salgado terminou em terceiro colocado.

Como dito anteriormente, a nova ordem política que se impôs era muito contrária às ideias defendidas pelos integralistas, que além disso ainda possuíam uma imagem bastante problemática perante a opinião pública. Para se adaptar, Plínio Salgado e o PRP tiveram que tomar ações que eram também muito contrárias aos preceitos defendidos na década de 1930. Nesse sentido, embora o pensamento antipartidário ainda fosse muito presente entre os eleitores do PRP, o partido teve que se coligar em todas as esferas para sobreviver politicamente. Isso ocorreu desde a fundação até a extinção do partido. Já nas eleições presidenciais de 1945, apoiaram o general Eurico Gaspar Dutra, curiosamente o sucessor de Vargas, que os integralistas tanto detestavam. Não havia, entretanto, forte oposição ao brigadeiro Eduardo Gomes, que concorreu com Dutra pela União Democrática Nacional (UDN). Cinco anos depois, na eleição de 1950, os integralistas apoiaram o brigadeiro, que dessa vez seria derrotado por Getúlio Vargas (CALIL, 2001).

A eleição presidencial de 1955 foi um momento de relevância na trajetória do partido: Plínio Salgado fez expressivos 8% dos votos, acabando em terceiro lugar. No segundo turno, o apoio integralista (bastante negociado) a Juscelino Kubitschek acaba sendo importante para a eleição do mineiro. O governo JK significou também a entrada dos integralistas em cargos de segundo e terceiro escalão do governo do presidente mineiro. Os apoios e as articulações políticas integralistas eram motivo de insatisfação entre muitos militantes, que percebiam um desencontro entre os ideais do partido e suas ações. Nesse sentido, embora o PRP estivesse cada vez mais adaptado à nova configuração política, houve um esforço por parte de Plínio e da cúpula do partido em voltar a ter credibilidade entre seus apoiadores. O ano de 1957, em que se completavam 25 anos do lançamento da AIB, foi a ocasião para grandes comemorações. Assim, alguns símbolos partidários, como o uso do sigma, foram reintroduzidos. É necessário que se esclareça que quando da fundação do PRP, muitos dos símbolos que pudessem ser associados ao fascismo foram deixados de lado, como o sigma e a camisa-verde. O retorno desses aspectos simbólicos, entretanto, não surtiu efeito em relação à atuação política do PRP. O ano de 1958 é emblemático nesse aspecto, em função da eleição de Leonel Brizola para o governo do estado do Rio Grande do Sul. Como o PRP tinha certo peso político no estado, o apoio dos integralistas ao “esquerdista” Brizola foi outra questão controversa da trajetória do partido. O apoio garantiu a eleição do integralista Guido Mondin para o senado (CARDOSO, 2015). O “ecletismo” integralista do pós-guerra continuou firme com a decisão do PRP em apoiar o Marechal Henrique Teixeira Lott em 1960, do Partido Social Democrático. Com a derrota do militar, o partido apoiou o vencedor Jânio Quadros, embora com ressalvas

CAPÍTULO 15

PLÍNIO SALGADO: BREVE ESBOÇO DE SUA TRAJETÓRIA E CONTRADIÇÕES

naturais à política externa do presidente que empunhava a vassoura. Após a sua renúncia, defenderam a posse de João Goulart, mas participaram das articulações que impuseram o parlamentarismo. Romperam com o gaúcho após a queda do primeiro-ministro Tancredo Neves, passando à oposição (CALIL, 2005).

Com o golpe de 1964, os integralistas apoiaram os militares, acreditando que teriam certo protagonismo na nova ordem. Entretanto, não foi isso o que aconteceu. Segundo Gonçalves:

Plínio Salgado tinha a esperança que 1964 fosse o momento dos integralistas no poder; pois, com um discurso nacionalista de defesa da soberania nacional e de um Brasil forte, a doutrina militar possuía determinados focos compactuantes com suas ideias. Em muitos momentos, por necessidade política, fez discursos a favor do regime, no entanto, em outras oportunidades, proferiu uma crítica possível. Em janeiro de 1965, em entrevista, desconsiderou a visão militar de um ato revolucionário, não concordando que 1964 representara o início de uma mudança drástica no Brasil. O motivo era bem simples, não havia o integralismo (GONÇALVES, 2012, p. 554).

Com a extinção dos partidos pelo Ato Institucional n. 2 em 1965, a grande maioria de seus integrantes migrou para a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido dos militares. Assim também fez Plínio Salgado, que exerceu mandatos de deputado federal pela ARENA, até sua morte em 1975. No partido de sustentação da ditadura, a atuação pliniana se deu principalmente enquanto relator da Comissão de Educação e Cultura. Ali, seu grande êxito foi a criação da disciplina de Educação Moral e Cívica, que estava em consonância com o nacionalismo dos militares.

Embora Plínio Salgado tenha sempre se caracterizado como um homem franco e direto, de ideias claras e estabelecidas acerca de diversos assuntos; sua trajetória política é rica em contradições. Buscou-se apresentar algumas dessas contradições, como a partidarização da AIB na década de 1930, sua articulação com Vargas para conseguir seu ministério a despeito da própria extinção de seu movimento político, além da dificuldade de adaptação à nova ordem do pós-guerra, onde o fisiologismo político foi uma marca do PRP. A relativamente longa sobrevivência institucionalizada do integralismo teve seu preço, de forma que o novo partido não teve a mesma força de seu antecessor. Apesar disso, Plínio Salgado manteve-se próximo do poder até a data de sua morte, embora o protagonismo que tanto desejou e almejou tenha sido concreto apenas entre seus correligionários.

REFERÊNCIAS

CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

_____. *O integralismo no processo político brasileiro: o PRP entre 1945 e 1965 – cães de guarda da ordem burguesa*. 2005. 819 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

CARDOSO, Claudira. *Processos eleitorais no Rio Grande do Sul: o PRP e a construção das alianças políticas (1958-1962)*. Porto Alegre: Edipucrs, 2015.

GONÇALVES, Leandro Pereira. *Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português*. 2012. 669f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

_____. *Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.

SALAZAR, António de Oliveira. As grandes certezas da Revolução Nacional- Discurso pronunciado em Braga, no 10º aniversário do 28 de maio- *Discursos*, Vol. II, 1936.

TRINDADE, Hégio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2016.